

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL | PDI

CONTEMPLANDO POLÍTICAS VOLTADAS PARA AS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA.

2023



UnDF
UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL
PROFESSOR JORGE AWARUY MARINONES



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ABP | Aprendizagem Baseada em Problemas |
| ANP | Academia Nacional de Polícia |
| BSC | <i>Balanced Scorecard</i> |
| Capes | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| Cebraspe | Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos |
| CEDF | Conselho de Educação do Distrito Federal |
| CEDF | Conselho Distrital de Educação |
| CEFETs | Centros Federais de Educação e Tecnologia (CEFETs) |
| CEFOR | Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento |
| CES | Câmara Superior de Educação |
| CLDF | Câmara Legislativa do Distrito Federal |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| Covid-19 | <i>Corona Virus Disease</i> |
| CPA | Comissão Própria de Avaliação |
| CST | Curso Superior de Tecnologia |
| DCNs | Diretrizes Curriculares Nacionais |
| DF | Distrito Federal |
| e-MEC | Sistema de Fluxo de Processos de Regulação e Avaliação da Educação Superior |
| Enade | Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes |
| ENAP | Escola Nacional de Administração Pública |
| ESC | Escola Superior do Cerrado |
| ESCS | Escola Superior de Ciências da Saúde |
| ESG | Escola Superior de Gestão |
| ESINT/ABIN | Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência |
| ESMPU | Escola Superior do Ministério Público da União |
| ESPC | Escola Superior de Polícia Civil |
| FAPDF | Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal |
| FUNAB | Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal |
| GDF | Governo do Distrito Federal |
| IaH | <i>At home</i> |

| | |
|--------------|--|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICT | Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação |
| ICTs | Institutos de Ciências e Tecnologia |
| IES | Instituições de Educação Superior |
| IFs | Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia |
| ILB | Instituto Legislativo Brasileiro |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| Inteli | Instituto de Tecnologia e Liderança |
| ISC-TCU | Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União |
| JBB | Jardim Botânico de Brasília |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| LODF | Lei Orgânica do Distrito Federal |
| MEC | Ministério da Educação |
| MLCTI | Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| MOOCs | <i>Massive Online Open Courses</i> |
| NDE | Núcleo Docente Estruturante |
| NTU | Nanyang Technological University |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento |
| PBL | <i>Problem Based Learning</i> |
| PDE | Plano Distrital de Educação |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PLC | Projeto de Lei Complementar |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPC | Projeto Pedagógico de Curso |
| PPGCS/FS-UnB | Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde |
| PPI | Projeto Pedagógico Institucional |
| RA | Região Administrativa |
| RAs | Regiões Administrativas |
| RIDE-DF | Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno |
| SECTI-DF | Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal |
| SEDES-DF | Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal |
| SEDF | Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal |
| SESDF | Secretaria de Estado de Saúde de Distrito Federal |

| | |
|------------|--|
| TR | Termo de Referência |
| UCB | Universidade Católica de Brasília |
| UEMA | Universidade Estadual do Maranhão |
| UF | Unidade Federativa |
| UFOB | Universidade Federal do Oeste da Bahia |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UnAB/DF | Universidade Aberta do Distrito Federal |
| UNAM | Universidade Nacional Autônoma do México |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UnDF | Universidade do Distrito Federal |
| Unesco | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura |
| UniAmérica | Centro Universitário das Américas Descomplica |
| Unicamp | Universidade Estadual de Campinas |
| Uniplac | União Educacional do Planalto Central |
| Uniplan | Universidade Regional do Planalto |

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPA, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

- Figura 1 – Fontes consultadas e estratégias metodológicas adotadas na construção do PDI da UnDF
- Figura 2 – Dinâmica da construção coletiva do PDI da UnDF a partir dos produtos das Comissões Temáticas
- Figura 3 – Esquema orientador da leitura, análise e devolutivas formativas dos produtos gerados pelas Comissões Temáticas (Cebraspe)
- Figura 4 – Períodos de criação, evolução e consolidação do campo da educação superior do DF
- Figura 5 – Elementos estruturantes do perfil institucional da UnDF
- Figura 6 – Valores institucionais da UnDF
- Figura 7 – Áreas de abrangência de políticas, objetivos e metas institucionais da UnDF
- Figura 8 – Esquema da estrutura da Educação Superior prevista na LDB nº 9.394/1996
- Figura 9 – Elementos comuns aos cursos Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Engenharia de Software e Engenharia da Computação
- Figura 10 – Visão arquitetural dos cursos Bacharelado em Ciências da Computação (BCC) e Bacharelado em Sistema de Informação (BSI)
- Figura 11 – Interação dos cursos Engenharia de Computação e Engenharia de Software com o mundo do trabalho
- Figura 12 – Relação entre Governança e Gestão
- Figura 13 – Etapas da avaliação institucional

GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Evolução do número de instituições de educação superior no Distrito Federal (1973-1993)

Gráfico 2 – Evolução do número de IES criadas no DF, por ano, entre 2003 e 2010

Gráfico 3 – Número de IES públicas e privadas com atuação no Distrito Federal (2010-2020)

Gráfico 4 – Matrículas em graduação presenciais e a distância nas instituições de educação superior no Distrito Federal (2010-2020)

MAPA

Mapa 1 – Limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal em 2021

QUADROS

Quadro 1 – Marcos legais da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF

Quadro 2 – Escolas Superiores Vinculadas à Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF

Quadro 3 – Comissões e vinculações temáticas – Projeto de pesquisa de uma universidade distrital (Cebraspe)

Quadro 4 – Eixo e projetos norteadores da atuação institucional da FUNAB (2019)

Quadro 5 – IES selecionadas para Estudos de *Benchmarking* sobre gestão universitária inovadora – Cebraspe (2021b)

Quadro 6 – Exemplos de atividades e instâncias para parcerias institucionais com a UnDF

TABELAS

Tabela 1 – Matrículas em cursos presenciais de graduação no Distrito Federal e na UnB (1995-2002)

Tabela 2 – Matrículas nas instituições públicas de educação superior no DF (2003-2010)

Tabela 1 – Distribuição das IES credenciadas no Distrito Federal quanto à categoria administrativa (2022)

Tabela 4 – Impacto financeiro relativo à contratação do corpo docente – UnDF (2020 a 2023)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO (PDI) DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES – UnDF

- 1.1 Metodologia de construção da estrutura do PDI da UnDF
- 1.2 Dinâmica da leitura, análise e devolutivas formativas dos produtos gerados pelas Comissões Temáticas

CAPÍTULO 2 – HISTÓRICO DA UnDF

- 2.1 A educação superior do Distrito Federal como *locus* de inserção da UnDF
- 2.2 Criação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF
 - 2.2.1 Papel da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB)
- 2.3 Macroações de pesquisa desenvolvidas para apoiar a instalação da UnDF

CAPÍTULO 3 – PERFIL INSTITUCIONAL

- 3.1 Missão
- 3.2 Visão
- 3.3 Valores

CAPÍTULO 4 – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

- 4.1 Desafios da educação superior e papel da universidade na contemporaneidade
- 4.2 Inserção regional
- 4.3 Princípios norteadores
- 4.4 Princípios filosóficos e metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas
 - 4.4.1 Inovação
 - 4.4.2 Inclusão
 - 4.4.3 Interdisciplinaridade
 - 4.4.4 Internacionalização
 - 4.4.4.1 Objetivo da internacionalização da educação superior na UnDF
- 4.5 Ações para atendimento às diretrizes pedagógicas
- 4.6 Princípios da avaliação da aprendizagem
- 4.7 Política de inovação tecnológica
- 4.8 Políticas de gestão universitária, desenvolvimento institucional e responsabilidade social

CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

- 5.1 Ensino
- 5.2 Pesquisa
- 5.3 Extensão
- 5.4 Arte e cultura
- 5.5 Gestão

CAPÍTULO 6 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- 6.1 Arquiteturas acadêmicas inovadoras
- 6.2 Graduação e Pós-Graduação
- 6.3 Educação a distância
- 6.4 Cursos de curta duração e certificações intermediárias

CAPÍTULO 7 – RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL

- 7.1 Diversidade, igualdade e cidadania
- 7.2 Meio Ambiente e sustentabilidade
- 7.3 Desenvolvimento econômico e social
- 7.4 Preservação da memória e do patrimônio cultural
- 7.5 Comunicação com a sociedade

CAPÍTULO 8 – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

- 8.1 Governança, transparência e controle social
- 8.2 Organização administrativa e estrutura organizacional
- 8.3 Perfil da comunidade universitária
 - 8.3.1 Corpo docente
 - 8.3.2 Corpo técnico-administrativo
- 8.4 Gestão de pessoal na perspectiva da inovação universitária

CAPÍTULO 9 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- 9.1 Avaliação do desenvolvimento institucional
- 9.2 Etapas da avaliação institucional
- 9.3 Avaliação do PDI

CAPÍTULO 10 – INFRAESTRUTURA

CAPÍTULO 11 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Quadro 1 – Marcos legais da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF

| Dispositivo legal | Conteúdo | Fonte de publicação |
|--|--|---|
| Lei complementar nº 987, de 26 de julho de 2021. | Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências | <i>Diário Oficial do Distrito Federal</i> – Suplemento. Brasília: n. 140, 27 de julho de 2021a, p. 5. |
| Decreto Nº 42.333, de 26 de julho de 2021. | Institui a Universidade do Distrito Federal - UnDF e dá outras providências Amparo legal para nomear como Reitora <i>Pro Tempore</i> da UnDF a Profa. Dra. Simone Pereira Costa Benck | <i>Diário Oficial do Distrito Federal</i> . Brasília, ano L, n. 140, 28 jul. 2021 |
| Resolução nº 03, de 12 de maio de 2022. | Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Distrito Federal – UnDF. | <i>Diário Oficial do Distrito Federal</i> . Brasília, DF. 16 maio 2022, Seção 1, p. 8-13. |

Quadro 2 – Escolas Superiores Vinculadas à Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF

| Instituição de Educação Superior | Marco legal de criação | Fonte de publicação |
|---|--|--|
| Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) | Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001. | <i>Diário Oficial do Distrito Federal</i> . Brasília, DF, 15 janeiro de 2001, p. 2 |
| Escola Superior de Gestão (ESG) | Portaria nº 405, de 19 de setembro de 2017 | Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, 20 de setembro de 2017, n. 181, p. 5 |
| Escola Superior da Polícia Civil (ESPC) | Decreto Nº 39.218, de 6 de julho de 2018 | Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, n. 48, Edição Extra, p. 1, 06 jul. 2018. |

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste produto é apresentar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF, contemplando políticas voltadas para as modalidades presencial e a distância. A exposição do PDI proposto neste documento busca atender ao estabelecido no Termo de Referência (TR) 020-2021 pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção de Promoção de Eventos (Cebbraspe) para o Projeto *Desenvolvimento de projeto de pesquisa de uma universidade distrital*. (GDF, 2020).

Preliminarmente, é importante esclarecer que, ao longo desse produto, a associação da palavra *distrital* à UnDF é feita no sentido de explicitar o seu vínculo geográfico a uma Unidade Federativa específica – Distrito Federal. Esse esclarecimento é fundamental à medida que, devido à sua natureza e missão, essa instituição assume compromisso com o desenvolvimento social e econômico da região onde se insere, porém revelando preocupação, também, em níveis crescentes, com sua inserção e atuação com vistas aos cenários nacional e internacional.

Com a finalidade de assegurar a devida organicidade do presente texto nele são incorporados e articulados resultados gerados pelos Produtos 1, 2 e 3 do referido TR, nomeados, respectivamente, “*Documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais*”, “*Documento contendo a síntese das proposições de políticas decorrentes das discussões com as demais comissões*” e “*Documento contendo a proposta de estrutura do PDI*”.

O procedimento metodológico de retomada desses produtos justifica-se por três razões. A primeira refere-se ao fato de os resultados do Produto 1 corresponderem, na realidade, aos elementos estruturantes do perfil institucional da UnDF (CEBRASPE, 2022b). A segunda é que, no caso do Produto 2, sua retomada ocorre, basicamente, quanto à explicitação da metodologia de leitura e análise dos produtos gerados pelas várias Comissões Temáticas compostas por consultores selecionados pelo Cebbraspe. Em seu conjunto, o trabalho dessas comissões resultou na proposição de princípios, diretrizes, políticas e ações que contribuiriam para a configuração do PDI da UnDF, no que tange às diferentes áreas de sua atuação no cenário mais amplo da educação superior. A terceira justificativa é porque o Produto 3 correspondeu à proposição de uma estrutura de PDI para a UnDF que, após ser discutida com as referidas comissões e a Equipe Gestora dessa universidade, e passar por ajustes e

ampliações, configurou uma importante referência para a construção do documento, ora apresentado.

No quadro a seguir são apresentadas as quatro comissões e suas respectivas vinculações temáticas, tendo em vista os produtos gerados pelos vários consultores que as compuseram.

Quadro 3 – Comissões e vinculações temáticas – Projeto de pesquisa de uma universidade distrital (Cebraspe)

| Comissões | Vinculações Temáticas |
|---|--|
| 1. Planejamento e Desenvolvimento Institucional | Abrange planejamento estratégico: missão, visão, valores, eixos, objetivos e metas; avaliação institucional; inovação no âmbito institucional; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Estatuto. |
| 2. Políticas Acadêmicas | Políticas definidas para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Abrangem, ainda, as políticas de comunicação com a sociedade, de atendimento ao estudante, assim como aquelas relativas à internacionalização e à mobilidade. Geralmente admitem, também, o acréscimo de diretrizes para inovação e cultura. |
| 3. Políticas de Gestão (Administrativa-Financeira e Organizacional) | Políticas de pessoal que incluem processos seletivos para docentes e técnicos administrativos, organização e gestão da instituição, além de sustentabilidade financeira. |
| 4. Infraestrutura | Políticas voltadas para a instalação, ampliação, manutenção e/ou operação de infraestruturas. Em específico, são políticas de infraestrutura relacionadas aos aspectos de estrutura tecnológica/tecnologias da informação. Dizem respeito à biblioteca virtual, plataformas de ensino, gestão, etc., não entrando no mérito das políticas de infraestrutura física como salas, laboratórios e outras |

Fonte: Cebraspe (2021)

O PDI consubstanciado no presente documento parte do pressuposto que, como universidade pública, a UnDF assume um papel diretamente vinculado à geração, disseminação e socialização do conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e humanístico, na perspectiva de uma gestão democrática e inovadora. Na integração desses e de outros distintos tipos de conhecimentos, a instituição assume compromisso com a formação de profissionais críticos, cidadãos e éticos capazes de fazer intervenções conscientes na defesa das necessidades de uma sociedade democrática, plural e inclusiva. Para tanto, define políticas para promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de maneira a cumprir o que estabelece o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em todas as áreas do saber, com destaque para aquelas fixadas no Artigo 7º da Lei Complementar nº 987/2021, que a criou.

Art. 7º A UnDF pode atuar em todos os campos do conhecimento cujas áreas de excelência interessem aos seus programas e projetos, enfatizando:

- I – ciências humanas, cidadania e meio ambiente;
- II – gestão governamental de políticas públicas e de serviços;
- III – educação e magistério;
- IV – letras, artes e línguas estrangeiras modernas;
- V – ciências da natureza e matemática;
- VI – educação física e esportes;
- VII – segurança pública e defesa social;
- VIII – engenharias e áreas tecnológicas de setores produtivos;
- IX – arquitetura e urbanismo;
- X – ciências da saúde. (GDF, 2021a)

Devido à magnitude que assume frente ao delineamento da identidade institucional da UnDF, o PDI ora apresentado foi construído a partir de um trabalho dialogado com vários grupos envolvidos com a instalação desta instituição de educação superior (IES). Em uma visão construtivo-colaborativa, resultou da riqueza de debates e contribuições decorrentes da leitura feita pelos diferentes atores participantes do processo. Assim, a dinâmica de sua construção partilhou do princípio que, como toda ação que envolve e norteia a formação humana, também o PDI de uma universidade “não é coisa que se produza de uma assentada [...] é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício.” (BOURDIEU, 1989, p. 26-27)

Estruturalmente, o PDI da UnDF está organizado em onze capítulos, além da apresentação e das referências. O primeiro contextualiza a metodologia de construção coletiva do documento, destacando o trabalho que resultou na dinâmica de acompanhamento, leitura e análise da expressiva quantidade de produtos gerados pelas várias Comissões Temáticas¹, bem como o processo de elaboração e apresentação das devolutivas formativas para os mesmos produtos.

O segundo capítulo historiciza a origem da UnDF, enfatizando elementos que concorrem para a compreensão da importância de sua criação e instalação na perspectiva de

¹ Com o propósito de contribuir para demonstrar a dimensão coletiva que orientou a construção do PDI da UnDF no Anexo 1 são relacionados os produtos gerados pelas Comissões Temáticas, que resultaram em proposições e subsídios para a elaboração de políticas institucionais para o referido documento, bem como os consultores que compuseram essas comissões.

contribuir para a democratização do acesso à educação superior no Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)². Para tanto, inicialmente, apresenta uma análise histórica da configuração do campo da educação superior do DF, como *lócus* de inserção dessa universidade, destacando a prevalência do setor privado sobre o público nos vários períodos de sua constituição. Na sequência, aborda o processo de criação da UnDF, destacando esforços empreendidos ao longo de quase duas décadas para este fato ocorrer e o papel da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB), com vistas à constituição de uma universidade pública no território distrital. Por último, destaca algumas ações realizadas no âmbito do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Cebraspe, visando apoiar a instalação dessa universidade.

O terceiro capítulo apresenta e analisa os elementos definidores do perfil institucional da UnDF – missão, visão de futuro e valores. Na discussão realizada, a missão é concebida como o elemento que define a razão de existência dessa instituição e, portanto, seu propósito mais amplo. Paralelamente, a visão tem como finalidade sinalizar onde a UnDF deseja estar em tempos futuros no cenário da educação superior, pautada na convicção de que na realização de suas políticas institucionais buscará alcançar patamares crescentes de excelência. Por sua vez, os valores são abordados como um conjunto de princípios que servem de guia para a atuação e a conduta dos vários segmentos da instituição frente à sua missão e visão de futuro.

O quarto capítulo contextualiza o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UnDF como o documento que, atrelado ao PDI, explicita como essa universidade se posiciona frente aos desafios da educação superior na sociedade contemporânea e como se dá sua inserção regional. Apresenta, também, os princípios que norteiam suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, arte e cultura, e gestão, bem como os de natureza filosófica e metodológica de suas práticas acadêmicas – inovação, inclusão, interdisciplinaridade e internacionalização. Em contínuo, sintetiza as ações para atendimento às diretrizes pedagógicas da universidade, os

² A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) foi criada pela Lei Complementar nº 94/1998. Duas décadas depois, por meio da Lei Complementar nº 163/2018 (BRASIL, 2018), a RIDE passou a “composta pela junção de 29 municípios pertencentes ao Goiás, mais 4 do estado de Minas Gerais e Capital do País, totalizando 33 municípios e o Distrito Federal” (CAVALCANTE, 2019, p. 15). Em termos gerais, a Ride pretende ser um mecanismo capaz de implantar soluções a curto e médio prazos para os problemas existentes, por meio de ações integradas entre a União, o Distrito Federal, os Estados e os municípios que integram a região.

princípios de avaliação da aprendizagem, as políticas de inovação tecnológica, além daquelas de gestão universitária, desenvolvimento institucional e responsabilidade social.

O quinto capítulo apresenta as políticas, os objetivos e as metas institucionais da UnDF. Para tanto, explicita as políticas de ensino, pesquisa, extensão, arte e cultura, e gestão estabelecidas por essa IES na perspectiva de assegurar níveis crescentes de sua legitimidade institucional, partindo da premissa que, em seu cotidiano, tais políticas revelem sintonia entre o seu planejamento e sua realização, traduzida no alcance dos objetivos e metas. Os objetivos são abordados de maneira articulada às respectivas metas institucionais estabelecidas pela UnDF, em relação aos vários âmbitos de sua gestão acadêmica e administrativa-financeira.

O sexto capítulo contempla a organização didático-pedagógica da UnDF, caracterizando, de início, as arquiteturas acadêmicas propostas pela instituição na perspectiva da inovação curricular na graduação e pós-graduação. Na sequência aborda a educação a distância, considerando as especificidades que envolvem a definição de uma política concebida para esta modalidade. Por último, focaliza os cursos de curta duração, voltados para formação ou complementações específicas, bem como para a oferta de MOOCs (*Massive Online Open Courses*), alternativas curriculares que assumem um formato mais rápido em sua realização.

O foco do sétimo capítulo recai sobre a responsabilidade ética e social da UnDF, enfatizando as seguintes temáticas: diversidade, igualdade e cidadania; meio ambiente e sustentabilidade; desenvolvimento econômico e social; preservação da memória e do patrimônio cultural, além da política de comunicação com a sociedade. A exposição feita no capítulo aborda as políticas acadêmicas relativas à responsabilidade ética e social da instituição, considerando os marcos regulatórios da educação superior para temas transversais, bem como o que dispõe o Estatuto da UnDF a respeito.

O oitavo capítulo focaliza a tríade organização, gestão e planejamento institucional. Apresenta, em primeiro momento, a relação entre governança, transparência e controle social, como princípios que devem alcançar toda a universidade no planejamento das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), das atividades-meio (financeiros, processos de trabalho e controle), assim como daquelas que promovem o relacionamento entre diferentes unidades e setores. Na sequência aborda a organização administrativa e a estrutura organizacional da UnDF, ressaltando a composição desta universidade e a forma como se dá a administração das unidades acadêmicas, considerando as competências definidas em seu Estatuto e a composição de cada um dos seus órgãos e núcleos. Em seguida, aborda o perfil dos recursos

humanos – corpo docente, tutores e técnicos-administrativos, ressaltando princípios subjacentes à política da gestão inovadora de pessoal definida pela UnDF.

O nono capítulo trata da política de avaliação institucional como um processo global que abrange: avaliação Institucional (autoavaliação e avaliação externa), avaliação de cursos e avaliação dos estudantes. Enfatiza o compromisso da UnDF em realizar avaliação de forma contínua, articulada e institucionalizada, visando permitir a identificação da coerência entre aquilo que está documentado e as evidências dos impactos de sua atuação por meio de seus programas, cursos, atividades e projetos, bem como a consonância dos resultados obtidos com a missão, visão, valores, objetivos e metas institucionais. A avaliação do PDI é discutido como um processo que deve fazer parte da cultura avaliativa da UnDF sendo contínuo e comprometido com a promoção de interfaces, interações e cooperação com as várias unidades acadêmicas e seus resultados, que deverão ser divulgados e discutidos com os vários segmentos da comunidade acadêmica e a comunidade externa.

O décimo e último capítulo trata da infraestrutura física e tecnológica, enfatizando em relação a estas últimas as instalações acadêmicas relacionadas às tecnologias digitais e mídias, bem como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) concebido estruturado para a instituição, considerando sua oferta na modalidade da educação a distância.

O último capítulo trata da sustentabilidade financeira da UnDF. A discussão feita sobre a sustentabilidade financeira apoia-se em três premissas básicas: (i) o gerenciamento de recursos financeiros com efetividade constitui um dos principais objetivos definidos por uma IES em seu planejamento estratégico, fato que ganha ainda maior expressividade quando associado ao compromisso assumido com avanços para a consolidação da governança institucional; (ii) a sustentabilidade financeira ser encarada como um processo permanente por meio do qual a universidade reconhece sua própria realidade, em termos da relação receitas e despesas prioritárias, de maneira a proceder à alocação de recursos financeiros; (iii) em sintonia com o princípio da gestão democrática, no contexto da UnDF, a relação orçamento e finanças pressupõe diretrizes orçamentárias discutidas e elaboradas com base em diagnósticos das necessidades da comunidade acadêmica, de maneira democrática e participativa.

CAPÍTULO 1 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES - UnDF

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ora proposto para a UnDF partilha da concepção que esse documento “identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.” (BRASIL, 2006). Em consequência dessa aceção mais ampla, o PDI da IES tem como a função precípua sistematizar o planejamento estratégico de suas políticas na globalidade de sua gestão institucional.

1.1 Metodologia de construção do PDI da UnDF

Do ponto de vista teórico-metodológico, a construção do PDI da UnDF teve como principais fontes e estratégias de trabalho as listadas a seguir:

- a) *Estudos de viabilidade de uma universidade distrital*, que resultaram na produção de documento sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade com esta organização acadêmica (CEBRASPE, 2021);
- b) *Estudos de Benchmarking* realizados sobre boas práticas de gestão inovadoras de um conjunto de 10 (dez) IES públicas e privadas, nacionais e internacionais (CEBRASPE, 2021b);
- c) *Literatura especializada* com ênfase nas temáticas do PDI e do papel da universidade pública, considerando os desafios da educação superior na sociedade contemporânea;
- d) Eventos acadêmicos nacionais realizados pelo Cebraspe em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), ao longo do ano de 2021, todos no formato online, em decorrência do contexto de pandemia da Covid-19³ que o mundo vivenciava, à

³ Covid-19 o nome oficial atribuído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a uma doença provocada pelo novo coronavírus. “O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria “doença do coronavírus”. Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos

época. Em um cenário de grandes desafios, os eventos mostraram-se exitosos e contaram com a participação de renomados nomes da educação nacional e mundial para discutir a educação superior e, a partir da realidade distrital, a universidade do nosso tempo, sendo listados a seguir em ordem cronológica de sua realização:

- **Seminário:** *Perspectivas e desafios para a Universidade do Distrito Federal* (20.04.2021);
- **Colóquio:** *Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF: entre o projeto e a criação – diálogos sobre a universidade que queremos* (04 e 05.10.2021);
- **Seminário:** *Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes: do projeto à criação* (06 e 07.12.2021);⁴

- e) *Documento de Referência para orientar e subsidiar as discussões do referido colóquio* (CEBRASPE, 2021), enfatizando estruturas acadêmicas e modelos de gestão universitária inovadora, visando à implementação de políticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da inovação e do desenvolvimento tecnológico de IES;
- f) *Pesquisa e análise documental*, considerando que dados identificados nos registros escritos são produto de um contexto e revelam informações importantes sobre o mesmo contexto que os gerou. Ao tomar documentos diversos como fontes de consultas, o PDI da UnDF compartilha a tese da essencialidade da análise documental para o conhecimento dos antecedentes de determinado ambiente, experiências, vivências ou situações que levam à compreensão da dinâmica das instituições educacionais (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO; 2013);
- g) *Legislação educacional*, que permitiu o exame do arcabouço normativo da educação superior brasileira e do Distrito Federal, incluindo dispositivos como leis, decretos, portarias, notas técnicas e demais legislações específicas relacionadas, em especial, ao PDI como instrumento de gestão. A consulta a esses marcos legais partiu do reconhecimento que há “propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção”. (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 40).

foram publicamente divulgados.” (FIOCRUZ, 2020, p. 1), após terem sido registrados na cidade de Wuhan, na China, em dezembro do mesmo ano e tornados públicos pelo governo deste país. Diante da disseminação da doença em todo o mundo, em março de 2020, a OMS declarou a pandemia do novo coronavírus.

⁴ A natureza desses três eventos acadêmicos e os principais temas neles tratados serão abordados no item 2.3 deste documento.

- h) *Mapa Estratégico 2019-2022 da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB)* documento que, como componente da visão estratégica dessa Fundação, preconizou o “desenvolvimento de atividades que impulsionassem a constituição legal e implantação da Universidade do Distrito Federal – UnDF [...] com os eixos delineados no Plano Estratégico Distrito Federal 2019-2060⁵ e com as diretrizes governamentais definidas no Plano Plurianual 2020-2023.” (FUNAB, 2019, p. 1). No exame do referido mapa considerou-se, sobretudo, o papel da FUNAB na manutenção de Escolas Superiores já existentes e na reestruturação da política de educação superior pública distrital com a criação da UnDF.
- i) *leitura e análise dos produtos gerados pelos consultores das diversas comissões temáticas* propondo princípios, diretrizes e políticas institucionais para a UnDF, contemplando as modalidades presencial e a distância, com devolutivas formativas visando contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e o atendimento pleno aos critérios de conformidade definidos para cada um deles pelo Cebraspe;
- j) *reuniões sistemáticas semanais e quinzenais realizadas entre setembro de 2021 e maio de 2022* entre as Comissões Temáticas, além de outras *mensais* entre estas e a Comissão Gestora da UnDF, durante as quais as políticas propostas nos produtos gerados pelos consultores foram apresentadas e debatidas, visando coletar subsídios para a construção do PDI da IES.

É relevante registrar que a metodologia adotada nessas reuniões possibilitou à referidas Comissão Gestora acompanhar o processo de produção do PDI da UnDF, e apresentar críticas e sugestões para as políticas universitárias propostas, visando colaborar para seu aperfeiçoamento e, em um momento posterior, para sua validação. As contribuições foram trazidas, também, no sentido de promover o alinhamento dessas políticas com os elementos estruturantes do perfil da instituição, considerando a singularidade que ela assume no cenário da educação superior pública do Distrito Federal e da RIDE-DF.

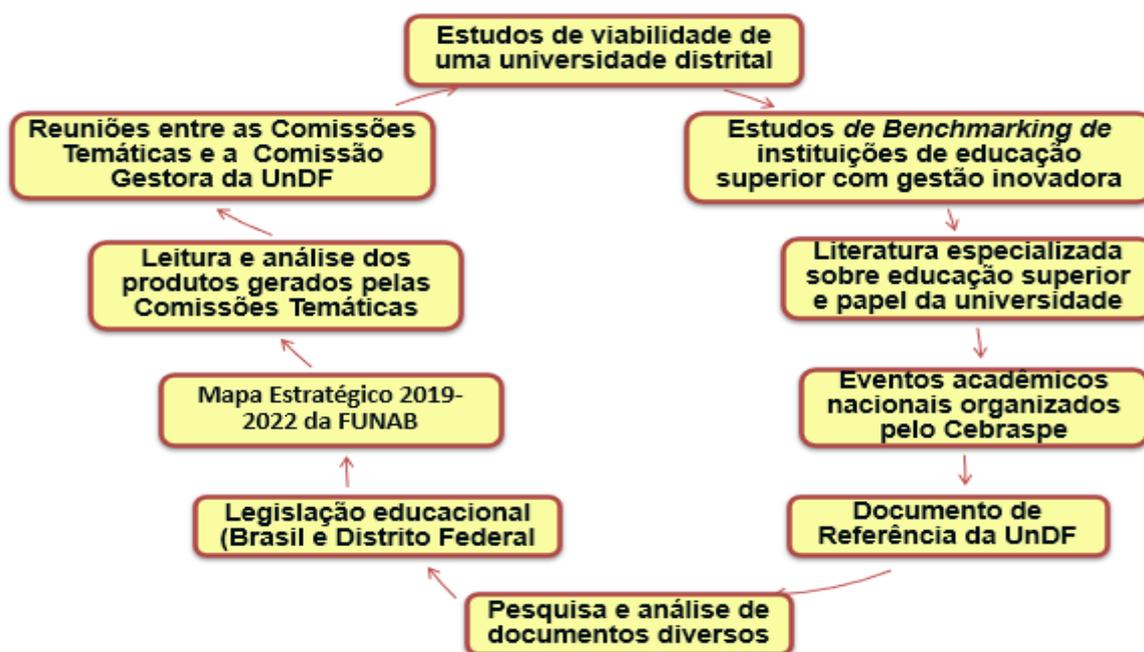
⁵ O Plano Estratégico do Distrito Federal para o período 2019-2060 (GDF, 2019) foi estruturado em oito eixos, a saber: Gestão e estratégia, Saúde, Segurança, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Territorial. O Eixo Desenvolvimento Econômico, “que corresponde às ações relacionadas ao crescimento e à diversificação da economia, foi criado com foco na melhoria do ambiente de negócios para geração de emprego e renda” (p. 26). Nesse eixo a “implantação da Universidade Distrital” (p. 177) é apontada como iniciativa para melhorar o posicionamento do DF no *ranking* de competitividade das Unidades Federativas.

Dentre as várias atividades desenvolvidas nessas reuniões, visando o enriquecimento dos produtos de consultoria submetidos à apreciação e validação da UnDF, merecem destaque:

- exposição e discussão do “*Documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais*” como o propósito de oportunizar às Comissões Temáticas e à Comissão Gestora da UnDF espaço de interlocução para contribuições relativas a estes elementos, os quais, em sua essência, definem a configuração do perfil institucional de uma universidade;
- apresentação e discussão do “*Documento contendo a proposta de estrutura do PDI*” da UnDF com as diversas Comissões Temáticas, visando coletar subsídios para o alinhamento das políticas propostas em seus respectivos produtos com o PDI dessa instituição;
- exposição e discussão da versão preliminar do “*Documento contendo o PDI, contemplando políticas voltadas para a modalidade presencial e a distância*” para a Comissão Gestora da UnDF também com o objetivo de assegurar uma dimensão processual à construção do mesmo e possibilitar a apresentação de sugestões voltadas para o seu aperfeiçoamento.

A figura a seguir permite visualizar a diversidade de fontes consultadas e as linhas gerais da metodologia adotada para subsidiar a construção coletiva desse PDI da instituição.

Figura 1 – Fontes de consultas e estratégias metodológicas adotadas na construção do PDI da UnDF

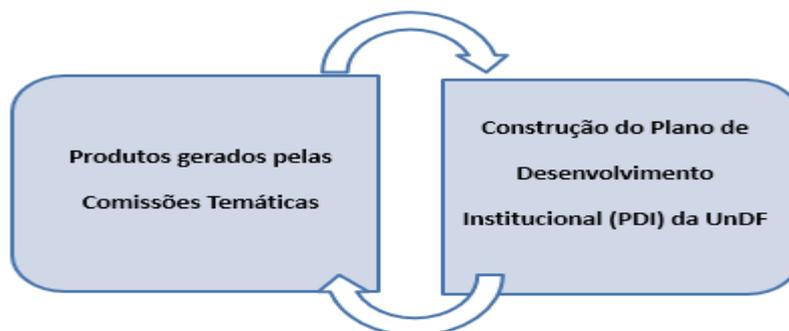


Fonte: elaboração própria

Como os elementos da figura deixam transparecer, o processo de construção do presente PDI caracterizou-se, dentre outros, pelo diálogo entre consultores de elevada *expertise* sobre política e gestão universitária e instâncias institucionais diversas, destacando-se o Cebraspe, a Comissão Gestora da UnDF, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS)⁶ e Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Contou, também, com importantes reflexões e contribuições de especialistas de renome nacional e internacional, com vasto conhecimento teórico-prático sobre a gestão de IES, ao participarem dos eventos acadêmicos realizados pelo Cebraspe, anteriormente mencionados.

A figura a seguir traduz o diálogo estabelecido entre os produtos gerados pelas diversas Comissões Temáticas na proposição de princípios, diretrizes e políticas para o presente PDI.

Figura 2: Dinâmica da construção coletiva do PDI da UnDF a partir dos produtos das Comissões Temáticas



A sistemática de trabalho sintetizada na figura mostrou-se fundamental para que o PDI da UnDF procure conciliar, dentre outros, dois grandes eixos principais. De um lado, os marcos normativo-legais e teórico-metodológicos norteadores da política de educação superior vigente no país contemplados nos produtos das diversas comissões. De outro, os elementos estruturantes da proposta formativa dessa universidade que, como toda instituição, possui uma vida pulsante, cuja referência primeira é a construção e consolidação de sua marca distintiva no cenário do DF e RIDE-DF, com crescente projeção para o Brasil e para o mundo.

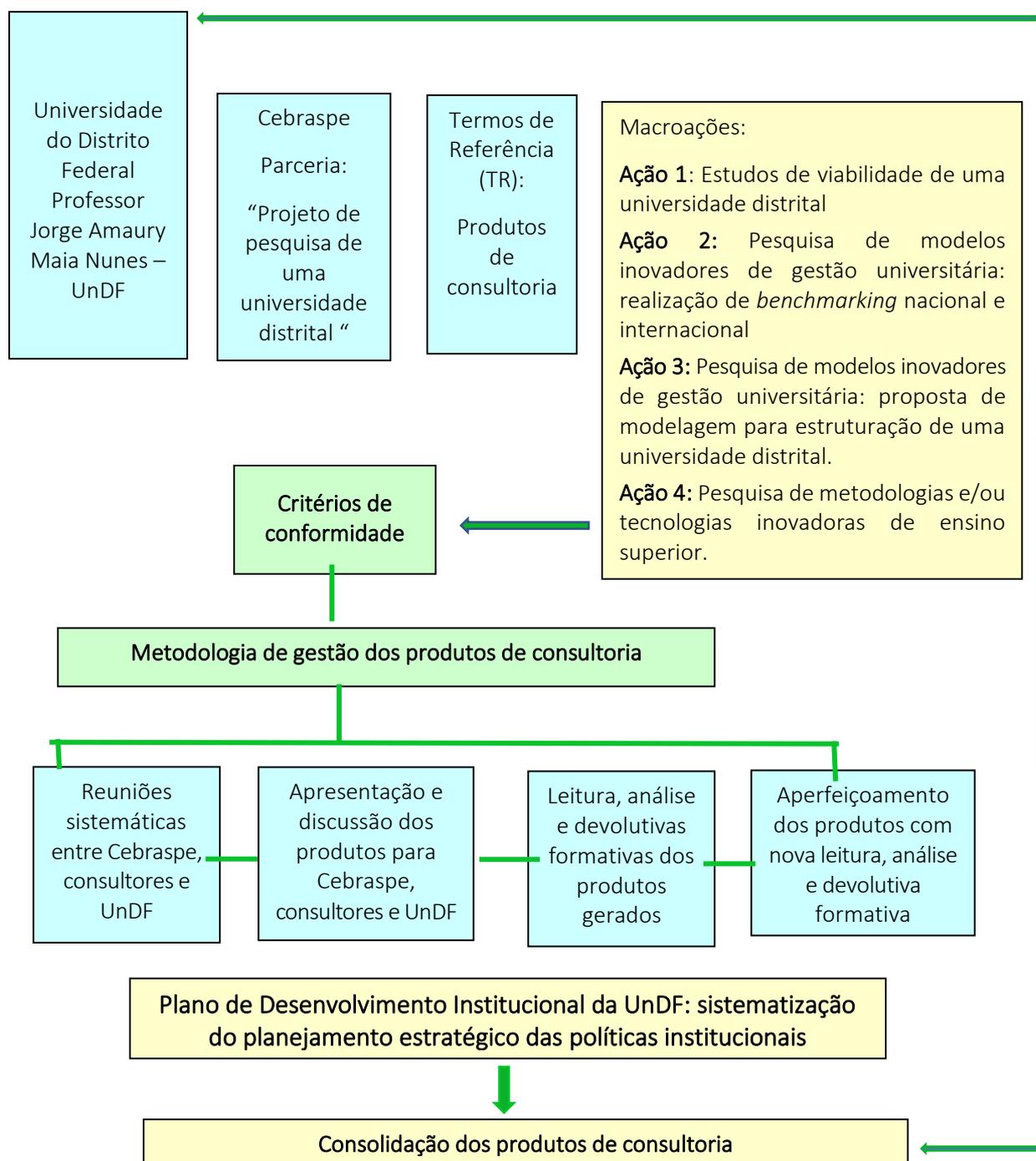
⁶ A Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) será abordada de maneira mais detalhada no Capítulo 2 deste PDI, quando será situada no processo de constituição da rede de educação superior do DF, como a segunda IES pública criada nessa rede, em 2001, e como Escola Vinculada à UnDF, por ocasião da criação desta, em 2021.

1.2 Dinâmica da leitura, análise e devolutivas formativas dos produtos gerados pelas Comissões Temáticas

Na apresentação do PDI proposto para a UnDF neste documento é importante contextualizar a metodologia de leitura e análise dos produtos desenvolvidos pelos consultores que formaram as várias Comissões Temáticas pela Comissão Acadêmica designada pelo Cebraspe⁷, cuja dinâmica do trabalho é traduzida na figura a seguir.

⁷ Essa Comissão Acadêmica foi composta pelas Profas. Dras. Cláudia Maffini Griboski (Diretora Executiva do Cebraspe) e Fabiane Robl e pelo Prof. Dr. José Vieira de Sousa.

Figura 3 – Esquema orientador da leitura e análise dos produtos gerados pelas Comissões Temáticas (Cebaspe)



Fonte: Elaboração própria

Como evidenciado na Figura 3, a leitura e a análise de cada produto foram realizadas obedecendo critérios de conformidade definidos pelo Cebaspe, que adotaram como escala de nível de atendimento: “Não atende”, “Atende parcialmente” e “Atende”. Além disso,

demandaram comentários específicos sobre as partes do produto, bem como outros de ordem geral, cuja elaboração o considerou em sua globalidade, sendo apresentados ao/à consultor/a em uma perspectiva formativa. Adotada ao longo do processo de construção dos produtos, esta abordagem oportunizou a coleta de dados e informações que possibilitassem a identificação daqueles pontos que já se mostravam fortes e outros que configuravam eventuais lacunas e/ou insuficiências ou que mereciam ser aprimorados, à luz dos critérios de conformidade definidos para seu desenvolvimento. Sua dimensão construtivo-colaborativa buscou contribuir para o aperfeiçoamento do produto de forma contínua e crescente, de maneira articulada à produção e elaboração de *feedbacks* estabelecidos por meio de diálogo e reciprocidade de entendimentos.

Feedback é uma informação específica sobre a comparação entre a observação da performance ou do conhecimento de um [indivíduo] no desempenho de uma tarefa e o padrão desejado. Ele busca aprimorar esse desempenho e reduzir a distância existente entre o ideal e o real. O feedback é considerado efetivo quando é capaz de gerar resultados, promovendo um desenvolvimento positivo e desejável. (PRICINOTE et. al, 2021, p. 2)

As devolutivas feitas pela Comissão Acadêmica foram formativas no sentido de que indicavam como os consultores estavam alinhando seus respectivos produtos em direção aos objetivos definidos em cada Termo de Referência, bem como sugeriam reflexões sobre possibilidades de progresso. Em termos práticos, buscavam sinalizar, em relação ao produto, o que se revelava potencialmente “em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a superação” (ESTEBAN, 2014, p. 53) de lacunas ou insuficiências fossem fomentadas pela Comissão Acadêmica.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRICO DA UnDF

Na construção da realidade social, a dimensão histórica contribui para a compreensão de que as pessoas vivem em tempos e espaços específicos que resultam de determinadas forças, o que demanda uma profunda reflexão sobre a forma como a educação constitui e é constituída pelos humanos. Disso decorrem muitas lições, sendo uma das mais importantes delas o reconhecimento de que “a educação não é um destino, mas uma construção social, o que renova o sentido da ação cotidiana de cada educador” (NÓVOA, 2016, p. 13).

Neste contexto, como instituição social de grande importância em diferentes tempos e espaços, a universidade assume papel estratégico na busca de respostas para os problemas apresentados pela sociedade, em uma perspectiva mais ampla, e nos processos formativos dos indivíduos, em plano mais específico. O alcance do significativo trabalho realizado por essa e outras instituições educativas para que a educação contribua para a construção social da realidade justifica a necessidade da historicização de sua origem e do seu percurso.

Disso decorre a relevância de serem registradas referências históricas que concorram para a compreensão do surgimento e instalação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Nunes – UnDF, de maneira que, desde sua origem, esta IES invista na preservação de sua memória. A preocupação por historicizar fatos sobre a criação dessa universidade dialoga com a tese de Le Goff (2003) de que “toda história é bem contemporânea na medida em que o passado é aprendido no presente” (p. 181).

Nesta perspectiva, a apresentação das referências históricas neste PDI sobre a criação e instalação da UnDF partilha de dois pressupostos fundamentais, um deles de caráter geral e outro específico. O primeiro diz respeito ao fato de que uma instituição educativa tem sua constituição orientada para atender, fundamentalmente, às necessidades humanas, razão pela qual “é criada para permanecer. As necessidades passageiras, de caráter conjuntural, são normalmente atendidas sem necessidade de se recorrer a atividades institucionalizadas” (SAVIANI, 2013). O segundo é que tal esforço tem por finalidade contribuir para a contextualização do seu perfil institucional e de sua identidade cultural e educacional. Em termos práticos, isso pode ajudar na compreensão histórica do papel que a instalação dessa universidade assume, considerando os valores norteadores de eventos que contribuíram/contribuem para diferentes momentos de sua origem e evolução.

2.1 A educação superior do Distrito Federal como *locus* de inserção da UnDF

É consensual que a história de uma universidade como a UnDF se constrói a partir de uma multidimensionalidade de fatores que demandam sua apropriação com base em abordagens metodológicas interdisciplinares – sociológica, pedagógica, cultural, legal, econômica, demográfica, antropológica, organizacional, curricular, etc. Em consequência, há necessidade de entender e explicar as razões de sua existência de maneira integrada ao sistema educativo mais amplo, além de sua contextualização no cenário local, regional, nacional e internacional, visando lhe conferir um sentido histórico. (MAGALHÃES, 2004)

Em razão do exposto, é importante que a instalação da UnDF seja contextualizada no cenário mais amplo da história da educação superior no Distrito Federal, visando uma melhor compreensão do importante papel que nele tem a cumprir. De acordo com Sousa (2013, 2021), a constituição do campo da educação superior no DF pode ser compreendida a partir de quatro grandes períodos. O autor estabelece uma periodização, tomando como referência básica a dinâmica assumida pelo conjunto de instituições que formam esse campo e suas interfaces com o cenário nacional, mediadas pelas políticas públicas definidas para o setor.

A imagem a seguir sintetiza esses períodos, ao mesmo tempo em que explicita o importante papel que a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF assumirá na educação superior, considerando sua criação no último deles.

Figura 4 – Períodos de criação, evolução e consolidação do campo da educação superior do DF



2.1.1 Gênese e instalação da educação superior do Distrito Federal (1962-1994)

A história da educação superior do DF tem início com a instalação da UnB, em 1962, porém, a criação dessa IES deu-se pela Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961 que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (FUB). O Art. 3º dessa lei estabeleceu que essa Fundação teria “por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de educação superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural” (BRASIL, 1961). Trata-se da primeira universidade federal instituída sob a forma de fundação, o que contribuiu para sua constituição como entidade autônoma com personalidade jurídica. Concebida, dentre outros, por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, ela foi pensada para ser uma “instituição experimental, livre para buscar novos caminhos no ensino e na pesquisa e soluções para os problemas nacionais sem, no entanto, descurar-se dos padrões internacionais” (OLIVEIRA, DOURADO e MENDONÇA, 2006, p. 154).

No que tange ao setor privado, as duas primeiras instituições criadas no DF surgiram em 1968 – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) e Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), tendo sido ambas “constituídas por atores que possuíam uma certa proximidade com o campo do poder político então vigente. (MARTINS, 1997, p. 165). Em 1994, o número de IES privadas locais chegava a treze, sendo três que delas funcionavam como faculdades integradas e dez na condição de estabelecimentos isolados (INEP, 1995). Desse total, doze mantiveram-se concentradas na Região Administrativa de Brasília, fazendo com que grande parte da população tivesse que se deslocar das outras Regiões Administrativas (RAs) do DF⁸ para realizar os cursos oferecidos por elas. Apenas uma dessas instituições foi instalada na cidade de Taguatinga, distante cerca de 25 km de Brasília, embora também tenha mantido um segundo *campus* próximo aos das demais, desde a década de 1970.

Os principais motivos para a instalação da rede de educação superior privada no DF foram basicamente: (i) o significativo crescimento populacional ocorrido no período 1970-

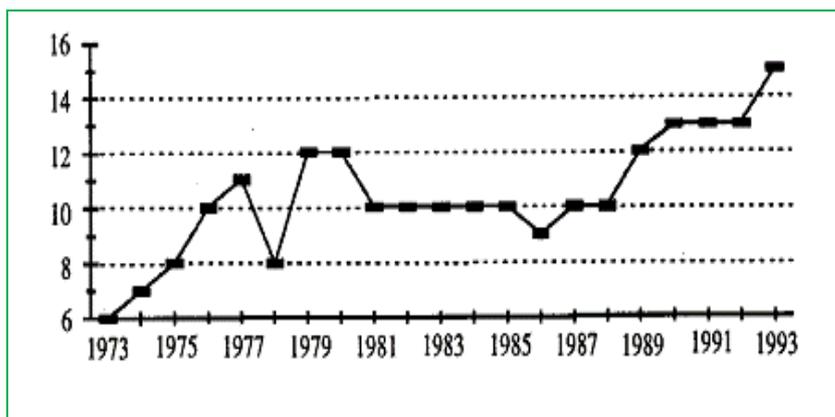
⁸ Nos termos da lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, o Distrito Federal seria dividido, inicialmente, em 8 (oito) Regiões Administrativas: Taguatinga, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Gama, Jardim, Paranoá e Brasília com o propósito de descentralizar e coordenar os serviços de natureza local. Em termos conceituais, a Região Administrativa compreenderia áreas urbanas, áreas de expansão urbana e áreas rurais a serem fixadas, à época, por decreto do Prefeito do Distrito Federal (BRASIL, 1964). Na prática, cada uma delas possui um órgão administrativo próprio, o qual assume o papel de facilitar o controle e de administrar a Capital Federal como um todo.

1992, uma vez que no primeiro ano do período a população urbana dessa Unidade Federativa (UF) era de 537.146 habitantes e, no último, foi estimada em 1.596.274, representando um aumento a ordem de 197,1%; (ii) o lento ritmo de crescimento da UnB que, apesar dos seus esforços institucionais, ainda não conseguia responder satisfatoriamente às demandas sociais apresentadas, notadamente no âmbito da graduação; (iii) o fato de essa universidade pública ter implantado o ensino noturno apenas em 1989 (MARTINS, 1997).

De maneira geral, o ritmo de crescimento do número de estabelecimentos que formavam a rede superior privada do DF, entre 1962 e 1993, mostrou-se lento, à proporção que, além dos dois criados no final da década de 1960, outros três instalados na década de 1970, cinco nos anos 1980 e três no início da década de 1990.

No período entre 1973 e 1993, ao contrário das pequenas taxas de crescimento da educação superior verificadas no país, ocorreu um aumento da ordem de 150% no número de IES do DF. Isto porque no primeiro ano desse interstício havia seis instituições nesta UF e, vinte anos depois, o número chegou a quatorze, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Evolução do número de instituições de educação superior no Distrito Federal (1973-1993)⁹



Fonte: Martins (1997, p. 169)

Os dados do gráfico atestam uma considerável expansão das IES no DF entre 1989 e 1993, mas também certa descontinuidade em um momento anterior – 1978 e 1981. Todavia,

⁹ De acordo com dados da Sinopse da Educação Superior (INEP, 1995), nos anos de 1995 e 1996 não foi criada nenhuma IES no DF, o que se explica, dentre outros, pelo fato de ter ocorrido a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE), conforme artigos 3º e 4º da Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994 (BRASIL, 1994). Do ponto de vista legal, esta decisão implicou a suspensão da criação de novas instituições em todo o país, durante determinado período de tempo (SOUSA, 2013).

durante todo o período em destaque, o DF continuou com apenas uma instituição pública – UnB – sendo todas as demais vinculadas ao setor privado.

Os dados mostram que no mesmo recorte temporal mostrado no gráfico, houve uma concentração bastante expressiva de concluintes no segmento privado. Dessa forma, em 1973, aproximadamente 1.750 estudantes concluíram seus cursos de graduação nas IES privadas do DF, enquanto no ano de 1993, esse número subiu para 4.685, revelando um aumento de 168%. Em outra direção, na UnB o número de conclusões foi de 900, em 1973 e de 979, duas décadas depois (MEC, 1995), demonstrando que houve um discreto aumento de 9% no número de concluintes. Em razão disso, nas IES privadas do DF o número de conclusões de graduações havia crescido 18 (dezoito) vezes mais do que na UnB, no recorte temporal analisado. Esses dados comprovam que a função principal do setor privado foi “o atendimento à demanda crescente dos diplomas de nível superior [...] os estabelecimentos particulares não buscaram a atividade de pesquisa como elemento definidor de sua vocação institucional” (p. 38)

Do ponto de vista dos cursos privilegiados pelo setor privado, apenas a partir de meados da década de 1980 os de Odontologia e Fisioterapia passaram a ser ofertados pelas instituições a ele vinculados. Até 1993 não eram ofertados por essas mesmas IES cursos ligados, por exemplo, às áreas das Ciências Agrárias e Engenharias, que também eram exclusividade do setor público. Até esse ano, os cursos ofertados pela esfera privada concentravam-se nas áreas de “Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Somente estas duas áreas do conhecimento [abarcavam] 61% do total dos cursos oferecidos pela rede privada” (MARTINS, 1997, p. 162).

Todavia, é ainda no final da fase inicial de constituição da rede de educação superior do DF (1962-1994) que se encontra a primeira referência legal expressando o desejo da instalação de uma universidade pública no DF. Trata-se da publicação da Lei nº 400, de 29 de dezembro de 1992 (GDF, 1992a), que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal – URB, tema abordado no item 2.2 deste capítulo, que recupera elementos importantes para a compreensão do histórico de criação da UnDF.

2.1.2 Expansão do setor privado e criação da segunda IES pública do DF (1995-2002)

O segundo período da história da rede de educação superior no DF (1995-2002) também revela expressiva ampliação do setor privado, mas também a iniciativa do Governo do

Distrito Federal em criar segunda IES pública local: Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), em 2001, que passou a contribuir para a ampliação do acesso às vagas do setor.

A UnB adentra na década de 1990 retomando seu processo de redemocratização por meio, por exemplo, da eleição de seu primeiro reitor pelo voto direto – Cristovam Buarque, em 1989. Ao mesmo tempo, lida com as graves questões de financiamento que afetaram todas as universidades públicas impostas pelo governo federal, à época. Todavia, apesar das restrições orçamentárias, ampliou em 13,2% no número de cursos de graduação, entre 1995 e 2002, percentual próximo daquele relativo aos seus cursos noturnos, criados em 1989 (15,4%). No mesmo período, o aumento do número de seus estudantes formados foi bem mais elevado (78,2%), visto que no primeiro ano do período analisado, um total de 1.464 estudantes concluiu seus estudos de graduação, chegando a 2.609, no último (UnB, 2006). Os dados da tabela a seguir apresentam o número de matrículas de graduação da UnB no referido período, em comparação com o total relativo ao DF e às IES privadas locais.

Tabela 1 – Matrículas em cursos presenciais de graduação no Distrito Federal e na UnB (1995-2002)

| Ano | Distrito Federal | % | UnB | % |
|------------------|------------------|----------|-------------|----------|
| 1995 | 38.686 | 100 | 12.811 | 33,1 |
| 1996 | 41.000 | 100 | 13.581 | 33,1 |
| 1997 | 43.569 | 100 | 14.170 | 32,5 |
| 1998 | 47.547 | 100 | 14.651 | 30,8 |
| 1999 | 55.910 | 100 | 16.925 | 30,3 |
| 2000 | 67.250 | 100 | 17.777 | 26,5 |
| 2001 | 79.329 | 100 | 17.627 | 22,2 |
| 2002 | 96.043 | 100 | 20.501 | 21,3 |
| 1995/2002 | 148,2 | – | 60,0 | – |

Fonte: INEP (2004)

Ainda no âmbito do setor público da educação superior no DF, no período 1995-2002, é importante situar a criação da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). Trata-se de IES mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), cuja criação deu-se por meio da Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001, vinculada à Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Concretamente, ao instituir essa Fundação, o Governo do Distrito Federal acabou por assumir uma dupla responsabilidade: (i) dar suporte público para a

regulamentação geral da mantida (ESCS); (ii) oferecer o aporte financeiro necessário para a criação e o desenvolvimento do curso de Medicina proposto por essa IES. “Além disso, sua mantenedora visava incorporar uma escola de ensino médio, destinada a formar profissionais na área de saúde, que funcionava no mesmo local desde os anos 1970” (SOUSA, 2003, p. 107).

O primeiro processo seletivo da ESCS, realizado em julho de 2001, contou com um total de 5.404 candidatos. Todavia, sofreu uma ação do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cujo objeto era a solicitação da suspensão do exame, bem como a proibição das matrículas e do início das aulas. A alegação era que o Governo do Distrito Federal não vinha cumprindo os requisitos constitucionais definidos para a educação básica e que, por isso, não poderia investir na educação de nível superior. Essa ação foi cassada a partir do entendimento de que “no Distrito Federal, sempre reinou o império do ensino superior privado, via de regra, de má qualidade e de alto custo para a população local [...] decretar a suspensão do vestibular milita justamente em desfavor do interesse público” (REZENDE, 2001, p. 17).

O Projeto Pedagógico do curso de Medicina da ESCS foi concebido a partir das proposições formuladas pela Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação.¹⁰ Ao assumir essas proposições, justificava a criação do curso com uma proposta que visava estabelecer uma prática acadêmica contemporânea aos desafios do ensino médico. “O novo curso de Medicina proporcionará estímulos à implantação de política pública convergente e estratégica em diversas áreas da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, como a qualificação de pessoal e a revisão do modelo assistencial e das normas vigentes.” (SES/DF, 2001, p. 19).

De acordo com seu projeto institucional, a ESCS já surge no cenário da educação superior do DF como uma instituição preocupada em formar médicos para cuidar da saúde dos indivíduos em uma perspectiva integral e humanística. Seu currículo foi proposto visando garantir aos seus estudantes uma formação “que procure atender as pessoas que buscam seus

¹⁰ Este documento resultou da Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco), no período de 5 a 9.10.1998, em Paris. Desse evento, participaram mais de 180 países e cerca de quatro mil pessoas que discutiram a especificidade e os desafios da educação superior no final do século XX, 120 delegações nacionais oficiais, presididas pelos seus respectivos ministros, representantes de parlamentos, da rede privada, de associações de universidades internacionais e regionais, de associações de professores e estudantes, pesquisadores da área e reitores. Antecederam esta grande reunião cinco conferências regionais preparatórias, realizadas em Beirute, Dakar, Havana, Palermo e Tóquio. (UNESCO, 1999)

cuidados em seus aspectos biológico-sociais, e não apenas como portador de doenças.” (SES/DF, 2001, p. 2). Com o propósito de avançar com sua proposta inovadora, a ESCS buscou investir, desde sua implantação, na abordagem curricular das metodologias ativas. Em 2002, essa IES contava com um total de 160 matrículas no curso de Medicina – 80 ingressantes no referido ano e outros 80 no ano anterior –, além de 57 funções docentes (INEP, 2004).

Entretanto, apesar do significado apresentado pela criação dessa segunda IES pública no DF, o setor privado continuava a revelar uma forte expansão, em níveis superiores ao verificado no cenário nacional. No ano de 1995 existia, no Brasil, um total de 684 IES privadas, passando esse número para 1.442, em 2002, o que correspondeu a um crescimento de 110,8%. Entretanto, no mesmo período, a ampliação do número desse tipo de estabelecimentos mostrou-se bem mais acentuado no DF, visto que passou de apenas 12 (doze) para 63 (sessenta e três), revelando um expressivo crescimento de 425,0% (INEP (2004).

Em razão disso, entre 1995 e 2002, foi criado um total de 53 (cinquenta e três) IES no DF, sendo apenas uma delas de natureza pública (ESCS). A expressiva quantidade de 52 (cinquenta e duas) instituições privadas instaladas, nesse período, representou um aumento de 333,3%, em relação ao número de estabelecimentos dessa natureza criados entre 1968 e 1994. Entretanto, ao contrário do que ocorreu no último período citado, quando as instituições se concentravam na Região Administrativa de Brasília, a rede superior privada local diversificou-se consideravelmente a partir de 1995, visto que a instalação de suas IES ocorreu em várias outras regiões do DF. De acordo com Sousa (2013), este processo expansionista foi mais expressivo nos intervalos “1998-1999 e 2001-2002, correspondendo à instalação, em média, de 10 (dez) novas instituições privadas por ano [o que], nesses dois intervalos, equivale a 82,7% do total de estabelecimentos privados que surgiram no período como um todo” (p. 154)

Em 2002, a educação superior no DF já contava 65 IES, número que se mostrou relativamente estável nos próximos anos, porém o segmento privado era responsável por 63 dessas instituições, correspondendo a 97,0% do total (INEP, 2004). Esse aumento do número de instituições privadas fez com que as matrículas no setor crescessem bastante (191,3%), visto que passaram de 25.419 estudantes, em 1995, para 75.382, em 2002. (INEP, 1996 e 2004),

A título de síntese, registram-se as cinco causas que justificam a grande expansão do setor privado da educação superior no DF no período entre 1995 e 2002: (i) a demanda existente e que não vinha sendo atendida pela única instituição pública (UnB) e pelos estabelecimentos privados criados no período entre 1968 e 1994; (ii) o estímulo apresentado

pela política educacional definida pelo governo federal para esse nível educacional, à época; (iii) a rentabilidade atribuída ao segmento privado da educação superior; (iv) o interesse de alguns proprietários de escolas de educação básica em aproveitar a estrutura que seus estabelecimentos já possuíam; (v) o nível de renda da população local, considerado elevado em relação ao de outras Unidades Federativas. (SOUSA, 2003, 2013).

2.1.3 Ampliação da oferta pública e consolidação e sinais de exaustão do setor privado (2003-2010)

A terceira fase da história da educação superior do DF, que vai de 2003 a 2010, caracteriza-se por duas grandes tendências. A primeira diz respeito à ampliação da oferta pelo setor público, mediante: (i) a instalação de três novos *campi* da UnB em diferentes Regiões Administrativas – Planaltina (2006), Ceilândia e Gama (2008), em consonância com as políticas definidas para a expansão das universidades federais, no período; (ii) a criação do Instituto Federal de Brasília (IFB)¹¹, também no último ano citado, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A segunda tendência refere-se à intensificação do processo concorrencial entre as IES privadas locais, porém convivendo com sinais de exaustão do setor a que pertencem, no que tange, notadamente, ao seu número de matrículas. Acompanhando uma tendência verificada, de certa maneira, em âmbito nacional (SOUSA, 2010).

No período 2003-2010, a expansão da UnB insere-se nas políticas nele adotadas para a educação superior, notadamente aquelas direcionadas à interiorização dos *campi* das universidades federais. Além disso, mostrou pioneirismo ao aprovar, em 2003, a adoção do sistema de cotas para negros em seus cursos de graduação, ampliando isso, em 2004, para o ingresso de dez indígenas, a cada semestre. “A ação afirmativa que prevê reserva de 20% do

¹¹ O Instituto Federal de Brasília (IFB) foi criado por meio da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dentre outras providências, essa cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia De acordo o seu Art. 2º, os Institutos Federais são “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”. (BRASIL, 2008). No caso do Instituto Federal de Brasília (IFB), os primeiros registros de sua atuação aparecem no Censo da Educação Superior de 2010 (INEP, 2011).

total de vagas [semestralmente] para afrodescendentes é aprovada [...] após cinco anos de debates, em 26 de julho de 2003”. (UnB, 2012, p. 58). Considerando políticas desta natureza e a criação dos seus novos *campi*, ampliou sua atuação, de forma que, em 2010, o número de seus estudantes chegou a 37.031, distribuídos em 103 cursos de graduação e 182 de pós-graduação – 64 de mestrado, 45 de doutorado e 73 de especialização *lato sensu*.

A Tabela 2 apresenta dados que mostram um aumento crescente no número de matrículas na educação superior pública do DF, incluindo UnB, ESCS e IFB, no período analisado.

Tabela 2 – Matrículas nas instituições públicas de educação superior no DF (2003-2010)

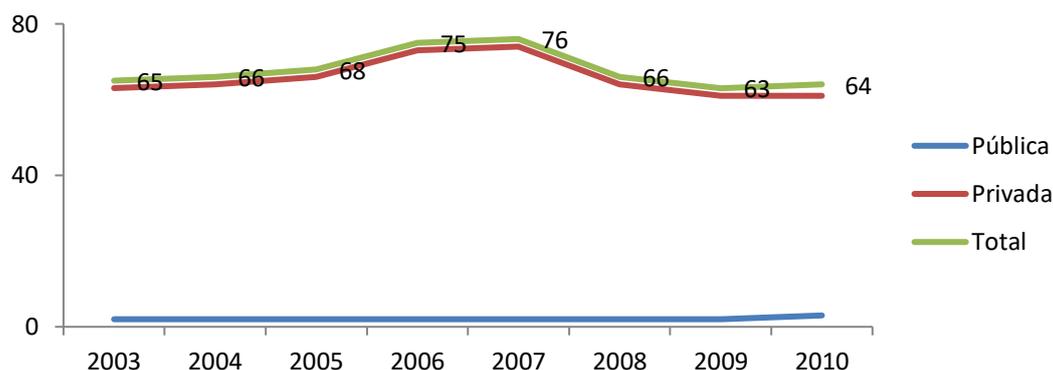
| Ano | Total | % | Federal | | | | Estadual | % |
|------|--------|-------|--------------------------|------|-------------------------------|-----|--------------------------------------|-----|
| | | | Universidade de Brasília | % | Instituto Federal de Brasília | % | Escola Superior de Ciências da Saúde | |
| 2003 | 18.759 | 100,0 | 18.524 | 98,8 | — | — | 235 | 1,2 |
| 2004 | 19.058 | 100,0 | 18.747 | 98,4 | — | — | 311 | 1,6 |
| 2005 | 19.079 | 100,0 | 18.679 | 97,9 | — | — | 400 | 2,1 |
| 2006 | 19.440 | 100,0 | 18.957 | 97,5 | — | — | 483 | 2,5 |
| 2007 | 19.056 | 100,0 | 18.494 | 97,0 | — | — | 562 | 3,0 |
| 2008 | 18.726 | 100,0 | 18.230 | 97,4 | — | — | 496 | 2,6 |
| 2009 | 22.436 | 100,0 | 21.880 | 97,5 | — | — | 556 | 2,5 |
| 2010 | 24.750 | 100,0 | 24.065 | 97,2 | 88 | 0,4 | 597 | 2,4 |

Fonte (INEP, 2012)

Os dados da tabela permitem constatar que, no período nela retratado, a média geral das matrículas efetivadas na UnB, em relação ao total do setor público, foi de 97,7%, enquanto na ESCS foi de 2,2%. No caso desta última IES, cabe ressaltar que a ampliação de suas matrículas nos dois últimos anos do período decorreu da implantação do seu curso de Enfermagem), autorizado a funcionar por meio da Portaria nº 195, de 08 de setembro de 2008 (CEDF, 2008).

No mesmo cenário, ocorrem transformações no setor privado da educação superior do DF. Porém, ao contrário do que aconteceu no período anterior, quando foram criadas 52 (cinquenta e duas) IES privadas locais, no de 2003 a 2010, o aumento dessas instituições somente ocorreu em um pequeno intervalo de tempo, como mostrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Evolução do número de IES criadas no DF, por ano, entre 2003 e 2010



Fonte: elaboração própria com base no Censo da Educação Superior 2010 (INEP, 2012)

Os dados mostram que em todo o período analisado, ocorreu um crescimento negativo (-1,5%) do número de IES privadas no DF, bem como um tímido aumento no intervalo de 2003 a 2005, seguido de um aumento em 2006 e 2007 (respectivamente, sete e oito instituições privadas, em relação a 2005). Todavia, a partir de 2008, ocorreu uma diminuição acentuada de dez delas, número correspondente a 15,7% do total, uma vez passou de 76 para 64, em 2010. Esta redução de IES ocorreu por razões diversas, como “fusão de instituições, compras daquelas de menor porte por outras de maior porte, entrada de instituições criadas em outras unidades da federação no território do DF ou, ainda, a falência de algumas delas, diante da crise que começou a afetar o setor no início da década de 2000.” (SOUSA, 2013, p. 190).

É neste mesmo cenário que a rede privada da educação superior do DF mostrou evidências de certa reconfiguração, a partir de sinais associados ao fenômeno de vagas ociosas, tendência também presente no plano nacional, visto que, “em 2003, o setor privado superior brasileiro registrava 42,1% de vagas ociosas” (INEP, 2004, p,8). Em 2010, a rede superior privada do DF ofertava um total de 120.322 vagas, das quais 40.229 (33,4%) eram ocupadas e 80.193 (66,6%) configuravam vagas ociosas (INEP, 2012).

Com base nesses dados, é razoável supor que, apesar de a renda do DF ser superior à média nacional, várias IES privadas passaram a lidar, com o risco de os estudantes que as buscavam não poderem mais arcar com o valor cobrado pelos seus serviços. Os dados mostram, também, uma redução do poder indutor da expansão via setor privado da educação superior local, realidade também observada no Brasil, na mesma época (SOUSA, 2010). Para lidar com o problema o setor privado passou a adotar estratégias de marketing junto à

sociedade, visando divulgar suas atividades, na tentativa de diminuir o crescente aumento de vagas ociosas.

2.1.4 Diversificação da oferta de educação superior nas esferas pública e privada (2011 ...)

A fase mais recente de configuração da educação superior do DF teve início em 2011, caracterizando-se pela diversificação de IES e pela oferta de novos cursos nos setores público e privado. Além disso, evidencia a continuidade da histórica prevalência numérica de instituições privadas sobre aquelas vinculadas ao setor público.

Em maio de 2022, o Cadastro e-MEC¹² – Sistema de Fluxo de Processos de Regulação e Avaliação da Educação Superior – registrava um total de 91 (noventa e uma) instituições de educação superior em atividade no DF, sendo nove delas inscritas como Escolas de Governo¹³, e outras cinco (5) apenas para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Todavia, a mesma fonte indica a existência de 77 (setenta e sete) IES locais cadastradas para ofertar cursos de graduação, que são detalhadas na tabela a seguir, pelo critério de categoria administrativa.

Tabela 2 – Distribuição das IES credenciadas no Distrito Federal quanto à categoria administrativa (2022)

| Categoria administrativa | Quantidade |
|---|-------------------|
| Pessoa jurídica de direito público – Estadual | 02 |
| Pessoa jurídica de direito público – Federal | 03 |
| Privada com fins lucrativos | 50 |
| Privadas sem fins lucrativos | 22 |
| TOTAL | 77 |

Fonte: elaboração própria, com base nos dados constantes do Cadastro e-MEC (maio/2022).

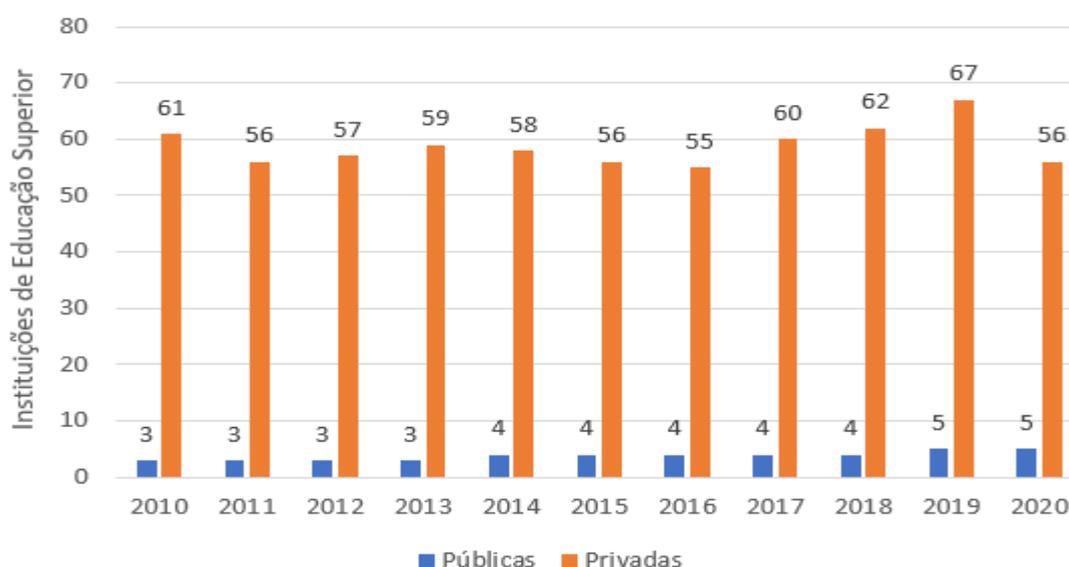
¹² O Cadastro e-MEC é mantido pelo Ministério da Educação (MEC) e corresponde a uma base de dados oficial de cursos e IES, agregando informações das instituições vinculadas ao Sistema Federal de Ensino – formado pelas IES federais e aquelas de natureza privada –, bem como daquelas que fazem parte dos sistemas estaduais/distrital de educação.

¹³ Conforme dados do Cadastro e-MEC, todas essas nove instituições são Escolas de Governo são constituídas como Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, sendo elas: Academia Nacional de Polícia (ANP); Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor); Escola da Advocacia Geral da União; Escola de Administração Fazendária; Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ESINT/ABIN; Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (ISC-TCU).

Entretanto, o último Censo da Educação Superior publicado, relativo ao ano de 2020 (INEP, 2022) aponta um total de 61 (sessenta e uma) IES atuando no DF. Destas, cinco são públicas (uma universidade federal, um instituto federal, duas faculdades distritais e uma federal), e 56 (cinquenta e seis) estabelecimentos privados – uma universidade, nove centros universitários e 46 faculdades. Assim, para os propósitos do PDI proposto neste documento, é considerada para a oferta de cursos de graduação a quantidade de IES locais trazida pelos dados do referido censo.

O Gráfico 3 mostra, a seguir, a evolução do número de IES no DF, corresponde ao período de uma década (2010-2020).

Gráfico 3 – Evolução do número de IES públicas e privadas com atuação no Distrito Federal (2010-2020)



Fonte: elaboração própria com base no Censo da Educação Superior 2020 (INEP, 2022)

Mantendo semelhança com o que ocorreu nos períodos 1995-2002 e 2003-2010, este conjunto de instituições de IES se distribuiu pelas diversas Regiões Administrativas do DF, cujos limites foram definidos pela Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019 (GDF, 2019).

O mapa a seguir mostra a distribuição espacial do conjunto dessas RAs, em 2021¹⁴, ano de criação da UnDF.

¹⁴ Em 2021, o DF contava com 33 (trinta e três) RAs, sendo elas: (I) Plano Piloto; (II) Gama; (III) Taguatinga; (IV) Brazlândia; (V) Sobradinho; (VI) Planaltina; (VII) Paranoá; (VIII) Núcleo Bandeirante; (IX) Ceilândia; (X) Guará; (XI)

Mapa 1 – Limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal em 2021



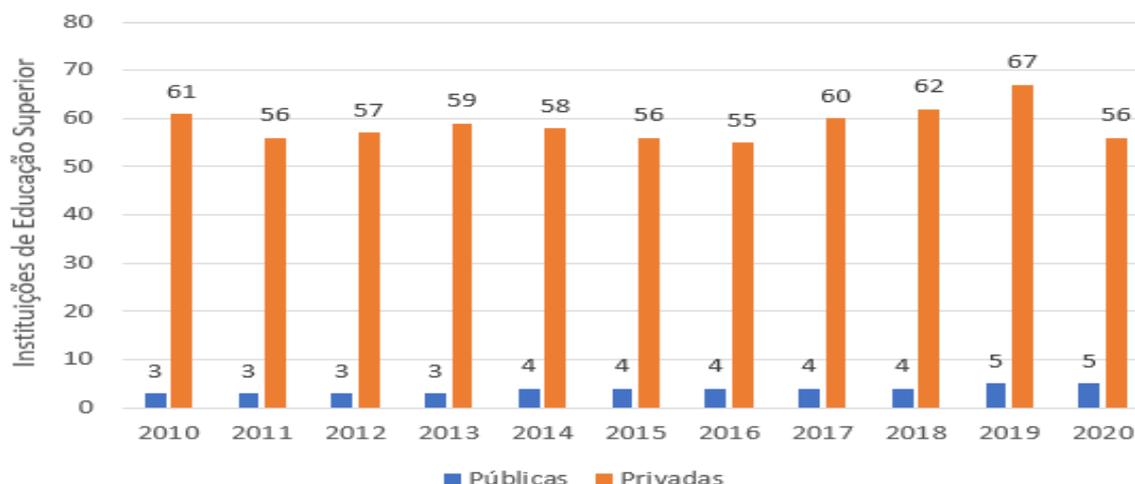
Fonte: Codeplan (2021)

As mudanças verificadas na rede educação superior local, desde 2011 até a produção do PDI da UnDF, revelam que ela vem se transformando à luz de um duplo movimento – ora, mostrando sintonia com as tendências evidenciadas no cenário nacional, ora assumindo posições que caracterizam sua própria dinâmica. As IES que compõem são marcadas pela diversidade e heterogeneidade, ao mesmo tempo que estabelecem e preservam relações diferenciadas com os campos político, econômico e acadêmico, os quais acabam influenciando, em níveis variados, sua atuação. Paralelamente, adotam estratégias de gestão, visando divulgar a oferta dos seus cursos e, assim, absorver a demanda existente.

O Gráfico 3, apresentado a seguir, mostra a evolução do número de IES no DF, corresponde ao período de uma década (2010-2020).

Cruzeiro; (XII) Samambaia; (XIII) Santa Maria; (XIV) São Sebastião; (XV) Recanto das Emas; (XVI) Lago Sul; (XVII) Riacho Fundo; (XVIII) Lago Norte; (XIX) Candangolândia; (XX) Águas Claras; (XXI) Riacho Fundo 2; (XXII) Sudoeste/Octogonal; (XXIII) Varjão; (XXIV) Park Way; (XXV) Estrutural/SCIA; (XXVI) Sobradinho II; (XXVII) Jardim Botânico; (XXVIII) Itapoã; (XXIX) Setor de Indústria e Abastecimento/SAI; (XXX) Vicente Pires; (XXXI) Fercal; (XXXII) Sol Nascente/Pôr do Sol; (XXXIII) Arniqueira. (CODEPLAN, 2021).

Gráfico 3 – Número de IES públicas e privadas com atuação no Distrito Federal (2010-2020)



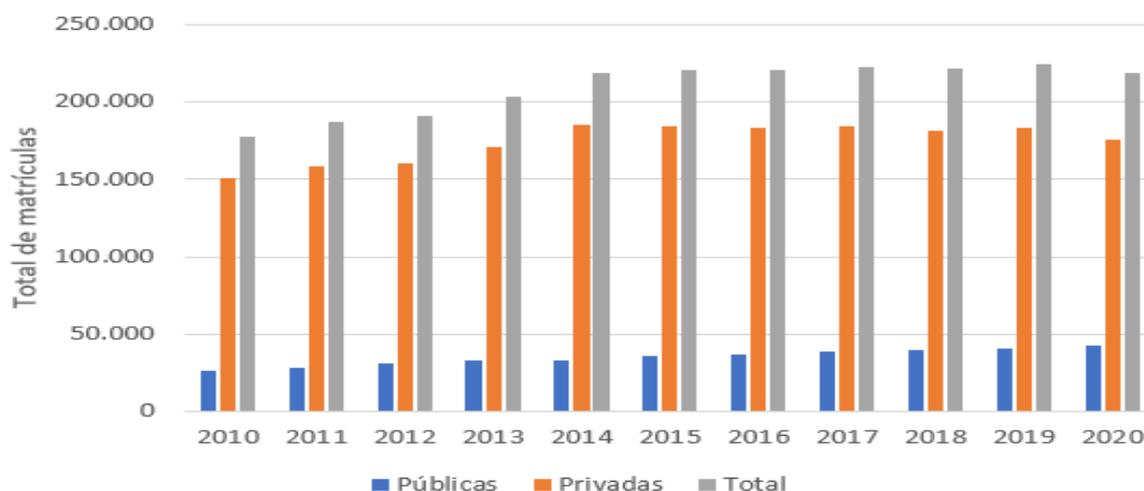
Fonte: elaboração própria com base no Censo da Educação Superior 2020 (INEP, 2022)

Outro aspecto importante a considerar é que, de maneira geral, o investimento que as IES locais inclusive as públicas, fazem em suas políticas revela-se associado às respectivas identidades que vêm construindo ou buscando construir no cenário do qual fazem parte. É razoável supor que a criação de uma marca própria corresponde a uma condição vital para sua permanência nesse cenário, o qual requer que cada uma busque um diferencial que ajude em sua distinção das demais. É nesta direção que o PDI da UnDF sinaliza referências importantes para que suas políticas sejam desenvolvidas na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, de maneira a contribuir significativamente para que, também essa instituição, venha a construir e solidificar sua identidade no campo da educação superior do DF, da RIDE-DF e do Brasil.

Com efeito, mais recentemente, a rede de educação superior do DF tem se mostrado bastante diversificada, revelando que suas instituições são bastante diferenciadas em sentidos diversos – propostas, vocações, marcas, produtos e serviços –, visando atender a uma demanda que, historicamente, o Estado não consegue prover. Nesse contexto, ainda existe uma demanda formada por um grande contingente de estudantes que têm dificuldades em financiar seus estudos e que, diante disso, precisa ter acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Ainda que essa clientela se mostre distinta em função de diversos fatores, como, por exemplo, as carreiras que busca, ela continua apresentando para o setor público o desafio de ampliação da oferta, visando a democratização do seu acesso e a permanência com êxito.

Este quadro é melhor delineado e compreendido quando são analisados os dados sobre as matrículas na educação superior do DF, considerando o período tratado no próximo gráfico.

Gráfico 4 – Matrículas em graduações presenciais e a distância nas instituições de educação superior no Distrito Federal (2010-2020)



Considerando a evolução das matrículas de cursos de graduação presenciais e a distância no DF, no período de 2010 a 2020, constata-se que há certa estabilidade entre 2014 e o último ano da série. Porém, verifica-se, também, uma pequena oscilação nos números relativos aos últimos três anos do intervalo – aumento de 2018 para 2019 (1,3%), respectivamente, 221.535 e 224.454 matrículas – e redução de -2,4% para 2020 (219.029). No caso deste último ano, do total de matrículas, 42.959, correspondendo a 19,6% do total estavam no setor público e 176.070 (83,4%) no setor privado (INEP, 2022). Do ponto de vista da categoria administrativa, em todo o intervalo analisado, houve um aumento de 57,6%, visto que passou de 24.750 matrículas, em 2010, para 42.959, no ano de 2020 (INEP, 2011 e 2022).

Nos anos que antecedem a criação da UnDF, a prevalência histórica das IES de natureza privada e não-universitárias – majoritariamente faculdades e, em seguida, centros universitários – verificada no DF guarda estreita semelhança com a realidade observada na RIDE-DF. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2020), de um conjunto de 88 (oitenta e oito) IES instaladas nessa Região 72 (setenta e duas) delas localizavam-se no DF, enquanto os municípios mineiros e goianos que dela fazem parte contavam com as outras 16 (dezesseis), das quais apenas 5 (cinco) eram de natureza pública.

Ainda conforme a mesma fonte, fazendo parte desse expressivo conjunto de IES apenas duas eram universidades – Universidade de Brasília, pública e federal, e Universidade Católica de Brasília (UCB), privada sem fins lucrativos.

Partindo do princípio de que uma análise é, ao mesmo tempo, explicativa e interpretativa, a discussão feita neste capítulo deste PDI teve como finalidade desvelar o processo de constituição da rede de educação superior no DF, considerando que a UnDF se insere nessa mesma rede e nela assume um importante papel, como instituição pública. Para tanto, buscou trazer elementos históricos que contribuem para caracterizar a gênese, evolução e as transformações mais recentes ocorridas nas esferas pública e privada da rede, de maneira a contribuir para uma melhor compreensão do cenário no qual se dá a inserção da UnDF.

2.2 Criação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF

A perspectiva histórica norteadora da discussão empreendida na seção anterior deste capítulo sobre a constituição da rede de educação superior do DF apresentou elementos diversos para o reconhecimento de que a dinâmica dessa rede é marcada pela heterogeneidade das instituições que a compõem. Com base nesta ideia, é fundamental situar a UnDF neste cenário, também em uma abordagem histórica, a partir da contextualização de fatos e decisões institucionais e legais que, em um *continuum*, concorreram para sua criação e instalação.

2.2.1 Antecedentes históricos e legais

Historicizar a origem de uma universidade é empreender esforços, visando levantar elementos que concorram para a compreensão do compromisso social que essa instituição assume na realidade material e cultural na qual se insere. Sob esse ângulo, implica valorizar os esforços de um coletivo que contribuiu para que isso se concretizasse, visto que sua história acaba sendo construída a partir de memórias e olhares tanto de indivíduos como de grupos. Além disso, fundamenta-se no reconhecimento de, ao invés de serem meros recortes independentes de determinada realidade social, política, cultural econômica e educacional

(SANFELICE, 2007) as instituições educativas são, na realidade, espaços formativos nos quais a visão do coletivo ganha expressiva importância.

Registrar os primórdios da história de uma universidade, caso da UnDF, demanda considerar a gama de fatores que contribuíram para sua criação, bem como a complexidade que isso envolve, na perspectiva de um fato histórico que não pode ser analisado de maneira isolada da constelação de fatores que o determinaram. Desse ponto de vista, criação da UnDF no cenário mais amplo da educação superior do DF constitui um fato histórico, razão pela qual merece ser compreendido como sendo capaz

[...] de um lado definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto, ser revelador e ao mesmo tempo determinado [...] conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. (KOSIK, 2010, p. 41).

Preliminarmente, cabe lembrar que, embora a UnDF seja criada apenas em 2021, como resultado dos esforços empreendidos por um coletivo preocupado com a ampliação da oferta de educação superior pública no DF e na RIDE-DF, as primeiras referências à instalação de uma universidade de âmbito distrital podem ser encontradas ainda no início da década de 1990, por meio da Lei nº 400/1992, que autorizava o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal – URB, instituição destinada a manter e realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, na condição de entidade vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal (art. 1º). De acordo com a lei, essa universidade teria sede e foro na Região Administrativa de Taguatinga, sendo dotada de personalidade jurídica de direito público. (art. 2º). Ao tratar da organização administrativa e do seu projeto de estruturação acadêmica da Fundação, o art. 3º da lei estabelece “a integração da instituição com o processo de desenvolvimento e cultura, na região geoeducacional a que pertence, de forma **inovadora e cooperativa com o setor produtivo** e demais instâncias comunitárias” (GDF, 1992a – grifos nossos). Todavia, no art. 4º, define que ao executar programas e atividades didáticas e pedagógicas, a URB desenvolveria “a educação à distância [sic] destinada preferencialmente, à população adulta engajada no trabalho produtivo e a pessoas na terceira idade”. (GDF, 1992a). Desse marco legal, é importante chamar a atenção para dois elementos que, quase três

décadas depois, dentre outros, serão elementos fortemente presentes no PDI da UnDF: a inovação, associada ao mundo produtivo e a política de educação a distância.

Também publicada no mesmo dia da anteriormente comentada, 29 de dezembro de 1992 (GDF, 1992b), a Lei nº 403/1992, autorizava o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal e, por consequência, a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal – UnAB/DF (GDF, 1992b)¹⁵. Desde então, a legislação distrital passou a conviver com o desejo de ser criada uma IES pertencente à organização administrativa do DF.

Na sequência dos fatos, em 8 de junho de 1993, foi promulgada a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) que, além de estabelecer os fundamentos da organização desta UF no âmbito de sua autonomia constitucional como integrante do regime federativo, previa a criação de uma universidade pública: “Disposições Transitórias [...] Art. 36. A lei instituirá a Universidade Regional do Planalto – Uniplan, órgão vinculado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, e estabelecerá sua estrutura e objetivos.” (GDF, 1993). É também a partir do que fixa essa lei que o DF passava a ter a obrigação de criar um sistema próprio de educação superior pública.

Art. 240. O Poder Público deve criar seu próprio sistema de educação superior, articulado com os demais níveis, na forma da lei.

§ 1º Na instalação de unidades de educação superior do Distrito Federal, consideram-se, prioritariamente, regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, observada a vocação regional. (GDF, 1993).¹⁶

Entretanto, apesar do determinado pela LODF e de a Lei nº 400/1992 ter autorizado o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal, a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, configurou-se, de fato, na primeira IES criada pelo governo local, em 2001, como analisado na seção 2.1 deste capítulo. Concretamente, a criação da ESCS é a materialização da ideia de criação de uma instituição que viabilizasse a política distrital de educação superior.

¹⁵ A Lei nº 403/1992 (GDF, 1992) foi revogada pela Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013 (GDF, 2013), que autoriza a criação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal e que, por sua vez, foi revogada pela Lei Complementar Lei nº 987, de 26 de julho de 2021 (GDF, 2021a) que, finalmente, criou a UnDF.

¹⁶ Nova redação dada ao Artigo 240 pela Emenda à Lei Orgânica do DF Nº 79, de 31 de julho de 2014 (GDF, 2014).

Como uma das IES que passaram a assumir a denominação de Escolas Vinculadas à UnDF, a partir da instalação desta, em 2021, a ESCS foi criada por meio do Parecer nº 95/2001 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEE/DF), publicado em 12 de janeiro do mesmo ano. Esse parecer respaldou-se no artigo 10, inciso IV da Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394/96 – que incumbe os estados de “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.” (BRASIL, 1996). O parágrafo único desse artigo assegura que ao DF aplicar-se-ão as competências referentes aos estados e municípios. Na condição de única IES pública criada no DF, no período 1995-2002, passou a oferecer à época de sua criação apenas o curso de Medicina, funcionando em um prédio público já existente, ligado à Secretaria de Saúde do DF.

Construído na perspectiva da inovação curricular, o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da ESCS destaca, dentre outras, referências históricas sobre o ensino médico de graduação no Brasil e uma experiência pioneira desenvolvida pela UnB, em seus primeiros anos de existência. Além disso, faz crítica à estrutura burocrático-administrativa das universidades públicas, quanto à formação de profissionais para a área de medicina, como transcrito a seguir.

Experiências de integração docente-assistencial em geral desenvolvidas em instituições públicas, ocorreram nas décadas de 70 e 80. Autores mencionam o curso experimental de medicina da Universidade de São Paulo, a reforma curricular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, as experiências dos cursos de medicina de Brasília e Niterói. Entretanto, a maioria dos projetos mencionados não subsistiu ao modelo de formação preponderante na educação médica.

No Distrito Federal houve uma tentativa anterior a esse período. Em outubro de 1966, a SES-DF firmou convênio com a Faculdade de Ciências da Saúde (GCS), da UnB, para a cessão, por dez anos, do Hospital Regional de Sobradinho – que além das atividades assistenciais atuaria como campo de estágio para a formação de pessoal da área da saúde, projeto encerrado em 1980.

O modo de estruturação das universidades públicas gera instituições difíceis de administrar. Nelas, há uma dispersão de esforços, duplicação de ações e sobreposição de esferas de decisão, alimentando processos decisórios muito lentos, o que redundava em perda de qualidade nas atividades acadêmicas e administrativas (SES/DF, 2001, p. 12).

Um exame mais detalhado desse projeto revela que ele foi concebido em uma perspectiva diferenciada daquela que orientava o curso de Medicina da UnB, à época. Em estudo sobre a evolução da educação superior do DF, Sousa (2003) assevera que o professor

responsável pela condução do processo de elaboração desse projeto “declarou que o curso de Medicina sob sua orientação [assumiria], de certa forma, um caráter contra-hegemônico em relação àqueles oferecidos pela universidade federal e pelas instituições [privadas locais]” (p. 184). À época desse estudo, duas instituições privadas ofertavam o curso em questão no DF – Universidade Católica de Brasília, que o implantou em 2001, e Faculdade de Medicina do Planalto Central, mantida pela União Educacional do Planalto Central (Uniplac), que iniciou a oferta do seu curso no ano seguinte.

Todavia, tal como na vida social, a transformação é uma constante nas leis, razão pela qual é fundamental que elas sejam entendidas em duas dimensões interdependentes. De um lado, o *contexto*, que revela as condições históricas vigentes que permitem esclarecer os indivíduos acerca dos condicionamentos do alcance das próprias leis que produzem e de, outro, o *texto legal*, que traduz a relação de forças entre determinados projetos em disputa. É nesse cenário que, um ano após a instalação da ESCS, ocorre nova tentativa de fomentar a educação superior pública no DF. Isso ocorre por meio da promulgação da Lei nº 2.919/2002, de 16 de março de 2002, oriunda de um projeto vetado pelo, então, Governador do Distrito Federal. Ao mesmo tempo que alterava dispositivos da Lei nº 403/1992 (GDF, 1992b), aquela lei autoriza Poder Executivo autorizado a implantar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUnAb DF (CLDF, 2002). Porém em contexto que ainda não se mostrava favorável aos avanços pretendidos, acabou sendo revogada onze anos depois pela Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013 (GDF, 2013). “O início da oferta *per se* de cursos de nível superior nesse período parece ter engendrado novo movimento de expansão do arcabouço legislativo distrital em torno da matéria de educação superior.” GDF, 2021, p.), por uma posterior – Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013 (GDF, 2013).

Como mais uma medida dentre aquelas que Benck e Rodrigues (2020), nomeiam de “diversas e improfícuas iniciativas” (p. 1) no plano do arcabouço legal e normativo preocupado em fazer valer o interesse público para a consolidação da educação superior distrital, em 20 de agosto de 2008, é publicado o Decreto nº 29.414. Esse dispositivo legal instituía comissão para elaboração da proposta de criação da Universidade Regional de Brasília e Entorno – URBE, além de nomear onze especialistas em educação para isso e definir o dia 15 de outubro do mesmo ano para a apresentação do relatório final dos trabalhos. (GDF, 2014)

Todavia, a despeito da ausência de avanços significativos rumo à implantação de um sistema distrital de educação superior, é também em 2008 que a ESCS amplia sua oferta na

graduação, ao criar seu curso de Enfermagem. Autorizado a funcionar por meio da Portaria SEE/DF nº 195, de 8 de setembro do mesmo ano (CEDF, 2008), esse curso declara em seu projeto pedagógico que

[...] utiliza metodologias ativas de ensino aprendizagem, sempre com base em orientações pedagógicas advindas do construtivismo sobre os processos de aprendizagem, tendo como eixo a aprendizagem baseada em problemas, o currículo integrado, flexível, dinâmico e contextualizado, centrado no estudante, orientado à comunidade, tendo como objetivos facilitar a articulação dinâmica entre teoria/prática e a integração ensino/serviços/comunidade, desde o primeiro ano de ensino e formar enfermeiros com o perfil desejado para atendimento às exigências do mercado de trabalho (p. 1)

Avançando em seu percurso institucional, ao longo da primeira década de sua atuação, a ESCS obteve bons resultados na avaliação da educação superior definida para o país, considerando a participação dos seus estudantes de medicina no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

Segundo o [...] ENADE, a ESCS tem o quarto melhor curso de medicina do país. Em 2004 e 2007, a instituição alcançou o primeiro lugar, e no ano de 2011, tirou a nota máxima – cinco – em mais um ENADE. A ESCS foi a única instituição de ensino de medicina a obter esse resultado no Distrito Federal. Com dez anos de existência, esta é a terceira avaliação consecutiva, que a escola obteve a nota máxima determinada pelo Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação. [...] O curso de enfermagem da ESCS, que teve apenas os alunos ingressantes avaliados, obteve nota quatro [...] Ressalta-se, ainda, o caráter de responsabilidade social institucional da ESCS que adota o sistema de cotas, 40% do total de ingressos oriundos das escolas públicas do Distrito Federal (ESCS, 2012, p. 1).

Além dos avanços mencionados a Escola Superior de Ciências da Saúde também já contava, em 2010, com alguns cursos de especialização na área médico-hospitalar. Em 2014, reformulou o Projeto Pedagógico do seu Curso de Medicina, tendo como referência básica as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) definidas para o curso no mesmo ano. Para atender essas diretrizes, o projeto contemplou as três grandes áreas de competência a serem desenvolvidas nos estudantes – Atenção à Saúde, Gestão em Saúde e Educação em Saúde (BRASIL, 2014). No mesmo ano, teve aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) seu Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde

(PPGCS/FS-UnB). Por ocasião da proposição do PDI da UnDF, além dos cursos de graduação em medicina e enfermagem, ofertava três cursos de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado em Ciências da Saúde, Mestrado Profissional em Saúde da Família e Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde.

2.2.2 Papel da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB) com vistas à constituição de uma universidade pública no território distrital

No histórico de criação da UnDF é de grande importância registrar o papel assumido pela Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB). Dentre outras razões para isso, destaca-se o fato de que a origem dessa Fundação evidencia elementos históricos e institucionais que convergem para mostrar que ela foi criada com a responsabilidade precípua de manter e executar a política de educação superior pública do DF. Todavia, como instituição mantenedora da educação superior, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a FUNAB é criada apenas onze anos depois, por meio da Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013, comentada antes. O Art. 2º da lei estabelece que essa Fundação teria a “finalidade de ministrar educação superior, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária”. (GDF, 2013). Dentre as competências definidas para a FUNAB em seu Art. 3º, destacam-se: (i) elaborar e executar a política de educação superior pública do DF; (ii) manter, planejar, coordenar e supervisionar atividades de educação superior pública local; (iii) promover a implantação de unidades e cursos nesse nível de educação no DF. (GDF, 2013a).

A FUNAB foi instituída pelo Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013 que, define, em seu Art. 3º, as competências desta Fundação, merecendo destaque, dentre estas, “I - elaborar e executar política de educação superior pública” e “II - manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal.” (GDF, 2013b).

Por sua vez, o Art. 4º estabelece as Diretrizes da FUNAB:

- I - o manutenção e programação de cursos e outras atividades orientadas, prioritariamente, para as necessidades e os problemas do Distrito Federal e Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE;
- II - atendimento prioritário às regiões com menor acesso à educação superior pública;
- III - integração do ensino superior público com as políticas públicas, programas e ações institucionais desenvolvidos em âmbito loco-regionais;

- IV - fomento à utilização de metodologias de ensino problematizadoras, respeitadas as referências curriculares para cada área profissional;
- V - formação profissional baseada em práticas desenvolvidas em ambiente de trabalho;
- VI - organização administrativa descentralizada, flexível e horizontalizada, observados os referenciais da multiespacialidade. (GDF, 2013b)

Nos termos dispostos pela Lei nº 5.141/2013, a FUNAB concebe o documento intitulado “Visão estratégica 2019-2022 da Fundação Universidade do Distrito Federal” (FUNAB, 2019). Sua elaboração ocorreu em consonância às competências previstas, então, para sua atuação e, “com os eixos delineados no Plano Estratégico Distrito Federal 2019-2060 e com as diretrizes governamentais definidas no Plano Plurianual 2020-2023.” (p. 1). Compõe aquele documento o “Mapa Estratégico da FUNAB”, construído buscando inspiração na metodologia *Balanced Scorecard – BSC*,¹⁷ e em torno de quatro perspectivas: resultados de governo; resultados internos; processos internos; e pessoas.

Na perspectiva de fazer proposições iniciais sobre a política pública de educação superior local, a FUNAB diagnosticou os compromissos assumidos pelo DF, estruturando-os em dois grandes eixos que, por sua vez, se desdobram em projetos prioritários, conforme mostrado no quadro a seguir.

Quadro 4 – Eixo e projetos norteadores da atuação institucional da FUNAB (2019)

| Eixos | Projeto prioritários |
|--|---|
| 1. Implantação da UnDF “[...] concentram esforços institucionais com vistas à implantação da Universidade do Distrito Federal - UnDF, instituição pública de ensino superior autônoma, apta a proporcionar ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento” (FUNAB, 2019, p. 10) | Estruturação jurídico-legislativa e político-institucional da UnDF Modelagem institucional da UnDF |
| 2. Ampliação do sistema de educação superior pública distrital existente | Manutença administrativa e didático-pedagógica da Escola Superior de Gestão - ESG |

¹⁷ A principal finalidade do método *Balanced Scorecard – BSC* é atender a preocupação dos gestores em acompanhar e assegurar que os objetivos das estratégias das organizações sejam executados e atingidos. Como ferramenta de planejamento, foi inicialmente utilizada por Kaplan e Norton (1992). As medidas adotadas pelo BSC decorrem da visão, missão e estratégia da organização, integrando a gestão estratégica de curto, médio e longo prazos. Seus alicerces são definidos a partir de quatro perspectivas: financeira; do cliente; dos processos internos da empresa; do aprendizado e crescimento.

| | |
|--|--|
| “[...] atividades desenvolvidas pela FUNAB para concepção e desenho das premissas da política distrital de educação superior pública” (FUNAB, 2019, p. 10) | Credenciamento e implantação da Escola Superior do Cerrado - ESC |
| | Credenciamento e mantença didático-pedagógica da Escola Superior de Polícia Civil - ESPC |
| | Estruturação da Escola Superior de Engenharias, Tecnologias e Inovação |

Fonte: FUNAB (2019)

De acordo com o Mapa Estratégico 2019-2022 da FUNAB, o primeiro e o segundo eixos abrangeriam, respectivamente, projetos que:

[...] partiam do diagnóstico de limitações de ordem sistêmica e propõem entregas que estabelecerão as bases para os processos legislativos de constituição da UnDF e da carreira de magistério de educação superior e, também, para o fortalecimento institucional da futura universidade.

[...] envolve, sobretudo, 1) a elaboração de propostas de leis e normas para formalização da UnDF e de suas atividades; 2) a coordenação de estudos de impacto e custos da implantação da UnDF; 3) o desenvolvimento de pesquisa e modelagem de gestão universitária (políticas de desenvolvimento e avaliação institucional, de educação a distância, de cooperação interinstitucional etc.); e 4) a proposição de metodologias e tecnologias inovadoras de ensino superior, incluindo a arquitetura curricular dos cursos a serem ofertados. (FUNAB, 2019, p. 10)

Até que ocorresse a determinação de sua extinção, por força da lei Complementar nº 987, de 26 de julho de 2021 (GDF, 2021), que criou a UnDF, a FUNAB realizou suas atividades regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 36.114/2014 (GDF, 2014). Como instituição integrante da administração indireta do DF, desenvolveu suas ações pautada na missão definida no Art. 5º deste instrumento legal:

[...] ofertar e manter o ensino superior público por meio da produção e difusão de conhecimentos científicos, técnicos e culturais, do desenvolvimento de pesquisas e da promoção de atividades de extensão universitária, utilizando tecnologia inovadora e contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva, solidária, democrática e sustentável. (GDF, 2014)

Com a intenção de constituir uma universidade pública do Distrito Federal, a FUNAB atuou mantendo alinhamento com o preconizado pelo Plano Distrital de Educação – PDE, definido para o período entre 2015 e 2024, e instituído pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de

2015 (GDF, 2015). Tal alinhamento mostrou-se, em especial, no que tange à implantação dessa universidade, ao papel que ela assumiria na ampliação da educação superior pública distrital e ao que estabelecia a Meta 12 do Plano: “Elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano”. (GDF, 2015). Dentre as 20 estratégias definidas, visando concorrer para o alcance dessa meta, destacam-se:

12.1 – Alterar a categoria administrativa da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS para Universidade Distrital no primeiro ano de vigência deste Plano.

12.2 – Consolidar, difundir e ampliar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, no primeiro ano de vigência deste Plano.

12.3 – Constituir, até o quinto ano de vigência deste Plano, a Universidade Distrital, prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal.

12.4 – Estruturar a Universidade Distrital segundo os princípios da integração ensino-serviço comunidade, metodologias ativas e docência-assistência em pequenos grupos. [...]

12.7 – Assegurar ampliação de 50% das vagas ofertadas pelo sistema distrital de ensino superior para os estudantes das escolas públicas municipais e estaduais da RIDE até o primeiro ano de vigência deste Plano. (GDF, 2015)

Em 2014, é reiterada pelo poder público a intenção da instalação de uma IES pública no território distrital, o que se materializou mediante a promulgação da Emenda à Lei Orgânica nº 79, de 31 de julho de 2014, que apresentou os pressupostos para a consolidação e ampliação da oferta de educação superior pública local. Para tanto, o Art. 240 dessa lei sustenta a necessidade de o poder público “criar seu próprio sistema de educação superior, articulado com os demais níveis, na forma da lei” (redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 79/2014 (GDF, 2014). Nesse contexto, o § 1º do mesmo artigo determinava que na instalação de unidades de educação superior do DF, deveriam ser consideradas “prioritariamente, regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, observada a vocação regional.” (GDF, 2014). Importante ressaltar que, entre 2014 e 2015, a taxa de crescimento populacional do DF, “com data de referência em 1º de julho de 2015, foi de 2,19%, era a maior entre as capitais mais populosas do país.” (IBGE, 2015, p. 28).

É ainda no contexto de funcionamento da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, que a Escola Superior de Gestão (ESG) é credenciada pela Portaria nº 405, de

20 de setembro de 2017 (CEDF, 2017), pelo prazo de cinco anos, como mantida dessa Fundação. A ESG foi credenciada para oferta de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, e de outros cursos desta natureza do eixo da gestão e de pós-graduação *lato sensu* na área. O Curso de Gestão Pública estrutura-se com o uso da Aprendizagem Baseada em Problemas – ABP (*Problem Based Learning* – PBL) Em 2021, em parceria com o Cebraspe, essa IES passou a oferecer o Curso de Especialização “Interdisciplinaridade em Metodologias Ativas”, iniciado em setembro do referido ano e com 402 horas de duração, com certificação pela ESG (CEBRASPE, 2021d).

Também é uma IES vinculada à UnDF a Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, que passou a ter essa nomenclatura e definida sua estrutura administrativa a partir do estabelecido pelo Decreto nº 39.218/2018, de 6 de julho de 2018. (GDF, 2018).

Importante acrescentar que, por ocasião da construção do PDI da UnDF, a futura Escola Superior do Cerrado (ESC), ligada ao Jardim Botânico de Brasília (JBB), já tinha iniciado seu processo de credenciamento junto ao referido Conselho.

Subjaz ao esforço para a constituição e ampliação de uma política de educação superior pública em nível distrital a ideia de que, devido à sua natureza social, as leis não traduzem unanimidade de pensamento entre os indivíduos. Na verdade, elas se apresentam, em determinado momento histórico, como um resultado possível das tensões que se estabelecem entre os grupos, considerando o contexto social no qual eles constroem suas histórias.

Uma lei, quando discutida, põe em campo um embate de forças e traz, portanto, consigo uma série de expectativas e até mesmo de esperanças válidas para todos os sujeitos interessados. Se aprovada, gera adesão imediata nos que apostaram em tais expectativas. Para os que não apostaram nestas, resta o caminho de uma crítica que se ofereça como alternativa criadora sob a qual está posta a possibilidade de uma mudança para o futuro a partir do presente. (CURY, 2001, p. 12))

É consensual que uma lei não traduz uma unanimidade de pensamento, visto que significa, na realidade, um acordo firmado entre diferentes grupos sociais. Partindo desse pressuposto, novas ações foram realizadas por aqueles interessados em contribuir para a ampliação do acesso à educação superior pública local, com foco na instalação futura de uma instituição vinculada à administração distrital. Dentre essas iniciativas, assume grande importância a proposição do Projeto de Lei Complementar – PLC nº 34/2020, de autoria do

Poder Executivo, proposta que chegou à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, em 19 de março de 2020, sendo este, efetivamente, o marco normativo que dá origem à lei que, posteriormente, criou a UnDF.

Embora a conformação de uma instituição universitária não se limite meramente à sua constituição legal, haja vista o expressivo escopo de ações necessárias ao seu funcionamento e à expansão e qualificação da oferta de educação superior pública, foi a partir do referido PLC que o Poder Executivo estabeleceu o pilar central para o desenvolvimento dessa política pública, alicerce que conta ainda com uma Lei Ordinária e uma alteração à Lei Orgânica como eixos fundamentais. [...]

O PLC nº 34/2020 foi apreciado pela casa legislativa ao longo de um ano e três meses e, finalmente, aprovado em votação plenária de dois turnos no dia 23 de julho de 2021. Respeitando-se os trâmites de aprovação legal, a proposta foi encaminhada para a sanção do Governador do Distrito Federal. (RELATÓRIO DE GESTÃO GDF 2021, p. 898).

Na sequência dos fatos, a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF foi criada pela Lei Complementar nº 987, de 26 de julho de 2021¹⁸ (GDF, 2021a), “sob a forma de fundação pública e regime jurídico de direito público, integrante da administração indireta, vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal” (Art. 1º).

Também na perspectiva de registros fatos relevantes que concorrem para a compreensão do percurso de criação e instalação da UnDF no campo da educação superior do DF, cabe ressaltar, em ordem cronológica, três outras importantes referências de sua história:

- a) a primeira refere-se ao fato de que, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no Decreto Nº 42.333, de 26 de julho de 2021 (GDF, 2021bc) o Governador do Distrito Federal – Ibaneis Rocha Barros Junior – nomeou como Reitora *Pro Tempore* da UnDF a Profa. Dra. Simone Pereira Costa Benck

¹⁸ A Lei Complementar nº 987/2021, que cria a UnDF, extingue a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – Funab e transfere os órgãos e entidades a ela vinculados à nova Universidade, conforme segue: “Art. 15. Fica extinta a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – Funab, cuja criação foi autorizada por meio da Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013; § 1º São transferidos à UnDF as competências, direitos e obrigações estabelecidas em leis gerais ou específicas, atos administrativos, contratos, convênios, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres relativos à Funab; § 2º Os fundos, órgãos e entidades vinculados à Funab passam a ser vinculados à UnDF, procedendo-se, na forma da lei, às alterações que se tornem necessárias. (DISTRITO FEDERAL, 2021)

- b) a segunda diz respeito à promulgação da Lei Nº 6.969, de novembro de 2021, que criou a Carreira Magistério Superior do Distrito Federal. O Artigo 1º da lei define os cargos de professor de educação superior e tutor de educação superior, e indica seus respectivos quantitativos – 2.500 e 1.000. (GDF, 2021b)
- c) terceira foi a aprovação do Estatuto da Universidade do Distrito Federal, por meio da Resolução nº 03, de 12 de maio de 2022, determinando, dentre outros, os fins, a estrutura administrativa, a política didático-científica para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, comunidade universitária, além de questões relacionadas ao patrimônio e ao regime financeiro da Instituição. (UnDF, 2022).

2.3 Macroações de pesquisa desenvolvidas para apoiar a instalação da UnDF

Uma iniciativa de referência e expressiva relevância diretamente associada à instalação da UnDF foi o Projeto de Pesquisa: Universidade do Distrito Federal, desenvolvido pelo Cebraspe. No âmbito desse projeto foram realizados importantes estudos em 2020, 2021 e 2022, todos eles com o propósito de apoiar a construção dos pilares das políticas institucionais dessa universidade, traduzidas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

O referido Projeto de Pesquisa comporta as quatro macroações indicadas na Figura 3 e que, em seu conjunto, visaram contribuir para a implantação e o efetivo funcionamento da UnDF. A primeira macroação – Estudos de viabilidade de uma universidade distrital – consistiu em estudos técnicos de viabilidade para a criação da UnDF. Seus resultados atestaram a grande importância dessa universidade para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do DF e região, tendo em vista que sua instalação tem, dentre outras finalidades, ampliar e diversificar a oferta da educação superior pública de qualidade (CEBRASPE, 2021b). Dentre as principais ações desta parte do projeto, destacam-se:

- Elaboração de documento sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade distrital.
- Realização de pesquisa sobre a oferta de educação superior – pública e privada – no DF e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE),

identificando, especialmente, cursos voltados para o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação;

- Realização de pesquisa sobre a demanda por educação superior no DF e na RIDE, caracterizando o perfil dos estudantes e do mercado de trabalho com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias;
- Levantamento do panorama da educação superior no DF, apontando seus desafios e perspectivas e suas interfaces com instituições e grupos parceiros com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias.
- Acompanhamento e monitoramento da execução da ação e suas atividades (CEBRASPE, 2020c, p. 7)

A segunda macroação – Pesquisa de modelos inovadores de gestão universitária: realização de *benchmarking* nacional e internacional – ¹⁹ foi realizada pelo Cebraspe, em 2021, examinando a gestão inovadora em 10 (dez) IES públicas e privadas, sendo quatro delas internacionais e seis nacionais – um centro universitário privado e cinco universidades públicas, três federais e duas estaduais. De maneira geral, os resultados desses estudos constituíram importantes subsídios para fomentar as outras macroações, na perspectiva de sua convergência para o escopo do projeto de pesquisa.

Essa ação teve como objetivo analisar processos, práticas de gestão, de avaliação e de desempenho, em instituições nacionais e internacionais que se destacam por sua gestão inovadora, a fim de subsidiar a proposta de modelagem para a estruturação de uma universidade distrital, com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. (CEBRASPE, 2020c, p. 7).

O quadro a seguir apresenta as IES que compuseram a amostra final dos Estudos de *Benchmarking* realizados.

¹⁹ A definição das instituições, cuja gestão inovadora foi analisada, decorreu de uma seleção preliminar de 18 (dezoito) universidades nacionais e 12 (doze) internacionais, considerando os seguintes critérios: representação regional, perfil de IES com capacidade inovadora, categoria administrativa e organização acadêmica. “A prática de *benchmarking* para identificar boas práticas e aprimorar processos nas organizações é uma ferramenta de gestão amplamente utilizada em empresas e organizações e também aplicada ao setor educacional [...] Em síntese, a partir do instrumento de *benchmarking* foi possível, com base nos dados levantados e na identificação de fragilidades e pontos fortes, apontar as principais boas práticas da instituição nas dimensões analisadas. Essas boas práticas podem contribuir na proposta de modelagem para estruturação de uma universidade distrital.” (SOUSA, 2021a, p. 4)

Quadro 5 – IES selecionadas para Estudos de *Benchmarking* sobre gestão universitária inovadora – Cebraspe (2021b)

| Instituições | |
|--|-------------------------------|
| Nacionais | País/Estado |
| Centro Universitário das Américas Descomplica – UNIAMÉRICA | Brasil/Paraná (Foz do Iguaçu) |
| Instituto de Tecnologia e Liderança – INTELI ²⁰ | Brasil/São Paulo |
| Universidade de Brasília – UnB | Brasil/ Distrito Federal |
| Universidade Estadual de Campinas – Unicamp | Brasil/ São Paulo |
| Universidade Estadual do Maranhão - UEMA | Brasil/Maranhão |
| Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB | Brasil/ Bahia |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS | Brasil/ Rio Grande do Sul |
| Internacionais | País |
| Oxford University | Inglaterra |
| Nanyang Technological University – NTU | Singapura |
| Stanford University | Estados Unidos |
| Universidade Nacional Autônoma do México – UNAM | México |

Fonte: Cebraspe (2021a)

Ainda como desdobramento da segunda macroação do projeto de pesquisa, em destaque, foram realizados três importantes eventos, referenciados no item 1.1 – Metodologia de construção do PDI da UnDF – e que contaram com a presença de renomados pesquisadores nacionais. O primeiro deles foi o Seminário “*Perspectivas e desafios para a Universidade do Distrito Federal*”, que ocorreu em 20 de abril de 2021. O segundo – Colóquio: “UnDF Jorge Amaury: entre o projeto e a criação – diálogos sobre a Universidade que queremos”²¹ – foi realizado pelo Cebraspe, nos dias 04 e 05.10.2021. O Colóquio contou com Conferência de abertura, Sessão Especial, quatro Mesas Temáticas e Sessão de Encerramento. As discussões realizadas neste conjunto de atividades enfatizaram temas convergentes para o reconhecimento e compreensão das características de universidades tecnologicamente avançadas, considerando que os modelos dessas instituições abrangem as várias dimensões de

²⁰ O Instituto de Tecnologia e Liderança – INTELI foi analisado em uma perspectiva diferenciada das demais, resultando a análise de suas práticas em um Dossiê, razão pela qual na forma *Benchmarking* foram investigadas as outras dez instituições de educação superior registradas no quadro.

²¹ As discussões realizadas neste evento foram subsidiadas pelo texto intitulado *Documento de Referência para orientar e subsidiar as discussões do Colóquio: “Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF: entre o projeto e a criação – diálogos sobre a universidade que queremos”* (CEBRASPE, 2021a). A segunda versão do documento incorporou as contribuições expostas pelos especialistas participantes do referido evento, bem como aquelas apresentadas pelos colaboradores da UnDF. Programação e vídeos em <https://projetoundf.com.br/>. Acesso em 06 abr. 2022.

sua gestão acadêmica e gestão administrativa-financeira. Os vários especialistas apresentaram significativas contribuições advindas de sua expressiva produção acadêmica sobre a estrutura e os modelos de gestão universitária inovadora e das experiências vivenciadas neste tipo de gestão (CEBRASPE, 2021a). Além dos especialistas com larga expertise na temática, o evento teve como público-alvo: equipe técnica do Cebraspe, UnDF, Escolas Superiores vinculadas – Escola Superior de Ciências da Saúde, Escola Superior de Gestão, Escola Superior de Polícia Civil, bem como Jardim Botânico de Brasília Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e Comissão Gestora.

O outro evento também inserido na segunda macroação do projeto foi o Seminário: "UnDF Professor Jorge Amaury Maia Nunes: entre o projeto e a criação", realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2021. Teve por objetivo congrega docentes, pesquisadores, gestores, entidades de classe e demais interessados para debater a construção da universidade. O evento contou com conferencista internacional e um grande número de especialistas nacionais com relevante atuação na educação superior – que participaram de Conferência de Abertura, três Sessões Especiais, quatro Mesas Temática e Sessão de Encerramento –, bem como com autoridades ligadas ao GDF e ao poder legislativo local. Dentre os temas abordados no evento, destacam-se: (i) os sentidos de uma educação superior pública; (ii) metodologias de ensino da educação superior; (iii) pesquisa, financiamento e desenvolvimento regional; (iv) impactos sociais, culturais e de inclusão social da criação da UnDF para o desenvolvimento regional; (v) arquiteturas acadêmicas da educação superior; (vi) experiências de universidade com gestão inovadora.

A metodologia da terceira macroação do projeto de pesquisa – Pesquisa de modelos inovadores de gestão universitária – tomou referência básica o conhecimento e mapeamento das políticas e dos processos universitários, explorados por meio dos estudos de *benchmarking* já citados, com vistas ao desenvolvimento da proposta de implantação da universidade distrital. Nessa perspectiva, é que se deu a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnDF, “contemplando políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de pós-graduação, de planejamento e avaliação, de gestão e de implantação e expansão da infraestrutura física e acadêmica” (CEBRASPE, 2020c, p. 8).

Além de também demandar a realização de estudos de *benchmarking*, a quarta macroação – Pesquisa de metodologia e/ou tecnologias inovadoras de educação superior – contou com levantamentos bibliográficos e documentais, com ênfase nas áreas relativas à

inovação, às tecnologias e às engenharias. Teve como objetivo “propor um modelo pedagógico em metodologias e tecnologias inovadoras, a partir do desenvolvimento de estudos acerca de metodologias e tecnologias inovadoras de educação superior.” (CEBRASPE, 2020b, p. 8).

O conjunto das quatro macroações descritas se inseriu no contexto do Decreto nº 38.126/2017, que instituiu a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Distrito Federal (GDF, 2017). O ponto de convergência delas foi contribuir para a instalação da UnDF na perspectiva desta IES vir a impactar significativamente no desenvolvimento socioeconômico do DF, da RIDE-DF e de suas respectivas diretrizes por meio de políticas públicas estruturadas em programas setoriais, sob as seguintes perspectivas: “I – Pesquisa Básica; II – Desenvolvimento Tecnológico; III Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços; IV Formação e Capacitação de Recursos Humanos; e V Inserção Internacional.” (CEBRASPE, 2020a, p. 2)

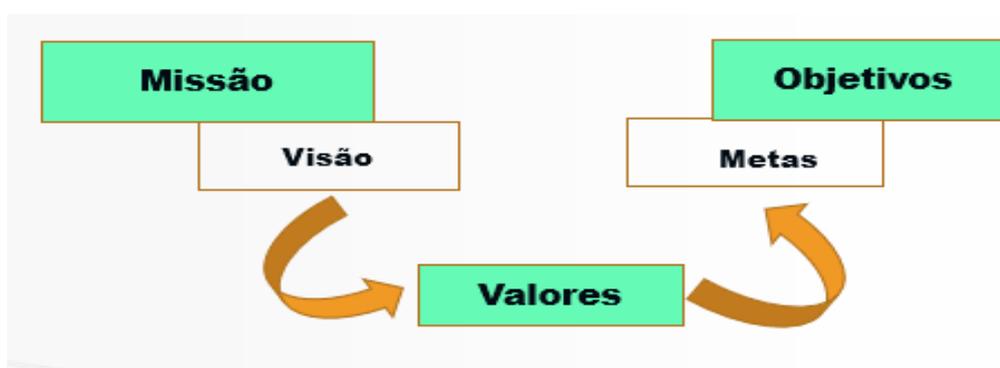
Em síntese, discussão feita neste segundo capítulo do PDI da UnDF sobre a origem e instalação da UnDF atestou a importância da recuperação de dados e informações que contribuem para compreensão da existência dessa instituição, visto que, como produto da ação humana, ela assume um caráter durável. Ajudou, sobretudo, no reconhecimento de que, desde cedo, essa universidade se constitui a partir da história de um conjunto de indivíduos interessados em efetiva atuação, razão pela qual possui “uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer” (SAVIANI, 2013, p. 29), desde sua origem.

CAPÍTULO 3 – PERFIL INSTITUCIONAL

Como importante eixo temático do PDI o perfil institucional é compreendido como a expressão que confere singularidade à universidade e, ao mesmo tempo, traduz o que é considerado como ideal a ser realizado pela mesma. Além do perfil institucional –, constituído pela missão, visão, valores, objetivos e metas – o PDI deve contar, obrigatoriamente com os seguintes elementos: gestão institucional (organização administrativa, organização e gestão de pessoal, política de atendimento ao discente, acessibilidade e responsabilidade social); organização acadêmica (organização didático-pedagógica, oferta de cursos e programas — presenciais e a distância); infraestrutura; aspectos financeiros e orçamentários, sustentabilidade econômica; avaliação e acompanhamento do desempenho institucional e cronograma de execução. (RISTOFF, 2011).

Ao mesmo tempo que revelam suas especificidades, como constituintes do perfil institucional da UnDF, os cinco elementos antes citados mantêm relações de interdependência e complementaridade, como deixa transparecer a imagem apresentada a seguir.

Figura 5 – Elementos estruturantes do perfil institucional da UnDF



Fonte: Elaboração própria

É importante enfatizar que, na construção do PDI, além dos elementos mostrados na figura também a história de uma universidade contribui, sobremaneira, para o delineamento e a compreensão do seu perfil institucional. Esta é uma das razões pelas quais, no capítulo

anterior, foram apresentados elementos históricos para uma melhor compreensão da origem e instalação dessa instituição no cenário da educação superior local, da RIDE-DF e do Brasil.

3.1 Missão

É consensual que no contexto das instituições, sejam educacionais ou de outras naturezas, a perspectiva do planejamento estratégico não é recente. Sua propagação ocorreu ainda na década de 1970, quando muitas organizações passaram a experimentá-lo e, simultaneamente, ser produzidos “milhares de artigos, em publicações acadêmicas e na imprensa de negócios, que exaltavam as virtudes do planejamento estratégico” (MINTZBERG, AHLSTRABD e LAMPEL, 2010, p. 44). O interesse das organizações por esse tipo de planejamento manteve-se nas décadas seguintes, sendo ele posteriormente adotado por aquelas de natureza educacional.

No âmbito da gestão institucional, o planejamento estratégico corresponde a um processo por meio do qual um grupo faz opções e assume um compromisso com o objetivo de transformar determinada realidade, de forma a torná-la mais significativa para ele, do ponto de vista social e político, utilizando estratégias participativas.

É o processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvam riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões; e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas (DRUCKER, 2006, p. 136).

Na perspectiva do planejamento estratégico, a proposta de definição da missão da UnDF é o primeiro e mais importante passo a ser dado por essa universidade, visto que lhe permite delinear a razão de sua própria existência. Diante disso, preliminarmente cabe ressaltar que, em sua essência, a missão traduz o fundamento de existir de determinada instituição para a sociedade, explicitando qual a função social que ela exerce. Sob esse ângulo, precisa mostrar-se concretamente como ferramenta de suporte à gestão estratégica da universidade, bem como permanente, motivo pelo qual é duradoura e independente do tempo.

Etimologicamente, a palavra missão vem do termo latino “*missio, missionis*”, que assume o sentido de ser enviado para a realização de determinada *tarefa*. De maneira

associada a este sentido, no âmbito de uma instituição, a missão tem o papel de expressar sua finalidade mais ampla, proporcionando o senso de direção e finalidade, motivo pelo qual constitui seu elemento direcionador ou sua diretriz geral (GAFFIIN; PERRY, 2009). Trata-se do elemento que declara e reforça a razão de ser de uma universidade e explicita seu propósito finalístico. (CERTO; PETER, 2010) Tem a ver, então, com a justificativa de existir dessa instituição, possibilitando verificar se e como o desenho e a execução de suas políticas, programas, projetos e ações estão em consonância com seus objetivos mais amplos.

A missão diz respeito às finalidades históricas, sociais e jurídicas²² da universidade, as quais orientam a definição dos seus objetivos, metas e das decisões consideradas estratégicas para sua dinâmica institucional. Desse ponto de vista, precisa refletir a cultura da instituição, “expressando seus valores, crenças e objetivos que norteiam a sua forma de se posicionar perante a sociedade” (FREITAS et al., 2019, p. 6), de maneira a permitir que todos tenham clareza de porque ela foi criada e para onde segue, considerando sua finalidade social. O nível de clareza com que a instituição expressa sua missão contribui, sobremaneira, para revelar muito a respeito dela própria, de sua perspectiva de gestão e do desempenho de suas atividades.

No âmbito da universidade, a missão precisa congrega três propósitos fundamentais: (i) contribuir para focalizar a tomada de decisões na perspectiva da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão; (ii) apresentar as referências básicas para que os seus vários segmentos se sintam motivados para o alcance de um propósito comum, em relação a essa tríade; (iii) promover um equilíbrio entre os diversos interesses que podem se fazer presentes na dinâmica pulsante da instituição. Elementos como esses demandam que a missão seja claramente definida e conhecida pelos seus diversos membros, de maneira a gerar o comprometimento efetivo de cada um deles, visando o alcance de objetivos comuns (FLAUZINO; BORGES-ANDRADE, 2008). Na prática, à medida que precisa estar muito presente na conduta dos membros da universidade, a missão acaba apresentando alinhamento,

²² A dimensão jurídica das finalidades de uma instituição está associada a elementos diversos, como, por exemplo, no caso da UnDF, às áreas do conhecimento a serem enfatizadas em sua atuação, conforme estabelecido no Artigo 7º da Lei Complementar nº 987/2021 (GDF, 2021a), que a criou.

também, com as expectativas²³ coletivas, visto que estas precisam manter relação direta com a função social da instituição.

Na defesa da tese de que a missão corresponde à razão precípua de existência de uma instituição, a missão da UnDF é definida nos termos explicitados a seguir.

Missão

Ser uma universidade com gestão de excelência, inovadora, inclusiva e tecnologicamente avançada e orientada para a formação de profissionais que revelem postura cidadã, crítica, democrática e ética frente aos desafios nacionais e internacionais, bem como compromisso com a transformação da sociedade e o desenvolvimento sustentável.

A realização da missão da UnDF requer esforços dessa instituição para promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural e educacional, visando contribuir de maneira significativa para a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e justa. Em prol da região, do Brasil e do mundo, essa missão implica a UnDF produzir, disseminar e transferir conhecimento crítico, em consonância com as demandas da sociedade, por meio de atividades acadêmicas alicerçadas na responsabilidade social e sustentabilidade.

A bem da verdade, a universidade está atrelada ao contexto social, portanto, precisa estar atenta às demandas de seu tempo: velocidade e caráter permanente das transformações; crescimento da quantidade de conhecimentos e informações disponíveis; capacidade extremamente grande de armazenamento e de transmissão de conhecimentos e informações num espaço e tempo cada vez menores. E, ciente de seu papel social e educacional, ser capaz de adaptar-se e integrar-se àquilo que é inovador em cada época.” (RIBEIRO, 2017, p. 362)

Em síntese, a missão proposta para a UnDF traduz a finalidade dessa instituição com a produção do conhecimento científico, tecnológico, filosófico e artístico-cultural, de maneira a

²³ Na definição da missão institucional também ganham destaque as expectativas que circulam no interior de determinado grupo, tanto em relação à participação de cada um dos seus membros quanto ao que se espera do coletivo e ao seu papel no meio social. Em termos conceituais, “as expectativas são convicções acerca do comportamento dos outros, embora os indivíduos possam incluir-se no grupo para o qual têm tais expectativas” (ABELMAN & ELMORE, 2009, p. 12). Dentro de cada grupo, os indivíduos que dele participam possuem expectativas variadas, construídas a partir de suas percepções diferenciadas sobre os fatos isolados ou da realidade, de forma global.

integrar o ensino, a pesquisa e a extensão. Nos termos em que é apresentada neste PDI, corresponde à missão real dessa IES, não se limitando, portanto, àquela fixada pela legislação brasileira, de maneira geral, para a universidade. Cabe esclarecer que a literatura especializada tende a apontar a missão institucional em dois planos: (i) a *real*, que se refere ao compromisso da universidade com a sociedade, orientando-se para a ação dos seus vários segmentos, comunicando-lhes valores capazes de inspirá-los a agir, em direção a propósitos comuns; (ii) a *declarada*, que tem origem naquilo que a legislação define, no caso brasileiro, fixado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

3.2 Visão

Diretamente associada à missão de uma universidade, a *visão* pode ser compreendida como “um modelo mental de um estado ou situação altamente desejável, de uma realidade futura possível para a [instituição]” (COSTA, 2007, p. 36), direcionando-a para aonde ela deseja chegar. Em decorrência disso, a visão preserva algumas características básicas: (i) retratar um estado futuro desejado; (ii) possuir um longo prazo; (iii) descrição clara; (iv) mostrar alinhamento com os valores centrais da instituição; (v), ser inspiradora e impulsionadora; (vi) ser capaz de prover focalização e alinhamento; (vii) dispensar maiores explicações; (viii) oportunizar o confronto com padrões vigentes (COLLINS; PORRAS, 1996). Esta última característica contribui para compreender porque toda universidade precisa definir claramente sua missão institucional e, a partir desta, estabelecer visões sucessivas que, de maneira contínua, sejam capazes de estimulá-la a romper com padrões atuais de desempenho.

Em sintonia com sua missão, a visão de futuro proposta para a UnDF é explicitada a seguir.

Visão

Ser referência entre as universidades na formação tecnologicamente avançada em diferentes áreas do conhecimento, assegurando patamares crescentes de inserção local, nacional, regional e internacional, por meio de uma gestão democrática, inovadora e inclusiva que a configure como vetor de transformação da realidade social, econômica e ambiental.

À luz desta visão e referenciando suas políticas institucionais em uma gestão inovadora, a UnDF tem como horizonte ocupar lugar de destaque científico-cultural-tecnológico entre as universidades nacionais na realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sob este ângulo, assume o compromisso em ser uma universidade de reconhecida excelência nacional na formação de cidadãos e profissionais competentes, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, bem como com o desenvolvimento pautado na sustentabilidade responsável.

A missão e visão anteriormente propostas para a UnDF fornecem suporte para a explicitação de um conjunto consistente de valores, objetivos e metas institucionais, elementos que são apresentados nas partes subsequentes deste PDI.

3.3 Valores

Em toda universidade os valores desempenham uma função primordial, à medida que orientam a vida da instituição, funcionando, na prática, como uma espécie de guia do comportamento dos vários atores que a compõem e dinamizam. Desse ponto de vista, acabam vinculando as pessoas e orientando sua maneira de pensar, agir e sentir, em relação aos propósitos mais amplos de uma universidade, como a UnDF.²⁴ Na prática, assumem o sentido de um projeto para a instituição, capaz de orientá-la no alcance dos objetivos e metas por ela estabelecidos. Significa que constituem a base para a tomada de decisões estratégicas, sendo fundamentais para que um grupo de indivíduos invista na criação de uma identidade coletiva em torno de objetivos comuns, direcionando as decisões tomadas e as ações realizadas em todos os níveis da instituição. (TAMAYO, 2008; POSNER, 2010).

Conceitualmente, os valores de uma universidade correspondem às ideias, convicções e crenças indispensáveis para a compreensão de como a instituição foi desenhada e construída.

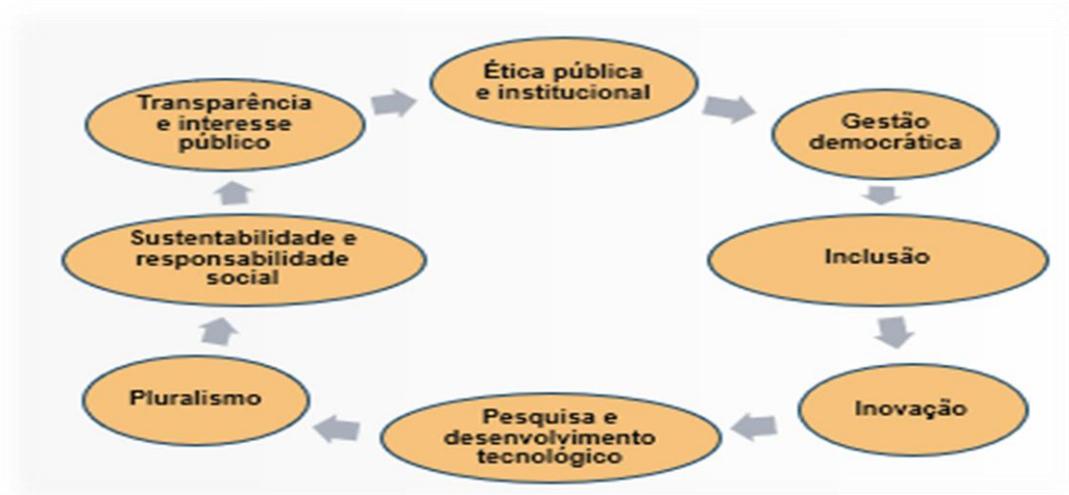
²⁴ Oportunamente ressalta-se que os valores propostos no Mapa Estratégico 2019-2022 da Fundação Universidade Aberta do Brasil foram os seguintes: **“inovação, ética, transparência, sustentabilidade, inclusão, equidade, emancipação, eficiência, interdisciplinaridade, valorização das pessoas, integração e difusão do conhecimento.”** (FUNAB, 2019, p. 10 – grifos nossos). Importante observar que vários desses valores mantêm alinhamento direto com aqueles eleitos para o PDI da UnDF.

Sob este ângulo, precisam se revelar capazes de apresentar aos vários segmentos força e poder para agirem, razão pela qual constituem as bases da cultura institucional que, no caso, a UnDF venha a construir em seu processo de criação e consolidação no cenário da educação superior local, regional, nacional e internacional.

É de capital importância que, como norteadores das atividades de ensino, pesquisa e extensão que a UnDF venha a desenvolver, seus valores institucionais decorram de processos democráticos que estimulem a participação dos seus vários segmentos. Essa diretriz pode contribuir significativamente para tais valores venham a ser incorporados por toda a comunidade acadêmica e nortear os planos de ação da instituição. Além disso, no percurso histórico dessas universidades, podem vir a ajudar na construção de uma identidade própria, que se traduza em uma marca distintiva no campo da educação superior, mantendo relação com sua visão de futuro, comentada no item anterior.

Os valores institucionais propostos para a UnDF são apresentados na figura a seguir e descritos na sequência.

Figura 6 – Valores institucionais da UnDF



a) **Ética pública e institucional**

Consiste no compromisso com a democratização e a apropriação social dos conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos, de maneira a promover a ampliação da confiança da sociedade na integridade e transparência das atividades da UnDF, assegurando a

prevalência do interesse coletivo sobre o particular e o respeito ao patrimônio público como marcos fundamentais à boa governança.

b) Gestão democrática

Pressupõe a convivência e convergência de princípios como justiça social, igualdade, democracia, cooperação, diálogo franco e compreensivo, além da valorização das diferenças culturais e das diversidades étnico-raciais por meio da implementação e coordenação de formas que abram espaços de escuta e diálogo com a comunidade acadêmica, com vistas (re)planejamento das políticas institucionais.

c) Inclusão

Implica a garantia do acesso e permanência na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de forma isonômica e equânime, à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, de maneira a resultar no compromisso com o desenvolvimento e consolidação de uma cultura inclusiva para todos os estudantes, independentemente de sua condição social.

d) Inovação

Consiste na criação de formas para estimular o protagonismo dos atores, promovendo inclusão, diálogo e participação coletiva por meio de práticas de integração, intercâmbio e cooperação, utilizando tecnologias de ponta e metodologias criativas capazes de provocar mudanças contextualizadas e de trazer novas maneiras de pensar e agir no contexto interno da UnDF e em sua relação com o ambiente externo.

e) Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

Supõe a realização e discussão de pesquisas inovadoras e tecnologicamente avançadas nas mais diferentes áreas do conhecimento sintonizadas com as transformações da sociedade, visando desenvolver na comunidade acadêmica habilidades relacionadas às tecnologias e às

atitudes profissionais que demandem flexibilidade, criatividade, cooperação, adaptabilidade e empreendedorismo.

f) Pluralismo

Pressupõe a negociação constante de ideias, a atitude de respeito àquilo que é definido no coletivo e consensos temporários que contribuam para concretizar os propósitos das várias instâncias da universidade, de maneira a permitir aos atores expressarem suas distintas opiniões e projetos de ação no âmbito do espaço público e o compartilhamento de responsabilidades e obrigações com o coletivo.

g) Sustentabilidade e responsabilidade social

Pressupõem compromisso da UnDF com a sociedade, local e globalmente, em produzir e disseminar conhecimentos e tecnologias, despertando na comunidade acadêmica a consciência crescente com responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável por meio de processos formativos voltados à alteração da realidade atual em uma realidade transformada.

h) Transparência e interesse público

Implicam a adoção de mecanismos diversos que concorram para a publicização das ações tomadas pela instituição, visando levá-la a prestar contas de seus atos à comunidade universitária e à sociedade em geral, bem como de estratégias de controle social sobre a gestão pública que ajudem o cidadão a perceber que as políticas instituição estão dialogando com ele em suas necessidades.

Em seu conjunto, os valores institucionais da UnDF possuem uma relação de integração e interdependência. Sob este ângulo, ao se configurar em condição *sine qua non* para favorecer o conhecimento, a troca e compartilhamento de informações com a sociedade em geral e com seus vários segmentos daquilo que a universidade realiza, a transparência acaba articulando-se, por exemplo, com ética pública e institucional, gestão democrática, inclusão, pluralismo e

responsabilidade social. No plano dessa convergência, o valor transparência e interesse público acaba “garantindo a liberdade acadêmica e a autonomia institucional” (FRANCO; LONGUI, 2021, p. 267). Além disso, à medida que requer a adoção de mecanismos que contribuam para dar maior consistência e visibilidade ao sistema decisório da universidade como um todo, a transparência estimula nos vários segmentos uma participação ativa. Também é um elemento que fortalece os colegiados como instâncias centrais da gestão universitária inovadora, podendo ser garantida pela UnDF por meio de canais variados.

Além de serem interdependentes, todos os valores institucionais da UnDF convergem para uma educação praticada na perspectiva da **humanização**. Significa que essa instituição considera a importância de suas práticas acadêmicas promoverem a humanização das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, partilha a compreensão de que “os fins da educação com sentido público estão referidos à formação de indivíduos sociais, cuja construção pessoal integral se insere no plano mais amplo da construção da sociedade e, em termos universais, da **dignificação da humanidade**.” (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 109-110 – grifos nossos).

Também na lógica da convergência de seus valores com a humanização de suas práticas, a UnDF partilha de outro conceito – amorosidade na educação –, formulado por Paulo Freire. Para expor esse conceito, o autor o situa no trabalho realizado pelo:

[...] é na convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos socio-histórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam [que] pensar é não estarmos demasiado certos de nossas certezas” (FREIRE, 1996, p. 28)

Na defesa dessa ideia, o autor chama a atenção para a necessidade de, na prática pedagógica, o **professor abrir mão da rigurosidade pela amorosidade** (FREIRE, 1996), à luz de dois princípios: (i) a igualdade pedagógica no aprender é subjacente ao conceito amorosidade na educação, como alternativa para promover a humanização da prática pedagógica; (ii) todos são capazes de aprender, considerando que a humanização é um exercício intencional e formativo que demanda ação-reflexão transformadora frente à construção do conhecimento.

CAPÍTULO 4 – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

A finalidade deste capítulo é apresentar proposta de Projeto Pedagógico Institucional (PPI) para a UnDF, concebido como o documento que traz a realidade das configurações mais amplas dessa universidade como fontes inspiradoras de suas diretrizes, políticas e ações.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) explicita um compromisso definido e projetado coletivamente pela universidade, no sentido de criar sua própria identidade, ao lidar com o conhecimento por meio de políticas e ações de longo prazo. Significa que não está circunscrito a um período de gestão. Trata-se de um documento que está diretamente vinculado e em conformidade com o estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade, apresentando seu compromisso com a formação dos indivíduos e seus valores. Do ponto de vista prático, revela-se balizador dos currículos e orientador de regulamentações relativas aos cursos de graduação e pós-graduação, os quais, por sua vez, precisam mostrar alinhamento com os objetivos e as metas institucionais.

O Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

Em sua fundamentação, o PPI deve expressar uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve explicitar, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável. (MEC, 2006, p. 37)

Devido à sua fundamentação, natureza, abrangência e importância o PPI corresponde a um plano de referência para a organização das ações da IES, sendo elaborado em consonância com suas políticas e diretrizes institucionais. Nesta lógica, busca orientar as ações educacionais para a concretização de sua missão e visão, bem como de seus valores, objetivos e metas, considerando as ações que se desdobram de suas diretrizes e políticas mais amplas.

A Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF é uma instituição criada sob a forma de fundação pública e em regime jurídico de direito público, integrante da administração pública e com vinculação direta com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme fixado no Art. 1º da Lei Complementar Nº 987, de 26 de julho de 2021. O mesmo artigo estabelece que a UnDF tem sede e foro em Brasília, com prazo de duração indeterminado. (GDF, 2021)

A UnDF goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo vocacionada para atuar em todos os campos do conhecimento. Na condição de instituição criada e mantida pelo poder público distrital, tem sua estruturação acadêmica universitária com a responsabilidade constitucional da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988), além dos princípios que norteiam suas ações e expressos na Lei Complementar nº 987/2021 (GDF, 2021) que a criou, Estatutos e demais regimentos internos. Tais regimentos estão intrinsecamente relacionados com os princípios filosóficos e metodológicos que norteiam suas práticas acadêmicas – inovação, inclusão, interdisciplinaridade e internacionalização – além de outros elementos, como responsabilidade social e sustentabilidade, que também devem ter como consequência ações diretamente relacionadas e voltadas para os seus egressos.

Como instrumento de gestão acadêmica o Projeto Pedagógico Institucional da UnDF tem a finalidade de projetar essa IES para o futuro, contextualizando o sentido e o compromisso que ela assume com a educação superior que se propõe ofertar para a sociedade, na contemporaneidade. Para tanto, enfatiza sua inserção regional e os princípios orientadores das atividades da IES nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, e arte e cultura. Ao destacar a dimensão inovadora das diretrizes da universidade, explicita os princípios filosóficos e metodológicos orientadores de suas práticas acadêmicas, de maneira articulada às ações para atendimento às diretrizes pedagógicas. Destaca, também, os princípios da avaliação da aprendizagem, da política de inovação tecnológica e das políticas de gestão universitária, desenvolvimento institucional e responsabilidade social

Como plano global da UnDF seu PPI está amparado nos pressupostos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394/96, dos demais marcos regulatórios da educação superior brasileira e da legislação educacional distrital. Apoiase, também, nas regulamentações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), estabelecendo diretrizes que levem ao permanente

avanço institucional dessa universidade. Paralelamente, sustenta-se no conjunto referencial de suas opções pedagógicas, cuja finalidade básica é orientar o desenvolvimento acadêmico geral da instituição.

Com base nessa premissa, a presente proposta de PPI foi elaborada tomando por base os produtos desenvolvidos pelos consultores coordenados pelo Cebraspe, participantes das seguintes Comissões Temáticas: (i) Planejamento e Desenvolvimento Institucional; (ii) Políticas Acadêmicas; (iii) Políticas de Gestão; (iv) Infraestrutura. (CEBRASPE, 2021d). Desta forma, foi construída de forma coletiva, contando com as contribuições dos consultores envolvidos na elaboração das políticas institucionais, conforme demonstrado no Anexo 1, bem como daquelas apresentadas pela Comissão Gestora da UnDF, ao longo do processo.

Objetivo geral do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UnDF

Estabelecer princípios e diretrizes que orientem a atuação da UnDF na condução da sua política pedagógica e curricular nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como os resultados que deseja alcançar nesse âmbito, na perspectiva de uma universidade inovadora, inclusiva, tecnologicamente avançada e que assume compromisso com a qualidade e com o desenvolvimento sustentável.

Concretamente, esse objetivo geral é a referência básica para que o presente PPI se configure como o documento que indica o direcionamento a ser seguido pelo coletivo da UnDF, fornecendo elementos que garantam o alinhamento de suas políticas e ações com o propósito mais amplo de atingir objetivos e metas institucionais. Paralelamente, indica os referenciais dos processos e práticas que, buscando alicerçar suas bases nos princípios da gestão democrática, investe na construção de sua identidade institucional, visando à consolidação dessa universidade como vetor de transformação social.

Em síntese, o PPI da UnDF corresponde a um documento fundamentado e proposto na perspectiva de projetar os valores da identidade dessa IES, traduzindo um horizonte de longo prazo do seu trabalho, bem como explicitando seu papel e sua contribuição social em nível local, regional e nacional. Além disso, delinea as diretrizes de sua atuação nas mais variadas áreas da ambiência universitária, com o propósito de promover e ampliar, também e dentre outras, suas práticas de internacionalização.

4.1 Desafios para a educação superior e papel da universidade na contemporaneidade

O Projeto Pedagógico Institucional da UnDF parte da premissa que, em cada momento histórico, os homens pensam e vivenciam uma educação que dê significado à sua vida e os ajude a construir explicações sobre a realidade social, considerando a teia de relações que estabelecem entre si. Assim, a educação acaba sendo uma atividade comum a todas as sociedades, materializando-se na cultura de cada povo. Ao incorporar essa dimensão social, a educação superior também se caracteriza como expressão da vida dos indivíduos, revelando práticas culturais que ajudam a construir sentidos para cada grupo humano que as produzem.

O conceito de campo formulado por Bourdieu (1983)²⁵ ajuda na compreensão de que a educação superior também se caracteriza por possuir uma hierarquia interna e interesses específicos que mobilizam agentes e/ou grupos de agentes para as disputas que nele travam. Desse ponto de vista, o campo da educação superior pode ser concebido como um complexo espaço formado por instituições universitárias e não universitárias, dotado de uma dinâmica própria que revela uma série de dilemas que são, ao mesmo, decorrentes e geradores das transformações verificadas no interesse desse mesmo espaço. Devido à sua importância, em nível mundial, “tem assumido características e se comportado de forma diferente nos diversos países, estimulando a realização de pesquisas a respeito, tanto por parte de grupos de pesquisadores ligados à academia quanto pelo próprio Estado” (SOUSA, 2013, p. 22).

No plano mundial, nas últimas quatro décadas, esse campo tem passado por rápidas e intensas transformações provocadas por uma série de fatores decorrentes de sua natureza

²⁵ e acordo com o pensador francês Pierre Bourdieu (1930-2002), o campo pode ser compreendido como o elemento organizador das relações sociais, caracterizando-se por possuir uma hierarquia interna e espaços estruturados de posições. Nesses espaços existem objetos de disputas e interesses específicos que mobilizam agentes e/ou grupos de agentes para as lutas que neles se estabelecem. Como um recorte do espaço social, o campo possui estrutura própria, relativa autonomia em relação a outros campos sociais e objetivos específicos que lhe garantem uma lógica particular ao seu funcionamento, o que contribui para explicar porque nele vários agentes assumem posições diferenciadas. “Compreender a gênese social de um campo é aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram.” (BOURDEIU, 1983, p. 69). Em sua dinâmica de funcionamento, todo campo é regulado, tomando como base normas negociadas e consentidas pelos atores que o compõem, e que consideram as possibilidades de travarem uma luta, por meio da qual constroem processos, visando à disputa pelo poder em seu interior.

específica e outros direta e indiretamente a ele relacionados. As consequências das reformas nele em curso, intensificadas a partir da década de 1990, têm assumindo uma dimensão global/regional, que acaba por atingir, em nível local, as universidades e demais tipos de IES. É consensual sua notável expansão qualitativa e quantitativa em diversas regiões do mundo, bem como dos desafios presentes no processo. Com efeito, os sistemas de educação superior de países e regiões do mundo possuem diferenças e peculiaridades significativas explicadas pelas suas próprias condições de construção. Em outros casos, suas características são diretamente associadas à história dos seus respectivos países, ao serem colonizados por outros países mais desenvolvidos. (RAMA, 2006; Altbach, 2013; SONG, 2018).

Na sociedade contemporânea, se por um lado, o campo da educação superior se move em um espaço de dualidades, incertezas e contradições, marcado por grandes transições sociais, econômicas e políticas, por outro, se configura, cada vez mais, em componente indiscutível para o desenvolvimento do projeto político dos países nas várias regiões do mundo (SOUSA, 2013). Nele transita uma gama de atores que produzem acerca dele interpretações múltiplas decorrentes de suas concepções de realidade, ciência e formação acadêmico-científica.

Considerando suas múltiplas realidades, o campo da educação superior demanda sua compreensão como um complexo espaço que comporta uma pluralidade de atores e grupos de atores. Dentre estes, destacam-se, além de instituições com vocações e missões bastante distintas, Estado, *policy makers*, reitores, docentes, estudantes, organismos internacionais, associações de dirigentes de IES públicas e privadas, entidades acadêmicas, agências de fomento à pesquisa, centros de estudos, sindicatos patronais e de trabalhadores. (SOUSA, 2021, p. 48)

Além dos atores mencionados, outros revelam grande interesse na educação superior, destacando-se: instâncias governamentais, comunidades de pesquisadores defensores de distintas matrizes epistemológicas, agências internacionais, nacionais e regionais, além de grupos variados dos setores público e privado ligados ao financiamento de estudos a seu respeito.

A educação superior nacional e mundial revela uma complexa realidade que comporta percepções variadas acerca dos setores público e privado, atestando vários dos seus desafios foram intensificados. Dentre estes, destacam-se as grandes disparidades e concentrações regionais, o nível de qualificação docente, os mecanismos de controle da qualidade da

educação ofertada, o financiamento dos setores público e privado, a necessidade de inovações em seus mais variados setores e sua responsabilidade social. (GARCÍA GUADILLA, 2004; ALTBACH, 2006; TROW, 2011; SOUSA, 2021). Diante disso, o conhecimento científico gerado pela universidade e outros tipos de IES deve ajudar no enfrentamento de dicotomias globais, tais como: combate à pobreza/desenvolvimento sustentável, melhoria/diversificação de formas de acesso, igualdade de oportunidades/qualidade da oferta. (UNESCO, 2009). Mostra associação direta com os dois últimos desafios citados a busca pela definição de políticas para a gestão das inovações introduzidas nas universidades, de formas mais elaboradas e impactantes de geração e transferência do conhecimento produzido pelas universidades para a sociedade, além da exigência de novos arranjos institucionais, os quais vêm sendo difundidos globalmente. (GIBBONS, 2004; DOUGLAS; KING, 2009; ALTBACH; SALMI, 2011; MARTINS, 2015).

A relação entre inovações tecnológicas e conhecimento constitui um dos principais desafios para a educação superior e, em particular, para a universidade, tendo em vista o papel seu papel frente à produção do saber. Assim, é possível identificar uma conexão entre o Projeto Pedagógico Institucional da UnDF e temas que se mostram desafiantes e, ao mesmo tempo, cruciais na agenda da educação superior mundial. Temas como inclusão, democratização do conhecimento, gestão democrática, inovação, inovações curriculares e educação como vetor de transformação social convergem, sobretudo, para a defesa da educação superior como bem público e direito universal/social, perspectiva adotada pelo PPI da UnDF.

Educação como bem público é essencial para a formação de cidadãos conscientes e, correlativa e inseparavelmente, de profissionais qualificados. Formação cidadã e capacitação profissional são aspectos coessenciais, mutuamente referenciados e solidariamente constitutivos do sujeito social. Cidadãos profissionais éticos e tecnicamente responsáveis e qualificados são os principais atores do fortalecimento econômico e, inseparavelmente, do desenvolvimento da nação. [...]

Discutir a educação como bem público e, então, como direito social, faz parte do reconhecimento da grande responsabilidade que as Instituições de Educação Superior (IES) têm relativamente à formação ética, científica e técnica dos indivíduos no marco da construção da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 109-110)

É consensual que o exame crítico da visão de educação superior como bem público tem assumido crescente destaque nos mais variados contextos da comunidade acadêmica. Ainda

que sob diferentes enfoques teóricos, políticos e metodológicos, essa comunidade se mostra preocupada em investigar alternativas para fazer esse nível educacional avançar em uma realidade mundial que precisa enfrentar dilemas diversos, como a desigualdade social e as condições bastante díspares na oferta da educação superior no mundo, no Brasil e no DF.

Mantendo sintonia com a defesa dessa visão de educação superior, o PPI da UnDF expressa, também, o reconhecimento do papel crucial da universidade no processo de produção e socialização do conhecimento científico. A discussão desse processo parte da premissa que ele decorre de algo mais complexo: a prática educativa como um ato intencional e político inscrito em um plano epistemológico que, por sua vez, é pautado na realidade histórico-social dos sujeitos. Na universidade, tal como em qualquer outro espaço formativo, essa prática está carregada de concepções filosóficas de homem, de sociedade, de visões de mundo que, em seu conjunto, ou vistas separadamente, sempre requerem o olhar político, social e ético por parte dos produtores e disseminadores do conhecimento.

O PPI da UnDF parte também da compreensão da universidade como uma instituição que tem a ver com o caráter universal dos estudos, abrangendo a totalidade do real que pode ser conhecido pelos indivíduos. Diante disso, expressa o compromisso assumido por essa instituição em promover o avanço do conhecimento e de pesquisas aplicadas aos diversos campos do saber. Reconhece que, como espaço de invenção e da descoberta, a universidade tem a responsabilidade com a busca de novos conhecimentos, sendo, assim, local de produção de inovações na própria história da humanidade. Nessa lógica, o presente PDII visa contribuir para situar a UnDF como uma importante base do desenvolvimento do DF, da RIDE-DF e do país, considerando que, além de ensinar e pesquisar, produzirá cultura, caracterizada por contextos emergentes.

No mundo atual, as grandes transformações verificadas no campo da educação superior ocorrem em contextos emergentes, cuja dinâmica se mostra associada à complexidade desse mesmo campo. Do ponto vista conceitual, os contextos emergentes podem ser definidos como “configurações em construção na educação superior observadas em sociedades contemporâneas e que convivem em tensão com concepções pré-existentes, refletoras de tendências históricas.” (MOROSINI, 2014, p. 386). Correspondem, assim, a espaços de mutações nas propostas de educação superior, que podem assumir níveis variados de complexidade, dependendo das características dos sistemas universitários e não universitários dos vários países, embora algumas delas possam se mostrar relativamente comuns.

Caracterizam-se, ainda, por complexos processos de transição social, econômica e política no âmbito dos quais ganham grande expressividade vários desafios que exigem a definição de estratégias pelas IES para atender as demandas locais em uma sociedade globalizada (DIDRIKSON et. al., 2008).

Nos contextos emergentes que vivemos, a relação entre inovações tecnológicas, inclusão e conhecimento constitui um dos principais desafios para a educação superior e, em particular, para a universidade, considerando o papel que essa instituição assume frente à produção do saber na evolução da humanidade. A ideia histórica de universidade²⁶ contribui para a compreensão de que essa instituição é elemento constituinte das práticas culturais vividas em diferentes sociedades. Sem dúvidas, historicamente, ela tem se constituído em instância privilegiada na produção e disseminação do conhecimento. Como resultado disso, tem contribuído significativamente, dentre outros, para o desenvolvimento científico, a busca de rumos que levem ao fortalecimento e à independência tecnológica dos países e a construção de soluções de problemas locais, regionais, nacionais e internacionais. (CHARLE; VERGER, 1996).

Por outro lado, em decorrência da relação que a educação superior tem estabelecido com a economia do conhecimento, nos contextos emergentes a universidade tem passado a sofrer os efeitos da mercantilização educacional. Tal dimensão mercantil vem sendo orientada, dentre outros fatores, por uma nova epistemologia que surge no início do século XXI e vem ganhando crescente força. “Esta epistemologia sustenta as razões pelas quais as universidades devem trilhar caminhos globais e internacionais, redesenhar seu perfil em direção aos mercados e desenvolver modalidades de capitalismo acadêmico.” (LEITE; GENRO, 2012, p. 764).

Neste cenário, aumentam a necessidade e importância da defesa da educação superior como bem público e direito social universal, perspectiva também defendida pela UnDF, como

²⁶ A ideia histórica dos modelos de universidade apresenta consideráveis diferenças. Em um esforço de síntese sobre o tema, Sousa (2021) esclarece que a construção histórica desses modelos revela “as transformações da dinâmica da universidade a partir do estreitamento de suas relações com a sociedade. Em sua evolução histórica, foram constituídos seis modelos – inglês, alemão, norte-americano, francês, soviético e latino-americano. A perspectiva das universidades do espírito ou liberais abarca os três primeiros modelos mencionados, enquanto a das universidades funcionais ou do poder engloba o francês e o soviético. Em uma outra perspectiva, o modelo latino-americano é construído buscando a democratização de suas instâncias e defendendo a participação dos atores nos vários espaços da estrutura da universidade.” (p. 34).

ressaltado antes. Para tanto, compartilha a premissa de que, em nível mundial, a universidade diferencia-se dos demais tipos de instituições de educação superior por ser responsabilizada pelo processo de geração, transferência e disseminação do conhecimento. Em sua trajetória histórica, a universidade atesta que sua missão precípua é concentrar esforços com a finalidade de produzir conhecimentos nas mais diversas dimensões da vida humana – cultural, econômico, social, político, etc. –, indicando alternativas para preservá-los e, ao mesmo tempo, transformá-los. Dessa forma, assume “a dialética da continuidade e da mudança” (FRANCO, ZITKOSKI; FRANCO, 2016, p. 17) implícita à educação superior e aos contextos emergentes nos quais, como instituição, vem se configurando.

No Brasil, as organizações acadêmicas das IES são estabelecidas no artigo 15 do Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017). Essas instituições são universidades, centros universitários, faculdades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação e Tecnologia (CEFETs) estes dois últimos definidos pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre os estabelecimentos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em seus artigos 7º, 20, 30, 79, 83, 85 o decreto faz menção, ainda, às escolas de governo como uma tipologia institucional que também pode atuar na educação superior, enfatizando a avaliação da qualidade dessa oferta.

Conceitualmente, as universidades são instituições caracterizadas pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, gozando de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, como previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e detalhado no Artigo 53²⁷ da Lei de Diretrizes e

²⁷ A LDB nº 9.394/96 define a autonomia da universidade: “Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; VI – conferir graus, diplomas e outros títulos; VII – firmar contratos, acordos e convênios; VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas. Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos; II – ampliação

Bases – LDB nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Essa autonomia constitucional caracteriza a universidade como uma IES que tem a ver com o caráter universal dos estudos, abrangendo a totalidade do real que pode ser conhecido pelos indivíduos. É nesta condição que a UnDF assume o compromisso em promover o avanço do conhecimento e das técnicas aplicadas em distintos campos do saber. Como espaço de invenção e da descoberta, tem a responsabilidade com a busca de novos conhecimentos, sendo, assim, local de produção de inovações na própria história da humanidade. Nessa lógica, a UnDF configura-se como uma importante base do desenvolvimento do DF, da RIDE-DF e do país, visto que, além de ensinar e pesquisar, produzirá cultura, influenciando e sendo influenciada pela sociedade na qual está inserida.

4.2 Inserção Regional

Em 2020, havia no Brasil um total de 2.457 instituições de educação superior, das quais 304, correspondendo a 12,3% do total, vinculadas ao setor público (federais, estaduais e municipais) e 2.153, número que equivale a 87,7% do total, ao setor privado (INEP, 2022). Esses dados atestam a tendência histórica da política definida para a educação superior brasileira em contribuir para a prevalência da quantidade de IES privadas sobre aquelas de natureza pública, realidade que se mostra presente também no DF, como discutido no Capítulo 2 e retomado mais adiante. De acordo com a mesma fonte, no Brasil, o segmento público é composto predominantemente pelas IES estaduais (42,4%), seguidas pelas federais (38,8%) e pelas municipais (18,7%), percentuais que encontram seus correspondentes em números absolutos, respectivamente, 129, 118 e 57.

Considerando a evolução do número de IES, no período de dez anos (2010-2020), os segmentos público e privado da educação superior brasileira cresceram, juntos, na ordem de 3,2%, revelando certa estabilidade, visto que passaram de 2.378 para 2.457 IES. Entretanto, os dados mostram que em 2018 e 2019 o mesmo sistema revelou um pequeno aumento, em relação ao primeiro ano do período, quando cresceu, respectivamente, 6,7% e 9,6% (INEP,

e diminuição de vagas; III – elaboração da programação dos cursos; IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão; V – contratação e dispensa de professores; VI – planos de carreira docente. (BRASIL, 1996).

2019, 2020), indicando ter ocorrido uma redução do número dessas instituições no último ano do interstício considerado.

No período de dez anos (2010-2020), ainda que a esfera pública tenha evidenciado um aumento de 8,5%, visto que passou de 278 para 304 instituições, o sistema brasileiro de educação superior permaneceu hegemonicamente dominado pelo setor privado. Em termos numéricos, a ampliação do setor público se manteve estável, ainda que revelando pequena queda da ordem de 1,7%, entre 2013 e 2017, quando caiu de 301 para 296 instituições. Na década considerada na análise, o segmento privado aumentou apenas 2,4%, embora tenha apresentado percentuais mais elevados nos anos de 2018 (6,1%) e 2019 (8,9%), índices que correspondem, respectivamente, a 2.238 e 2.306 IES vinculadas ao setor.

Historicamente, também no DF a educação superior conta com a predominância de instituições privadas. No período de 2010 a 2020, tal tendência permaneceu, embora o número dessas IES tenha revelado uma redução de 8,2%, visto que passou de 61 para 56 (INEP, 2022). Entretanto, se comparada com o ano anterior (2019), a situação se mostrou bem diferente, uma vez que o número de IES privadas tinha chegado a 67, revelando um aumento da ordem de 9,8%, em relação ao de 2010.

Do ponto de vista da organização acadêmica, o conjunto de IES que atuam no DF é configurado da seguinte forma: 2 (duas) universidades²⁸, correspondendo a apenas 3,3% do total; 9 (nove) centros universitários (14,8%); 49 (quarenta e nove) faculdades (80,3%) e 1 (um) Instituto Federal (1,6%). No que tange à categoria administrativa, apenas 5 (cinco) IES são públicas, correspondendo a 8,2% do total – três federais e duas estaduais (distritais) – e 56 vinculadas ao setor privado (91,8%). Na condição de IES públicas que funcionam como faculdades no âmbito do DF, o Censo da Educação Superior (INEP, 2022) registra três, sendo uma federal – Instituto Superior de Ciências Policiais – e duas distritais – Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) e Escola Superior de Gestão (ESG).

Ainda no período 2010-2020, os dados da mesma fonte revelam um elemento novo no cenário da educação superior do DF, que diz respeito ao aumento no número de instituições públicas. Tal fato decorreu da criação do Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia

²⁸ Também participa da dinâmica do campo da educação superior do DF uma terceira universidade, vinculada ao setor privado, mas que, por ter sua sede em São Paulo, não é contabilizada no total de IES registradas no Cadastro e-MEC, em relação a essa Unidade Federativa.

de Brasília, em 2010, e do Instituto Superior de Ciências Policiais, no ano de 2013,, ambos vinculados ao Sistema Federal de Ensino, bem como da Escola Superior de Gestão, que pertence ao sistema distrital (INEP, 2022). Todavia, apesar desse crescimento o setor privado permanece hegemônico, realidade que mantém alinhamento com o cenário nacional.

No mesmo período, apesar de contar com o aumento do número de IES público, o Brasil ainda enfrenta uma realidade bastante crítica, quanto às taxas de acesso à educação superior, que são de duas naturezas – líquida, percentual correspondente à população de 18 a 24 anos que efetivamente se encontra matriculada na educação superior; e bruta, que permite a comparação do total de matrículas nesse nível educacional com a população na faixa etária teoricamente adequada a ele. Em 2019, a taxa líquida chegou a 21,4% e a bruta a 37,4%²⁹, portanto, ainda bem abaixo do que estabelece a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) para ser alcançado no último ano de sua vigência: 50% para taxa bruta e 33% para taxa líquida de acesso da população da referida faixa etária à educação superior (BRASIL, 2014)

De acordo com Ristoff (2020), mantendo-se a tendência de crescimento do período 2015-2020, em nível do país, a Meta 12 do PNE 2014-2024 não será atingida, pois para isso seria necessário um crescimento de, em média, 1,5% ao ano, o que dificilmente venha a se efetivar, considerando a realidade da tendência negativa já verificada. Ao mesmo tempo em que aponta tal tendência, o autor ressalta que três Unidades da Federação já teriam superado a meta fixada para a taxa líquida: Distrito Federal (42,2%); Amapá (34,4%) e Santa Catarina (33,7%). Acrescenta, ainda, que a “meta da taxa bruta foi alcançada – e superada com folga, somente pelo Distrito Federal, com 58,5%” (RISTOF, 2020).

Entretanto, se apenas o DF alcançou, já em 2016, a primeira parte do que é previsto pela referida meta, no que tange à taxa líquida de escolarização, ele ainda tem outro grande desafio a enfrentar, e para isso a atuação da UnDF será fundamental. Trata-se do fato que o percentual correspondente ao número de matrículas no setor público desta UF, ainda estava em 19,6%, correspondendo a 42.959 matrículas no setor, de um total de 219.029 (INEP, 2022) distribuído no conjunto de IES locais. Dessa forma, 80,4% das matrículas em cursos de

²⁹ Além das taxas bruta e líquida, o Censo da Educação Superior publica a taxa líquida ajustada que, 2019, chegou a 25,5% (INEP, 2020). De acordo com a mesma fonte, essa taxa é calculada considerando o número pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequenta ou já concluiu a educação superior, multiplicado por 100 dividido pela população dessa mesma faixa etária.

graduação presenciais e a distância concentravam-se no setor privado, reiterando a hegemonia do mesmo na história da educação superior local. Quando a análise dos dados recai sobre a esfera pública, verifica-se que de um total de 42.959 matrículas apenas 1,9% delas (828) concentravam-se nas instituições distritais, enquanto 98,1% estavam no âmbito federal – Universidade de Brasília, Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia de Brasília e Instituto Superior de Ciências Policiais. Significa, concretamente, que a UnDF assume o importante papel de contribuir para a ampliação do número de matrículas na educação superior pública local, contribuindo para democratizar seu acesso. Nesta empreitada, é fundamental destacar a relevante participação das Escolas Vinculadas à UnDF, considerando sua oferta de matrículas na educação superior local – Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) e Escola Superior de Gestão (ESG) –, como discutido no Capítulo 2 deste PDI.

Neste contexto e de maneira a constituir uma identidade institucional própria e buscando sua articulação com as referidas Escolas Vinculadas, a UnDF poderá atuar em todas as áreas do conhecimento, nos níveis de graduação (licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação (*stricto e lato sensu*). Acrescente-se que essas linhas de atuação não excluem outras possibilidades de atividade que a instituição venha a desenvolver, no caso ligadas à formação técnica e à própria formação continuada dos profissionais do sistema público de educação básica local, dependendo da configuração e parcerias que busque firmar no contexto do DF, regional e nacional.

Considerando sua inserção regional, e sem perder de vista sua conexão com os cenários nacional e internacional, a UnDF assume compromisso com a investigação de todas as possibilidades de sua atuação apresentadas pela região onde está inserida. Nesse sentido, suas políticas e ações se voltam para o atendimento das necessidades mapeadas na realidade local, da RIDE-DF, bem como no cenário nacional. Estratégias como esta poderão trazer vários benefícios para sua inserção no campo da educação superior local, além de ajudar na identificação e viabilização de parcerias diversas.

Tendo em vista sua inserção regional, a UnDF reconhece que não há modelos prontos, e que os caminhos precisam ser criados. Trata-se de fazer isso não copiando modelos, mas criando uma identidade própria. Dessa forma, empreenderá esforços no sentido de fazer um diferencial para o Distrito Federal e, a médio e longo prazo, também para o Brasil e para o mundo, agregando seu valor como instituição social. Nessa lógica, investirá na construção de sua própria história, desenvolvendo um trabalho que incorpore a RIDE, além das várias Regiões

Administrativas do DF. Essa articulação contribui para que possa atuar muito mais próxima das necessidades da comunidade, todavia tendo clareza, dentre outras, de duas questões centrais: (i) que não lhe cabe substituir o poder público em várias questões associadas à região onde se localiza; (ii) não perder de vista que precisa, ao mesmo tempo, revelar compromisso com o desenvolvimento da região onde se localiza e buscar alternativas para a construção do seu posicionamento no cenário nacional e internacional.

Em relação ao desenvolvimento regional, a UnDF considera que sua instalação amplia o acesso à educação superior pública para a população do DF e região, além de permitir que, no âmbito da inovação, sejam gerados projetos de interesse dos setores público e privado (empresas de *software*, de saúde, escolas, universidades, dentre outras). Além disso, em seu percurso institucional, terá oportunidades de apoiar a criação do ecossistema de inovação local, por meio de criação de tecnologias em projetos colaborativos, em diferentes áreas: *software*; agroindústria, ciências médicas e da saúde; meio-ambiente; cidades humanas, inteligentes e sustentáveis, infraestrutura de comunicação, transporte etc.

Por outro lado, estando localizada em Brasília, a UnDF precisará fazer-se presente no mundo de várias maneiras, como, por exemplo, através dos convênios e contando com a interação entre estudantes, embaixadores, docentes, pesquisadores, etc. Nesse contexto, reconhece que a internacionalização não implica apenas a ida para o exterior, mas também receber diferentes atores, de maneira que venha a ser uma vitrine onde existam cabeças novas, culturas diferentes, pois isso a engrandecerá como instituição social.

Ainda levando em conta sua inserção regional a UnDF investirá na construção e preservação de patamares crescentes de solidez e qualidade, considerando os investimentos de toda ordem, dado seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural da realidade do DF, da Região Centro-Oeste e do Brasil. Essa perspectiva converge para a compreensão da gestão inovadora do conjunto de suas atividades, mantendo sintonia, ao mesmo tempo, dentre outros, com os avanços tecnológicos e os princípios de proteção e preservação ambiental, à luz dos interesses da sociedade. Significa que essa instituição investe em políticas institucionais que defendam esse patrimônio de maneira lúcida e transparente, em nome do interesse público e do futuro da região onde se insere e do país.

Por fim, na lógica de modelos de gestão inovadora adotados por universidades que têm se destacado por exemplificar boas práticas, as quais são encontradas na literatura e evidenciadas pelos Estudos de *Benchmarking* realizados pelo Cebraspe (2021e), a UnDF define

políticas que contribuam para a construção de sua marca e identidade institucional. Articuladas a objetivos estratégicos, suas diretrizes, políticas e atividades contribuirão significativamente para o compromisso que assumirá em seu percurso como universidade. Serão fundamentais, ainda para traçar as grandes linhas do trabalho da IES e para a definição e consolidação de ações voltadas para sua inserção local, regional, nacional e, em uma projeção futurista, internacional.

4.3 Princípios norteadores

Na perspectiva da inovação a UnDF assume compromisso com a promoção de uma educação superior de excelência, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão, arte e cultura, e gestão, capazes de promover frutífera, éticas e produtivas interações, com a sociedade, visando contribuir para o desenvolvimento humano, social e tecnológico.

Ensino

A UnDF concebe o ensino como atividade relacional, cujos princípios articuladores traduzem-se em processos investigativos construídos em redes de conhecimentos, que se estruturam a partir de mediações pedagógicas marcadas por elementos como inovação curricular, diálogo, criticidade, interdisciplinaridade e o uso de metodologias ativas. (CEBRASPE, 2021h). Nessa lógica, o ensino corresponde a um processo de permanentes e progressivas mediações pedagógicas resultantes de relações reveladoras do significado dos conhecimentos construídos para além do espaço da universidade, mas para a própria vida, porém de maneira integrada à pesquisa e à extensão.

A UnDF parte da premissa do ensino como uma ação relacional por reconhecê-lo como um trabalho eminentemente realizado com pessoas, bem como por estar associado a uma profissão igualmente relacional. (PERRENOUD, 2008). Trata-se de uma prática que necessita de múltiplas interações por ser altamente determinada por múltiplos fatores oriundos da dinâmica de diversas instâncias: sala de aula, instituição educativa, no caso, a universidade, sistema de educação superior como um todo e da própria política educacional para o setor. Deve

contribuir, assim, para a humanização dos indivíduos via prática pedagógica, como discutido no Capítulo 3 do PDI, à luz do pensamento de Freire (1996). Ao promover diversas relações com o outro o ensino precisa ser inclusivo, acolhendo e respeitando a diversidade na perspectiva de contribuir para aprendizagens significativas para todos os envolvidos, à medida que se desenvolve por meio de ações interativas diversas como debates, relações e trocas entre os diferentes atores.

Ensinar é fazer aprender e, sem a sua finalidade de aprendizagem, o ensino não existe. Porém, este “fazer aprender” se dá pela comunicação e pela aplicação; o professor é um profissional da aprendizagem, da gestão de condições de aprendizagem e da regulação interativa em sala de aula. [...] O ensino também pode ser concebido como um processo [...] no qual o polo da dimensão relacional e da situação vivida com o aluno em determinado contexto é tão importante quanto o polo do conhecimento propriamente dito. (ALTET, 2001, p. 26)

Para estruturar a gestão curricular no âmbito do ensino e das demais áreas de sua atuação – pesquisa, extensão e arte e cultura – a UnDF elege a interdisciplinaridade, avançando para a transdisciplinaridade e as metodologias ativas, abordagens que requerem novos papéis para o professor e o estudante. Ao primeiro, é associado o papel de mediador na relação entre o sujeito e objeto de conhecimento, o que corresponde ao seu compromisso em organizar as sequências didáticas para que a aprendizagem aconteça de maneira significativa e duradoura. Dessa forma, cabe ao professor despertar o interesse, estimular a participação ativa e incentivar o estudante a contribuir com ideias, análises e conclusões, por meio de processos marcados pela reflexão e criticidade, razão pela qual é preciso que o estudante se sinta desafiado, problematizado. Enquanto isso, cabe ao estudante a responsabilidade por sua própria aprendizagem, de maneira a elaborar, contribuir e expressar suas próprias ideias por meio de processos igualmente críticos e reflexivos.

Frente à constatação de que a construção do conhecimento configura um processo de alta complexidade é importante investir no desenvolvimento do ensino, como atividade relacional, recorrendo a abordagens curriculares também inovadoras. Para o ensino, a UnDF define princípios orientadores de políticas institucionais que estimulem, por exemplo:

- inovações curriculares que permitam a flexibilização na formação dos estudantes de graduação e pós-graduação;

- inovações pedagógicas com a finalidade de estimular e promover, cada vez mais, o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem;
- programas e projetos que viabilizem a efetiva integração dos estudantes da graduação e da pós-graduação, por meio de atividades com duração temporal variada;
- ações formativas diversas nas modalidades presencial e a distância em projetos temáticos que adotam a interdisciplinaridade e as metodologias ativas de ensino e aprendizagem.

Pesquisa

Desenvolvida no contexto da universidade de maneira indissociável do ensino e da extensão a pesquisa é compreendida como prática institucional voltada para a geração e ampliação do conhecimento, devendo mostrar-se associada à criação e à produção científica e tecnológica. Na constituição do social está vinculada a uma concepção de realidade, de mundo e de vida em sua totalidade, bem como à dimensão ética, que pressupõe a necessidade de os processos investigativos preservarem sintonia com o uso dos seus resultados, em prol da transformação social.

A partir desses pressupostos, a UnDF assume compromisso com o fomento e fortalecimento de pesquisas que se revelem de alcance comunitário e grande repercussão social. Para tanto, elege princípios voltados para a promoção e implantação de estruturas inovadoras de investigação, buscando integrá-las ao ensino e à extensão, por meio da criação e desenvolvimento de projetos institucionais. Tais princípios visam promover a robustez do ambiente institucional da pesquisa de qualidade realizada na perspectiva de diferentes alcances – departamentais, interdepartamentais, interunidades e interinstitucionais, dentre outros.

Em uma visão inovadora a realização da pesquisa requer considerar como ocorre o processo de sua institucionalização no âmbito da universidade, portanto de sua inserção formal na estrutura dessa instituição que, à luz dos princípios da gestão democrática, pressupõe o apoio legal de órgãos colegiados e decisórios. Trata-se, portanto, de uma prática regida por regras e normas definidas para atender aos interesses do coletivo. Para que a institucionalização da pesquisa aconteça “é preciso que ações sejam reproduzidas e se tornem práticas consolidadas. Significa assimilação desta atividade pelo corpo docente e administrativo

da instituição, estabelecimento de estrutura decisória e dotação orçamentária.” (FRANCO, 2006, p. 217)

A UnDF institucionaliza a pesquisa com o propósito de realizá-la como uma das marcas importantes de seu desenvolvimento acadêmico, investindo na produção de investigações de forma integrada e de excelência, abrangendo vários campos de conhecimento e estreitando sua vinculação com as áreas de ensino e extensão. Em seu percurso institucional propõe ações acadêmicas que possibilitem a difusão do conhecimento científico, a promoção da colaboração científica internacional e a inovação tecnológica.

Os princípios da política de pesquisa da UnDF voltam-se para a geração de novos conhecimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), auxiliando no processo de inovação em organizações diversas, comunidade acadêmica e setor produtivo. Nessa lógica, passam, também, pelo compromisso dessa universidade em estimular parcerias, por meio dos grupos de pesquisa que venha a constituir e consolidar com órgãos de fomento para a obtenção de financiamento em P&D e empresas. A instituição considera tais parcerias como condição *sine qua non* para a realização de atividades relativas à criação, adaptação, absorção e transferência de tecnologia e à propriedade intelectual nas mais diversas áreas do conhecimento. Promovendo a convergência desses princípios a UnDF estrutura suas atividades de pesquisa promovendo e estimulando a inovação tecnológica na graduação e pós-graduação.

Extensão

A UnDF concebe a extensão como trabalho social que desenvolve para atendimento à comunidade, à medida que se volta para a realização de ações que promovem a socialização do conhecimento com a finalidade de atender às necessidades da própria sociedade, visando transformá-la. Parte do princípio que as atividades extensionistas têm como propósito maior estabelecer, de maneira estreita e permanente, relações entre o trabalho da IES e grupos sociais diversos, razão pela qual podem contribuir para a instituição não perder o contato com a realidade concreta da comunidade em que se insere. A extensão configura o ponto mais direto de contato e interação da universidade com a comunidade externa, pois mesmo “que o ensino e a pesquisa permitam que o conhecimento seja produzido e disseminado, é pela extensão que ele passa a ser colocado mais diretamente à disposição da sociedade.” (FRANCO, 2021, p. 213)

O princípio orientador da institucionalização da extensão na UnDF contribui para caracterizar esta atividade universitária como um processo educativo, cultural e científico que se articula com o ensino e a pesquisa, de maneira indissociável. Disso decorre sua grande contribuição para a construção de uma produtiva e integrada relação entre universidade e sociedade, de maneira que o conhecimento acadêmico possa dialogar com a comunidade. Caracterizando-se, também, pela participação ativa dos estudantes, a extensão promove tanto a difusão cultural daquilo que é gerado na universidade “como a oferta de oportunidades de enriquecimento cultural da comunidade universitária e também a comunidade externa – administração de museus, organização de concertos, apresentações de teatro, shows, sessões de cinema, saraus e tudo o mais que envolve a cultura. (FRANCO; LONGHI, 2021, p. 329)

Os princípios que norteiam a extensão na UnDF evidenciam um compromisso desta IES com sua gradativa institucionalização como um centro irradiador de práticas desta natureza no Distrito Federal e na RIDE-DF. Em uma perspectiva inovadora, centram-se na promoção e divulgação de projetos e ações extensionistas que podem assumir grande visibilidade e relevância para a comunidade dessa universidade e para a sociedade em geral.

Arte e cultura

Os princípios que orientam as políticas institucionais da UnDF para os campos da arte e cultura pautam reflexões e práticas interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta o contexto social mais amplo no qual a instituição se insere. Tais políticas investem nas múltiplas frentes desta tríade, guiando-se pela ideia que sua grande amplitude requer atividades que apoiem e explorem a variedade das práticas culturais e artísticas nele expressas. Disso resulta a preocupação em ajudar na criação de um ambiente que contribua efetivamente com a formação integral do ser humano, com destaque para a comunidade a que se referem as mesmas práticas.

As atividades de arte e cultura mostram relação, dentre outras, com o princípio de que, como instituição social, cada IES possui características próprias, associadas às expressões artísticas e culturais da comunidade que atende. Disso decorre o compromisso da UnDF com o desenvolvimento regional, nacional e da sociedade em geral, configurando-se como centro de diálogo e desenvolvimento científico e cultural, em parceria com diversas outras instâncias do social. Partindo desta premissa, A UnDF volta-se para realização de práticas institucionais que

revelam seu enraizamento com a comunidade onde se insere, por meio de políticas que inovem na criação de alternativas para a expressão cultural e artística dos seus diferentes segmentos.

Gestão

A gestão universitária compreende ações e estratégias organizacionais adaptadas ao cenário educacional, na perspectiva da consolidação de diferentes ambientes de educação superior, recorrendo a técnicas, métodos e procedimentos administrativos. Sob esse ângulo, pode ser encarada como uma complexa atividade que tem por finalidade aproveitar os recursos humanos, físicos e financeiros de determinada instituição, visando o cumprimento de sua missão. Refere-se, portanto, ao pensar e fazer a universidade, tendo em vista sua finalidade precípua – ciência e educação – que, em última instância, lhe garante singularidade como instituição social. “Compreende o planejamento institucional estratégico, formalmente representado no Plano de Desenvolvimento Institucional, mas é consubstanciada na organização acadêmica [...] do pessoal acadêmico, e na ação acadêmica, formalizada em programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão.” (FRANCO, 2006, p. 216).

A gestão da UnDF é orientada, em todos os seus níveis e áreas, pelo princípio democrático, que investe na criação e no aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, participativa e inovadora, visando sua integração com a sociedade. Nessa lógica, reconhece que uma gestão democrática, portanto compartilhada, se mostra o modelo mais efetivo para que as inovações bem-sucedidas ocorram, à medida que permite a inclusão de diferentes atores que integram essa mesma realidade. Tal modelo caracteriza-se, sobretudo, como “uma forma democrático-participativa de gestão, tendo como pressuposto a expectativa de dar vazão às crescentes demandas sociais e proporcionar o desenvolvimento local sustentável [...] formando um sistema integrado, compartilhado por todos [...]” (FERREIRA, 2006, p. 16). Disso resulta a relevância da proximidade entre academia e sociedade para além dos muros da primeira para a relação inovação, desenvolvimento social e universidade, considerando que essa interação garante a própria legitimidade democrática dessa instituição.

Uma gestão universitária inovadora é norteada por princípio que demandam, dentre outros fatores, a necessidade de conhecimento profissional e entendimento de políticas educacionais, capacitação em face das novas tecnologias e a adoção de métodos de trabalho e

de participação da comunidade para ampliação da sustentabilidade da IES. Paralelamente, supõe que haja um posicionamento sobre a autonomia e sua expressão na própria gestão como diretriz que permita a revisão constante das práticas institucionais e do espaço acadêmico das universidades, notadamente, aquelas de natureza pública, como é o caso da UnDF.

4.4 Princípios filosóficos e metodológicos norteadores das práticas acadêmicas

Os princípios filosóficos e metodológicos das práticas acadêmicas da UnDF – inovação, inclusão, interdisciplinaridade internacionalização – são definidos na perspectiva de se manifestarem de maneira transversal nas políticas, diretrizes e ações de ensino, pesquisa, extensão, arte e cultura, e gestão da instituição. Esses princípios são ilustrados na imagem e explicitados na sequência.



Fonte: autoria própria dos organizadores

4.4.1 Inovação

O conceito de inovação sempre parte de determinada visão de ciência, uma vez que se trata de um elemento intrínseco à própria evolução do pensamento científico. Sob este ângulo,

a inovação se alimenta do conhecimento, razão pela qual não é possível que a primeira ocorra sem que o segundo avance na perspectiva da transformação social.

Partindo dessa ideia, a UnDF compartilha a concepção de inovação como algo de natureza emancipatória e edificante (SOUSA SANTOS, 1989), em contraposição àquela de natureza *regulatória* ou *técnica*.³⁰ A inovação *emancipatória ou edificante* tem sempre “lugar numa situação concreta em que quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação” (SOUSA SANTOS, 1989, p. 158). Não podendo ser confundida com mera evolução, reforma, invenção ou mudança esse tipo de inovação tem suas bases epistemológicas no caráter emancipador e argumentativo da ciência emergente, que visa à superação da fragmentação do conhecimento científico. Em decorrência disso, busca estabelecer maior comunicação e diálogo com os saberes locais e os diferentes atores, considerando seus contextos histórico e social.

Desenvolvendo os processos de dentro para fora, a inovação edificante combate a separação entre fins e meios, pois defende que a ação incide sobre ambos e que “os fins só se concretizam na medida em que discutem os meios adequados à situação concreta” (p. 158). Ao pressupor rupturas com as formas existentes no interior das instituições, como a universidade, contribui para que esta possa repensar sua estrutura de poder, seus valores e as relações que se estabelecem entre seus vários segmentos. Além disso, procura estimular o protagonismo dos atores, promovendo a inclusão, o diálogo e a viabilização de um trabalho que, sendo “construído coletivamente é regido pelo intercâmbio e pela cooperação” (VEIGA, 2003, p. 278).

³⁰ De acordo com Sousa Santos (1989), epistemologicamente, a inovação *emancipatória ou edificante* contrapõe-se àquela de natureza *regulatória* ou *técnica*, a qual se fundamenta no caráter regulador e normativo de uma visão conservadora de ciência, que se estrutura a partir de dois pilares básicos: (i) certeza ordenada e quantificação dos fenômenos atrelados a um processo de mudança fragmentado, limitado e autoritário; (ii) não-desenvolvimento de uma articulação potencializadora de novas relações entre o ser, o saber e o agir. Configura “uma rearticulação do sistema que se apropria das energias emancipatórias contidas na inovação, transformando-a numa energia regulatória” (LEITE et al., 1997, p. 10). Origina processos inovadores que tendem a ser orientados por preocupações de padronização, uniformidade e controle burocrático, elementos que concorrem para expressar seu planejamento centralizado dentro das instituições, como aquelas de natureza educativa. Seus resultados são transformados em normas e prescrições, razão pela qual sua aplicação assume um caráter também técnico. No campo educacional acaba se revelando como um “processo que deixa de lado os sujeitos como protagonistas do institucional, desprezando as relações e as diferenças entre eles, não reconhecendo as relações de força entre o institucional e o contexto social mais amplo.” (VEIGA, 2003, p. 270).

Na lógica da inovação emancipatória a gestão universitária ganha legitimidade, ao articular a participação dos sujeitos na visão coletiva e integradora, o que resulta na reflexão de sua realidade interna referenciada a um contexto social mais amplo. Norteando suas políticas por esse tipo de inovação, a UnDF institui políticas que podem contribuir para avançar na construção de uma proposta de engajamento coletivo. “A gestão da universidade inovadora é própria de organizações empreendedoras, que correm riscos, buscam inovações, enfrentam seus assuntos internos, promovem mudanças sustentáveis, são atores de seu próprio desenvolvimento e têm a presença da pesquisa” (FRANCO, 2006, p. 216).

Na sociedade contemporânea, a inovação é um tema que vem sendo materializado na estruturação econômica, política, social e legal, englobando desde inovações tecnológicas até inovações em métodos de gestão, passando pelo sério crivo de geração de um produto concreto do qual a sociedade possa fazer uso. Na visão de Moreira e Queiroz (2007), o termo inovação pode ser utilizado em três diferentes contextos: (i) sinônimo de invenção; (ii) adoção de uma mudança que é nova para determinada organização e seu ambiente; (iii) ideia prática ou artefato que, mesmo já tendo sido inventado é visto como sendo novo, independentemente de sua adoção ou não. No contexto da gestão universitária, caracteriza-se, sobretudo, como um fenômeno complexo, traduzido em uma atitude pedagógica de natureza permanente.

Ao orientar sua gestão pela inovação, a UnDF define políticas institucionais que revelem em seu cotidiano sintonia entre o planejamento e a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável. Dessa forma, investirá em estratégias igualmente inovadoras para exercer, com qualidade social, o preceito constitucional que estabelece sua “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (BRASIL, 1988). Paralelamente, tais políticas traduzem o compromisso desta universidade com a utilização de tecnologias diversas, de maneira articulada ao planejamento institucional, visando à melhoria dos serviços prestados à sociedade por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Como um dos fundamentos das práticas acadêmicas da UnDF a inovação orienta as políticas dessa instituição para a oferta de educação superior de qualidade vislumbrando avanços substanciais, a partir do investimento em distintas frentes, como: (i) definição e aperfeiçoamento da política de gestão de inovação tecnológica; (ii) ações que impulsionem sua capacidade inovativa, mediante a implantação de políticas institucionais que apresentem as referências básicas para a estruturação de centros de transferência e inovação tecnológica;

(iii) compromisso com o aperfeiçoamento dos processos acadêmicos e técnico-administrativos com o uso mais intensivo e diversificado das tecnologias da informação e comunicação.

A UnDF assume as inovações tecnológicas como referência e elemento estruturante de suas atividades, reconhecendo que houve, nas últimas décadas, a intensificação da complexidade de novas tecnologias, cuja criação mostra-se expressivamente baseada no conhecimento científico. Além disso, considera que ultimamente tem se verificado no mundo uma aceleração no surgimento de novos métodos e técnicas para a investigação das estratégias operacionais relativas ao tema, como a realização de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Em consequência, compromete-se com uma gestão que evidencie um perfil igualmente inovador, investindo em políticas institucionais orientadas, dentre outros, para os seguintes resultados e/ou dimensões:

- disseminação da cultura de busca em bancos de patentes;
- estímulo à elaboração de uma plataforma de patentes na própria UnDF;
- estabelecimento de regras de controle da informação tecnológica tanto durante quanto após a pesquisa e a disseminação dos seus resultados;
- oferta de disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação que abordem a propriedade intelectual, sendo esta iniciativa mais diretamente associada à dimensão do ensino.

4.4.2 Inclusão

Nas práticas acadêmicas da UnDF a inclusão demanda a criação de condições diversas que resultem na efetiva ampliação do acesso e da permanência na educação superior na graduação e pós-graduação, de forma articulada às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, assume a inclusão para a transformação como um dos diferenciais de suas políticas institucionais, as quais adotam, dentre outros, o conceito de práticas afirmativas de cidadania para inclusão social de modo transversal e interdisciplinar. Para tanto, reconhece que “a questão da inclusão se remete ao nível da responsabilidade institucional, a qual deve criar as condições para o processo da inclusão se torne adequado e efetivo” (FURLAN et al, 2020, p. 421-422)

Com efeito, as oportunidades de acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de democratização da educação superior (DIAS SOBRINHO, 2010).

Entretanto, para além disso, a democratização implica assegurar a inclusão de estudantes que, por razões diversas, foram historicamente excluídos, em decorrência da sua condição social e/ou racial. Em consequência, políticas de inclusão da educação superior correspondem a ações muito mais amplas que resultem também na ruptura de fronteiras já comumente conhecidas e avançar para ressignificar os rumos do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Sem dúvidas, a inclusão social de estudantes é dever tanto de toda a comunidade universitária como da comunidade em geral, de maneira a garantir não somente o direito à educação, mas também o acesso aos diversos espaços públicos. Nessa perspectiva a autonomia dos sujeitos é estimulada e a democratização do acesso à educação superior ampliada por meio de múltiplos processos de inclusão que precisam ser fomentados e viabilizados nas práticas cotidianas da UnDF. Assim, a instituição assume o compromisso em ser acolhedora e, ao mesmo tempo, combativa à ilusão da homogeneidade, realizando ações diversas que efetivamente estimulem uma cultura de direitos humanos fundada na premissa da formação de cidadãos plenos, autônomos e reflexivos, porém a perda dos laços de solidariedade social (CEBRASPE, 2021c). Como fundamento das práticas acadêmicas da UnDF a inclusão norteia uma formação destinada a uma multiplicidade de indivíduos, com base na premissa que isso envolve, sobretudo,

[...] a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. (BRASIL, 2013, p.25)

A inclusão exige transformações complexas na estrutura e dinâmica das várias instâncias da universidade. “Inclusão é um sistema em funcionamento. Se uma parte desse sistema não operacionaliza ações, todo o sistema não funciona, portanto não existe.” (FARIA; CAVALCANTE, 2015, p. 38). Por isso, é imprescindível que a universidade defina políticas institucionais para incluir administrativa e academicamente todos os sujeitos que dela fazem parte.

Tendo alimentado um modelo de educação superior que, historicamente, formou grupos selecionados e voltados para a competitividade, na sociedade atual, a universidade requer políticas inclusivas. Na perspectiva da transformação social, tais políticas são definidas com base em princípios que demandam da universidade promover “o acolhimento de todos os

[estudantes], atendendo suas especificidades para aprender, garantindo-lhes a acessibilidade necessária (POKER; VALENTIN; GARLA, 2018, p. 128). Nesta linha de raciocínio, as políticas inclusivas da UnDF mantêm alinhamento com a estratégia 12.9 da Meta 12 do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado por meio da Lei nº 13.005 de 25 de junho 2014: “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei” (BRASIL, 2014).

É compromisso de uma universidade democrática a definição e ampliação de políticas voltadas tanto para a inclusão como para a assistência estudantil, de modo a propiciar a igualdade de oportunidades para os discentes que revelam condições socioeconômicas desfavoráveis, e que precisam ser atendidos em diferentes áreas. Conforme o artigo 3º, § 1º do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são dez estas áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, além de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Reconhecidamente, no Brasil, o público-alvo das políticas de assistência estudantil tem sido composto por pessoas em situação de vulnerabilidades que resultam de fenômenos históricos como exclusão, desigualdade e segregação educacional. Em decorrência disso, a inclusão na UnDF considera a legislação que trata de temas transversais, os quais buscam estimular o debate e o combate das desigualdades sociais e, em consequência, promover maior inclusão. No âmbito desta legislação, destacam-se: (i) Lei nº 10.639/2003 – Altera a LDB nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; (ii) Resolução CNE nº 1/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; (iii) Lei nº 11.645/2008, que altera LDB nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; (iv) Resolução CNE nº 1/2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; (v) Resolução CNE nº 2/2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Igualmente, é preciso considerar toda a legislação sobre a inclusão de pessoas com deficiência, transtorno global do

desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, altas habilidades e superdotação. A definição de políticas institucionais que considerem esses marcos legais, bem como aqueles relativos, especificamente, à inclusão de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, altas habilidades e superdotação, “torna-se essencial para que a inclusão seja eficiente e possa favorecer a equiparação de oportunidades” (FURLAN et al, 2020, p. 426)

À luz da legislação apontada e de sua inserção regional, a UnDF define uma Política da Assistência Estudantil com a finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos seus discentes, na perspectiva da inclusão social e democratização de forma articulada com ensino, pesquisa e extensão. Essa política é regida por um conjunto de diretrizes orientadoras consoantes com sua missão, visão e seus valores institucionais (CEBRASPE, 2022d), que traduzem seu compromisso com a inclusão e responsabilidade social. As diretrizes em questão têm como finalidade orientar o desenvolvimento de programas e linhas de ações com o objetivo de favorecer a democratização do acesso, a permanência e o êxito dos discentes, ao longo do seu processo formativo, destacando-se as seguintes:

- direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade;
- irredutibilidade dos benefícios da Assistência estudantil e seu fortalecimento como direito social e dever político;
- educação como meio de acesso aos demais direitos sociais, promovendo a inclusão, equidade, justiça social e o exercício pleno da cidadania (CEBRASPE, 2021d).

Com o propósito de contribuir para que os estudantes sejam incluídos plenamente no em suas atividades, a UnDF define políticas com o propósito de resultar em ações concretas para a apropriação do conhecimento por parte de todos eles. Do ponto de vista da gestão curricular, essa universidade compartilha a compreensão de que a inclusão precisa “assegurar condições para que as diferenças não sejam vistas como obstáculos a serem vencidos ou superados, e sim como uma dimensão constitutiva da prática pedagógica”. (FARIA; CAVALCANTE, 2015, p. 38)

4.4.3 Interdisciplinaridade

Em níveis mundial e nacional, as universidades que vêm buscando construir excelência nas mais variadas áreas de sua atuação revelam especial atenção com a *inovação curricular*. Ao estruturarem suas práticas nessa direção revelam a clareza que, como qualquer outro, esse tipo de inovação não configura um trabalho isolado/individualizado, mas coletivo, necessitando ser assumido pelos vários segmentos da comunidade acadêmica em torno de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na gestão universitária a *inovação curricular* deve ser vista como uma atitude pedagógica permanente nas funções da universidade. Com base neste princípio, a UnDF institucionaliza ações inovadoras com foco em novas abordagens do conhecimento. Dessa forma, busca uma mudança paradigmática na maneira de conceber o conhecimento e seu próprio processo de construção e abordagem. Ainda que seja um complexo processo, sinteticamente, a mudança nele desejada reconhece que “de uma base sólida do conhecimento estruturada em blocos rígidos, constituída de leis fundamentais, passamos para a metáfora do conhecimento em rede, significando uma teia onde tudo está interligado.” (MORAES, 2012, p. 75). Trata-se de um paradigma emergente que combate o racionalismo científico predominante durante muito tempo na ciência atual, e que tem como característica fundante a preponderância da interconectividade em relação às teorias e aos conceitos. Em razão disso, combate a hierarquia das ciências ou disciplinas nas novas relações de conhecimentos, a visão estratificada e preditiva da realidade em diferentes áreas de saberes, a persistência do racionalismo científico com a intenção de fortalecer a teoria, bem como a construção do conhecimento baseada na linearidade e na predeterminação. Propõe, enfim, um outro nível de interação entre os conhecimentos curriculares.³¹

Como nível de interação entre os conhecimentos, a interdisciplinaridade apresenta significativos avanços em relação à visão disciplinar, caracterizando-se pelo diálogo e cooperação entre diversas disciplinas, ao tratarem determinada temática. De acordo com

³¹ Os diferentes níveis de interação entre as disciplinas dos conhecimentos curriculares possuem características que os distinguem uns dos outros. De acordo com Nicolescu (2000), “a disciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade³¹ são as quatro flechas de um único e mesmo arco: o do conhecimento.” (p. 142). Do ponto de vista histórico, a proposta metodológica da interdisciplinaridade surgiu na França e na Itália, em meados da década de 1960, em um contexto de luta dos estudantes que reivindicavam, dentre outros, uma educação mais sintonizada com os grandes acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos da época. No Brasil, um dos pioneiros na discussão do tema é Hilton Japiassu (1934-2015), com sua obra *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, publicada em 1976 (JAPIASSU, 1976)..

Fazenda (2021) “o pensar interdisciplinar parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas”. (p. 20). Dessa forma, revela-se como um eixo integrador das disciplinas, capaz de orientar ações interdisciplinares e garantir a adesão voluntária dos atores ao tratamento do conhecimento nessa visão.

O diálogo é condição primeira da interdisciplinaridade, não somente entre campos disciplinares; ela requer trocas com a comunidade, abertura à **inovação**, busca de sustentação, exige interação dinâmica entre o público e sua aplicação na comunidade, enfim, **diálogo com a região, com o país e com o mundo**. [Grande é] a importância da diversidade de diálogos, pois são eles que, em sua heterogeneidade, se transformam em canais de trocas enriquecidas nas peculiaridades das ressignificações locais/pessoais. (FRANCO et al., 2014, p.13 – grifos nossos)

A interdisciplinaridade curricular pressupõe diferentes disciplinas ligadas entre si, porém sem perder sua identidade como campo de saber, e procedimentos pedagógicos em harmonia. Paralelamente, requer profundo conhecimento da identidade institucional e um reconhecimento das potencialidades e dos saberes requeridos ou a construir no diálogo entre os diversos campos do conhecimento, considerando a proposta formativa a ser desenvolvida. Na formação profissional exige o desenvolvimento de competências relativas às formas de intervenção necessárias e às condições para sua realização. O desenvolvimento das competências profissionais demanda a conjugação de diferentes conhecimentos disciplinares: saberes da experiência, saberes técnicos e saberes teóricos interagindo de forma dinâmica sem nenhuma linearidade ou hierarquização que subjuguem os profissionais participantes (TARDIF, 2002).

É preciso ter clareza que não se faz interdisciplinaridade curricular por imposição ou por meras determinações legais ou institucionais. Isto porque, como forma de produzir saberes, requer, ao mesmo tempo, opções metodológicas e posturas críticas e proativas frente ao conhecimento.³² Significa que não existe sem uma intenção consciente dos sujeitos e uma

³² Nas três últimas décadas do século XX a educação brasileira foi marcada por reformas que visavam à necessidade de constituir a ideia interdisciplinar, ainda que, à época, ainda existisse um número reduzido de investigadores e, conseqüentemente, de pesquisas em torno desse assunto. Porém, no início do século XXI, os estudos sobre a interdisciplinaridade assumem um papel de grande importância, desenvolvendo novos saberes que favorecem novas formas de aproximação da realidade social e leituras das dimensões socioculturais das comunidades

atitude de reciprocidade entre eles, capaz de levar às trocas de saberes e ao diálogo constante entre as várias áreas do conhecimento. Dentre outras, essa é uma das justificativas para que a UnDF opte pela interdisciplinaridade como um dos fundamentos de suas práticas acadêmicas, a partir das políticas definidas para a graduação e a pós-graduação como inovação curricular.

Mesmo configurando uma abordagem inovadora do conhecimento – e assumida pela UnDF – a interdisciplinaridade não se apresenta como uma *fórmula didática* para resolver os problemas curriculares ou redentora da própria universidade, em seu desafio de gerar, disseminar e transferir conhecimentos e tecnologias para a sociedade. Sua finalidade principal é, de uma forma inovadora, lançar mão do diálogo entre os saberes das diversas áreas curriculares para encontrar a solução de problemas concretos, a partir de variados pontos de vista elaborados no campo científico. Uma de suas implicações mais diretas é a retirada da ênfase da visão disciplinar que, historicamente, tem contribuído para fragmentar o conhecimento, investindo na reestruturação dos saberes acadêmicos. Subjaz a essa postura a compreensão de que, nos contextos emergentes discutidos no Capítulo 2 deste PDI, o conhecimento exigido dos profissionais é aquele que se mostra capaz de levá-los a integrar saberes, as ciências, novas formas de realizar pesquisa e diferentes perspectivas de problematizar a realidade.

Ao optar por realizar o ensino, a pesquisa e a extensão a partir de projetos e ações interdisciplinares, a UnDF parte da premissa que atividades dessa natureza contribuem para mostrar que as fronteiras entre as distintas áreas do conhecimento se transformam em zonas de interseções e não em meros espaços delimitados de saberes.

A interdisciplinaridade implica no tratamento das questões que se encontram no limite das disciplinas e que em muitos casos representam intersecções das mesmas. [...] **ocorre na fronteira entre as diferentes disciplinas de diferentes áreas e pode se desprender dos limites de ambas, buscando uma síntese ou um novo olhar sobre elas** e, por isso, em muitos casos acaba por fundir os domínios em uma nova disciplina (CEBRASPE, 2022a, p. 30 – grifos no original)

humanas (FAZENDA, 2021). Nesse cenário, o tema se aproxima do contexto social em que os estudantes estão inseridos, apontando outras possibilidades de leitura e interpretação dos lugares onde eles vivem.

Em suma, na perspectiva da inovação, a UnDF define políticas que, vinculadas pela interdisciplinaridade, promovam, dentre outros, a interculturalidade, o desenvolvimento social e a inclusão na educação superior ofertada por essa universidade.

4.4.4 Internacionalização

Conceber a universidade necessária à sociedade contemporânea demanda refletir sobre como a política de internacionalização é compreendida e vivida na educação superior, bem como a respeito das possibilidades que as ações decorrentes dessa mesma política podem ser reconhecidas como indutoras de qualidade nesse nível educacional.

Com o propósito de cumprir com excelência seu papel no cenário da educação superior local, regional e nacional, de maneira inovadora e sem perder de vista sua articulação de suas políticas institucionais com o panorama mundial, a UnDF elege a internacionalização³³, como o quarto fundamento de suas práticas acadêmicas. “O grau de internacionalização de uma universidade corresponde a uma medida que sintetiza o potencial instalado nessa instituição para impactar as fronteiras do conhecimento e para subsidiar transformações na sociedade.” (UFMG, 2018, p. 173). Partindo desta premissa, define suas políticas na perspectiva de consolidar seu projeto de internacionalização no ensino, na pesquisa e na extensão realizando projetos e ações que preservam sua articulação com os fundamentos antes abordados – inovação, inclusão e interdisciplinaridade. A consolidação dessas ações prevê, dentre outras medidas, a elaboração e o desenvolvimento de programas de integração entre seus vários *campi*.

A internacionalização tem se constituído, cada vez mais, em um diferencial da universidade para a busca da construção de sua excelência em diferentes cenários. Na prática, isso tem contribuído para o surgimento de uma nova configuração do espaço mundial da

³³ De acordo com Sousa (2021), no contexto de origem da universidade, um fenômeno que merece destaque é a internacionalização, devido à importância que possui para a compreensão da função dessa instituição na sociedade moderna. Práticas de internacionalização foram desenvolvidas por essa instituição, desde sua gênese, contribuindo para sua centralidade no crescente processo de desenvolvimento intelectual que ocorria na Europa, nos séculos XI a XII. Nessa época, “o encontro de estudantes, a reunião dos alunos ou discípulos que vinham de todas as partes da Europa, de tão longe quanto as rotas e caminhos o permitissem, era motivada pela notícia das aulas dos grandes mestres oradores” (LEITE, 2018, p. 42).

educação superior. Nesse cenário, quatro fatores principais têm motivado significativa e mais diretamente as transformações da inserção internacional da educação superior, sendo eles:

- i) a decisão dos governos nacionais de promover os intercâmbios acadêmicos;
- ii) a maior mobilidade de mão de obra qualificada em razão do aprofundamento da globalização econômica;
- iii) a busca de novos mercados por parte de muitas instituições universitárias dos países desenvolvidos, visando reforçar sua reputação e constituir fontes alternativas de receitas;
- iv) estratégias governamentais direcionadas a ampliar quantitativa e qualitativamente o capital humano de seus respectivos países, face às exigências de um mercado global cada vez mais competitivo e fortemente amparado em técnicas intensivas em conhecimento. (UFMG, 2013, p. 53)

As ações de internacionalização desenvolvidas pelas IES sugerem que estas conhecem e reconhecem os elementos associados a esse indicador de qualidade. Em termos mais específicos, tais elementos mantêm relação com o próprio conceito de qualidade, levando em conta a polissemia e as tensões que o envolvem. Sendo assim, a definição das estratégias de internacionalização não ocorre em um vazio, mas numa arena de posições e relações que, juntas, traduzem a especificidade do objeto da disputa – a qualidade da educação superior, tomando como referência, no caso do Brasil, as dez dimensões avaliativas definidas pela Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004). A compreensão dessa dinâmica requer considerar, por um lado, os marcos teóricos e políticos da avaliação e, por outro, a vida pulsante das universidades, que passa por re(construções) cotidianas, fruto de múltiplas determinações de seus marcos históricos, sociais e políticos. Nessa linha de raciocínio, Azevedo (2015) afirma que

[...] a internacionalização da educação superior, para além de pressupor a interculturalidade, a integração e a solidariedade entre os povos, é, contraditoriamente, um espaço de debates e embates, fundamentalmente, entre os atores do próprio campo e na intercessão dos campos sociais envolvidos com a produção e a distribuição do conhecimento e da ciência (p. 63).

Na UnDF a internacionalização fundamenta-se na ideia de que, como política institucional, é constituída por princípios e por instrumentos legais. Institucionalmente, essa universidade tem seus documentos norteadores, que ressignificam as políticas maiores, mas não podem contradizê-las, a exemplo do que é declarado a respeito do tema em seu PDI. Sua política de internacionalização é direcionada por diversos documentos que a orientam. Entre as principais inter-relações que orientam sua política de internacionalização, salienta-se o

marco normativo maior, a Lei Complementar nº 987/2021. Em seu Artigo 2º, inciso VIII, essa lei define, dentre as finalidades dessa universidade, “cooperar e fomentar parcerias e intercâmbios com universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e internacionais, visando garantir qualidade científica, educacional e tecnológica às ações da UnDF”. (GDF, 2021).

A UnDF assume o importante papel de contribuir para ampliar o acesso à educação superior pública para a população do DF e da RIDE-DF. Diante disso, considera que Brasília é a capital do país/sede do governo federal, contando com embaixadas e organismos internacionais, o que amplia as alternativas para sua internacionalização. Sua localização permite, também, a inovação gerar projetos de interesse das próprias embaixadas e do setor privado (empresas de *software*, de saúde, escolas, universidades). Além disso, abrem-se possibilidades para participar da criação de tecnologias em projetos colaborativos, em diferentes áreas: agroindústria, ciências médicas e da saúde; meio-ambiente; cidades humanas, inteligentes e sustentáveis, infraestrutura de comunicação, transporte etc., sempre buscando alternativas que ampliem suas possibilidades de várias parcerias de internacionalização.

O respeito e o compromisso com o desenvolvimento sustentável são marcantes nos documentos propositivos da política de internacionalização da UnDF, elementos que ajudam na caracterização do seu *ethos* institucional. Nessa lógica, os seus princípios defendem o conceito de uma internacionalização integral e intercultural, por meio de redes internacionais colaborativas que preservem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade ao longo da vida, constituindo a instituição como um polo irradiador de desenvolvimento científico e tecnológico para a região e a nação/mundo. “A internacionalização integral ocorre em um ambiente inovador que a UnDF se propõe a construir, fundamentado pela abertura ao avanço tecnológico do conhecimento com compromissos sociais.” (CEBRASPE, 2022d, p.)

No contexto da internacionalização a interculturalidade corresponde à capacidade da criação de elos entre as várias culturas, não somente nacional, mas mundialmente. Em consequência, a interculturalidade revela a necessidade de interação e diálogo entre as perspectivas cultural brasileira e global. Do ponto de vista da organização curricular, o trabalho com a interculturalidade requer a compreensão de que os saberes docentes são provenientes de diferentes fontes: oriundos da formação profissional (das universidades), disciplinares

(pedagogia), curriculares, profissionais (do campo de trabalho) e experienciais. Esses saberes são influenciados pelas relações local (institucional), nacional, regional e global. Todavia, é preciso o professor que está em sala de aula sair da zona de conforto para ajudar na promoção da inovação na ambiência universitária. (CEBRASPE, 2022d)

Como uma das expressões atuais e viáveis da internacionalização da UnDF, de maneira articulada à interculturalidade, a internacionalização em casa ou *at home* (IaH), levanta questões como: (i) justiça social, equidade, direitos humanos e questões sociais e econômicas relacionadas; (ii) ambientais globais e críticas (iii) éticas na globalização e na sociedade; (iv) práticas locais e internacionais atuais; (v) construção do conhecimento na disciplina em diferentes culturas; (vi) livros ou artigos/anais internacionais recentemente publicados.

4.4.4.1 Objetivos da internacionalização da educação superior na UnDF

Objetivo geral

Desenvolver, consolidar e integrar as dimensões internacional e intercultural no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão, da cultura e da arte e na gestão da universidade, com vistas à excelência acadêmica, à inclusão e ao desenvolvimento de processos formativos contemporâneos que garantam uma educação nos parâmetros de inclusão e desenvolvimento sustentável.

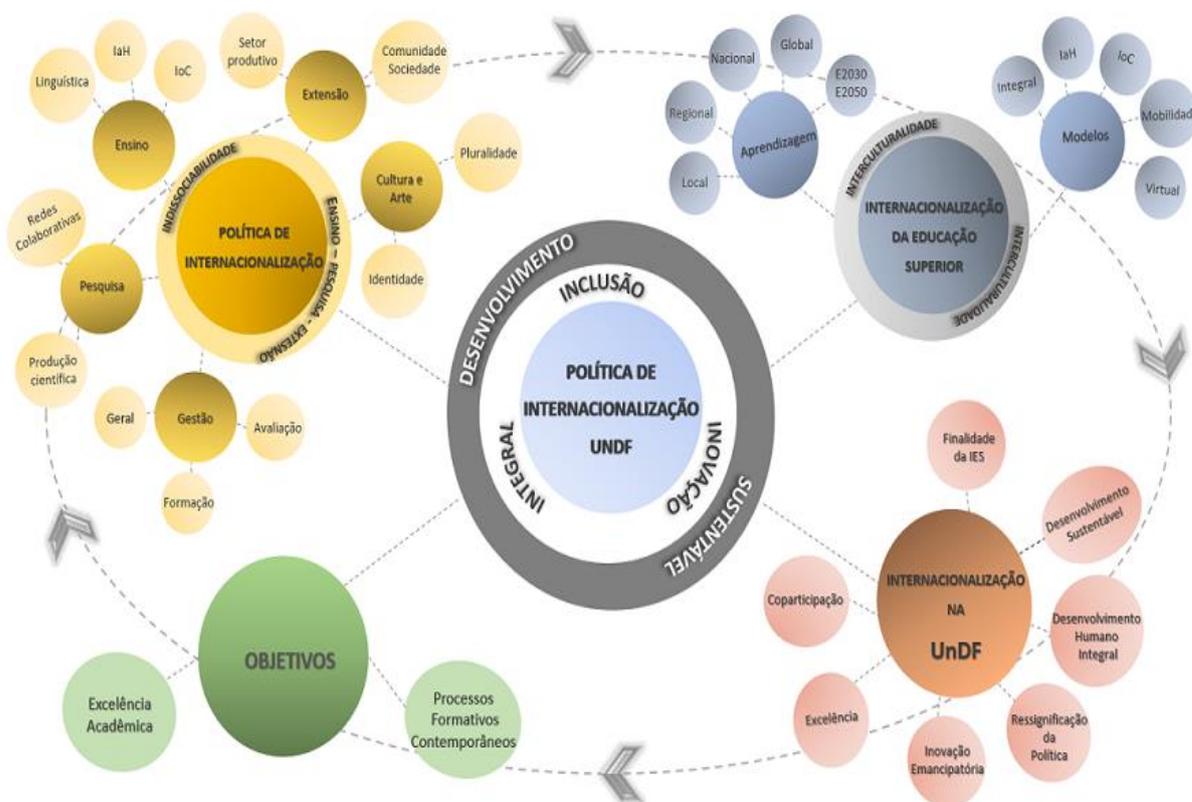
Objetivos específicos

- Construir a política genuína de internacionalização da UnDF em coparticipação com os diferentes atores acadêmicos e administrativos que a integram.
- Fomentar a internacionalização na integralidade da instituição, nas perspectivas acadêmica e de gestão administrativa, buscando atender a qualificação da UnDF na. Construção de um percurso de excelência.
- Fomentar a internacionalização em casa (IaH), de forma presencial e virtual, buscando garantir uma formação de qualidade internacional e intercultural a todos os estudantes/docentes/técnicos-administrativos, como subsídio à construção de uma universidade inovadora com compromisso social.

- Promover a criação e a consolidação de redes colaborativas internacionais visando ao desenvolvimento da internacionalização da UnDF, com vistas a transformar a instituição em polo irradiador de conhecimento para a região/nação.
- Fomentar os intercâmbios para o desenvolvimento de pessoas, conhecimentos e processos por meio de acordos de reciprocidade com instituições internacionais parceiras. (CEBRASPE, 2022g)

Na UnDF a política de internacionalização é definida no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão, da arte e cultura e da gestão, esta considerada em uma perspectiva mais geral. A figura a seguir possibilita uma visão das várias dimensões, relações e alcances dessa política na instituição.

Figura 14 – Matriz da Política de Internacionalização da UnDF



Fonte: Cebraspe (2022g, p. 35)

4.5 Ações para atendimento às Diretrizes Pedagógicas

Na organização didático-pedagógica, o desenvolvimento de projetos integradores, como metodologias ativas presentes na estrutura dos cursos da UnDF articula a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. A partir disso, o ensino se desenvolve a partir de ações de pesquisa e estas são, em grande parte dos casos e em função da escolha de sua temática, voltadas à comunidade local, regional ou nacional, realizando a extensão de forma efetiva e não apenas voltada para o assistencialismo, que tem se mostrado, com frequência, típico de ações dessa natureza. Uma organização curricular alicerçada em projetos estimula, ainda, ao desenvolvimento e utilização de outras metodologias ativas de aprendizagem e, com isso, o protagonismo do estudante em seu próprio desenvolvimento, levando-o ao amadurecimento e à apropriação de outras competências socioemocionais que lhe serão de extrema valia para futura inserção social e no mundo do trabalho (CEBRASPE, 2022a).

Dentre as funções sociais da universidade, destaca-se aquela relativa à busca da humanização dos homens e da sociedade, tendo uma compreensão acerca do mundo físico e social. Para tanto, deve-se considerar a complexidade da realidade e a lógica do sistema de atendimento ao mundo do trabalho, de maneira articulada à diversidade de práticas curriculares desenvolvidas por essa instituição no ensino, na pesquisa e na extensão, no âmbito da graduação e da pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.

Zabalza (2003) afirma que o currículo é o conjunto dos pressupostos de partida, das metas que se deseja alcançar e dos passos que se dão para as alcançar; é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, etc. que são considerados importantes. Essa organização curricular com ênfase nas competências de aprendizagem reforça a necessidade de uma atuação efetiva, crítica e criativa dos estudantes no seu processo de aprendizagem. Em consequência, pensar novas abordagens sobre o currículo na educação superior tem como objetivo promover reflexões para a melhoria na qualidade da oferta dos cursos de graduação.

Para Moreira (2003), o currículo é o conjunto de experiências vividas por estudantes e docentes, desenroladas em termos do conhecimento escolar e organizadas pelas instituições educacionais. Um currículo baseado em competências exige da UnDF o compromisso com a formação em serviço de seus educadores, ampliando seu campo de experiências culturais, propiciando tempo e espaços para o planejamento interdisciplinar, a avaliação coletiva, o

desenvolvimento de atividades integradas, o compartilhamento de experiências e a pesquisa acadêmica e de campo.

No contexto da UnDF, a construção curricular deve estabelecer relações interdisciplinares desde os componentes básicos até profissionalizantes. Esta opção demanda atividades práticas que atendam às necessidades de formação dos estudantes e programas permanentemente atualizados e articulados às transformações do mundo trabalho, além de tecnologias que organizem a abordagem curricular. Suas diretrizes curriculares expressam questões referentes à interdisciplinaridade, à interprofissionalidade, à integração com a rede pública e à formação em serviço, o que representa uma postura diferenciada no processo de formação e passa a ser determinante como conhecimentos estruturantes dos currículos dos cursos de graduação. Na organização didático-pedagógica da UnDF, a interprofissionalidade é compreendida como uma postura que diz respeito aos seguintes elementos: (i) trabalho em equipe; (ii) reflexão sobre os diversos papéis profissionais exercidos pelos atores acadêmicos; (iii) busca de resolução de problemas e à negociação nos processos decisórios – todos sempre realizados com base no diálogo, que promove a construção coletiva de conhecimentos com respeito às singularidades e às diferenças existentes entre os diversos saberes e práticas. (BATISA, 2012)

No caso da UnDF, as diretrizes pedagógicas representam uma prática diferente e exigem uma nova postura profissional dos docentes na formação dos estudantes. Requerem a criação de estratégias para avaliar as habilidades e competências adquiridas pelos discentes durante o processo de construção do conhecimento, a aplicação destas nos cenários de prática, bem como a atitude adotada frente ao processo de construção do conhecimento. Neste contexto, o papel do docente torna-se essencial na gestão do processo de ensino e aprendizagem, esperando-se desse profissional, ao final do curso, que reconheça se o estudante adquiriu as competências requeridas para a profissão. Com essa compreensão, pressupõe determinar em que medida os objetivos do curso estão sendo alcançados e quais as mudanças provocadas no comportamento do discente.

Para atender suas diretrizes pedagógicas, a UnDF define as ações comentadas a seguir.

4.5.1 Inovações quanto à flexibilidade curricular

A proposta que atualmente se requer da formação universitária corresponde àquela que desenvolve um ensino de graduação voltado para a construção do conhecimento com fundamentação pedagógica pautada na articulação dos **4 Is – inovação, inclusão, interdisciplinaridade e internacionalização** – nos termos discutidos no item 4.4 deste PDI.

Em consequência, o papel da formação na UnDF é de conceber um PPP que tenha como eixos norteadores a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), esses dois eixos constituem um desafio apresentado à formação dos estudantes, pois são componentes essenciais face às transformações da sociedade, e influenciam, sobremaneira, o perfil dos profissionais esperados pelo mundo do trabalho.

A proposta de articulação dos saberes em eixos de formação demanda atividades inter e transdisciplinares com novas práticas e metodologias ativas de ensino que integrem uma matriz curricular integrativa para os PPCs. Esta proposta deve ser efetivada em ampla discussão coletiva pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) na elaboração e execução do projeto.

A flexibilidade das atividades curriculares da UnDF tem como princípio o uso de metodologias ativas de ensino e aprendizagem que oportunizem o protagonismo dos estudantes. Essa estruturação dos cursos deve permear toda a formação desenvolvida nos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, além daqueles ligados à extensão. Percebida nesse contexto, a flexibilização curricular se constitui como uma condição necessária para a efetivação de um ensino de excelência e de qualidade na universidade, atenta a sua missão de ser o local onde experiências pedagógicas e epistemológicas acontecem.

Destaca-se nessa abordagem curricular o eixo prático que deve oportunizar ao estudante vivenciar conhecimentos de natureza prática desde o início do curso, progredindo na medida que avança em seu currículo e obtém uma visão ampla das questões práticas de cada componente curricular e eixos de formação.

Com estes fundamentos pretende-se oportunizar aos alunos um sistema de ensino inovador construído pela reflexão contínua sobre as relações entre os conhecimentos da formação fundamental, da formação profissional, da ética e das práticas profissionais. A flexibilização curricular implica também um processo educativo, cujas ações de ensino, pesquisa e extensão, mediante a cultura da avaliação permanente e da crítica à própria instituição e à sociedade, promovam a inclusão da diversidade de sujeitos e práticas com autonomia para organização dos ambientes, da gestão do tempo, do curso e da instituição

4.5.2 Oportunidades de integralização curricular

O currículo na UnDF pode ser definido como um conjunto de atividades acadêmicas relevantes para que o estudante adquira, durante o curso, o saber e as habilidades necessários à sua formação e que contemplem processos avaliativos previstos para a integralização de um curso. Por meio do uso de metodologias ativas, é possível associar a pesquisa a experiências/vivências do cotidiano do mundo do trabalho – visitas, estágios, empresas-júnior, desenvolvimento de produtos – de modo a desenvolver competências e habilidades demandadas.

O ponto de partida para a integralização curricular é a previsão das estratégias no PPI e PPC, observadas as DCNs para a área de formação. Dessa forma, são definidos os saberes a serem sistematizados no curso, a partir do perfil do profissional para a áreas. O currículo integrado contempla o conjunto de atividades estruturais e articuladas constituidoras de um projeto de investigação da realidade e do próprio saber, em busca de sentido de ensinar e aprender para a formação de estudantes, intelectuais, cidadãos e profissionais.

A flexibilização orienta a integração curricular do ciclo básico e profissionalizante em constante articulação entre a teoria e a prática, com atendimento progressivo das necessidades de formação do estudante, ao longo do curso e de acordo com o perfil proposto no PPC. Sua inserção nos cenários de prática, desde as fases iniciais do curso, deve ser com ênfase na aprendizagem dele com um trabalho articulado entre docentes da mesma fase e das fases subsequentes e continuadas do curso, em torno dos eixos e efetivando a integração curricular.

A ampliação da flexibilidade da integralização de créditos e uso de novas tecnologias educacionais podem ocorrer por estratégias como: (i) reconhecimento de créditos em iniciação científica; (ii) oferta de cursos de extensão e ou estágios interprofissionais; (iii) uso de novos métodos de ensino, como aprendizagem baseada em problemas; (iv) educação a distância; (v) programas de extensão e monitoria, consideradas no escopo como atividades complementares.

O desenvolvimento das atividades complementares na formação do estudante deve ser estimulado durante toda a trajetória formativa, como estratégia para enriquecer a formação acadêmica, cultural e social, essenciais para a construção de competências e habilidades.

Nesse sentido, a autonomia docente significa a relação com o currículo e suas atividades estruturadas em torno do PPC, seus objetivos, tendo o perfil como norteador, definidos coletivamente pelo colegiado do curso e sistematizados com os estudantes por meio de ações que as efetivem. É importante sempre prever o trabalho conjunto dos eixos integradores e grupos de trabalho nas diversas fases, com operações mentais que dialoguem entre si e instituídas formas de acompanhamento do processo e dos produtos.

4.5.3 Políticas de estágio e prática profissional

A matriz curricular integrativa valoriza interesses, conhecimentos e experiências dos estudantes. Os componentes curriculares organizados em áreas, associadas em módulos, dialogando entre si e relacionadas às questões da realidade social, valorizam as capacidades dos estudantes facilitando aprendizagens. A análise de problemas e busca de soluções estimula crítica, curiosidade e flexibilidade mental para novas formas de resolver. Além da formação profissional, a graduação deve possibilitar a aquisição de saberes que se manterão a longo prazo com o domínio de métodos analíticos de múltiplos códigos e linguagens. Trabalhar condicionantes atuais de cada profissão em estreita relação com projetos que pode abrir horizontes, integrando cada vez mais o todo da sociedade e aprimorando continuamente o corpo docente, visando à integração contínua e crescente dos formandos no contexto social e político.

O desenvolvimento de conceitos e práticas inovadoras à formação profissional está na educação integrada ao trabalho como singularização do fazer cotidiano. As DCNs abordam a nomenclatura das competências e habilidades gerais como área de formação e as competências e habilidades específicas como a especificidade profissional. A noção de interdisciplinaridade propõe colocar em análise desde a formação dos estudantes, as práticas interprofissionais.

A UnDF define as seguintes ações para viabilizar a política de estágio e prática profissional:

a) Estágio curricular obrigatório e não-obrigatório

- O Estágio Curricular Obrigatório é componente formativo obrigatório definido no PPC dos cursos de graduação como requisito para aprovação e obtenção do diploma. Na UnDF é

visto como um momento que deve apresentar a possibilidade de integração e colaboração entre as práticas formativas dos estudantes em atividades específicas de sua profissão;

- O Estágio Curricular Não-Obrigatório é desenvolvido como atividade complementar e/ou opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

b) **Estágio curricular interprofissional.** A integração de saberes para a educação interprofissional tem como ênfase a geração de evidências de atitudes colaborativas, de tomada de decisão compartilhada, de confiança na equipe, de comunicação, do reconhecimento dos papéis profissionais, da complementaridade de competências e do trabalho em equipe. Sua proposição é inovadora, buscando a articulação entre os gestores (direção, coordenadores de curso, coordenação de estágios), a partir de um plano de atividades que deve ser construído coletivamente com docentes e estudantes. Previsto no PPC promove o desenvolvimento de competências para o trabalho, por meio de atitudes de colaboração, compartilhamento de saberes, e reconhecimento dos papéis profissionais.

c) **Atividades complementares.** As atividades complementares têm a finalidade de promover a complementação da formação social e profissional, ocorrendo por meio de ações acadêmico-científico-culturais diversas, como: (i) participação em eventos (semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências e atividades culturais, entre outros); (ii) integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; (iii) atividades de iniciação científica, extensão e monitoria; (iv) ações integradas da graduação e da pós-graduação; (v) estágios não obrigatórios e atividades interprofissionais.

4.6 Princípios da Avaliação da Aprendizagem

A utilização de metodologias ativas de aprendizagem leva ao protagonismo do estudante e sua maior participação em todo processo formativo, o que inclui a avaliação. Em uma formação desenvolvida com o uso dessas metodologias se espera atingir o objetivo de formar o estudante, permitindo que ele aprenda os conteúdos e adquira as competências

previstas. Seu uso demanda uma avaliação processual e formativa, avaliação por pares e autoavaliação dos estudantes e dos docentes. (CEBRASPE, 2022b)

Com vistas à progressão no curso, a avaliação da aprendizagem é mais ampla que a avaliação do desempenho do estudante. Sendo assim, além da avaliação do discente, a avaliação da aprendizagem demanda sua concepção e realização baseada nas diretrizes definidas nos documentos institucionais e na dinâmica decorrente da proposta curricular de cada curso ou de outras atividades formativas, bem como no acompanhamento e avaliação da execução do planejamento das ações. Nesse nível de compreensão, as diretrizes para a avaliação da aprendizagem dos cursos da UnDF devem contemplar: (i) discussão e total compreensão do PPI; (ii) discussão e total compreensão do PPC; (iii) planejamento do período letivo; (iv) planejamento da atividade curricular; (v) avaliação parcial dos resultados; (vi) avaliação final do período letivo; (vii) avaliação dos docentes e demais participantes na condução das atividades (CEBRASPE, 2022b)

4.7 Política de Inovação Tecnológica

Para a UnDF, inovar “é um permanente estado de espírito de toda universidade, que abrange todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, não sendo, pois, atribuição ou responsabilidade de um único setor” (CEBRASPE, 2021f, p. 27). Sua política de inovação procura articular os conceitos de criatividade e resultados, conforme preconizado pela Lei 10.973/2004 (BRASIL, 2004).

Do ponto de vista pedagógico, a inovação é um dos eixos estruturantes da UnDF, juntamente com a inclusão, a interdisciplinaridade e a internacionalização. Desta forma, o engajamento com os avanços tecnológicos no cotidiano da instituição pode facilitar a inter-relação entre os eixos e auxiliar na promoção da cultura do pensamento inovador, a partir do uso de metodologias ativas, como a abordagem baseada em projetos. Também é relevante o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como recurso primordial para interlocução, dialogicidade e melhoria do processo de aprendizagem, representando uma solução eficiente e ágil para manter a qualidade, a expansão e a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além dos espaços físicos da universidade. Importante destacar que na UnDF o AVA está integrado ao sistema acadêmico.

O pensamento inovador deve se expressar na concepção das matrizes e estratégias pedagógicas dos cursos de graduação e pós-graduação, estimulando as atividades de pesquisa, extensão e os modelos de ensino baseados em projetos, fortalecendo o princípio da interdisciplinaridade. Da mesma forma, os PPCs devem estimular a cultura do empreendedorismo por parte dos estudantes, articulando seus componentes curriculares com atividades ligadas aos ambientes promotores de inovação da instituição.

4.8 Políticas de gestão universitária, desenvolvimento institucional e responsabilidade social

O conjunto de políticas institucionais da UnDF sintetizadas neste item do seu PPI diz respeito aos seguintes temas: gestão acadêmica, relações interinstitucionais, internacionalização, permanência e êxito, valorização das diversidades, responsabilidade social, sustentabilidade e meio ambiente, comunicação com a sociedade, além de avaliação institucional.

a) Gestão Acadêmica

A UnDF orienta-se pela gestão descentralizada, autônoma e democrática, elementos que solidificam seu propósito institucional, alimenta e fortalece a comunidade acadêmica e nutre o sentimento de identidade e pertença, protegendo-a de interferências na sua autonomia acadêmica. Pressupõe autonomia de gestão com uma estrutura organizacional horizontal baseada em instâncias colegiadas, característica central da gestão democrática, a qual requer a ampla participação dos membros da comunidade interna (além da externa) nos processos de tomada de decisão e no respeito às suas escolhas. Os mecanismos dessa gestão envolvem toda a governança da universidade, seja nas ações de planejamento das atividades fim (ensino, pesquisa e extensão) e das atividades-meio (financeiros, processos de trabalho e controle), seja no relacionamento entre diferentes unidades e setores.

b) Relações Institucionais

O processo de integração com outras instituições propicia à UnDF uma efetiva e próxima relação com o mundo do trabalho e com a sociedade, viabilizando-se pela formalização de parcerias e acordos envolvendo a comunidade interna e externa à universidade. A implementação das políticas e práticas de integração e de parcerias interinstitucionais pressupõe o envolvimento e comprometimento dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, zelando pelo cumprimento das ações e atividades inerentes em uma perspectiva ética e de transparência. A viabilização do processo de integração da UnDF, compreende as ações internas e externas. (CEBRASPE, 2022h). As ações internas ocorrem no âmbito das interações intraorganizacionais ou, dentro da macroestrutura de sua atuação e do Governo do Distrito Federal e tem como exemplos de instâncias institucionais as explicitadas no quadro a seguir.

Quadro 6 – Exemplos de atividades e instâncias para parcerias institucionais com a UnDF

| Instância/Natureza das atividades | Parceiros |
|--|---|
| Sistema Distrital de Ensino – Educação Básica | Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEDF) |
| Sistema de Saúde do Distrito Federal | Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF) |
| Desenvolvimento Social | Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES-DF) |
| Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal | Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (SECTI/DF) |
| Intercâmbio | Instituições de educação superior e de pesquisa, nacionais ou internacionais; |
| Estágio Curricular Supervisionado para anteceder ou antecipar a integração do estudante ao mundo do trabalho já no início de sua carreira acadêmica. | Instituições, e empresas e órgãos diversos |
| Organização de cursos de especialização, cursos de extensão universitária e cursos de aperfeiçoamento | Órgãos públicos ou privados |
| Trabalhos de consultoria educacional e realização em regime de colaboração dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> em nível de especialização; | Escolas de Governo |
| Ampliação do acesso a equipamentos de alto custo e métodos avançados de investigação científica para usuários internos e externos; | Centro ou laboratórios multiusos |
| Desenvolvimento da educação, do ensino, da pesquisa e a extensão em todos os níveis | Associações e representações de educação, ensino, pesquisa e extensão |

| | |
|--|--|
| Convênio e/ou integração de atividades de cursos de graduação e de pós-graduação para ampliar ações educacionais nos vários níveis de ensino, pesquisa e extensão, de forma inovadora. | Federação das indústrias e associações comerciais e industriais: |
|--|--|

c) Internacionalização

A política de internacionalização da UnDF está pautada na complementaridade entre diversos tipos de internacionalização, a fim de congregá-los via mobilidade com a internacionalização em casa ou *at home* (IaH). Visa propiciar a construção de um currículo inovador, defendendo possibilidades de ser a distância ou ocorrer na própria instituição, colocando em prática os princípios da inclusão e da equidade. Assim, a UnDF adota os princípios de uma internacionalização integral que atenda aos princípios do desenvolvimento sustentável de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. (CEBRASPE, 2022d). A política de internacionalização deve ser viabilizada para atender as áreas de ensino, pesquisa, extensão, arte e cultura, e gestão, constantes em seu PDI.

d) Permanência e êxito

A Política da Assistência Estudantil da UnDF deverá ser regida por um conjunto de diretrizes orientadoras consoantes à missão e aos valores institucionais, referentes ao compromisso com a inclusão e a responsabilidade social, tendo como perspectiva a universalização do direito à educação e formação integral de todas as pessoas. A UnDF compreende que a assistência estudantil é também um direito e deve abranger todos os estudantes regularmente matriculados, em sintonia com as necessidades e/ou vulnerabilidades apresentadas e que, em alguma medida, comprometem o êxito em seu processo formativo.

O conjunto de diretrizes que estruturam a Política de Assistência Estudantil da UnDF considera que as ações, os programas e os projetos desenvolvidos em seu âmbito devem possibilitar aos estudantes a participação nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, e arte e cultura. Nesse contexto, a permanência e o êxito decorrem do compromisso dessa instituição em “produzir, disseminar e transferir conhecimento crítico, em consonância com as demandas da sociedade, por meio de atividades acadêmicas alicerçadas na responsabilidade social e sustentabilidade.” (CEBRASPE, 2022a, p. 26).

e) Valorização das diversidades

Ao valorizar a diversidade, a UnDF reconhece e fortalece a pluralidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, de classe, de religiosidades e cosmovisões, de nacionalidades, de pessoas com necessidades específicas presentes na sociedade. Dessa forma, seu PPI traça diretrizes que reforçam a inclusão da população excluída do DF e da RIDE-DF, a gratuidade, o acesso e a permanência dos estudantes. O esforço é determinado por meio não apenas de programas de assistência estudantil, mas sobretudo estruturando de práticas, à luz de diversas formas de inclusão, sendo esta assumida como um dos eixos estruturantes da IES, junto à inovação, à interdisciplinaridade e à internacionalização.

As ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos, da igualdade étnico-racial e de gênero são primordiais e propostas para combater e erradicar, no âmbito da UnDF, desigualdades, discriminações e preconceitos étnicos, raciais e sociais decorrentes de origem, deficiência, gênero, sexualidade, religiosidade ou quaisquer outras. Devem romper com barreiras arquitetônicas e atitudinais que possam comprometer a inclusão efetiva de todos os estudantes, construindo uma universidade inclusiva e acessível para toda comunidade.

f) Responsabilidade social e desenvolvimento econômico

No UnDF, a proposição de políticas acadêmicas voltadas para a responsabilidade social e o desenvolvimento econômico está em consonância com o que prevê seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 03, de 12 de maio de 2022. “Art. 3º O desempenho das atividades da UnDF, pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visa à formação superior comprometida com o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a busca de soluções democráticas aos problemas e às necessidades do Distrito Federal e Entorno.” (UnDF, 2022). Além disso, o inciso VII do Art. 6º atribui para a UnDF a responsabilidade de “colaborar com a elaboração, o planejamento e a avaliação das políticas públicas de desenvolvimento regionais, inclusive em relação à prestação de serviços de consultoria, assessoria e correlatos”.

O Estatuto prevê, ainda, no Inciso I do Artigo 7º, dentre as diretrizes para a atuação da UnDF, “a priorização das necessidades e dos problemas do Distrito Federal e entorno na manutenção e programação de cursos e outras atividades orientadas” (UnDF, 2022). Nessa

lógica, as políticas de responsabilidade social e de promoção do desenvolvimento socioeconômico na UnDF devem estar pautadas no conhecimento da estrutura industrial da RIDE/DF e análise da capacidade e interesse das indústrias e empresas em produzir e absorver inovação.

g) Sustentabilidade e meio ambiente

A sustentabilidade é a condição para que a humanidade continue seu desenvolvimento e o garanta, também, para as gerações futuras. Partindo dessa premissa o Inciso XV do Artigo 7º do seu Estatuto da UnDF elege como uma de suas diretrizes, o “fomento a projetos integrados de extensão e pesquisa em linhas de atuação nas áreas de educação profissional, trabalho, empreendedorismo, produção, desenvolvimento, tecnologias sociais e sustentabilidade, com enfoque em inovação e integração social” (UnDF, 2022).

A partir desta e de outras diretrizes, a gestão estratégica dessa universidade passa pelo desenvolvimento de políticas de sustentabilidade ambiental e social por meio de práticas institucionais que assumam compromisso com a mudança cultural desenvolvendo uma política pedagógica ambiental. Por meio dessas práticas, a UnDF assume também o compromisso de ser referência regional, nacional e internacional no desenvolvimento de práticas ambientalmente justas e sustentáveis, integrando ciência, tecnologia e inovação em projetos que visem à sustentabilidade socioambiental. Junto à educação ambiental, compromete-se com a promoção de uma educação pautada na interculturalidade, enquanto estratégia democrática de interação entre as culturas, visando fortalecer as relações de reciprocidade e solidariedade entre os povos, buscando (re)conhecer práticas de vida, conhecimentos e tecnologias utilizados em seus cotidianos e que preservam a biodiversidade.

h) Comunicação com a sociedade

Para estabelecer e fortalecer as parcerias locais, nacionais e internacionais, a Política de Comunicação da UnDF prima pelo seu alinhamento com a diversidade e a inovação. Para tanto, busca: (i) incentivar o diálogo permanente; (ii) promover a inclusão; (iii) favorecer a integração

entre setores; (iv) propiciar as relações com demais instituições, de forma presencial ou por meio de tecnologias disponíveis, de maneira a contribuir para a efetividade de sua gestão e para o desenvolvimento de sua missão.” (CEBRASPE, 2021d)

O conjunto de princípios, objetivos e diretrizes dessa política reforça a importância da democratização da informação e de uma comunicação estratégica e integrada, que fortaleça a cultura e a marca da IES como indutora de inovação. Essa política tem como referências básicas a transparência, o interesse público e a responsabilidade com a construção e socialização do conhecimento. Sua finalidade é propiciar para o público da UnDF e para a sociedade em geral, “por meio de diversos canais, um ambiente acessível, com base nos pressupostos éticos e legais da sociedade democrática, no respeito à diversidade – social, cultural, étnica, religiosa, etária, econômica e de orientação sexual –, na promoção da cidadania.” (CEBRASPE, 2021d, p. 14). Para a UnDF, a política de comunicação contribui, em sua especificidade, para nortear o planejamento, a execução e a avaliação de estratégias, ações, serviços e produtos que orientem o relacionamento com seus diversos públicos estratégicos, por meio do diálogo permanente.

i) Avaliação institucional

A avaliação “não é espontânea e deve estar prevista nos documentos de uma universidade como forma de analisar, melhorar e crescer, não somente no sentido quantitativo, mas principalmente qualitativo.” (CEBRASPE, 2021c, p. 19). A partir dessa ideia, a avaliação institucional da UnDF é concebida como um processo contínuo, articulado e institucionalizado, de forma que suas práticas identifiquem a coerência no que está documentado com os impactos da atuação desta IES, por meio de seus programas, cursos, atividades e projetos.

A UnDF considera que a organização da avaliação institucional pressupõe um trabalho coletivo, participativo, democrático, transparente, que demanda esforço institucional intenso, tanto na busca dos resultados avaliativos como no uso desses resultados para a melhoria e o avanço institucional, na correção de rumos, no planejamento estratégico da IES e na sua articulação com as comunidades interna e externa. Para tanto, suas diretrizes devem estar em consonância com a missão, os valores, objetivos e metas institucionais, e sobretudo fazer sentido para sua comunidade, validando a tese de que “os avanços que podem ser provocados

por avaliações sérias e coerentes, aderentes aos processos institucionais são inúmeros e servem como bússola para melhorar e mudar rumos e escolhas.” (CEBRASPE, 2021c, p. 19).

A avaliação institucional da UnDF deve articular todos os processos institucionais e considerar as seguintes etapas: (i) avaliação institucional, nas dimensões da autoavaliação e da avaliação externa; (ii) avaliação de cursos; (iii) avaliação dos estudantes. Cada uma dessas etapas está intrinsecamente articulada às demais, pois se relacionam de modo complexo e vital.

A avaliação deve fazer parte de todos os processos da institucionais, mostrando-se articulada tanto às questões acadêmicas como às administrativas, de maneira a ser contínua e presente no cotidiano da universidade. Em razão disso, o processo de avaliação do PDI e do PPI deve fazer parte da cultura avaliativa da UnDF, sendo permanente e considerando as interfaces e interações promovidas na dinâmica estabelecida entre suas diversas áreas. Esse processo será conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que, conforme estabelecido no Artigo 85 do Estatuto da UnDF, será instância desvinculada dos conselhos da universidade (UnDF, 2022), e seus resultados deverão ser divulgados e discutidos com a comunidade acadêmica.

CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

A UnDF define as diretrizes e os princípios de suas políticas institucionais, bem como os objetivos e as metas associados a essas mesmas políticas na perspectiva de promover sua organicidade e convergência para as áreas apresentadas na figura a seguir.

Figura 7 – Áreas de abrangência de políticas, objetivos e metas institucionais da UnDF



Nesta parte do PDI será adotada a mesma lógica na apresentação de diretrizes, princípios e políticas que norteiam os objetivos e metas institucionais da UnDF, na sequência de enumeração destes elementos.

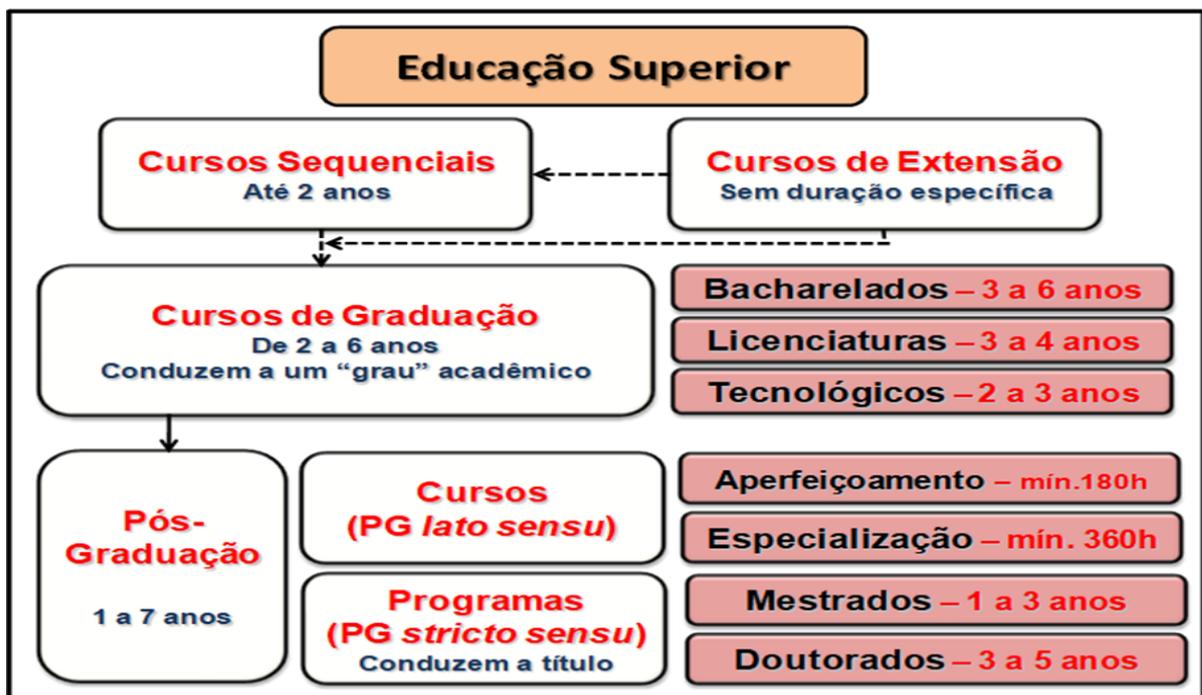
5.1 Ensino

A política de ensino da UnDF é definida em uma perspectiva inovadora e visando induzir melhorias significativas na graduação e pós-graduação, presencial e a distância, considerando seu próprio percurso institucional e sua sintonia com o desenvolvimento das novas fronteiras científicas. Por se configurar uma decisão estruturante dessa universidade, acaba sendo estendida a todas as outras áreas de sua atuação.

O estabelecimento de políticas e ações para o ensino de graduação e pós-graduação da UnDF foi baseado em duas premissas: o pleno cumprimento no disposto em sua Lei de Criação (LC nº 987/2021 do DF) e no Plano Nacional de Educação em vigência, estabelecido pela Lei nº 13.005/2004 e que envolve uma participação expressiva da educação superior, seja no preparo de docentes e gestores para a educação básica, seja para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico da sociedade brasileira como um todo. (CEBRASPE, 2022b, p. 71)

As diretrizes da política de ensino são estabelecidas tendo em vista a atuação da UnDF nos quatro tipos de cursos e programas previstos na LDB nº 9.394/96, dos quais três a lei admite que possam ser desenvolvidos de maneira independente e um de forma subsequente (BRASIL, 1996). A imagem a seguir possibilita uma visão integrada dessas várias possibilidades formativas.

Figura 8 – Esquema da estrutura da Educação Superior prevista na LDB nº 9.394/96,



Fonte: Cortelazzo et al. (2018, p. 8)

Considerando o exposto na figura são caracterizados a seguir os cursos para a UnDF ofertar, ao longo do seu percurso institucional.

- **Cursos sequenciais.** São cursos por campo de saber, com diferentes níveis de abrangência que, embora ofertados no âmbito da educação superior não são de graduação, podendo ser comparados aos *colleges* americanos. Podem ser ofertados na lógica da educação continuada e atualização, especialmente em áreas nas quais os avanços tecnológicos acabam por desatualizar um conjunto de conhecimentos abordados ao longo de um curso já realizado.
- **Cursos de extensão.** Possuem diferentes durações e, no caso de abranger atividades que façam parte de algum curso de graduação ou sequencial, também podem ser motivo de aproveitamento de estudos ou equivalência.
- **Cursos de graduação.** São de nível superior e podem ser ofertados nas seguintes modalidades:
 - ✓ **Licenciatura:** designação usada para os cursos de graduação que formam professores e gestores para a educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
 - ✓ **Cursos Superiores de Tecnologia (CST):** têm duração menor que as licenciaturas e os bacharelados e foco na educação profissional integrada às distintas formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, de maneira articulada à vida produtiva.
 - ✓ **Bacharelados:** possuem como principal característica a formação mais geral em determinada área do conhecimento.
- **Cursos e Programas de Pós-Graduação.** A LDB 9.394/96 define os cursos e programas de pós-graduação no Inciso III do Art. 44: “III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.” (BRASIL, 1996).
 - ✓ **Cursos de Aperfeiçoamento:** devem ter, pelo menos, 180 horas de atividades curriculares, envolvem, normalmente, mais de uma disciplina ou módulo, não possuem regulamentação específica e sua conclusão origina um certificado que expressa as atividades realizadas e o rendimento obtido.
 - ✓ **Cursos de Especialização:** devem garantir, pelo menos, 360 horas de atividades curriculares e um trabalho de conclusão individual, geralmente denominado monografia., sendo regulamentados pela Resolução CNE/CES nº 1/2018 (CNE, 2018) e sujeitos à regulação, avaliação e supervisão dos órgãos competentes.

Os programas de Mestrado e Doutorado são formações denominadas de Pós-Graduação *stricto sensu*, levando ao título de Mestre e de Doutor, respectivamente. Existem, ainda, os Mestrados Acadêmicos e os Mestrados Profissionais, tendo sido estes últimos instituídos, em 2017, por meio da Portaria MEC nº 389 (MEC, 2017).

- ✓ **Mestrado:** é integralizado a partir da aprovação em um conjunto de atividades curriculares e do desenvolvimento de uma dissertação que deve ser apresentada em sessão pública e ter a aprovação de uma banca constituída especificamente para esse ato.
- ✓ **Doutorado:** também integralizado a partir da aprovação de atividades curriculares que podem convalidar ou não aquelas desenvolvidas no mestrado, o qual, entretanto, não é requisito obrigatório para ingresso no doutorado. Exige a construção de uma tese de doutorado, também defendida em sessão pública e aprovada por banca especificamente constituída, que analisará ineditismo e relevância do trabalho apresentado.

Considerando a natureza e finalidade dessas várias modalidades de cursos, a política de ensino da UnDF é orientada por princípios e diretrizes gerais que reconhecem a importância da educação superior para o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, com as implicações decorrentes no que tange ao ingresso, percursos formativos, desenvolvimento e inserção no mundo do trabalho. Para tanto, estabelece diretrizes para a gestão do ensino, visando consolidar a instituição como uma referência de qualidade na oferta de uma educação superior.

Essa diretriz fundamenta ações convergentes para a ideia de trilhas formativas que se mostrem mais maleáveis e tomem como referência as próprias necessidades formativas dos estudantes. Significa a instituição desenhar e viabilizar percursos curriculares adaptativos, de maneira que cada estudante siga sua trilha, obedecendo ao seu ritmo, ao invés de colocar todos eles em uma mesma estrutura curricular. Essa política tem como uma de suas principais diretrizes a flexibilização curricular e qualidade dos cursos que a adotam, considerando a abordagem dada ao tema pelo Parecer CNE/CES 776/97 (CNE, 1997).³⁴

³⁴ A flexibilização curricular deve respeitar os seguintes princípios: “1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas; 2) Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de

Como um diferencial formativo a relação entre empreendedorismo e inovação também constitui diretriz da política de ensino da UnDF, traduzindo a ideia da atuação de uma universidade engajada com os avanços tecnológicos e em sintonia com a sociedade e a melhoria de suas condições de vida. Para alcançar isso, prevê que a cultura do empreendedorismo e da inovação permeie o ensino, abrangendo todos os seus cursos e ações desenvolvidas na graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. A ideia é que, em articulação com as atividades de pesquisa e extensão, o ensino remeta a ações voltadas ao desenvolvimento social, possibilitando que a UnDF seja uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), nos termos estabelecidos pela legislação (BRASIL, 2004; 2018). Nessa linha, poderá abrigar incubadoras de empresas e realizar a deposição de patentes que constituam seu patrimônio científico-tecnológico e levem ao desenvolvimento tecnológico do DF da RIDE-DF e do país.

Outra relevante política do ensino da instituição diz respeito à institucionalização de ações de interação da UnDF com os egressos, por meio da implantação de unidade organizacional para promover relacionamento com eles. Para mostrar seu lado inovador, tal política volta-se para a proposição de ações diversas, como programas de monitoramento dos egressos, visando coletar dados e informações que subsidiem a oferta dos cursos de graduação e pós-graduação. Essa estratégia visa contribuir para uma prática de gestão inovadora, de maneira que os currículos da instituição possam ir se adaptando, em níveis crescentes, às necessidades apresentadas pela sociedade para cada área do conhecimento.

Na política de ensino da UnDF a formação interdisciplinar é uma importante diretriz norteadora dos projetos pedagógicos dos cursos, de maneira a garantir a intersecção de atividades comuns, aumentar as chances das formações comuns e promover a certificações em

conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos; 3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação; 4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa; 5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno; 6) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada; 7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão; 8) Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas. (CNE, 1997)

cada etapa do processo formativo dos estudantes. Outras diretrizes são definidas, dentre outros, para os seguintes componentes: (i) diferentes possibilidades de ingresso; (ii) ações relacionadas ao preenchimento das vagas oferecidas, envolvendo, dentre outros, abertura para a comunidade local e regional; (iii) comunicação com o ensino médio distrital e da RIDE-DF; (iv) ações afirmativas; (v) vulnerabilidade econômica; (vi) etnia; (vii) política de cotas para pessoas com deficiência; (viii) oferta interna e externa de vagas remanescentes; (ix) integralização dos cursos; (x) formação continuada de professores e gestores da educação básica.

Em relação à criação e ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, a UnDF considera, dentre outros elementos, as demandas da sociedade, o crescimento de sua própria produção científica, sua expansão acadêmica, além de outras que contribuam para construir sua marca no cenário da educação superior. A convergência dessas políticas volta-se para a formação de profissionais éticos, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, capazes de contribuir para atender as demandas de uma sociedade que se transforma de maneira mais veloz e intensa.

Objetivos e metas institucionais

A política de ensino da UnDF é orientada pelos objetivos e metas institucionais associadas a cada um deles, conforme apresentado a seguir.

Objetivo 1: Promover o ensino em todos os níveis construindo patamares crescentes de excelência e qualidade socialmente referenciada

Metas

- Institucionalizar e avaliar políticas para os cursos de graduação e programas de pós-graduação tendo por referências a missão da UnDF e as diretrizes curriculares nacionais.
- Realizar ações para assegurar e ampliar a integração entre as diversas áreas de conhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância.
- Promover a formação de estudantes de graduação e pós-graduação como profissionais éticos, com alta qualificação científica, tecnológica, artística e capazes de contribuir para atender as demandas da sociedade brasileira e mundial.

- Institucionalizar e implementar plataformas de educação a distância para possibilitar sua integração com a educação presencial na perspectiva da inovação pedagógica.
- Instalar fóruns integradores dos cursos de graduação e pós-graduação da UnDF na busca pela excelência e qualidade através de novas práticas de aprendizagem nas modalidades da educação presencial e da educação a distância.

Objetivo 2: Expandir e diversificar a oferta de cursos

Metas

- Criar cursos e vagas na graduação e pós-graduação focando as demandas da sociedade, a expansão acadêmica da UnDF e outros fatores que contribuam para construir a marca institucional dessa instituição na educação superior local, regional e nacional.
- Ampliar o número de cursos e vagas nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação consoante ao desenvolvimento das novas fronteiras científicas e à missão da UnDF.
- Ofertar cursos especiais decorrentes de convênio que venham a ser celebrados com vistas a atender demandas sociais importantes associadas, dentre outras, à educação básica.
- Ofertar cursos MOOC – *Massive Open Online Courses* – para atender públicos que não podem acessar a universidade, de maneira a dar visibilidade ao seu potencial institucional como centro de formação e atrair estudantes recorrendo à inovação tecnológica.

Objetivo 3: Assegurar o desenvolvimento de abordagens curriculares inovadoras

Metas

- Realizar inovações curriculares que promovam a flexibilização na formação dos estudantes de graduação e pós-graduação e seu protagonismo nos processos de ensino e aprendizagem.
- Fomentar ações interdisciplinares e transdisciplinares nos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância na perspectiva da inovação e do estreitamento de sua vinculação com as áreas de pesquisa e extensão.

- Desenvolver propostas pedagógicas que estimulem a participação integrada de estudantes de graduação e pós-graduação em ações e projetos temáticos utilizando as metodologias ativas.
- Criar e incrementar arquiteturas acadêmicas inovadoras como espaços capazes de desenvolver currículos para a transformação social como diferencial e meta da formação dos estudantes na graduação e pós-graduação.
- Desenvolver, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações que tenham como ponto focal a efetiva integração dos estudantes da graduação e pós-graduação.

Objetivo 4: Garantir o acesso qualificado a processos formativos inovadores

Metas

- Formatar estruturas acadêmicas inovadoras que possam ser compartilhadas por vários cursos de graduação e pós-graduação por meio de abordagens curriculares interdisciplinar e transdisciplinar.
- Desenvolver ações para ampliar a busca pela excelência acadêmica por meio de novas práticas ensino e aprendizagem que visem à integração das várias áreas de conhecimento.
- Fomentar a formação acadêmico-científica de qualidade para estudantes de graduação e pós-graduação em áreas de conhecimento relevantes e inovadoras.
- Estabelecer parcerias com o sistema público de educação básica do Distrito Federal para aumentar a integração com os cursos de graduação e os programas de pós-graduação.
- Criar mecanismos efetivos de integração entre a graduação e a pós-graduação com o propósito de promover o engajamento acadêmico por áreas afins do conhecimento.

Objetivo 5: Assegurar a permanência e o êxito dos estudantes em seus percursos formativos

Metas

- Desenvolver ações inovadoras para **evitar** a evasão nos cursos de graduação e pós-graduação com a participação de docentes, estudantes e técnicos administrativos.

- Mapear e diagnosticar situações de vulnerabilidade social de estudantes matriculados em cursos presenciais e a distância para definir estratégias que estimulem sua permanência com qualidade e êxito na instituição.
- Implantar, monitorar e avaliar ações voltadas para o acompanhamento, apoio e permanência acadêmica dos estudantes.
- Incrementar ações que fomentem e acompanhem as formas de acolhimento, permanência e o desempenho dos estudantes visando contribuir para prevenir/combater os índices de evasão e para elevar os níveis de aprovação nos cursos de graduação e pós-graduação.

Objetivo 6: Institucionalizar formas de interação com os egressos

Metas

- Criar e implementar instância organizacional para promover o relacionamento com os egressos de cursos de graduação e pós-graduação ofertados nas modalidades presencial e a distância.
- Promover e avaliar ações voltadas para o acompanhamento de egressos de graduação e pós-graduação.
- Definir ações para interagir com os egressos para a coleta de dados e informações que subsidiem a adaptação crescente dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação às necessidades apresentadas pela sociedade para cada área do conhecimento.
- Realizar eventos que estimulem e possibilitem trocas de experiências da comunidade acadêmica com egressos com ênfase nos temas relacionados às várias áreas de conhecimento e no valor agregado pela instituição à formação pessoal e profissional deles.

5.2 Pesquisa

Na UnDF a pesquisa é institucionalizada de maneira indissociável ao ensino e à extensão, e sendo compreendida como atividade orientada para a geração, ampliação e disseminação do conhecimento. Sua concretização requer a preservação do vínculo com a criação e a produção científico-tecnológica, além do respeito ao código de ética estabelecido para sua realização. Nesta perspectiva, “a pesquisa emerge em meio a critérios de

cientificidade, concepções e maneiras de estabelecer a relação cognitiva entre sujeito e objeto, que remetem às teorias do conhecimento e às visões filosóficas do real” (SOUSA, p. 2014, p. 313). Ao institucionalizar a pesquisa em sua estrutura organizacional, assume o compromisso em contribuir para a geração de novos conhecimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), auxiliar no processo de inovação em organizações diversas, comunidade acadêmica e setor produtivo, além promover e estimular parcerias diversas, como, por exemplo, com órgãos de fomento para a obtenção de financiamento em P&D e empresas.

A pesquisa na UnDF compreende um conjunto de reflexões e ações sistemáticas para a geração de conhecimento, estreitando suas relações com o ensino e a extensão, bem como fortalecendo e ampliando a produtividade, com vistas a contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável. As atividades e esforços institucionais devem focar a vocação científica, viabilizando-se a participação de docentes, técnicos administrativos e discentes nos diferentes projetos de pesquisa, iniciação científica e de inovação com o propósito de aprimorar a aprendizagem e desenvolver novos talentos.

Considerando os princípios éticos e científicos a pesquisa, a iniciação científica e a inovação pautam-se na promoção da tecnologia nas diferentes áreas de conhecimento, visando o desenvolvimento social, cultural e econômico de forma sustentável e solidária. Objetivam, assim, contribuir com soluções para os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, bem como para a formação e o engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. Sua finalidade mais ampla é consolidar a UnDF como uma instituição promotora e comprometida com a pesquisa, a inovação, além da difusão do conhecimento científico e da transferência deste para a sociedade.

Na institucionalização da pesquisa a UnDF assume o compromisso com a criação e consolidação de instância institucional que tenha por função coordenar as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo, considerando, sobretudo, sua opção por empreender ações nas mais variadas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a instituição prevê a execução de projetos de pesquisa sintonizados com outros de ensino e pesquisa que tenham como foco os processos de inovação. Também prevê instâncias que ofereçam o devido apoio às atividades científicas, culturais e inovadoras por meio, por exemplo, de assessoramento à elaboração de projetos cuja realização tenha, na perspectiva do empreendedorismo, a previsão de captação de recursos.

Na perspectiva de uma gestão democrática e inovadora a UnDF considera envolvimento de atores coletivos internos e externos na discussão de temas estratégicos para processos de investigações diversas, no intuito de agregar e focar ideias em torno de necessidades relacionadas às demandas locais, da RIDE-DF e do Brasil. Investe, assim, em uma visão inovadora e transversal sobre as atividades de pesquisa como elemento importante para a sustentação de propostas para sua evolução institucional, tendo como horizonte os desdobramentos dessas atividades, a médio e longo prazo. Para tanto, define políticas que resultem na realização de pesquisas departamentais, interdepartamentais, institucionais e interinstitucionais. Dentre suas diretrizes para viabilizar pesquisas desta natureza reconhece a importância de prever a concessão de auxílios para a execução de projetos científicos, tecnológicos e de inovação, formação de pessoal, promoção de congressos, seminários, intercâmbio com outras instituições, parcerias institucionais, além da divulgação dos resultados de estudos realizados.

Ao tomar a Lei nº 13.243/2016 (BRASIL, 2016), que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, a UnDF destaca como princípios norteadores de sua Política de Pesquisa Científica e Tecnológica:

- estímulo e promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento institucional, econômico e social;
- desenvolvimento, promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos econômicos e financeiros e as pessoas para tal finalidade;
- redução das desigualdades regionais;
- cooperação e interação com os entes públicos e privados;
- constituição e instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no Distrito Federal;
- incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;
- promoção do desenvolvimento de processos de formação e capacitação científica e tecnológica, atendendo ao público interno e externo da universidade;

- fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e de gestão de pessoas e de recursos.
- atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;
- simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;
- apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades dos Institutos de Ciências e Tecnologia (ICTs) e ao sistema produtivo. (CEBRASPE, 2021b)

Com o objetivo de preservar e valorizar um olhar para o coletivo, a UnDF define políticas de pesquisa voltadas para empreender ações organizadas sistematicamente para a resolução de problemas, de maneira a contribuir para que o conhecimento produzido seja convertido em objeto de discussão e de avaliação da comunidade científica local, regional, nacional e internacional. O resultado esperado desse compromisso é a incrementação do escopo dessa atividade em seu cotidiano institucional em várias áreas do conhecimento, gerando um centro de excelência de pesquisa integrado dos seus segmentos. (CEBRASPE, 2021b)

5.2.1 Pesquisa Científica e Tecnológica

Para a pesquisa científica e tecnológica, a UnDF define um conjunto de diretrizes que visam desenvolvê-la na graduação e nas áreas de concentração dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como nos grupos de pesquisa voltados à geração de conhecimentos nas mais diversas áreas. Para tanto, investe no fortalecimento da pesquisa como atividade coletiva e interdisciplinar para promover interlocução, debates e cooperação dos pesquisadores com outras instituições locais, regionais, nacionais e internacionais. Compromete-se, ainda, em estimular e implementar o desenvolvimento de pesquisas em parceria com empresas e instituições do terceiro setor, por meio de projetos compartilhados que objetivem o desenvolvimento regional, de forma a contribuir para a formação de pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições de pesquisa, nacionais e estrangeiras.

Além das diretrizes já apresentadas, na política de pesquisa destacam-se as seguintes:

- implementação de espaços plurais, propiciando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas e metodológicas;

- qualificação e formação contínua de docentes, técnicos administrativos e pesquisadores em nível nacional e internacional;
- avaliação sistemática da pesquisa interna e externa, para a garantia efetiva da qualidade, da contribuição ao desenvolvimento regional sustentável, da prioridade e divulgação da produção intelectual em veículos de impacto;
- ampliação e aprimoramento permanente da infraestrutura para desenvolvimento de pesquisas de porte mundial;
- incentivo e estímulo ao registro de grupos de pesquisa junto ao CNPq;
- incremento e incentivo para a realização de pesquisas científicas e tecnológicas interinstitucionais, nacionais e internacionais;
- criação de mecanismos que possibilitem maior envolvimento e comprometimento dos pesquisadores na captação de recursos e de fomento para as pesquisas e iniciação científica;
- incentivar os docentes a participar dos editais de bolsas de pesquisa do CNPq, Capes e Fundações ou Associações de fomento à pesquisa;
- estímulo e incentivo à formação de comunidades e grupos de discussão sobre ciência e tecnologia;
- incremento à formação de Redes de Cooperação entre pesquisadores de IES e demais instituições de pesquisa, nacionais e internacionais;
- desenvolvimento de estratégias para parcerias com o setor produtivo e de serviços do DF e RIDE-DF, objetivando maior incentivo, promoção e integração das pesquisas realizadas;
- construção de parcerias para a criação ou adoção de laboratórios próprios, corporativos ou compartilhados com outras IES ou com organizações públicas e privadas;
- introdução e incremento da oferta de bolsas e de acesso a fontes de fomento ao desenvolvimento da produção científica e tecnológica;
- extensão à universidade e à comunidade do conhecimento e dos benefícios provenientes das pesquisas, publicizando amplamente seus resultados;
- criação de um repositório amplo e interdisciplinar de pesquisa objetivando a *accountability* dos resultados dos estudos promovidos pela UnDF, bem como de respectivos relatórios técnicos e artigos produzidos, viabilizando a divulgação da produção científica e técnica da IES;
- sensibilização da comunidade acadêmica com vistas a estimular uma maior articulação

- entre a pesquisa, a iniciação científica e tecnológica, a inovação, o ensino e a extensão;
- desenvolvimento e implementação de espaços que potencializem a integração interdisciplinar das ações de ensino, pesquisa e extensão;
 - definição e incentivo a ações que efetivamente resultem na plena integração da pesquisa com a iniciação científica e tecnológica, a inovação, o ensino e a extensão;
 - definição de área institucional, setor ou coordenação que seja responsável pelo desenvolvimento e realização da pesquisa, a iniciação científica e tecnológica;
 - instituição de Colegiado de Pesquisa e Extensão e os Comitês de Ética em Pesquisa setoriais, por área do conhecimento. (CEBRASPE, 2021b)

5.2.2 Iniciação Científica e Tecnológica

A atividade de iniciação científica e tecnológica contribui diretamente para a educação diferenciada do corpo discente, tendo em vista a formação analítica, o conhecimento do método científico e a capacidade de resolução de problemas complexos propiciada pela atividade de pesquisa. Em consonância com sua política acadêmica de graduação e pós-graduação a UnDF prevê Programa de Iniciação Científica e Tecnológica voluntária, que possibilitará o estágio de estudantes de outras IES na universidade.

No âmbito da iniciação científica e tecnológica, as políticas acadêmicas da UnDF estão agrupadas em várias modalidades e formas de realização, como: (i) programas de iniciação científica; (ii) programas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação; (iii) iniciação científica em ações afirmativas; (iv) captação de bolsas ofertadas pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF); (v) ações que permitam a interação da UnDF com as escolas públicas do Distrito Federal; (vi) apoio a publicações científicas de sua comunidade acadêmica; (vii) ações que resultem na transferência de tecnologia e empreendedorismo; (viii) estímulo às parcerias com o empresariado local, visando desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica, etc.

Considerando o exposto, a Política de Iniciação Científica e Tecnológica da UnDF tem como princípios norteadores:

- estruturação e aperfeiçoamento contínuo de Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da UnDF para refletir os avanços da ciência e dos domínios do conhecimento.

- divulgação das atividades do Programa de Iniciação Científica da UnDF e de seus resultados, inclusive com a realização de eventos periódicos de apresentação dos resultados dos trabalhos realizados pelos discentes.
- publicização das ofertas de bolsas institucionais e oriundas de agências de fomento, bem como de editais específicos;
- qualificação do apoio administrativo e de infraestrutura disponíveis para o desenvolvimento das atividades de Iniciação Científica e Tecnológica.
- qualificação da formação acadêmica discente, pelo exercício integrado da atividade de iniciação científica e tecnológica às demais atividades precípua da Universidade, em todos os níveis de ensino e áreas de pesquisa;
- divulgação e promoção de práticas de pesquisa apoiadas em princípios éticos, na sustentabilidade e nos marcos normativas nacionais e internacionais.

A Iniciação Científica e Tecnológica na UnDF incentiva a criação de núcleos de iniciação científica e tecnológica com práticas investigativas interdisciplinares, fortalecendo linhas da iniciação científica e das práticas investigativas e de desenvolvimento tecnológico. Devendo contribuir para levar o estudante a observar a realidade, dialogar e agir sobre essa mesma realidade como orientadoras de suas políticas, orienta-se pelas seguintes diretrizes:

- consolidação da política institucional de iniciação científica e em atividades de desenvolvimento tecnológico e de inovação;
- introdução e implementação de atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes;
- desenvolvimento da iniciação científica com produção e integração de discentes, docentes e de técnicos administrativos;
- promoção e iniciação de estudantes na prática da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação como formas de produção do conhecimento, de formação intelectual e de consciência cidadã, privilegiando o pensamento investigativo, crítico e inovador;
- estímulo ao engajamento de estudantes de graduação no processo de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, no âmbito das linhas e dos grupos de pesquisa institucionalizados;
- formação de recursos humanos para a participação de forma criativa e empreendedora na sua comunidade e em diferentes arranjos produtivos;

- criação de bolsas e promover fontes de fomento ao desenvolvimento da iniciação científica e tecnológica;
- estímulo ao corpo discente a participar de editais de bolsas de Iniciação Científica, de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do CNPq, da FAPDF e demais órgãos de fomento à iniciação científica e desenvolvimento tecnológico;
- priorização da vocação científica, incentivando talentos potenciais entre os discentes;
- viabilização do acompanhamento e a avaliação dos bolsistas de iniciação científica;
- promoção e divulgação de experiências de pesquisa de trabalhos de iniciação científica.
- realizar parcerias públicas e privadas objetivando a disseminação, o incentivo e o fomento da iniciação científica;
- implementação e realização de convênios internacionais objetivando a mobilidade acadêmica discente, em programas voltados à inovação tecnológica e iniciação científica;
- promoção de eventos de iniciação científica e de mostras de desenvolvimento tecnológico e de processos de inovação, viabilizando a apresentação e divulgação de trabalhos desenvolvidos por bolsistas;
- incentivo à interação da graduação com a pós-graduação, com qualificação de estudantes de graduação para programas de pós-graduação;
- incentivo à participação de estudantes da graduação nos grupos de pesquisa;
- promoção da qualificação da formação acadêmica discente integrando-se as atividades de iniciação científica às demais atividades da universidade, e em todos os níveis de ensino;
- implementação da prática da iniciação científica e tecnológica com viés de inovação (CEBRASPE, 2021c)

5.2.3 Inovação Tecnológica

No que tange à inovação tecnológica, a UnDF define políticas, projetos e atividades com base na regulação e em conformidade com a Política Institucional de Inovação, considerado as seguintes diretrizes mais amplas: (i) identificação integral dos projetos de inovação com as prioridades definidas para o DF, conforme disposto na Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação (Inova Brasília), preservando as perspectivas de impacto nacional e internacional; (ii) alinhamento de suas políticas de inovação com o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e

Inovação (MLCTI), em especial a Lei da Inovação (Lei 10.973/2004), a Emenda Constitucional 85/2015, o Decreto 9283/2018 e a Política Nacional de Inovação (Decreto 10534/2020).

Com o propósito de apoiar a criação, implantação e consolidação de ambientes que reflitam iniciativas empreendedoras e de inovação, incluindo incubadoras, empresas juniores, parques, polos e centros tecnológicos como forma de incentivo ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e sociais, bem como à geração de emprego e renda, a UnDF destaca os seguintes princípios:

- estruturação e apoio institucional às iniciativas destinadas ao desenvolvimento de ambientes voltados ao empreendedorismo, ao associativismo e ao cooperativismo;
- sensibilização das comunidades interna e externa à importância do empreendedorismo, do associativismo e do cooperativismo;
- implantação e implementação de incubadoras tecnológicas, sociais e culturais, espaços abertos de trabalho cooperativo, empresas juniores e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos, promovendo o intercâmbio de conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico em interação com a sociedade;
- implementação de foco inovador e em intensivo conhecimento, de modo a viabilizar o desenvolvimento de empreendimentos diferenciados quanto a realização de atividades voltadas à inovação, com diferenciais tecnológicos, em busca da solução de problemas ou desafios socioambientais;
- provimento de suporte e apoio administrativo e técnico para a transformação de ideias em ações e empreendimentos que possibilitem, minimizar as desigualdades sociais e o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e RIDE-DF.

A UnDF define suas políticas de inovação tecnológica buscando delinear campos de problematização que permitam a investigação sob a perspectiva resultante da interlocução de diferentes áreas do conhecimento, buscando formular novas questões e construir propostas inovadoras. Nessa direção, destaca como diretrizes estruturantes para sua atuação, dentre outras: (i) a formulação de políticas voltadas para a disseminação da prática de proteção à propriedade intelectual e a geração de inovação social e tecnológica; (ii) implementação de um ecossistema distrital de inovação, visando estimular e/ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação. Diretrizes como estas são complementares aos próprios princípios de

pesquisa e contribuirão para a consolidação da UnDF como uma instituição que promove o desenvolvimento de projetos pedagógicos que incentivem a cultura de inovação e o empreendedorismo, bem como um ambiente de excelência na pesquisa e inovação. (CEBRASPE, 2021b)

Considerando as políticas, diretrizes e princípios que define para pesquisa científica e tecnológica, a iniciação científica e tecnológica, bem como para a inovação tecnológica, a UnDF compromete-se com a realização e atividades científico-acadêmicas que venham a fazer parte do seu cotidiano. Dentre estas, destacam-se encontros e/ou simpósios que estimulem e possibilitem reflexões e trocas de experiências da comunidade acadêmica, com a finalidade de promover inovações nas práticas curriculares, de maneira geral, e na pesquisa, de forma específica, abordando as diferentes áreas de conhecimento. Na definição que ações desta natureza buscará estratégias para que estas e outras atividades congêneres alcancem os professores, os estudantes e o corpo técnico-administrativo da IES.

Objetivos e metas institucionais

Na UnDF os objetivos e metas institucionais da pesquisa fundamentam-se na necessidade de fortalecimento do ambiente institucional da investigação de qualidade, sinalizando o compromisso com o desenvolvimento da investigação científica em uma perspectiva inovadora, a partir de sua institucionalização na universidade.

Objetivo 1: Criar política de inovação da UnDF

Metas

- Incentivar a constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia para a sociedade.
- Construir e aperfeiçoar uma política de gestão de inovação tecnológica da UnDF.
- Realizar ações que apresentem as referências básicas para a estruturação de centros de transferência e inovação tecnológica e a ampliação da capilaridade no processo inovador.
- Promover a interação regional e nacional através de convênios, projetos, programas e eventos culturais com foco em processos inovativos e conectados à ideia de empreendedorismo.

- Definir estratégias para investimento em inovação tecnológica permanente de maneira articulada à captação de aporte financeiro e ao estabelecimento de parcerias entre governo, universidades e institutos de pesquisa vinculados aos setores público e privado.
- Desenvolver ações inovadoras para a organização e gestão da tecnologia para que a ciência resulte em produtos, serviços e processos que possam impactar positivamente a sociedade contemporânea, atendendo às suas necessidades.
- Estimular e implementar a realização de pesquisas em parceria com empresas, organizações do terceiro setor e outras instituições nacionais e internacionais de ensino e de pesquisa, por meio de projetos compartilhados que visem o desenvolvimento regional.
- Promover a tecnologia e a inovação, nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento social, cultural e econômico de forma sustentável e solidária.
- Instalar fóruns integradores de pesquisadores da UnDF.
- Criar programas de iniciação científica para estimular pesquisadores mais experientes a envolverem estudantes de graduação em atividades científicas e tecnológicas sobre os mais variados temas de interesse acadêmico.
- Criar programas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação estruturado em projetos que contribuam para a formação de recursos humanos que se dediquem ao fortalecimento da capacidade inovadora nas mais diversas áreas do conhecimento.

Objetivo 2: Assegurar estrutura para dar suporte à realização de pesquisas inovadoras

Metas

- Criar instância institucional para coordenar medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo nas várias áreas do conhecimento, com ênfase nas Tecnologias e Engenharias.
- Implantar estruturas inovadoras de pesquisa para integrar a pesquisa ao ensino e à extensão.
- Instalar e avaliar estrutura de apoio administrativo e técnico especializado para dar suporte ao desenvolvimento de projetos de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.
- Dar suporte e apoio a publicações científicas da comunidade acadêmica.

- Fomentar ações para atualização rotineira de dados relativos à produção científica e tecnológica da UnDF nas plataformas de suas unidades acadêmicas e administrativas-financeiras.
- Criar e consolidar metodologia e instrumentos para avaliação da atividade de pesquisa.

Objetivo 3: Fomentar a participação da UnDF em redes de pesquisa

Metas

- Definir e incrementar formas de participação da UnDF em redes de universidades com visão nacional e internacional visando criar oportunidades para a comunidade acadêmica.
- Incentivar os docentes a participar dos editais de bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e de outras Fundações ou Associações de fomento à pesquisa.
- Desenvolver estratégias para parcerias com o setor produtivo e de serviços do Distrito Federal e região, objetivando maior incentivo, promoção e integração de pesquisas realizadas.
- Participar e apoiar ações do ecossistema de inovação local/regional gerando tecnologias em projetos colaborativos em diferentes áreas de interesse dos setores público e privado.
- Estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisas institucionais e interinstitucionais.
- Incentivar e estimular o registro de grupos de pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Investir na realização de pesquisas aplicadas de alto impacto regional, nacional e internacional.
- Estabelecer regras de controle da informação tecnológica durante e após a pesquisa e a disseminação dos seus resultados.

Objetivo 4: Implementar a cultura do empreendedorismo na UnDF

Metas

- Estimular e participar de grupos de consórcio de instituições e investigadores que atuem de maneira empreendedora e associada a laboratórios de pesquisa e ao setor privado.
- Estimular a criação de parcerias com o empresariado local/regional com o propósito de desenvolver projetos de pesquisa e de inovação tecnológica.
- Criar e desenvolver núcleos de empreendedorismo que se articulem a grupos de pesquisa voltados à geração de conhecimentos nas áreas básicas e aplicadas.
- Criar sistema de empreendedorismo que inclua mecanismos de prospecção de oportunidades e a dinâmica do sistema produtivo.
- Estabelecer formas de interação com o parque tecnológico regional que resultem em ações empreendedoras e na inovação em pesquisa em articulação com o ensino e a extensão.
- Fomentar ações propositivas para impulsionar os processos e produtos inovativos a partir das pesquisas realizadas pela UnDF ou em consórcio com outras instituições.
- Estimular a elaboração de uma plataforma de patentes na própria universidade.
- Prover suporte e apoio técnico-administrativo especializado para a transformação de ideias em ações e empreendimentos que possibilitem minimizar as desigualdades sociais e o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e Região Centro-Oeste.

Objetivo 5: Institucionalizar ações voltadas à inserção regional e à responsabilidade social da UnDF no âmbito da pesquisa

Metas

- Desenvolver ações para promover e fortalecer a transferência de tecnologia à sociedade.
- Fomentar a realização de pesquisas que se revelem de alcance comunitário e grande repercussão social para a região e o Brasil.
- Realizar pesquisas que sigam condutas éticas e um conjunto de regras e normas definidas para atender a interesses coletivos.
- Realizar pesquisa como marca distintiva do compromisso e do fortalecimento acadêmico da UnDF na busca de soluções para os problemas apresentados pela sociedade.
- Promover ações, programas e projetos destinados à difusão do conhecimento científico e a colaboração científica regional, nacional e internacional na inovação tecnológica.

- Estimular e apoiar a realização de pesquisas inovadoras e de excelência nos vários campos de conhecimento na perspectiva de sua integração ao ensino e à extensão.

Objetivo 6: Promover a internacionalização da UnDF

Metas

- Criar e fortalecer relações institucionais além das fronteiras que oportunizem a cooperação bilateral e multilateral com universidades internacionais e programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnicos administrativos.
- Fomentar o intercâmbio com outras universidades para destacar a excelência da UnDF e estimular a interação internacional através de convênios, projetos, programas e eventos.
- Apoiar a produção científica da comunidade acadêmica em revistas indexadas internacionalmente como estratégia para ampliar o intercâmbio científico-acadêmico.
- Fomentar a participação de professores, estudantes e técnicos administrativos em eventos científicos para a apresentação de trabalhos acadêmicos.
- Fomentar ações, projetos e a celebração de acordos relacionados à cooperação internacional.
- Promover articulação com organismos internacionais e embaixadas situadas na Capital Federal para a formulação de ações conjuntas na implementação transversal de programas, projetos e ações que contribuam para a internacionalização das atividades científicas da UnDF.
- Investir na constituição de consórcios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) para a implementação integrada de cursos de graduação e pós-graduação da UnDF buscando subsídios em experiências internacionais congêneres.
- Desenvolver política para atrair e integrar institucionalmente professores visitantes, pesquisadores visitantes e outros investigadores de diferentes áreas do conhecimento.
- Promover a interação com diferentes universidades e instituições visando firmar acordos de cooperação que facilitem os processos de patenteamento conjunto, negociações e proteção da propriedade intelectual com parceiros internacionais.
- Promover a profissionalização das instâncias institucionais envolvidas com as atividades de internacionalização.

5.3 Extensão

Na definição das políticas institucionais para a extensão a UnDF concebe esta última como um trabalho social realizado na perspectiva de contribuir para o estreitamento de suas relações com a realidade concreta da comunidade na qual está inserida. Considera que as atividades extensionistas apresentam subsídios diversos que contribuem significativamente para aperfeiçoar o currículo desenvolvido pelos professores, estudantes e técnicos administrativos. Socialmente comprometida com as grandes questões do Distrito Federal e RIDE-DF, a UnDF tem na extensão relevante via de diálogo e interação com a sociedade, voltando-se ao atendimento dos principais problemas e à construção de alternativas para resolvê-los.

A partir disso, fundamenta suas políticas extensionistas no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, realizando-se voltada para o estímulo às condições de produção do conhecimento associada à formação de profissionais capazes de atuação academicamente inovadora e socialmente comprometida com a melhoria das condições socioeconômicas da comunidade. (CEBRASPE, 2021g). De maneira articulada a esse princípio, defende que, como função social da universidade e processo dinâmico de aprendizagem com a sociedade, a extensão amplia as possibilidades da articulação teoria e prática na produção e difusão do conhecimento produzido na instituição, bem como promove a interação entre os saberes populares e aqueles de natureza científica.

Considerar a extensão como espaço de interlocução entre o ensino e a pesquisa, difusão do conhecimento e integração entre universidade e sociedade, fortalece o reconhecimento do papel e da importância da mesma tanto para a formação acadêmica quanto para a construção e reconstrução dos conhecimentos científicos e conhecimentos teórico-práticos. Essas construções e reconstruções resultantes da interação social e institucional, tendem a tornarem as aprendizagens mais significativas para os sujeitos em formação [...] no campo do conhecimento humano: ciência, arte tecnologia. (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 40)

Nesta lógica, a extensão agrega grande valor ao fortalecimento do papel da universidade, divulgando o conhecimento acadêmico que a instituição produz, por meio de ações e projetos compatíveis com as necessidades sociais. Daí, sua expressiva contribuição para estabelecer formas diversas para efetiva a articulação entre o conhecimento acadêmico e a

comunidade. A estratégia de *curricularização da extensão* ou *creditação curricular da extensão*, busca resgatar às funções de ensino e pesquisa, “no sentido de que elas dialoguem com a sociedade, definindo em conjunto o que é melhor para ambas as partes” (RUBIÃO, 2013, p. 235). Essa estratégia permite que a extensão reafirme o compromisso social da instituição como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social sustentável. Configura-se, assim, como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas ações de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

Tendo por referência a regulação vigente, bem como seu foco no desenvolvimento sustentável do DF e RIDE-DF a extensão da UnDF pauta-se pelos seguintes princípios:

- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- promoção permanente da interação da universidade com a comunidade;
- priorização do desenvolvimento sustentável e autonomia das comunidades;
- valorização dos direitos fundamentais e dos direitos humanos;
- desenvolvimento integral do ser humano, respeitando a diversidade e o ambiente em que se insere;
- respeito e valorização da regionalidade nas ações empreendidas;
- compreensão da realidade social, enfatizando a conscientização e a melhoria da qualidade de vida;
- ênfase à ética e justiça na relação universidade-sociedade-ambiente, considerando os interesses de humanos e animais;
- integração da produção do conhecimento viabilizando a transferência dos resultados à comunidade interna e externa;
- gestão democrática e participativa do processo de escolha e implementação de programas, projetos e ações;
- interação dialógica entre docentes, técnicos, discentes e comunidades;
- foco na interdisciplinaridade, com avanços para a transdisciplinaridade
- aproximação contínua dos extensionistas com o mundo do trabalho;
- extensão universitária assegurada como um processo acadêmico importante na formação discente em nível de graduação e pós-graduação, na qualificação docente e no intercâmbio com a sociedade;

- integração das áreas temáticas indicadas pelo Plano Nacional de Extensão;
- integração da oferta da Extensão de forma articulada com o ensino presencial e a educação a distância;
- viabilização da extensão com parcerias com o DF e setores organizados da sociedade civil;
- articulação da extensão com os avanços científicos e tecnológicos; e
- valorização e garantia da inclusão em todos os programas, projetos e ações de extensão promovidas pela UnDF.

A partir dos princípios definidos em seu PDI, a Política de Extensão da UnDF tem os objetivos e metas institucionais explicitados na sequência.

Objetivo 1: Criar e consolidar política inovadora de extensão

Metas

- Implantar e consolidar política de extensão na UnDF por meio de programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviços.
- Criar e incrementar estrutura organizacional para gestão das ações de extensão investindo em formas inovadoras para a busca de fomentos específicos para seu desenvolvimento.
- Promover ações extensionistas que contribuam para dar visibilidade aos avanços científicos e tecnológicos alcançados pela UnDF em consonância com sua missão.
- Prover infraestrutura e pessoal técnico-administrativo especializado para dar suporte às atividades extensionistas.
- Incentivar e criar núcleos temáticos de extensão que contribuam para o desenvolvimento da RIDE-DF.

Objetivo 2: Promover um ambiente integrador e participativo para o engajamento dos estudantes nas políticas de extensão

Metas

- Institucionalizar a participação da extensão no processo e integralização curricular, de maneira a atender a legislação vigente estabelecendo, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação destinada a esse tipo de atividade.

- Desenvolver ações inovadoras de extensão que revelem o enraizamento da universidade com a comunidade onde se insere.
- Investir na busca de alternativas que facilitem e ampliem a integração entre as diferentes instâncias da universidade na realização das atividades extensionistas.
- Fomentar programas, projetos e ações extensionistas inovadoras como foco na responsabilidade social da UnDF e em seu fortalecimento institucional.
- Promover a incorporação das atividades de extensão ao ensino e à pesquisa.

Objetivo 3: Institucionalizar práticas extensionistas pautadas na inclusão e sustentabilidade

Metas

- Realizar ações para ampliar a troca de conhecimentos entre as comunidades populares e a UnDF enfatizando o desenvolvimento sustentável e a inclusão social na região onde se insere.
- Estimular a realização de ações e projetos que contribuam para a geração de emprego e renda dos estudantes, egressos e grupos que vivam em situação de vulnerabilidade social.
- Desenvolver programas, projetos e ações extensionistas que resultem na geração de conhecimentos inovadores para a construção de uma sociedade mais justa, pautada na equidade socioeconômica e na responsabilidade ambiental, em uma visão crítica.
- Promover atividades extensionistas voltadas para a terceira idade.

Objetivo 4: Fortalecer a interação comunitária da UnDF

Metas

- Promover ações de natureza artística, cultural, educativa, tecnológica, científicas voltadas para o atendimento das necessidades gerais da comunidade.
- Desenvolver programas, projetos e ações que promovam a interação dialógica da UnDF com suas várias instâncias e a sociedade com a intenção de favorecer busca de respostas para inovadoras para problemas locais, regionais e nacionais.

- Realizar atividades extensionistas por meio de parcerias com o Estado e os setores organizados da sociedade civil voltadas para o desenvolvimento social, cultural, econômico, cultural e tecnológico da RIDE-DF.
- Realizar ações que oportunizem e valorizem o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e saberes populares, reconhecendo a importância destes para a ampliação do olhar da universidade para questões afetas à comunidade na qual está inserida.
- Estabelecer parcerias com setores diversos da sociedade para incentivar e oportunizar a participação dos professores e técnicos administrativos em instâncias colegiadas externas à UnDF.

Objetivo 5: Institucionalizar a avaliação das atividades de extensão

Metas

- Criar e implementar política de avaliação das ações de extensão em consonância com a missão da UnDF e os marcos legais.
- Promover avaliação contínua dos diferentes tipos de extensão realizados.
- Estabelecer indicadores de avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade.
- Realizar evento para avaliar as ações extensionistas e oportunizar a troca de experiências e participação das comunidades interna e externa na proposição de formas para sua melhoria.
- Promover a divulgação sistemática dos resultados das atividades de extensão por meio de eventos e publicações científicas.

5.4 Arte e Cultura

A UnDF define sua Política de Arte e Cultura mantendo a vinculação destes dois campos de produção do conhecimento humano de forma mais direta com as ações extensionistas, porém considerando o estreitamento de suas relações com a pesquisa e o ensino. Partindo deste princípio, compreende que a valorização da diversidade de saberes, vivências e experiências culturais e artísticas permitem compreender as relações do mundo do trabalho, devendo refletir escolhas e experiências que se alinham ao exercício da cidadania, com liberdade, autonomia, consciência e responsabilidade.

Um aspecto importante na área da extensão universitária é a difusão cultural. Por isso, normalmente é esta área que se dedica tanto à difusão cultural que é produzido na IES como à oferta de oportunidades de enriquecimento cultural da comunidade universitária e também a comunidade externa – administração de museus, organização de concertos, apresentações de teatro, shows, sessões de cinema, saraus e tudo o mais que envolve a cultura. (FRANCO; LONGHI, 2021, p. 329)

Em consequência, o espaço convival da UnDF se identifica como uma instância no qual se deve aprender a valorizar a riqueza das raízes culturais próprias e das diferentes regiões do país, as quais, em conjunto, se traduzem na nação brasileira. Nesse sentido, a Política de Arte e Cultura da UnDF, em consonância com a Lei 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), destaca a relevância em estabelecer suas diretrizes para orientação, promoção e desenvolvimento dos segmentos da arte e da cultura, no âmbito da instituição e das suas ações.

Constituem-se como diretrizes gerais das Políticas de Arte e Cultura da UnDF:

- transformação da universidade em uma referência de produção e experimentação artística e cultural e em centro irradiador de Arte e Cultura, respeitando à diversidade artístico-cultural, dos direitos culturais e dos direitos humanos na perspectiva da multi e interculturalidade;
- compromisso amplo com o fomento e valorização das produções e manifestações artísticas e culturais, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória da arte e da cultura;
- promoção da diversidade cultural criteriosa, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores artísticos e culturais, ambientes e contextos populacionais, buscando dissolver a hierarquização e evitando a adjetivação da Arte e da Cultura, bem como quaisquer discriminações ou preconceitos;
- universalização do acesso aos meios de produção e fruição de bens artísticos e culturais, apoiando sua implantação e fomento, contestando e repudiando ações que estimulem o preconceito étnico-racial, discriminação social, violência de gênero ou contra pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- respeito às especificidades das linguagens da arte e da cultura nos currículos e em todas as dimensões institucionais, valorizando os percursos formativos dos discentes, valorizando a arte e a cultura entre as ações para o desenvolvimento sustentável, na perspectiva da economia criativa e solidária;

- equidade nos processos de avaliação e pontuação das produções artístico-culturais no âmbito da participação e concorrência em eventos, editais, incentivos, prêmios, licenças, afastamentos, progressões e disponibilização de recursos orçamentários;
- articulação da comunidade interna e a interação com a comunidade externa, promovendo a democratização da arte e da cultura junto à sociedade; primando pela colaboração entre agentes culturais para o contínuo aprimoramento e desenvolvimento das Políticas de Arte e cultura da UnDF;
- participação social e democrática no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de Arte e cultura da UnDF;
- definição de mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas;
- preservação do patrimônio material e imaterial, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado;
- difusão de conteúdos, bens e valores oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais, regionais e nacionais, promovendo o intercâmbio e a interação desses com seus equivalentes estrangeiros;
- viabilização da participação societária em empresas, projetos e ações artístico culturais;
- Incentivo à formação inicial e continuada de servidores no âmbito das Artes e da Cultura, de modo a propiciar qualificação de sua atuação profissional na Universidade;
- incentivo às ações artísticas e culturais articuladas com Ações Afirmativas, compreendendo as artes e a cultura segundo o prisma dos direitos e liberdades do cidadão;
- assegurar a acessibilidade e a participação plural nos espaços dedicados às artes e à cultura da UnDF;
- responsabilidade institucional pela implementação e acompanhamento da Política de Arte e Cultura da UnDF.

Para além das diretrizes gerais da Arte e cultura, também norteiam as atividades da UnDF as diretrizes para a Valorização da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, quais sejam:

- reconhecimento do direito de todo cidadão em participar ativamente da cultura nas suas diversas expressões, de fruir as artes e participar no progresso científico e respectivos benefícios;
- criação de tempos, espaços e lugares de apoio e incentivo à valorização e divulgação de manifestações artísticas e culturais das comunidades, em especial as que residem na RIDE-DF, considerando sua localização em um sítio histórico de grande valor histórico e cultural, bem como de seu público interno;
- promoção da democratização e universalização do acesso aos meios de produção artística, fruição cultural, memória e patrimônio cultural;
- promoção da educação patrimonial na perspectiva problematizadora, dialógica e democrática, que não reduz ou despolitiza as questões que envolvem patrimônio material e imaterial e a sua conservação;
- fomento à criação, produção, circulação, difusão, acesso, consumo, documentação e memória sem hierarquizar ou discriminar as expressões culturais sob a ótica de quaisquer preconceitos;
- valorização e difusão de produções artísticas e expressões culturais locais, em especial as da RIDE, expandindo e ampliando para as que representem o território brasileiro e latino-americano e caribenho;
- promoção de intercâmbio entre culturas, em especial as produzidas no hemisfério sul.

A UnDF considera que as ações extensionistas ligadas à Arte e à Cultura requerem objetivos e metas institucionais que busquem alcançá-las em suas diferentes expressões, visando contribuir, de maneira efetiva, para a formação integral do ser humano.

Objetivo 1: Institucionalizar a arte e a cultura na UnDF

Metas

- Fomentar políticas que evidenciem o compromisso da UnDF com sua gradativa institucionalização como centro irradiador de arte e cultura na RIDE-DF e no Brasil na perspectiva da diversidade, multiculturalidade e interculturalidade.
- Promover e divulgar ações culturais e artísticas inovadoras capazes de ampliar a visibilidade e relevância da UnDF para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

- Institucionalizar o aproveitamento de atividades culturais e artísticas como formação complementar dos estudantes na graduação e pós-graduação.
- Instalar e manter em todos os setores acadêmicos da UnDF um ambiente que estimule o processo cultural e artístico de forma criativa e inovadora.
- Criar, fortalecer e manter condições estruturais e financeiras para apoiar a realização de ações voltadas à arte e à cultura em todas as áreas do conhecimento acadêmico.
- Incentivar a criação de núcleos de estudos, grupos de pesquisas e a promoção de eventos como foco na arte e na cultura.

Objetivo 2: Promover a articulação entre as várias instâncias da UnDF para realização de ações relacionadas à arte e à arte

Metas

- Desenvolver ações que reconheçam a arte e a cultura como fundamentos para formação e transformação pessoal e coletiva da comunidade universitária e da comunidade externa.
- Implantar e incrementar sistemática periódica de mapeamento do campo da arte e da cultura na UnDF para diagnósticos e proposições de ações de efetivo acompanhamento do ambiente cultural e artístico da instituição.
- Instituir tempos e espaços permanentes para formações institucionais com docentes, estudantes e técnicos administrativos sobre temáticas culturais e artísticas.
- Criar e incrementar instância institucional destinada à criação e à ampliação de acervo especializado da área cultural e artística.
- Realizar ações que fortaleçam o direito da comunidade universidade e da comunidade externa participar ativamente das diversas expressões da arte e da cultura, de maneira associada ao progresso científico e tecnológico e aos respectivos benefícios.
- Fomentar ações que insiram as temáticas cultural e artística nos currículos e projetos temáticos de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Objetivo 3: Implementar as ações da UnDF com a RIDE-DF na cultura e na arte

Metas

- Criar e consolidar rede artística e cultural entre a UnDF e entidades públicas e privadas da RIDE-DF para integrar e interesses e ampliar a divulgação da arte e da cultura no Brasil.
- Desenvolver mecanismos institucionais que garantam a preservação da memória e do patrimônio cultural e artístico do Distrito Federal, da RIDE-DF e do Brasil.
- Criar tempos, espaços e lugares de apoio e incentivo à valorização e divulgação de manifestações artísticas e culturais das comunidades, em especial as que residem na RIDE-DF, bem como do público interno da UnDF.
- Incentivar a proposição de projetos que oportunizem a troca de saberes e o diálogo plural com outras instituições de educação superior situadas na RIDE-DF, empresas, organizações da sociedade civil e a comunidade relativos à promoção da arte e da cultura.
- Desenvolver programas, projetos e ações voltadas para o reconhecimento da necessidade da abordagem transversal das temáticas arte e cultura para toda a RIDE-DF.
- Fomentar ações que valorizem e difundam produções artísticas e expressões culturais locais, expandindo e ampliando para as que representem a RIDE-DF e os territórios brasileiro, caribenho e latino-americano.

Objetivo 4: Promover a arte e a cultura articuladas à inclusão e à sustentabilidade

Metas

- Desenvolver programas, projetos e ações que assegurem o respeito às especificidades das linguagens da arte e da arte nos currículos e em todas as dimensões institucionais da UnDF na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.
- Fomentar ações voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística visando fortalecer o caráter nacional e as manifestações regionais.
- Realizar ações que promovam a valorização da arte e da cultura como elementos associados ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.
- Realizar atividades que firmem a arte e a cultura como eixos transversais da formação em todas as áreas de conhecimento de maneira inovadora, sustentável e inclusiva.
- Criar tempos e espaços para o diálogo com movimentos sociais e grupos em situação de histórica vulnerabilidade social para identificar ações que contribuam para a expressão de suas manifestações culturais e artísticas em articulação com o ensino e à pesquisa científica.

- Criar e aperfeiçoar metodologia própria para a avaliação das atividades relacionadas ao eixo temático arte e cultura evidenciando seus impactos na formação e atuação social e profissional de estudantes, egressos, professores e técnicos administrativos.
- Desenvolver ações para avaliar e difundir resultados e benefícios decorrentes da criação cultural e artística buscando associá-los à realização de pesquisa científica e tecnológica.

5.5 Gestão

A gestão universitária compreende ações e estratégias institucionais adaptadas ao cenário educacional, na perspectiva da consolidação de diferentes ambientes de educação superior, recorrendo a técnicas e métodos administrativos. Trata-se de uma complexa atividade que tem por finalidade aproveitar os recursos humanos, físicos e financeiros da instituição, visando o cumprimento de sua missão.

Compreende o planejamento institucional estratégico, formalmente representado no Plano de Desenvolvimento Institucional, mas é consubstanciada na organização acadêmica [...] do pessoal acadêmico, e na ação acadêmica, formalizada em programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão. A administração dos meios materiais e tecnológicos da instituição acadêmica é parte importante da gestão universitária, porém sempre subordinada ao projeto pedagógico institucional.” (FRANCO, 2006, p. 216)

Em todos os seus níveis, a gestão da UnDF fundamenta-se no princípio democrático, que se caracteriza, dentre outros, pelos elementos descentralização, participação, diálogo, compartilhamento de decisões e transparência na integração da instituição com a sociedade, bem como nas interações que promove entre seus vários segmentos nos processos decisórios. Essa dimensão democrática da gestão orienta a instituição, sobretudo, a promoção de processos formativos democráticos e inclusivos por meio dos quais estudantes, professores e técnicos-administrativos, junto tanto às comunidades locais e regionais quanto da sociedade que se deseja construir, de maneira igualmente participativa e dialogada.

Os princípios orientadores da gestão democrática da UnDF revelam especial atenção para que a inovação de suas práticas se manifeste em três orientações básicas: (i) **acadêmica**, traduzida na orientação de políticas que revelem preocupação com a renovação e ampliação da busca pela excelência e qualidade, por meio de novas práticas de aprendizagem e iniciativas de gestão construídas na perspectiva da integração entre as várias áreas de atuação da

universidade (ensino, pesquisa e extensão) para a produção do conhecimento; (ii) **didático-pedagógica**, que implica, dentre outros, suporte à gestão curricular, por meio de práticas igualmente inovadoras, bem como à atualização do material didático e do acervo bibliográfico na mesma direção; (iii) **científica e tecnológica** baseada no princípio que uma política universitária inovadora pressupõe a organização e gestão da tecnologia, de maneira que a ciência seja convertida e resulte em produtos, serviços e processos capazes de impactar positivamente a sociedade contemporânea, atendendo suas necessidades.

Na perspectiva democrática, a gestão da UnDF articula-se à inclusão, à inovação e à sustentabilidade, por meio de ações que assumam compromisso com a mudança cultural, a partir de políticas institucionais que permitam à universidade se articular de maneira participativa com a sociedade.

Objetivo 1: Implementar ações inovadoras na gestão universitária

Metas

- Desenvolver atividades que configurem um plano de ações inovadoras para o fortalecimento das capacidades operacional, acadêmica, científica, tecnológica, bem como de gestão de pessoas, patrimônio, materiais e orçamento.
- Investir em ações do fortalecimento do caráter público e da identidade acadêmica, científica, inovadora e tecnológica da UnDF.
- Instituir e consolidar ações estratégicas voltadas para a inserção local, regional e nacional da UnDF com sua projeção de futuro no plano internacional.
- Empreender ações que traduzam a defesa permanente e em escala crescente de sua autonomia universitária.
- Desenvolver ações que assegurem a transparência e facilitem o fluxo de informações e a comunicação para professores, discentes, técnicos administrativos e sociedade em geral.

Objetivo 2: Viabilizar a gestão democrática

Metas

- Instalar e aperfeiçoar um modelo de gestão democrática, inovadora e descentralizada que promova a integração da UnDF com a sociedade brasileira e mundial.
- Criar formas para promover o protagonismo dos atores, a inclusão, o diálogo e o trabalho coletivo e cooperativo na perspectiva de a UnDF ganhar legitimidade institucional.
- Fomentar decisões tomadas de maneira compartilhada, participativa e em prol do coletivo.
- Estimular a participação da comunidade acadêmica nas decisões institucionais por meio de canais que assegurem sua efetiva e qualificada representatividade.
- Assegurar espaço para a participação de professores, discentes e técnico-administrativos na representação colegiada para a tomada de decisões.
- Promover a representação pelos docentes e técnicos administrativos em diferentes cenários externos à própria UnDF.

Objetivo 3: Fomentar o desenvolvimento profissional dos servidores

Metas

- Promover ações de formação continuada com os servidores para aperfeiçoamento das atividades que realizam com foco na melhoria do desempenho individual e institucional.
- Realizar ações para o acompanhamento permanente do desempenho dos docentes e técnicos administrativos em consonância com a missão e aos valores institucionais.
- Institucionalizar formas de apoio ao envolvimento de professores e técnicos administrativos em projetos de inserção regional, nacional e internacional que contribuam para seu desenvolvimento profissional.
- Realizar atividades para qualificar os técnicos administrativos que resultem na criação de alianças estratégicas para o desenvolvimento de projetos institucionais e interinstitucionais e busquem integrá-los em ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Realizar e avaliar ações formativas com docentes e técnicos administrativos com aderência à configuração institucional e às necessidades individuais e coletivas desses quadros.

Objetivo 4: Prover e organizar infraestrutura adequada à gestão das atividades da UnDF

Metas

- Planejar, realizar e avaliar ações estratégicas com a finalidade mais ampla de prover, construir, utilizar e adaptar espaços destinados a acolher materiais e equipamentos tecnológicos adquiridos obedecendo a dotação orçamentária específica definida pela UnDF.
- Assegurar infraestrutura consistente à missão institucional e adequada em quantidade e qualidade ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão com acessibilidade plena à comunidade universitária e à comunidade externa.
- Realizar ações para potencializar a utilização de laboratórios, ambientes, cenários e instalações específicas de equipamentos próprios às suas finalidades com normas de segurança implantadas para seu uso.
- Fomentar ações para a configuração de laboratórios multiusuários próprios visando estimular parcerias e a concentração/racionalização de estruturas para que as unidades acadêmicas possam compartilhá-los e, ao mesmo tempo, ajudar na manutenção destes espaços.
- Construir parcerias visando à criação ou adoção de laboratórios corporativos ou compartilhados com outras instituições de educação superior ou com organizações públicas e privadas.
- Instalar biblioteca física contando com espaço suficiente para o acervo, a realização de estudos individuais e em grupo, sistema de informatização, além de política institucional para a aquisição, expansão e atualização do acervo.
- Desenvolver gestão patrimonial orientada pelos princípios de inclusão, inovação e práticas sustentáveis.
- Criar instância institucional responsável por garantir o adequado funcionamento da infraestrutura dos campi considerando serviços de naturezas diversas.
- Assegurar racionalidade na utilização da infraestrutura física e tecnológica, dando preferência a espaços multiusuários e estabelecendo indicadores de usabilidade e especificidade para a construção de novas estruturas.
- Definir planos diretores para viabilizar melhorias na gestão do espaço físico dos campi, investir em segurança, ações preventivas e recuperação do patrimônio histórico e cultural.
- Realizar ações que revelem sintonia e consistência da infraestrutura com as inovações pedagógicas e tecnológicas implementadas e os investimentos planejados.

Objetivo 5: Aprimorar a eficiência e transparência do sistema de gestão ampliando o uso das tecnologias

Metas

- Construir e implementar plataforma para apoiar o desenvolvimento de ações integradas e estratégicas de gestão da UnDF.
- Fomentar a utilização de tecnologias diversas para a divulgação e comunicação da produção científica da comunidade acadêmica.
- Institucionalizar ações e processos de gestão acadêmica e gestão administrativa-financeira baseados e interligados por sistemas tecnológicos e inovadores.
- Realizar ações voltadas para o investimento em segurança dos dados e em inovações tecnológicas para ampliar as possibilidades de universalização do conhecimento para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.
- Instituir e aperfeiçoar os processos acadêmicos, administrativos e financeiros com a utilização intensiva das tecnologias da informação e comunicação.
- Fomentar ações para a construção de um portal que disponibilize, em um único ambiente, livros e periódicos eletrônicos relacionados às diferentes áreas do conhecimento em acesso aberto produzidos por universidades nacionais e internacionais e por outras fontes.

Objetivo 6: Institucionalizar e profissionalizar a comunicação e o relacionamento com a comunidade universitária e a comunidade externa

Metas

- Institucionalizar canais diversos para assegurar uma eficiente e ágil interlocução com a comunidade universitária e a comunidade externa.
- Criar redes de divulgação de conhecimento científico e tecnológico produzido pela UnDF.
- Apoiar a divulgação da produção científica dos pesquisadores da UnDF por meios diversos de comunicação.
- Criar e consolidar a marca institucional UnDF nos planos regional, nacional e internacional.

- Promover o fortalecimento do sentimento de pertença institucional por parte dos vários segmentos por meio da produção de conteúdo institucional e do gerenciamento de projetos gráficos de diferentes naturezas voltados à comunicação interna e externa.
- Criar e implementar a ouvidoria como um canal de interlocução entre a administração da UnDF, a comunidade universitária e a sociedade na perspectiva de prevenir e solucionar problemas diversos por meio de processo comunicativo eficiente e eficaz.
- Criar canais diversos para assegurar a comunicação interna e externa e a divulgação de informações sobre os serviços prestados pela UnDF visando fortalecer sua marca institucional.
- Promover a interlocução institucional direta entre o cidadão e comunidade universitária sempre alinhada aos aspectos da cultura organizacional e à compreensão da missão, da visão de futuro, dos valores e da marca da UnDF na educação superior nacional e internacional.

Objetivo 7: Promover a avaliação institucional como processo indutor da qualidade

Metas

- Instituir políticas que articulem o planejamento das atividades da UnDF e a avaliação institucional na perspectiva de encarar esta última como instrumento de gestão estratégica.
- Fomentar a avaliação institucional com o propósito de produzir conhecimentos sobre os sentidos do conjunto de atividades cumpridas pela UnDF tendo como referência sua missão.
- Realizar a autoavaliação institucional em uma visão formativa para superar fragilidades e potencializar pontos fortes visando à identificação da UnDF e para aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos corpos docente e técnico-administrativo.
- Fomentar ações integradas de avaliação da instituição, dos cursos de graduação e pós-graduação e dos estudantes com o propósito de coletar subsídios para fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais e prestar contas à sociedade.
- Definir estratégias que contribuam para consolidar o processo de avaliação externa e avaliação interna como importante instrumento para a tomada de decisões e de sustentação da qualidade das atividades desenvolvidas pela UnDF.

- Definir e aperfeiçoar ações relativas à articulação dos resultados das avaliações externa com os da avaliação interna na perspectiva de utilizá-los para o aperfeiçoamento das práticas institucionais e para a indução da qualidade.
- Criar e implementar ferramentas e procedimentos que produzam informações seguras, convergentes e capazes de gerar em todas as áreas bons indicadores, os quais ajudem a acompanhar, monitorar e avaliar a consecução dos objetivos e metas institucionais.
- Criar e aperfeiçoar formas de divulgação dos resultados da avaliação institucional para a comunidade interna e externa por meio de vários canais de comunicação.

CAPÍTULO 6 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O propósito deste capítulo do PDI é apresentar a organização didático-pedagógica da UnDF para a graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, bem como no que diz respeito à oferta de curso de curta duração e de outros que possam levar a certificações intermediárias.

Por se tratar de uma instituição recém-criada e ainda não ter realizado processos seletivos dos seus estudantes, para a construção do presente PDI a UnDF ainda não dispunha de elementos que concorressem para um delineamento mais preciso do perfil do seu corpo discente. Todavia, considerando a metodologia de construção deste documento, descrita no item 1.2, com destaque para as discussões feitas com a Comissão Gestora da UnDF, a FAPPF e a SEDF, bem como para a consulta à literatura sobre o perfil dos discentes na educação superior brasileira e do DF, foi possível coletar e sistematizar um conjunto expressivo de dados informações que se mostraram basilares para a definição das políticas acadêmicas da instituição, sobretudo no que tange à organização didático-pedagógica. Outro elemento fundamental considerado no processo foram os resultados do percurso institucional Escola Superior de Ciências da Saúde no DF, ao longo de duas décadas, bem como o da Escola Superior de Gestão e da Escola Superior da Política Civil que, juntas com a ESCS, passaram a integrar os Centros da UnDF, na condição de Escolas Superiores, conforme definido no Artigo 20, incisos I e II do seu Estatuto (UnDF, 2022).

Art. 70. O corpo discente da UnDF será constituído por todos os estudantes matriculados em seus cursos, disciplinas ou blocos curriculares integralizados, organizados em ciclos básicos ou em módulos interdisciplinares de oferta periódica pela universidade.

Parágrafo único. O ato de matrícula na Universidade implica compromisso formal de respeito ao presente Estatuto, aos Regimentos e às normas dos órgãos competentes.

Art. 71. Os membros do corpo discente da UnDF se distribuem conforme as categorias de regulares e especiais.

§ 1º Regulares são os estudantes matriculados após aprovação e classificação em processo seletivo de ingresso na UnDF, visando à obtenção de diploma ou certificação, que não tenham sido excluídos em decorrência das circunstâncias previstas nos Regimentos e nas normas do ensino de graduação ou de pós-graduação da universidade.

§ 2º Especiais são os estudantes matriculados em:

I - cursos de aperfeiçoamento, atualização e extensão;

II - disciplinas isoladas de curso de graduação ou pós-graduação, sem observância, a não ser quanto a essas disciplinas, de exigências estabelecidas pela Universidade como condições para a obtenção de diploma de curso de graduação ou pós-graduação. (UnDF, 2022)

A partir destas referências e do reconhecimento que na educação superior os estudantes desempenham um papel ativo na construção do conhecimento, a UnDF define arquiteturas acadêmicas inovadoras. Nesta definição apoia-se na premissa que os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos seus estudantes estão intimamente associados à participação ativa deles nas atividades de graduação e pós-graduação.

6.1 Arquiteturas acadêmicas inovadoras

Um dos temas que se mostram mais desafiantes na agenda da educação superior na transição do século XX para o século XXI diz respeito às arquiteturas acadêmicas, cuja discussão é importante que ocorra em articulação com outros temas igualmente desafiantes, como, por exemplo, a organização acadêmica da universidade, internacionalização, inovações tecnológicas e a produção do conhecimento nos sistemas universitários.

As arquiteturas acadêmicas podem ser compreendidas como espaços que acabam concorrendo para a concretização dos compromissos finalísticos e processuais da educação superior, estruturando-se a partir de duas bases.

A base institucional de arquiteturas acadêmicas compõe-se de finalidades, objetivos, compromissos e responsabilidades, marcados por fundamentos, princípios, valores e escolhas que refletem uma visão de mundo e de sociedade e que se estrutura numa base organizacional com a qual interage, num processo de dupla via de transformações. A base organizacional é o espaço de concretização e de viabilização do institucional, no qual ocorre a gestão de [IES] que desenvolvem suas funções educativas e científicas interligadas aos sistemas mais amplos. (FRANCO; LONGHI, 2021, p. 307).

A partir do entendimento de que estas duas bases precisam estar em consonância com a missão da instituição, a UnDF fundamenta suas políticas de graduação e pós-graduação,

presenciais e a distância, apoiando-se no princípio de que o contexto inovativo de sua gestão requer arquiteturas acadêmicas igualmente inovadoras.

Outro princípio associado ao anterior diz respeito ao fato que as arquiteturas acadêmicas requeridas para as práticas da UnDF precisam incluir administrativa e academicamente seus atores, bem como desenvolver currículos para a transformação, de maneira a respeitar a diversidade presente em seu interior. Dessa forma, comprometem-se em avançar com a gestão democrática, perspectiva que poderá trazer importantes repercussões diretamente na forma como desenvolve os seus currículos dos diferentes níveis de ensino e nas mais variadas áreas do conhecimento. Na perspectiva, pressupõem elementos como: autonomia, criatividade, articulação, curiosidade, generosidade, solidariedade, tecnologia, acolhimento e mobilidade. Na consideração desses e outros elementos há o esforço da instituição em formular suas políticas de graduação e pós-graduação orientadas para a transformação social, de maneira que a inovação curricular se apresente como diferencial, finalidade e meta da formação dos seus estudantes.

Investindo em arquiteturas acadêmicas inovadora a UnDF assume compromisso com a reflexão do uso público do conhecimento produzido pelos docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes, assim como por todos aqueles que são chamados a colaborar, de forma temporária ou voluntária com suas atividades. Pautada nisso e empreendendo práticas curriculares inovadoras, esta IES adota uma organização didático-pedagógica que, considerando os muitos desafios que as grandes mudanças sociais e tecnológicas trazem para a educação superior, é um referencial importante para avanços na formação dos discentes.

Todavia, paralelamente reconhece que isso requer arquiteturas acadêmicas construídas ao longo de um percurso institucional, visto que não resultam do espontaneísmo, mas de um esforço coletivo que demanda determinado período de tempo, bem como o engajamento e a proatividade dos seus vários segmentos. O foco do empreendimento institucional para uma organização didático-pedagógica desse tipo é a formação de quadros profissionais que se mostrem capazes de atuar academicamente de forma inovadora e socialmente comprometida com os valores de desenvolvimento social e humano requeridos pela sociedade contemporânea.

6.2 Graduação e Pós-Graduação

A interdisciplinaridade constitui um dos eixos estruturantes da organização didático-pedagógica da UnDF para a graduação e a pós-graduação, presencial e a distância. Conforme explicitado no item 4.4.3 deste documento, no capítulo que tratou do Projeto Pedagógico Institucional da UnDF, a interdisciplinaridade é um dos princípios filosóficos e metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas dessa instituição, juntamente com a inovação, a inclusão e a internacionalização.

O segundo elemento estruturante dessa organização UnDF diz respeito às metodologias ativas de aprendizagem (MMA), considerando que um maior envolvimento dos estudantes com o uso dessas metodologias tende a diminuir as taxas de evasão (SILVA et al., 2020).

As metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino/aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. [...] Têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor. Quando acatadas e analisadas as contribuições dos alunos, valorizando-as, são estimulados os sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, entre outras. (BERBEL (2011, p. 28)

A organização didático-pedagógica da UnDF parte do princípio que os bons resultados do uso das metodologias ativas requerem não apenas mudanças nas propostas curriculares, mas também profundas transformações na prática pedagógica do professor, do estudante no cotidiano da sala de aula, encarado como um espaço de muitas interações no qual o ensino acontece em uma perspectiva relacional, como abordado no item 4.3 deste PDI.

Ao nortear sua organização didático-pedagógica por essas metodologias, a UnDF reconhece que elas contribuem para desenvolver nos estudantes a capacidade de análise de situações diversas, bem como para ampliar a articulação teoria-prática que, em última instância, é um traço distintivo da aprendizagem significativa. Em sua essência, essas metodologias não concebiam o estudante como um mero receptor de dados e informações. Ao contrário, o encaram como um ser ativo que mobiliza conhecimentos e experiências pessoais, construídas nas relações sociais das quais participa, de maneira a problematizar a realidade.

A pedagogia da problematização pode lançar mão de diferentes metodologias ativas, o que pode variar em função do tipo de problema detectado e analisado, mas que contempla a

mesma sistemática metodológica intencional e geral para a abordagem de um determinado tema problematizado e em qualquer área do conhecimento. (CEBRASPE, 2022c). Nest contexto, cabe exemplificar o curso de Medicina da ESCS que tem desenvolvimento anual, com carga horária de 9.972h de atividades e é estruturado em regime seriado, com o uso de metodologias ativas de aprendizagem, em especial a ABP ou PBL. O seu PPC prevê o desenvolvimento dos módulos em atividades distribuídas no que classifica como “semana padrão de atividades”.

O modelo pedagógico do curso encontra-se fundamentado nos princípios do construtivismo, priorizando as metodologias ativas como elemento central no processo de ensino aprendizagem. Como princípio, o currículo visa garantir e aperfeiçoar a formação geral do médico em termos técnicos, científicos e humanísticos. (FEPCS, 2018a, p.18)

A problematização é uma das principais estratégias de ensino e aprendizagem usadas pelas metodologias ativas, com a finalidade “de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas” (BERBEL, 2011, p. 29). Para desenvolver a problematização com os estudantes o professor pode recorrer a uma diversidade de metodologias ativas: aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem baseada em problemas (ABP), aprendizagem baseada em métodos de casos, ensino baseado em fenômenos, aprendizagem baseada em times ou equipes (ABE), *Team-Based Learning* (TBL), instrução pelos colegas (IpC) ou *Peer Instruction* (PI), jogos instrucionais (ou educacionais) e simulações, dentre outras.

Adotando a problematização dos objetos de conhecimento como uma de suas principais referências inovadoras, essas metodologias preocupam-se em desenvolver no estudante competências e habilidades que o levem a aplicar conceitos variados, visando a resolver situações-problemas. Em decorrência disso, requerem que professores e estudantes, ao selecioná-las, procurem utilizá-las adequando-as à natureza dos objetos de conhecimento e às possibilidades que eles apresentam para os estudantes estabelecerem pontes em relação ao saber.

O uso das metodologias em questão se mostra inovador quando ocorre orientado pelos objetivos educacionais estabelecidos para cada campo formativo ou, em termos mais específicos, alinhado com o perfil de egresso definido nos projetos pedagógicos dos cursos. Disso há o reconhecimento de que usá-las “em si mesmas e por si mesmas não fazem a

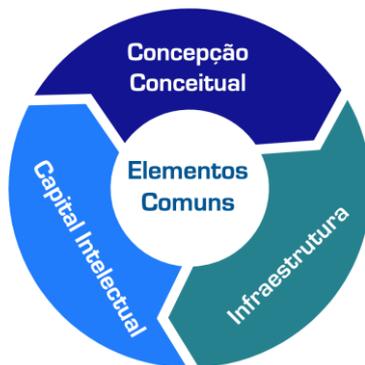
diferença. Fazem a diferença quando usadas em função de objetivos adequados, de modo eficiente e eficaz e trabalhadas por professores preparados para tal”. (MASETTO, 2017, p. 5). Nesse patamar de discussão é que as metodologias ativas podem concorrer para que as práticas curriculares da UnDF sejam efetivamente inovadoras, na graduação e na pós-graduação de fato.

Apoiando-se nas metodologias ativas as experiências interdisciplinares – como outro êxito estruturante das práticas acadêmicas da UnDF – podem contribuir para professores e estudantes exercerem seu papel de atores sociais de uma maneira inovadora. Na organização didático-pedagógica da UnDF isso ganha forma por meio de ações conjuntas que se mostrem capazes e levá-los a experimentar situações didáticas, de maneira crítica, criativa e propositiva em relação à geração e disseminação do conhecimento.

Ademais, considera-se que a introdução de práticas curriculares orientadas pelas metodologias ativas ajuda na melhoria da formação acadêmica e humanista, desenvolvendo nos estudantes o espírito crítico. Disso resultará a ampliação dos horizontes de sua formação profissional, na perspectiva da articulação de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento na graduação e pós-graduação. Essas metodologias fazem-se presentes na organização didático-pedagógica da UnDF na perspectiva de projetar essa instituição, em escala cada vez mais ampliada, para fortalecer sua reputação acadêmica.

Os cursos de graduação da UnDF – Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Engenharia de Software e Engenharia da Computação – têm a inovação fundamento básico. O primeiro elemento inovador deles é a forma integrada de criar e de organizá-los, que pode ser traduzida nos seguintes elementos que são comuns aos quatro curso: a concepção conceitual que os sustenta, o capital intelectual envolvido em sua coordenação e na operação, e os aspectos de infraestrutura física e digital, como representado na figura a seguir.

Figura 9 – Elementos comuns aos cursos Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Engenharia de Software e Engenharia da Computação



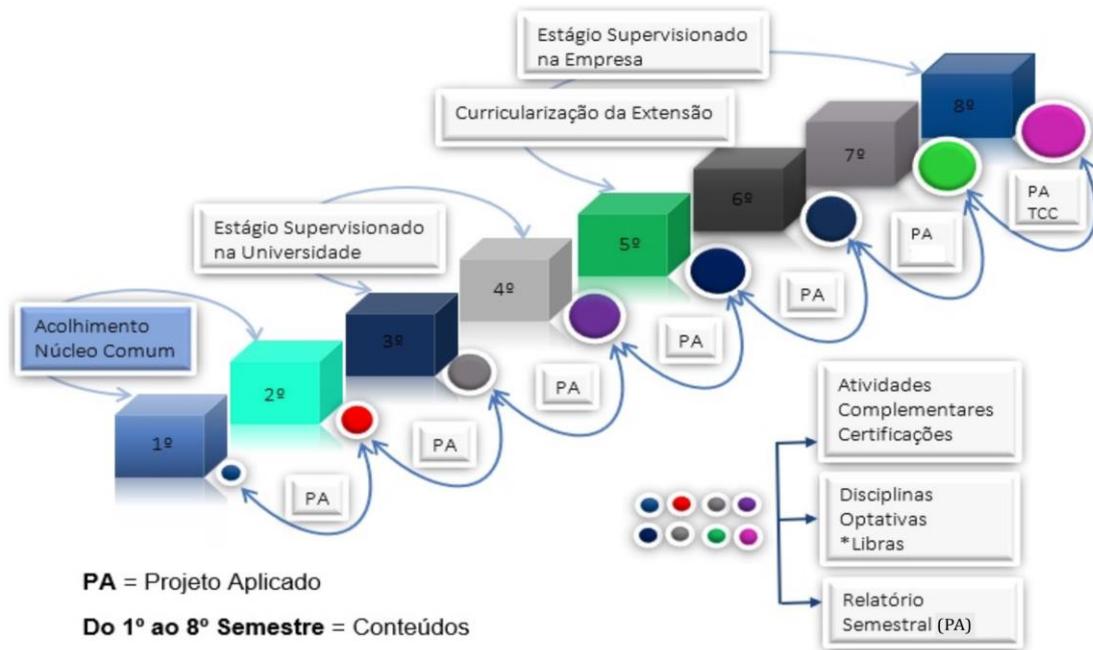
Fonte: CEBRASPE, (2022e.)

A arquitetura acadêmica desses cursos e alicerça nos seguintes elementos:

- Unidades Curriculares Teóricas, de Projetos, Optativas e Trabalho de Conclusão do Curso;
- Estágios e Vivências internas (na própria UnDF) e externos (em empresas, institutos ou outras organizações onde os estágios possam acontecer);
- Atividades Complementares e de Extensão;
- Projetos Aplicados

Essa arquitetura difere substancialmente daquelas comumente encontradas nos mesmos cursos atualmente, as quais classicamente apoiam-se em disciplinas organizadas logicamente ao longo do curso, com algum tipo de pré-requisitos sugeridos conectando disciplinas de grupos afins. No caso da UnDF, em seus cursos de graduação, os estágios figuram neles a partir do terceiro semestre, sendo primeiramente desenvolvidos internamente na própria UnDF nos semestres 3 e 4, e depois externamente nas instituições apropriadas, nos semestres 5, 6, 7 e 8, como mostrado a seguir.

Figura 10. Visão arquitetural dos cursos de Bacharelado em Ciências da Computação (BCC) e Bacharelado em Sistemas de Informação (BSI)

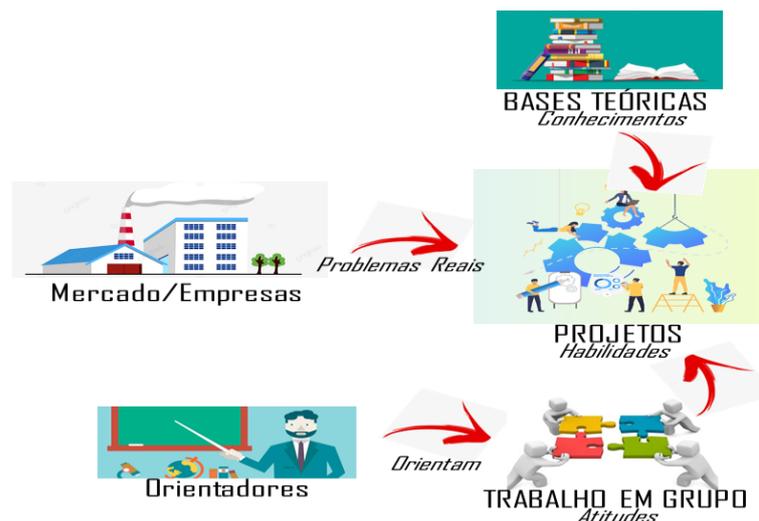


Fonte: Cebraspe (2022e)

O semestre 8 acomoda essencialmente a realização de projetos de TCC, mas também pode abrir espaço para o desenvolvimento de projetos de inovação social e projetos de inclusão social.

À semelhança dos dois cursos a que se refere a figura anterior, os de Engenharia de Computação e Engenharia de Software também mantêm forte relação com o mundo do trabalho, preocupando-se com a busca projetos reais a serem trabalhados pelos grupos de alunos, perspectiva ilustrada na imagem a seguir.

Figura 11 – Interação dos cursos Engenharia de Computação e Engenharia de Software com o mundo do trabalho



Fonte: Cebraspe (2022e)

Todos os quatro cursos de graduação da UnDF adotam a estratégia de atribuir ao aluno o protagonismo do seu processo de aprendizado através de metodologias ativas. A avaliação dos estudantes leva em consideração a adoção dessas metodologias e do trabalho em grupo, uma das habilidades exigidas pelo mundo do trabalho moderno.

No âmbito da pós-graduação, dentre as várias frentes de trabalho a serem empreendidas pela UnDF, considerando sua organização didático-pedagógica diz respeito à definição de políticas e ações que contribuam para sua efetiva contribuição para a transformação do território onde se localiza e da realidade brasileira. Para tanto. Compromete-se com a construção, junto às comunidades, de programas e projetos capazes de promover o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e cultural desse território e das pessoas que nele (con)vivem. Tais políticas acadêmicas requerem que a instituição invista “em programas de pós-graduação que desenvolvam pesquisas voltadas para o conhecimento científico, tecnológico e de inovação e de cursos de graduação que busquem suprir a demanda existente na RIDE, principalmente entre as pessoas que possuem as menores taxas de renda. (CEBRASPE, 2021g, p. 3)

O exposto ao nesta parte do PDI sobre a organização didático-pedagógica da UnDF teve, como uma de suas intencionalidades, ressaltar o compromisso desta instituição com o desenvolvimento de arquiteturas acadêmicas inovadoras que utilizem a interdisciplinaridade e as metodologias ativas. Como elementos estruturantes dessa organização, dos dois elementos

visam à criação de mecanismos de integração entre a graduação e a pós-graduação, em ações presenciais e a distância, e promovendo o diálogo entre as áreas do conhecimento.

6.3 Educação a distância

As políticas para a educação a distância (EaD) na UnDF sinalizam para sua materialização por meio de ações diversas. Como a proposta de organização pedagógica dessa universidade é a do desenvolvimento de cursos a partir da aprendizagem baseada em projetos (ABP), haverá, obrigatoriamente, uma série de atividades a distância nas matrizes curriculares de seus cursos. Em razão disso, trabalhará apenas com cursos híbridos com diferentes densidades de presencialidade ou de EaD, o que requer um planejamento cuidadoso e integrado, no sentido de identificar as potencialidades e eventuais desvantagens dos modelos adotados.

a) Cursos com disponibilidade semanal do estudante – Prevalência presencial, cursos sequenciais e de graduação

Estes cursos são aqueles estruturados de modo a desenvolver atividades presenciais em, pelo menos, quatro dos seis dias letivos que formam a semana (segunda a sábado), podendo ser desenvolvidos nos diferentes *campi* da UnDF no Distrito Federal. Suas atividades curriculares demandam uma parte da carga horária presencial e parte a distância, à medida que o estudante usa a internet e desenvolve estudos individuais, mantendo o controle do momento em que realizará a atividade *online* nos espaços semanais livres, conforme características do ensino híbrido. Essa estruturação deve ser prevista no PPC, que deverá, preferencialmente, estabelecer o percentual das atividades a distância, ainda que para cada período letivo e, neste caso, deixar para que o planejamento do semestre e os planos de estudos das atividades façam seu detalhamento.

b) Cursos com disponibilidade mais restrita do estudante – Prevalência de EaD, cursos sequenciais e de graduação

Trata-se de cursos estruturados com atividades presenciais em, no máximo, dois dos seis dias letivos possíveis na semana. Seu desenvolvimento pode contemplar atividades curriculares que possuam maior tempo longe da escola, a distância, e prever, preferencialmente, apenas um momento semanal presencial, porém com dois, desde que explicitado no PPC e no edital do processo seletivo de ingresso.

Em ambos os casos, a instituição executará um planejamento com especial atenção para as questões administrativas e de ingresso dos estudantes nos cursos, bem como aquelas relativas ao processo de acolhimento e desenvolvimento deles. Nesse contexto, e considerando que serão utilizadas as metodologias ativas de aprendizagem, a avaliação processual toma importância vital. (CEBRASPE, 2022c)

6.3.1 Ações voltadas para a implantação dos cursos de graduação

Para a oferta dos cursos de EaD o planejamento estratégico da UnDF deve considerar as condições da infraestrutura pedagógica, prevendo um cronograma da oferta deles, a partir do 1º semestre de 2023, e a estruturação de suas ações em quatro etapas distintas:

Ação 1: Abertura dos cursos com prevalência presencial

Ao longo do ano de 2022 deverão ser realizadas ações de natureza legal, que passam pela organização da estrutura e planejamento das ações em consonância com o regimento, PPI, PDI e demais documentos e requisitos legais exigidos para que o Conselho de Educação do Distrito Federal possa analisar e aprovar o credenciamento da instituição. Outras atividades são:

- ainda para o primeiro semestre de 2022, a determinação da quantidade de docentes e tutores que será contratada para atuação a partir de 2023;
- decisão sobre uma forma de ingresso que pode ser uma mistura do uso do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e de processo próprio, de modo a garantir o preenchimento de todas as vagas ofertadas, com a inclusão social desejada;
- no início de 2023, após capacitação dos professores aprovados e da convocação dos primeiros contratados, é preciso iniciar a elaboração de material de apoio às atividades não

presenciais, permitindo que haja atividades para que os alunos desenvolvam fora da sala de aula e além dos projetos, de modo a melhorar a qualidade da formação ofertada.

Ação 2: Abertura dos cursos com prevalência de atividades a distância no DF: possibilidades com início de abertura desses cursos a partir de 2024-2025

Ações a serem empreendidas:

- estabelecimento de um fluxo de mobilidade entre as formações, de modo a permitir que eventuais reforços ou repetições de conteúdo possam ser realizados com mais EaD para os alunos dos cursos de maior presencialidade e vice-versa;
- criação de um curso de complementação pedagógica para formados em bacharelados e cursos de tecnologia para atuação na educação básica, que envolva o preparo das disciplinas voltadas para a formação de qualquer professor, como aquelas ligadas com a cognição, a vida escolar e a organização do ensino no país;
- a oferta da formação em segunda licenciatura para licenciados que já atuam na educação básica do DF e que precisam adequar sua formação às especificidades de sua atuação.

Ação 3: Abertura dos cursos com prevalência de atividades a distância em outros locais: a partir de 2027-2028

À medida que as atividades curriculares forem ganhando escala podem ser iniciadas negociações com os municípios que formam a RIDE-DF para a abertura de polos de educação a distância nesses locais. Além disso, devem ser estabelecidos critérios para que a UnDF realize convênios com localidades externas à sua abrangência distrital, privilegiando os municípios da rede, mas possibilitando que outros locais que tenham interesse nessa oferta diferenciada, possam também se beneficiar com convênios e parcerias.

Ação 4: Desenvolvimento de atividades curriculares isoladas de graduação para todos os cursos: início de preparação tão logo haja professores disponíveis

O preparo de material para a oferta das atividades curriculares com baixa ou nenhuma presencialidade poderá suprir as necessidades que sempre se colocam nos cursos, a partir de licenças gestante, ou de impedimentos à frequência presencial. Assim, no regulamento de graduação, as atividades de exercícios domiciliares devem ser reparadas e compor a oferta regular da respectiva disciplina ou temática, quando isso for requerido.

O desenvolvimento de atividades curriculares em que o estudante não logrou aprovação em sua primeira tentativa, originando as “famosas” dependências, também podem ser desenvolvidas, de modo a ter seu desenvolvimento a distância ou com uma densidade bem menor de presencialidade. A autonomia universitária garante essa ação que também é passível de implantação imediata porque não representa um percentual significativo no total de atividades para integralização por parte do aluno. Com isso, fica respaldada pelo disposto na Portaria MEC nº 2.117 de 2019, que possibilita um percentual de até 40% de atividades a distância em cursos presenciais sem necessidade de credenciamento específico para tal e a Resolução nº 2 do CEDF (CEDF, 2017) não trata do assunto.

6.3.2 Ações voltadas para a oferta de cursos de pós-graduação

Pós-graduação *lato sensu*: abertura desses cursos a partir de 2023-2024.

Cursos de pós-graduação *lato sensu* podem representar uma importante forma de interação da UnDF com o setor público ou privado locais, seja a partir da oferta de aperfeiçoamentos nas diferentes áreas de atuação, seja na oferta de cursos de especialização, que podem também servir como embriões da abertura de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Pode ser criado curso de especialização na área de Gestão Pública, no formato EaD, com ou sem previsão de encontros presenciais quinzenais ou mensais que levariam à certificação após a monografia, contribuindo dessa forma com a atualização e especialização dos funcionários públicos lotados no DF ou RIDE-DF. Neste momento, os encontros presenciais seriam realizados nos limites do DF até o credenciamento da instituição junto ao MEC para a oferta externa a esses limites.

Pós-graduação *stricto sensu* – abertura a partir de 2025-2026

Os programas de mestrado ou doutorado, profissionais ou acadêmicos, devem ter autorização específica da CAPES para sua oferta EaD, mesmo que já exista a recomendação do programa de forma presencial.

Com a incorporação da ESCS determinada pela Lei Complementar 987/2021 (DISTRITO FEDERAL, 2021), a UnDF nasce com três programas de mestrado com conceito três (três). Para a oferta de doutorado, é necessário o conceito 4 (quatro), mas o projeto de um doutorado de curso três pode ser protocolado e deverá obter avaliação final mínima quatro para sua implantação.

Importante que cursos presenciais sejam inicialmente propostos a partir de sua estruturação, em 2023, para ter como meta o seu início em 2025-2026, na área de tecnologias de informação e comunicação ou multidisciplinar. A proposta, poderá conter um desenvolvimento híbrido como na graduação, configurando assim essa vocação para a UnDF em todos os seus cursos.

6.3.3 Ações voltadas para a oferta de cursos de extensão

Cursos específicos e de curta duração

São cursos mais específicos e de curta duração, com público menor e de natureza mais pontual. São utilizados para complementos de conteúdo, atualização específica de tema, ou para atividades de treinamento. Caracterização da flora do cerrado, cuidados com suplementação alimentar, patrimônio artístico do DF, culinária goiana, uso da Animação no Excel etc. são temas que ilustram as possibilidades de oferta a distância e cujo conteúdo pode ser preparado por professores, funcionários ou alunos da Instituição e ser disponibilizado a partir de aprovação do setor competente, para realização. Esses cursos também podem ser de grande valia na complementação e atualização de temas que sofrem alterações ao longo da formação, da capacitação em alguma tecnologia específica.

Disciplinas para itinerários do Ensino Médio

Trata-se de uma opção prevista no Decreto 9.057/2017 (BRASIL, 2017a). Uma potencial demanda para viabilizar a plena implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC é utilização de EaD no ensino médio, a partir de convênio com a Secretaria de Educação para o desenvolvimento de algumas atividades de apoio ou formações específicas.

6.3.4 Inclusão e acessibilidade pedagógica e à tecnologia

Como uma instituição que tem a inclusão com um dos princípios teóricos e metodológicos de suas práticas acadêmicas, a UnDF considera que não basta garantir que haja inclusão por meio de medidas afirmativas para ingresso e permanência. Compreende que deve garantir a acessibilidade pedagógica e tecnológica, o que deverá caminhar de forma conjunta já que se espera que as atividades propostas sejam desenvolvidas com o uso de tecnologias. Significa que a IES deve disponibilizar equipamentos e conectividade adequados em seus campi de modo a permitir, pelo menos, que os estudantes possam acessar suas atividades desses locais. Em um segundo momento, podem ser realizadas ações visando a efetiva inclusão deles, a partir da aquisição de equipamentos capazes de garantir a qualidade necessária em suas residências, já que o fato de ter a obrigatoriedade de deslocamento até a instituição diminui ou elimina todas as vantagens relativas à flexibilidade do desenvolvimento de sua formação.

Tecnologias assistivas e acessibilidade plena

As tecnologias assistivas (TA) são aquelas desenvolvidas em prol do conforto e/ou inclusão de pessoas em atividades que, sem elas, não poderiam ocorrer. Especialmente no mundo informatizado em que vivemos, essas tecnologias podem permitir que a acessibilidade à educação seja plena, com o uso de hardwares adaptados e softwares específicos que permitem que deficientes visuais e auditivos, em especial, acessem o material instrucional com a mesma independência e facilidade que os demais estudantes.

Por outro lado, não apenas por conta do aparato legal, mas também pelo fato de sua Lei de criação estabelecer a democratização do acesso (GDF, 2021), a UnDF deverá fazer uso de tecnologias assistivas para garantir essa acessibilidade e a inclusão plena.

6.4 Cursos de curta duração e certificações intermediárias

MOOCs – a partir de 2023

A oferta diversificada de opções formativas é uma importante diretriz para a garantia do sucesso institucional da UnDF e sua responsabilidade social. Na lei de sua criação está explícito no Art. 2º que trata de sua finalidade, “ministrar educação superior pública distrital [...] desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária [...]” (GDF, 2021). Para desenvolver essas atividades de forma indissociada como determina a Constituição Federal, o ensino deverá ser feito e construído a partir da pesquisa e essa pesquisa deve ter relevância social (BRASIL, 1988), o que implica a necessidade de diversidade e flexibilidade formativas que viabilizem esse procedimento.

No contexto da flexibilização curricular a UnDF considera, por exemplo, a oferta dos MOOCs (Massive Online Open Courses) sobre temas diversos. Trata-se de uma ação formativa que pode resultar em certificações correspondentes que sugerem conhecimentos frequentemente mais aprofundados do que aqueles que serão abordados ao longo de determinada atividade formativa no qual será solicitada a proficiência do estudante. Pode ser utilizado como carro-chefe para incentivar a volta das pessoas para atividades de estudo e para se aperfeiçoarem ou conhecerem temas de interesse pessoal e social.

Os chamados MOOCs (Massive Online Open Courses) têm natureza mais genérica e estruturado para atender a um grande contingente de alunos, envolvendo assuntos ou temáticas que gerem grande interesse ou tenham importância para o desenvolvimento pessoal ou social da população, de onde vem a sua denominação, utilizada no Brasil com a mesma sigla dos países anglofones. Eles podem ser voltados para assuntos diversos e não requerem supervisão como normalmente ocorre com os cursos a distância. O material é disponibilizado e cabe ao inscrito desenvolvê-lo e compreendê-lo. A Instituição pode, se assim desejar, realizar uma certificação que possa ser obtida a partir da inscrição em algum processo avaliativo específico para isso (o que é um dos problemas para uma maior aceitação dos MOOCs pelo mercado: a falta de validação ou certificação). (CEBRASPE, 2022c, p. 36).

A organização didático-pedagógica a UnDF contempla, também, certificações intermediárias que podem incentivar os estudantes a obter pelo menos a comprovação do período de tempo dispendido em atividades de ensino superior formal e seria interessante que a Instituição tivesse, desde seu início, convênios e acordos com as empresas certificadoras,

atuando como um centro de realização dessas ações, lhe dando maior visibilidade e contato com os principais empregadores que, desta forma, seriam colaboradores da formação oferecida e não potenciais predadores ou competidores pelos alunos ainda não graduados. Este tipo de certificação contribui para uma inserção mais adequada dos estudantes que não venham a lograr o término do curso de graduação em que se matricularem.

É neste mesmo cenário que ganham visibilidade políticas e ações relacionadas à permanência e ao sucesso dos estudantes nos processos formativos desenvolvidos pela UnDF. Para tanto, a instituição prevê atividades acadêmicas associadas, dentre outros, ao ingresso, à melhoria da qualidade, à iniciação científica, tecnológica e extensionista, bem como à acessibilidade física, pedagógica e atitudinal.

CAPÍTULO 7 – RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL

A responsabilidade ética e social da UnDF orienta o estabelecimento de políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, bem como ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e de gênero. A definição dessas políticas fundamenta-se na ideia de que, na condição de universidade pública, essa instituição se compromete em empreender esforços visando

[...] garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de jovens, adultos e idosos, que buscam formação superior e continuada, principalmente de pessoas pertencentes às parcelas sociais historicamente excluídas da educação superior pública e de qualidade, incluindo aquelas que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade correlata. (CEBRASPE, 2021c, p. 48)

No intuito de alcançar este propósito a UnDF pauta suas políticas em princípios e objetivos educacionais consoantes às diretrizes de sua atuação definidas no Artigo 7º do seu Estatuto. O inciso IX do artigo prevê, entre essas diretrizes a “promoção da educação, das ciências e das tecnologias, desenvolvendo o conhecimento científico, junto com os valores éticos capazes de integrar a pessoa humana à sociedade, formando profissionais competentes para atuação no mundo do trabalho e para melhoria das condições de vida em sociedade;” (UnDF, 2022). As diretrizes do trabalho dessas IES orientam no estabelecimento de políticas acadêmicas sintonizadas com os marcos legais em vigência para a educação superior, com destaque para o que estabelecem os seguintes artigos da Lei Complementar nº 987/2021:

Art. 1º, § 5º A UnDF deve garantir aos alunos com baixo poder aquisitivo programas especiais, aprovados pelo Conselho Superior, que auxiliem, entre outras despesas, no custeio de transporte e alimentação.

[...]

Art. 2º, inciso IX – elaborar e implementar programa de assistência estudantil, para coibir a evasão de estudantes em contexto de vulnerabilidade social, observado o disposto na legislação específica.

[...]

Art. 3º, inciso XII – democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, por meio da implementação de cotas raciais e sociais

para ingresso em cursos de graduação ofertados pela UnDF, conforme legislações específicas, a ser disciplinada no Estatuto. (GDF, 2021).

O disposto por esta lei dialoga com o que prescreve o Art. 3º do Estatuto da UnDF segundo o qual, pautado na indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, o desempenho das atividades dessa instituição, “visa à formação superior comprometida com o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a busca de soluções democráticas aos problemas e às necessidades do Distrito Federal e Entorno.” (UnDF, 2022).

As políticas acadêmicas mais diretamente associadas à responsabilidade ética e social da UnDF consideram, além dos marcos regulatórios apontados, também documentos e a legislação brasileira definida a educação superior para temas transversais.

7.1 Diversidade, igualdade e cidadania

As políticas institucionais da UnDF pautam-se no princípio que valorizar a diversidade implica reconhecer e fortalecer a pluralidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, de classe, de religiosidades e cosmovisões, de nacionalidades, de pessoas com necessidades específicas presente na sociedade. Nessa instituição a diversidade é expressa também no plano da representatividade de diferentes segmentos nos processos decisórios, validando o princípio democrático de sua gestão. Em relação aos conselhos superiores, o Estatuto da UnDF prevê no Título III – Da Administração Universitária, Capítulo I – Dos Órgãos Deliberativos, § 4º do Art. 25, que o “Conselho Universitário deverá normatizar sobre a incorporação da representação de movimentos da sociedade civil organizada do Distrito Federal e Entorno, nos termos de seu Regimento Interno.” (UnDF, 2022).

Considerando as diretrizes para valorização das diversidades, as políticas institucionais no âmbito da UnDF devem:

- i. reconhecer e fortalecer a presença das diversidades que incluem a pluralidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, de classe, de religiosidades e cosmovisões, de nacionalidades e de pessoas com necessidades específicas;
- ii. analisar e construir propostas de políticas acadêmicas de forma democrática e participativa com base na concepção de interseccionalidade e da representatividade;

- iii. legitimizar tempos, espaços e lugares para participação efetiva dos estudantes em instâncias de tomada de decisões e elaboração de políticas, buscando garantir a representatividade de grupos distintos;
- iv. promover educação inclusiva e dialógica pautada na interculturalidade, democracia e decolonialidade, visando o protagonismo e emancipação dos sujeitos;
- v. superar e remover quaisquer barreiras arquitetônicas e atitudinais, compreendendo as deficiências a partir do modelo social da deficiência;
- vi. fortalecer e promover epistemologias e metodologias antirracistas, antissexistas e anticapacitistas em todos os âmbitos institucionais, sejam eles pedagógicos ou administrativos;
- vii. combater sistematicamente, por meio de campanhas educativas, práticas racistas, misóginas, machistas, sexistas, capacitistas³⁵ homofóbicas, aporofóbicas³⁶, xenofóbicas e de intolerância religiosa;
- viii. criar canais de denúncia e políticas de acolhimento para quaisquer casos de assédio, intimidação, discriminação ou preconceito;
- ix. utilizar linguagem inclusiva e não preconceituosa em quaisquer produções e manifestações orais e escritas;
- x. utilizar de forma responsável e ética as tecnologias de comunicação e da informação;
- xi. elaborar instrumentos de avaliação sistemática e contextualizada sobre os impactos das ações afirmativas na durante a vida acadêmica e os efeitos dessas políticas na atuação social e profissional de egressos;
- xii. incluir nos acervos bibliográficos, no patrimônio cultural e produções artísticas obras de intelectuais, cientistas e artistas que representem a pluralidade étnico-racial e de gênero;
- xiii. privilegiar a nomeação de espaços na UnDF a partir da identificação e valorização de pessoas locais com efetivo papel no combate às desigualdades, colaboração artístico-cultural, cuidado com o meio ambiente. (CEBRASPE, 2022b)

³⁵ Capacitismo se “[...] materializada através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se pessoas com deficiência.” (MELLO, 2016, p. 3266).

³⁶ “Em 2017, o neologismo “Aporofobia”, desenvolvido pela filósofa espanhola Adela Cortina, professora de Filosofia Moral da Universidade de Valença, foi eleito como a palavra do ano. Tal conceito foi desenvolvido por Cortina para evidenciar o que ela chama de sistêmica rejeição à pobreza e às pessoas sem recursos.” (DEUS, 2020, p. 123).

Diretrizes específicas para ações afirmativas de promoção da igualdade de gênero

- i. desenvolver programas e projetos que visem o empoderamento econômico e político para/com meninas e mulheres;
- ii. desenvolver programas e projetos que despertem o interesse da população feminina para as áreas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, especialmente junto às escolas de educação básica;
- iii. construir estratégias de combate sistemático a quaisquer formas de manifestações machistas e/ou sexistas em todos os espaços acadêmicos;
- iv. incentivar a criação de núcleos de estudos, grupos de pesquisa e promoção de eventos sobre as questões de gênero;
- v. instituir tempos e espaços permanentes para formações institucionais com docentes, técnicos-administrativos e prestadores de serviço com base na promoção da igualdade das relações de gênero;
- vi. promover e fortalecer a presença de mulheres em posições de liderança e na composição dos conselhos universitários e outros espaços de decisão. (CEBRASPE, 2022d)

Diretrizes específicas para ações afirmativas de promoção da igualdade de étnico-racial

- i. inserir no âmbito dos currículos e Projetos Pedagógicos dos Cursos, de forma transversal ou disciplinar, a temática para valorização da história e cultura afro e indígena;
- ii. democratizar o acesso por meio do estabelecimento de critérios de seleção que considerem as especificidades de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas;
- iii. criar programas de bolsas que contribuam para a permanência qualificada dos grupos prioritários das ações afirmativas;
- iv. criar programas de monitoria para apoio acadêmico, incluindo domínio da língua portuguesa, do uso de tecnologias, de matemática básica e de conhecimento da vida no campus;
- v. criar espaços de convivência acadêmica representativos dos grupos prioritários das ações afirmativas;

- vi. constituir um quadro funcional que seja representativo dos grupos prioritários das ações afirmativas de forma a facilitar o diálogo e o sentimento de pertencimento aos espaços acadêmicos;
- vii. Incentivar a criação de núcleos de estudos, grupos de pesquisas e promoção de eventos sobre as questões étnico-raciais;
- viii. incentivar pesquisas junto às comunidades dos grupos prioritários das ações afirmativas que identifiquem conhecimentos, saberes e tecnologias que possam compor currículos e/ou projetos, buscando romper com a lógica colonialista de hierarquização de epistemologias e metodologias;
- ix. promover ações de cooperação interinstitucionais e com a comunidade dos grupos prioritários das ações afirmativas para difusão e produção de conhecimentos sobre temáticas relacionadas aos contextos específicos;
- x. instituir tempos e espaços permanentes para formações institucionais com docentes, técnicos-administrativos e prestadores de serviço com base na promoção da igualdade das relações étnico-raciais (CEBRASPE, 2022b)

7.2 Meio Ambiente e sustentabilidade

É consensual que vivemos um momento global em que o desenvolvimento científico e tecnológico avança e impulsiona as relações de produção e consumo a um grau tão elevado que tem se tornado ameaça à vida no planeta. Em 2015, a ONU propôs uma agenda contendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem atingidos até 2030. Esses objetivos buscam “[...] assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, agir contra as mudanças climáticas” (PACTO GLOBAL, 2021). A educação é um dos pilares para o alcance dos ODS 2030 e, entre seus objetivos, almeja que, até 2030, os conhecimentos e habilidades adquiridos por todos os estudantes possibilitem a promoção de um desenvolvimento sustentável e a compreensão sobre os impactos das relações estabelecidas entre os seres humanos e todo o ambiente. (CEBRASPE, 2022c)

As Diretrizes Nacionais para Educação Ambiental foram estabelecidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 15 de junho de 2012, resultante do Parecer CNE/CP n. 14, de 6 de junho de 2012, e do qual é transcrito o trecho a seguir.

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012a, p. 1 – itálico no original).

O compromisso com a sustentabilidade requer das IES planejamento e organização, de maneira que a formação oportunizada aos futuros profissionais contribua para que venham a agir social, política e economicamente com ética e cidadania planetária e com consciência sobre as múltiplas e complexas relações estabelecidas no e com o meio ambiente. Nessa lógica, a UnDF assume também o compromisso de ser referência regional, nacional e internacional no desenvolvimento de práticas ambientalmente justas e sustentáveis, integrando ciência, tecnologia e inovação em projetos que visem à sustentabilidade socioambiental. Compromete-se, também, com a promoção de uma educação pautada na interculturalidade, como estratégia democrática de interação entre as culturas, para fomentar e fortalecer relações de reciprocidade e solidariedade entre os povos, buscando (re)conhecer práticas de vida, conhecimentos e tecnologias utilizados em seus cotidianos e que preservam a biodiversidade.

Diretrizes para a valorização do meio ambiente

- i. incentivar a criação de núcleos de estudo, grupos de pesquisa e promoção de eventos com temáticas em relação à sustentabilidade, valorização do meio ambiente, relações de produção e consumo, mudanças climáticas, entre outras;
- ii. inserir a temática ambiental nos currículos de forma transversal e/ou disciplinar;
- iii. promover a consciência ambiental e o desenvolvimento de comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável em todos os espaços dos campi;
- iv. expandir as ações, por meio de projetos, programas e pesquisas, para o desenvolvimento da consciência ambiental, para toda a região da RIDE-DF;
- v. promover estudos, pesquisas, projetos de reconhecimento, valorização e difusão de saberes tradicionais de comunidades e grupos de pessoas que possuem relações de

- reciprocidade e complementaridade com o meio onde vivem, fazendo uso dos recursos de forma responsável;
- vi. promover a educação ambiental no âmbito interno e externo, em especial integrando a RIDE-DF;
 - vii. desenvolver programas de formação continuada visando a conscientização ambiental de discentes, docentes, técnicos-administrativos e prestadores de serviço;
 - viii. criar o Sistema de Gestão Ambiental tendo por base o PDCA³⁷ (TAUCHEN; BRANDLI, 2006) integrando todos os os órgãos setoriais, conselhos superiores, centros, áreas e cursos;
 - ix. inventariar boas práticas em sustentabilidade, buscando inovar no próprio SGA;
 - x. fortalecer relações de reciprocidade e solidariedade entre os povos por meio da troca de conhecimentos, saberes e tecnologias de preservação da biodiversidade;
 - xi. fortalecer e difundir ações de cuidado com a comunidade de vida, a preservação de ecossistemas, promoção da justiça econômica, da equidade social, étnica, racial e de gênero, pautados no diálogo para a convivência e a paz. (CEBRASPE, 2022c)

7.3 Desenvolvimento econômico e social

A UnDF define suas políticas institucionais voltadas para desenvolvimento econômico e responsabilidade considerando os dezessete objetivos do desenvolvimento sustentável norteadores da agenda do Pacto Global proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu conjunto, esses objetivos proclamam ações globais para erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e do clima e disseminação de uma cultura da paz para que todas as pessoas vivam com segurança e prosperidade (ONU, 2015). Todavia, no Brasil, ainda em 2012, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, por meio a Resolução nº 2, de 15 de junho daquele ano. Ao definir os princípios desse tipo de educação, a resolução pressupõe o desenvolvimento de “práticas comprometidas com a

³⁷ De acordo com Tauchen e Brandli (2006), o ciclo PDCA contempla os seguintes elementos: “Planejar (*PLAN*): envolve o estabelecimento dos objetivos e processos necessários para atingir os resultados, de acordo com a política ambiental da organização; Executar (*DO*): envolve a implementação dos processos; Verificar (*CHECK*): envolve o monitoramento e medição dos processos em conformidade com a política ambiental, objetivos, metas, requisitos legais e outros, e relatar os resultados; e Agir (*ACTION*): envolve a execução de ações para melhorar continuamente o desempenho do sistema da gestão ambiental.” (TAUCHEN; BRANDLI, 2006, p. 505-506)

construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas [...]” (BRASIL, 2012, p. 3).

Por sua vez, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)³⁸, ao determina a responsabilidade social das IES, destaca a contribuição destas no que tange à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Como prevê em no Art. 22, Inciso III do seu Estatuto, a UnDF, assume essa responsabilidade social e o compromisso em atuar “estimulando o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e Entorno” (GDF, 2021). Tendo em vista o disposto na legislação sobre o tema e sua inserção regional, discutida no item 4.2 deste PDI, sua atuação deve estar voltada para o investimento nos avanços da ciência, tecnologia e inovação, bem como no “desenvolvimento de políticas de permanência com qualidade e aprendizagem de forma a diminuir as desigualdades regionais, ofertando formação acadêmica de excelência.” (CEBRASPE, 2021d, p. p. 2).

Nessa perspectiva, a UnDF fomenta ações compatíveis com o desenvolvimento sustentável, visando à redução das desigualdades sociais, principalmente as desigualdades regionais observadas nos relatórios produzidos para analisar os impactos de sua implantação (CEBRASP, FABI?). As ações são definidas à luz do modelo de universidade que essa instituição assume para si, considerando o que sinalizam os elementos estruturantes do seu perfil institucional expostos no Capítulo 3 deste PDI – missão, visão e valores institucionais.

As políticas de responsabilidade social e de promoção do desenvolvimento socioeconômico na UnDF devem estar pautadas no conhecimento da estrutura industrial do Distrito Federal e da RIDE-DF e na análise da capacidade e interesse das indústrias e empresas em produzir e absorver inovação, devendo:

- i. pautar a problemática do desenvolvimento, a partir de concepções decoloniais, como tema transversal a todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas;

³⁸ O Sinaes foi definido em lei para o Sistema Federal de Ensino que inclui as IES privadas e federais, excluindo as IES estaduais/distritais que, mediante adesão voluntária, poderão compor o referido sistema. Todavia, mesmo quando regidas por um sistema específico de regulação, a legislação que instituiu o Sinaes tem sido considerada como basilar.

- ii. buscar alternativas para o padrão de desenvolvimento historicamente imposto e para solução dos complexos problemas que esse padrão criou com a imposição de uma lógica de relações pautadas em exploração, produção, consumo e lucro;
- iii. pensar no território em que a UnDF se insere e construir, junto às comunidades, programas e projetos que promovam o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e cultural desse território e das pessoas que nele (con)vivem de forma democrática e participativa;
- iv. assumir como vocação o investimento em pesquisa científico-tecnológica e inovação para o desenvolvimento socioeconômico no contexto da RIDE-DF;
- v. ampliar a rede pública superior e as vagas ofertadas na perspectiva da educação inclusiva e de ações afirmativas, democratizando o acesso e promovendo políticas de permanência com qualidade e aprendizagem de forma a diminuir as desigualdades regionais, ofertando formação acadêmica de excelência;
- vi. fomentar pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias assistivas visando a plena inclusão de pessoas com deficiências, tanto no âmbito da comunidade interna da UnDF, quanto para o pleno exercício da cidadania fora do espaço universitário;
- vii. fomentar pesquisas para o desenvolvimento de modelos pedagógicos e tecnológicos pautados na concepção de Desenho Universal de Aprendizagem (DUA);
- viii. disponibilizar o acesso e formação continuada para que o público alvo domine e utilize amplamente as tecnologias assistivas;
- ix. realizar formações junto ao público interno e abertas à comunidade que combatam práticas capacitistas;
- x. investir e fortalecer programas de pós-graduação que desenvolvam pesquisas voltadas para o conhecimento científico, tecnológico e de inovação e de cursos de graduação que busquem suprir a demanda existente na RIDE-DF, principalmente entre as pessoas que possuem as menores taxas de renda;
- xi. ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, incluindo Mestrado e Doutorado Profissional, na perspectiva da educação inclusiva e de ações afirmativas;
- xii. fomentar ações compatíveis com o desenvolvimento sustentável e que visem a redução das desigualdades sociais, principalmente as desigualdades regionais observadas nos relatórios produzidos para analisar os impactos da implantação da UnDF;

- xiii. monitorar, avaliar e divulgar resultados de todas as políticas nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão administrativa e de pessoas, gestão pedagógica, ambiental e financeira;
- xiv. orientar a elaboração e execução de programas, projetos, ações na perspectiva de defesa e promoção dos direitos humanos, do meio ambiente e de valores éticos;
- xv. atrair e reter capital humano (pessoas qualificadas) que esteja em consonância com as políticas institucionais e que tenha interesse de pesquisa nas áreas definidas como prioritárias de acordo com o contexto em que está inserida;
- xvi. prover capital humano em consonância com o perfil socioeconômico da RIDE-DF;
- xvii. Prever a representatividade da UnDF em comissões, conselhos de direitos e de desenvolvimento junto ao poder público ligados aos temas de interesse da UnDF-DF de forma a participar desde a elaboração das políticas e proposição de editais de responsabilidade do governo direcionados à educação superior;
- xviii. promover transferência de tecnologia e inovação, educação continuada e engajamento social em consonância com as demandas do contexto da RIDE-DF, visando a diminuição das desigualdades regionais;
- xix. prever o estabelecimento de parcerias com outros atores interessados e capazes de desenvolver/propor inovação para a região com foco no desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- xx. estabelecer vínculos/parcerias com o setor produtivo local para elaboração de planejamentos/estratégias conjuntas de expansão do setor;
- xxi. prever a criação de estruturas vinculadas ao setor produtivo como Escritório de Transferência de Tecnologia; Incubadora de empresas; Parques Tecnológicos; Núcleo de Empreendedorismo, Gestão de projetos P&D, Escritório de Patentes, (CEBRASPE, 2021c), entre outras;
- xxii. orientar as proposições de acordo com as tendências mundiais em relação à inovação considerando sempre as questões sobre sustentabilidade ambiental, biodiversidade, direitos humanos e ações afirmativas;
- xxiii. prever a criação de conselhos setoriais e políticas de comunicação com membros da comunidade interna e externa por área de interesse (CEBRASPE, 2021c);
- xxiv. promover a internacionalização em todos os processos e atividades da universidade;

- xxv. pautar todas as ações internas, incluindo a construção de novas áreas e as relações entre produção e consumo nos campi, na política de valorização do meio ambiente e da biodiversidade e na acessibilidade;
- xxvi. legitimar ações afirmativas em relação à presença das diversidades e inclusão social e desenvolver ações efetivas para sua concretização desde processos seletivos acessíveis até a circulação e participação sem quaisquer barreiras a todos os espaços e eventos da universidade;
- xxvii. desenvolver ciência, pesquisa e inovação pautadas nas diretrizes da responsabilidade social, da educação em direitos humanos, educação ambiental e valorização das produções artísticas, da memória e do patrimônio histórico-cultural;
- xxviii. contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional a partir da consolidação do perfil profissiográfico de um cidadão ético, responsável, solidário e justo;
- xxix. promover processos formativos democráticos e inclusivos por meio dos quais estudantes, professores e técnicos-administrativos, junto às comunidades locais e regionais, reconheçam o papel da responsabilidade social da UnDF como princípio estruturador tanto da universidade quanto da sociedade que se deseja construir.

7.4 Preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

O direito de todo indivíduo à cultura é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece, em seu Art. 27: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.”

Em capítulo que trata especificamente da cultura, Constituição Federal preceitua:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Ainda no plano legal, dentre as dimensões obrigatórias de atuação das universidades, a Lei 10.861/2004 – Lei do Sinaes, estabelece em seu Art. 3º, inciso III : “[...] a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. (BRASIL, 2004). Para garantir esse direito, a UnDF compromete-se a criar tempos, espaços e lugares que apoiem e incentivem a valorização e divulgação de manifestações artísticas e culturais das comunidades, em especial as que residem no Distrito Federal e na RIDE-DF, bem como de seu público interno – discentes, docentes, técnicos-administrativos e prestadores de serviço, com ênfase na inclusão social, e no respeito, reconhecimento e valorização da diversidade cultural. Ao enfatizar a inclusão social, compromisso em promover a democratização e universalização do acesso aos meios de produção artística, fruição cultural, memória e patrimônio cultural.

É importante que a dimensão legal do tema cultura seja associada ao fato de que a UnDF está localizada em Brasília, cidade que, em 1987, foi reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural brasileiro. A Unesco compreende que valorizar e preservar o patrimônio cultural é fundamental para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Como instituição pública, a UnDF possui a função de promover ensino, pesquisa e extensão buscando desenvolver suas ações com responsabilidade social, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas, com respeito e valorização das diversidades. (CEBRASPE, 2021c).

Na UnDF a preservação da memória e patrimônio cultural material e imaterial tem como propósito resguardar formas de expressão, metodologias e epistemologias científicas, artísticas e tecnológicas, bens, obras, objetos, documentos, edificações e sítios urbanos de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e ecológico, estando em consonância com o que prevê a Constituição Federal de 1988. “A memória cultural é constituída por heranças simbólicas materializadas em monumentos, documentos, ritos, celebrações, objetos, textos, escrituras e outros suportes mnemônicos e possui caráter dinâmico. Além disso, ela possui um papel fundamental na construção das identidades.” (MORIGI, et. al. 2013, p. 187)”.

As políticas institucionais da UnDF partem da premissa que devem ser valorizadas e difundidas produções artísticas e expressões culturais locais, em especial as da RIDE-DF. Para tanto, consideram a localização de Brasília em um sítio histórico de grande valor e patrimônio

histórico-cultural, expandindo e ampliando para as que representam o território brasileiro e latino-americano e caribenho, buscando também promover intercâmbio entre culturas, em especial as produzidas no hemisfério sul. (CEBRASP, 2021 K 1).

Diretrizes para valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

- i. reconhecer o direito de todo cidadão em participar ativamente da cultura nas suas diversas expressões, de fruir as artes e participar no progresso científico e respectivos benefícios;
- ii. criar tempos, espaços e lugares de apoio e incentivo à valorização e divulgação de manifestações artísticas e culturais das comunidades, em especial as que residem na RIDE-DF, considerando sua localização em um sítio histórico de grande valor histórico e cultural, bem como de seu público interno;
- iii. promover a democratização e universalização do acesso aos meios de produção artística, fruição cultural, memória e patrimônio cultural;
- iv. reconhecer a definição do que deve ou não ser preservado e valorado como patrimônio material e imaterial se constitui em ato político e promover ações de correção de possíveis injustiças cometidas por narrativas elaboradas pela classe dominante em detrimento aos grupos considerados minoritários;
- v. promover a educação patrimonial na perspectiva problematizadora, dialógica e democrática, que não reduz ou despolitiza as questões que envolvem patrimônio material e imaterial e a sua conservação;
- vi. fomentar a criação, produção, circulação, difusão, acesso, consumo, documentação e memória sem hierarquizar ou discriminar as expressões culturais sob a ótica de quaisquer preconceitos;
- vii. valorizar e difundir produções artísticas e expressões culturais locais, em especial as da RIDE, expandindo e ampliando para as que representem o território brasileiro e latino-americano e caribenho;
- viii. promover o intercâmbio entre culturas, em especial as produzidas no hemisfério sul.

7.5 Comunicação com a sociedade

No campo da comunicação institucional, as grandes, velozes e recentes transformações sociais trouxeram grandes desafios para a universidade, exigindo dessa instituição políticas que resultem em ações capazes de garantir, dentre outros: (i) maior transparência do que está sendo comunicado à sociedade; (ii) uma estrutura organizacional administrativa e acadêmica apta para a gestão rápida e eficaz da comunicação; (iv) inserção de mecanismos e ações de proteção dos dados das pessoas envolvidas nos processos comunicacionais; (v) incorporação de uma linguagem alinhada à atuação ética, ao reconhecimento da diversidade, à incorporação da responsabilidade social e à promoção da cidadania.

É necessário que se entenda a comunicação como um processo estratégico, para a ação em uma realidade plural, dinâmica e complexa que visa à provocação de comportamentos inovadores, criativos e dinâmicos do ponto de vista estratégico e que funciona, de maneira democrática, como disseminadora dos objetivos e dos valores culturais da empresa, para públicos internos e externos. (CARDOSO, 2006, p. 1.127).

A UnDF reconhece o potencial estratégico da comunicação institucional para orientar e estabelecer uma relação dialógica com todos os envolvidos *com e para* execução da sua missão, na perspectiva de gerar e compartilhar conhecimentos e saberes que produzam impactos sociais e econômicos na sociedade, bem como favorecer a inovação em suas práticas. Sua política de comunicação é compreendida como um conjunto de princípios e diretrizes voltados para nortear o planejamento, a execução e a avaliação de estratégias, ações, serviços e produtos que orientem o relacionamento com seus diversos públicos estratégicos, por meio do diálogo permanente. Essa política deverá ser revista e atualizada permanentemente, buscando acompanhar o futuro da universidade, os anseios dos seus públicos estratégicos, as demandas da sociedade e a evolução ocorridas no próprio campo da comunicação.

Os públicos estratégicos a que destinam a política de comunicação da UnDF são: (i) público interno, formado por pessoas ou grupos ligados à instituição por meio de relações oficializadas, interagindo de forma permanente com a estrutura organizacional: estudantes, professores, técnico-administrativos, estagiários e outros eventuais colaboradores; (ii) público externo, construído pelas pessoas e instituições de fora da universidade com as quais ela se relaciona: pais ou responsáveis pelos estudantes, parceiros, fornecedores, instituições

governamentais e não governamentais, institutos, fundações, organismos internacionais, IES locais, nacionais e internacionais parceiras, entidades sindicais, imprensa, potenciais estudantes, egressos, formadores de opinião etc.

As finalidades mais amplas dessa política de comunicação da UnDF são:

- organizar e sistematizar métodos, técnicas, processos e fluxos utilizados no planejamento, execução e avaliação das estratégias e ações de comunicação, considerando os canais da universidade, alinhados à missão, aos valores, aos objetivos, às metas, às diretrizes norteadoras de suas políticas institucionais;
- nortear o desenvolvimento de estratégias e ações de comunicação que estimulem a participação, socializem dos conhecimentos e saberes construídos no âmbito acadêmico, promovam à cidadania, respeitem à diversidade, favoreçam o relacionamento da UnDF com diversos públicos estratégicos e contribuam para o cumprimento das metas do PDI;
- fortalecer os ideais e as práticas de uma sociedade democrática, possibilitando que a educação superior ofertada pela UnDF seja indutora do desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal, da RIDE-DF e do país;
- zelar pela transparência, qualidade, veracidade e tempestividade das informações, de maneira a contribuir para que a instituição seja referência de uma gestão universitária inovadora nas diversas áreas do conhecimento.

A gestão da política de comunicação na universidade é responsabilidade da Agência de Comunicação, órgão também ligado diretamente à Reitoria, conforme preceituado no Inciso XIV do Art. 31 do seu Estatuto. A partir de normas regimentais baixadas pela universidade, compete a este órgão planejar, executar e avaliar as estratégias, ações, serviços e produtos, relacionar-se com os públicos internos e externos, por meio de um diálogo constante. A gestão dessa Agência pauta-se pela política de comunicação da universidade e por uma postura proativa pelo compromisso com a missão institucional e com PDI.

A Ouvidoria é outro órgão que também viabiliza a política de comunicação da UnDF, estando igualmente subordinada de maneira direta à Reitoria (Art. 31, inciso II). Sendo compreendida como um espaço de comunicação e diálogo entre as pessoas que utilizam os serviços da instituição e a gestão universitária, tem autonomia para cadastrar, analisar e tramitar as manifestações recebidas (reclamações, sugestões, elogios e informações), bem como para acompanhar o andamento até a resposta final que será repassada ao cidadão. (CEBRASPE, 2021f).

A política de comunicação da UnDF estrutura-se a partir dos seguintes princípios:

- I. divulgação e fortalecimento da identidade e da imagem institucional da UnDF, de modo que sua marca seja reconhecida pela importância e pelo papel social que assume para o Distrito Federal e a RIDE-DF, impulsionando a inovação;
- II. reconhecimento do potencial estratégico da comunicação como ferramenta de gestão inovadora, contribuindo para o engajamento e o compromisso de todos com os objetivos institucionais;
- III. democratização da informação, associada à transparência e ao interesse público;
- IV. responsabilidade e compromisso com a geração, a qualidade e o compartilhamento de conhecimentos, saberes e informações alinhados à inovação, que venham favorecer o desenvolvimento social e econômico da região;
- V. proatividade para antecipar-se a possíveis demandas da comunidade educativa e da sociedade por informações ou solicitações;
- VI. promoção de uma cultura de comunicação pública pautada nos pressupostos éticos e legais da sociedade democrática, no respeito à diversidade – social, cultural, étnica, religiosa, etária, econômica e de orientação sexual –, na promoção da cidadania e no diálogo permanente com seus públicos estratégicos e da sociedade em geral;
- VII. utilização de formatos (janela de tradução em Libras, braille, audiodescrição e legenda) e outros recursos (ampliação de letras, utilização de cores e símbolos) que possibilitem atender às diferentes habilidades e necessidades dos públicos estratégicos, eliminando barreiras de comunicação e garantindo a acessibilidade às informações e aos serviços ofertados;
- VIII. adoção das mídias sociais e de múltiplos canais de comunicação que, de forma integrada, favoreçam a articulação e as informações disponibilizadas, a jornada dos públicos estratégicos e da sociedade em geral no acesso à informação, reconhecendo riscos e planejando estratégias para gerenciá-los.
- IX. responsabilidade no tratamento, na proteção e segurança dos dados pessoais, nos termos da legislação.

CAPÍTULO 8 – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Como instituição pública, UnDF caracteriza-se pela gestão democrática e colegiada, conforme previsto no Art. 7º, inciso XVI, ao tratar das diretrizes da atuação desta instituição: “XVI – garantia de pluralidade de ideias e gestão democrática do ensino, da pesquisa e da extensão;” (UnDF, 2022).

8.1 Governança, transparência e controle social

Para cumprir sua missão, a UnDF desenvolve práticas regidas por princípios democráticos, que visem atender primordialmente aos interesses públicos, a partir do trabalho integrado e participativo dos seus vários segmentos, em permanente interação com a sociedade.

A governança de uma universidade requer atividades que se mostrem capazes de considerar o equilíbrio entre a estabilidade e segurança institucionais com a liberdade de criação, de forma a impulsionar o desenho de novas formas de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão. Quando adjetivada de pública, pode ser concebida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços do interesse da sociedade. Partindo dessa ideia mais geral, a UnDF estrutura seu trabalho na perspectiva do compartilhamento de decisões com foco nos arranjos institucionais estabelecidos para isso em seu Estatuto (TCU, 2014).

Em sua governança a UnDF investe no aprimoramento da transparência do sistema de gestão acadêmica e gestão administrativa-financeira. Em termos mais gerais, a transparência diz respeito à plena divulgação e ao conhecimento dos resultados dos processos e práticas da instituição, agregando valor à melhoria da comunicação com a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo. “O princípio da transparência concretiza-se pela prestação de contas à comunidade acadêmica e a à sociedade em geral, garantindo a liberdade acadêmica e a autonomia institucional” (FRANCO; LONGHI, 2021, p. 267). Trata-se de condição *sine qua non*

para favorecer o conhecimento, a troca e compartilhamento de informações daquilo que a UnDF se compromete em realizar com a sociedade, a partir do trabalho realizado pelos seus vários segmentos, à luz da missão e valores institucionais.

Estudos sobre boas práticas de universidades inovadoras demonstram que a governança precisa manter seus padrões institucionais, porém sem se perder ou se distanciar do foco democrático e participativo da gestão compartilhada (CEBRASPE, 2021d). Trata-se de investir na governança participativa, que contemple, dentre outros elementos, a transparência das ações, como a aplicação dos recursos públicos e a inclusão social, como condições que proporcionem melhorias necessárias ao desenvolvimento institucional.

Em consequência, a gestão da universidade parte do princípio que a transparência requer a adoção de mecanismos que contribuam para dar maior consistência e visibilidade ao seu sistema decisório, nas várias instâncias que a compõem, de maneira a estimular nos diferentes segmentos uma participação ativa e qualificada. Sob esse ângulo, é o elemento que fortalece os colegiados como instâncias centrais de uma gestão universitária inovadora.

Transparência é um princípio com significado próximo ao da publicidade, com a ressalva de que privilegia a forma, a aparência de valores importantes, impondo, portanto, condutas mais rigorosas ao gestor público: além de ser público, parecer público; além de ser isonômico, parecer isonômico; além de ser imparcial, parecer imparcial. (CEBRASPE, 2021d, p. 29)

Outro elemento intrínseco à governança diz respeito ao *controle social*, que corresponde à participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados. Para que esse controle aconteça em uma instituição pública, como a UnDF, a sociedade precisa ter formas efetivas de conhecer as atividades que essa instituição realiza, com ênfase na abrangência de suas várias frentes de atuação, bem como nos resultados que vem obtendo, considerando suas políticas e ações.

O controle social pode ser feito por meio de canais diversos, como, por exemplo, ouvidoria, instância prevista no Art. 31, Inciso XII do Estatuto da UnDF ou por sistemas de informação dirigidos aos cidadãos, que podem estar associados ao trabalho da Agência de Comunicação também prevista no mesmo artigo, Inciso XIV (UnDF, 2022), ambas ligadas diretamente à Reitoria da instituição. Na UnDF, Estes e outros canais atuarão orientados por

princípios que os tornem ferramentas capazes de atender aos cidadãos de maneira transparente e imparcial, agindo como mediadores dos casos que lhe sejam encaminhados, visando o aprimoramento da gestão e, em consequência, do desenvolvimento institucional.

A boa governança se efetiva por meio de um processo contínuo envolvendo planejamento, execução, verificação e ação, cujos princípios visam garantir o alcance de resultados voltados sempre ao interesse público. Significa que há uma relação direta entre governança e gestão, embora ambas mantenham também suas singularidades. Quando adjetivada de pública, a governança pode ser concebida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços do interesse da sociedade. (CEBRASPE, 2021a).

Enquanto a gestão é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação, enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a governança provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas. (TCU, 2014, p. 32).

A figura a seguir explicita a relação entre governança e gestão, deixando transparecer a ideia que a primeira organiza suas ações a partir de um direcionamento superior, cabendo à segunda garantir a execução da forma mais eficaz possível.

Figura 12 – Relação entre Governança e Gestão



Fonte: TCU (2014, p. 32)

Pautada na transparência e reconhecendo a importância do controle social para o seu desenvolvimento, a governança da UnDF orienta-se, dentre outros, pelas seguintes diretrizes:

- promoção de ações que elevem a capacidade de gestão das várias unidades acadêmicas;
- favorecimento de um ambiente de inovação nas práticas acadêmicas e administrativas;
- estímulo à criatividade na gestão universitária, considerada em sua totalidade;
- institucionalização de uma cultura voltada à promoção e garantia da qualidade institucional;
- desenvolvimento e implementação de mecanismos e ações que garantam a transparência em todas as atividades desenvolvidas;
- promoção e ações orientadas para o conhecimento e análise de boas práticas que inovem na gestão universitária associando-as às suas estruturas acadêmica e administrativa;
- participação da instituição em redes de universidades com visão nacional e internacional, visando à criação de oportunidades para a comunidade universitária;
- definição e desenvolvimento de metas claras que possam ser monitoradas, sustentando a transparência das ações executadas relacionadas à missão, aos valores e aos objetivos estratégicos norteadores das políticas institucionais;
- definição de mecanismos e estratégias com vistas à condução de das políticas institucionais e à prestação de serviços de interesse da sociedade;
- ampliação da capacidade de resposta às demandas de sua comunidade interna e externa.

8.2 Organização administrativa e estrutura organizacional

O Estatuto da UnDF foi aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF, nos termos da Portaria nº 471, de 10 de maio de 2022 (CEDF, 2022), tendo entrado a partir da data de sua publicação.

O organograma da UnDF é definido com base **nesse** Estatuto, que no Título II – Da Constituição a Universidade, Capítulo 1 – Da Estrutura Organizacional, prescreve:

Art. 8º A UnDF se estrutura conforme os seguintes órgãos:

I – Deliberativos:

a) Conselho Universitário - CONSUNI;

b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

II – Fiscalizatório:

- a) Conselho Fiscal - CONFIS.
- III – Executivos:
 - a) Reitoria;
 - b) Vice-Reitoria;
 - c) Pró-Reitorias;
 - d) Centros;
 - e) Órgãos setoriais;
 - f) Órgãos de apoio acadêmico e complementar. (UnDF, 2022).

Na condição de órgão deliberativo que tem, dentre suas competências, “subsidiar a Reitoria da UnDF em sua gestão, especialmente no que diz respeito à manutenção, ao planejamento, à coordenação e supervisão das atividades atinentes à oferta de educação superior” (Art. 26, inciso I), o Conselho Universitário tem a seguinte composição:

Art. 25. O Conselho Universitário será constituído por:

- I - Reitor(a), que o presidirá;
- II - Vice-reitor(a), como vice-presidente;
- III - Pró-reitores;
- IV - Coordenadores de Centro;
- V - Diretores dos órgãos setoriais;
- VI - um representante do corpo docente de cada órgão setorial, eleitos pelos seus respectivos pares;
- VII - quatro representantes do corpo discente, somados dois graduandos e dois pósgraduandos, eleitos por seus pares;
- VIII - dois representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos por seus pares;
- IX - dois representantes da sociedade civil organizada do Distrito Federal e Entorno, indicados pela Reitoria e escolhidos pelo Conselho Universitário.

Como segundo órgão deliberativo da UnDF, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quer aparece no Art. 8º identificado pela sigla CEPE e no indicado a seguir por CONSEPE, possui seguinte a estrutura:

Art. 27. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, órgão superior deliberativo da UnDF em matéria acadêmica, terá a seguinte composição:

- I - Reitor(a), como seu presidente;
- II - Vice-reitor(a), como vice-presidente;
- III - Pró-reitores;
- IV - Coordenadores dos Centros;
- V - Diretores dos órgãos setoriais;
- VI - um coordenador(a) de curso de pós-graduação, eleito pelos pares;

- VII - um coordenador(a) de curso de graduação, eleito pelos pares;
- VIII - três representantes docentes de cada Centro, eleitos pelos pares;
- IX - três representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos pelos pares;
- X - um representante do corpo discente da graduação por Centro, eleitos pelos pares;
- XI - dois representantes do corpo discente da pós-graduação, eleitos pelos pares.

A estrutura do colegiado fiscalizador da UnDF ao qual compete “além do que for disposto no Regimento Geral: I – fiscalizar os atos internos da UnDF; II – analisar matérias de caráter administrativo, econômico, financeiro, de planejamento, orçamento e de gestão de pessoas; III – subsidiar o Conselho Universitário no parecer sobre a prestação de contas presente no relatório anual.” Art, 30 - (UnDF, 2022) é exposta na sequência.

Art. 29. O Conselho Fiscal, órgão superior fiscalizatório da UnDF, terá a seguinte composição:

- I - Chefe da Unidade de Administração Geral, como presidente;
- II - Chefe da Unidade de Controle Interno, como vice-presidente;
- III - Vice-Reitor(a);
- IV - Pró-reitores de Graduação, de Pós-graduação e Extensão, de Administração e Orçamento e de Desenvolvimento Socioeconômico Regional;
- V - - três representantes de notória competência nas áreas de gestão, orçamento e auditoria, todos estranhos aos quadros permanentes da UnDF;
- IV - Coordenadores de Centro; [sic]
- V - Diretores de Órgãos Setoriais. [sic]

Por sua vez, a Reitoria tem a seguinte composição:

Art. 31. A Reitoria, órgão executivo que superintende todas as atividades universitárias, é exercida pelo(a) Reitor(a) e compreende:

- I - Vice-Reitoria;
- II - Pró-Reitoria de Graduação;
- III - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- IV - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;
- V - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário;
- VI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Regional Sustentável;
- VIII - Secretaria Executiva;
- IX - Procuradoria Jurídica;
- X - Unidade de Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão;
- XI - Unidade de Controle Interno;

XII - Ouvidoria XIII – Biblioteca Central;

XIV - Agência de Comunicação; XV - Secretaria Acadêmica Geral

Definido como instâncias propositivas e articuladoras da política de inovação dessa universidade, os Centros são enumerados a seguir, acrescentados de suas competências e composição mínima.

Art. 14. A UnDF é composta pelos seguintes Centros:

I - Centro de Ciências Humanas, Cidadania e Meio Ambiente;

II - Centro de Educação, Magistério e Artes;

III - Centro de Engenharias, Tecnologia e Inovação;

IV - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Art. 13. Compete aos Centros:

I - fomentar ensino, pesquisa e extensão nas suas respectivas áreas de conhecimento, privilegiando a multidisciplinaridade, a transversalidade e a interdisciplinaridade entre os cursos dessas áreas e dos demais Centros existentes;

II - coordenar as suas atividades culturais, científicas, pedagógicas, promovendo a integração com os demais Centros; III - dar suporte a essas atividades por meio dos órgãos de apoio acadêmico e complementar.

[...]

Art. 16. Compõem a estrutura mínima de cada Centro, designados por ato da Reitoria:

I - Coordenador(a), responsável pela condução das competências e demais responsabilidades definidas no Regimento Geral em relação aos Centros;

II - Assessoria técnica, que dá suporte à operacionalização rotineira de tais competências.

Também na categoria de órgão executivos encontram-se os Órgãos Setoriais que, organizacionalmente em sua estrutura contam com direção e coordenação de cursos (Art. 21). A composição e vinculação aos respectivos centros são identificadas a seguir.

Art. 20. Os órgãos setoriais são compostos por Escolas Superiores e Institutos Superiores.

§ 1º As Escolas Superiores credenciadas até o ato de publicação deste Estatuto e que compõem o Sistema de Ensino Superior Público do Distrito Federal, nos termos da Resolução nº 02/2017 - CEDF, credenciadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, serão automaticamente integradas ao Centros da maneira que se segue:

I - A Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS vincula-se ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde;

II - A Escola Superior de Gestão - ESG e a Escola Superior da Polícia Civil - ESPC vinculam-se ao Centro de Ciências Humanas, Cidadania e Meio Ambiente.

Quanto aos Órgãos de apoio acadêmico e complementar, são eles assim definidos e caracterizados na sequência.

Art. 19. Os órgãos de apoio acadêmico e complementar, com atribuições técnicas, culturais, desportivas, recreativas, assistenciais e outras, fornecerão suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão

[...]

Art. 23. Os órgãos de apoio acadêmico e complementar, com atribuições técnicas, culturais, desportivas, recreativas, assistenciais e outras, fornecerão apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º Os órgãos de apoio acadêmico e complementar serão criados pela UnDF mediante aprovação do Conselho Universitário.

§ 2º A organização e atribuições dos órgãos de apoio acadêmico e complementar serão objeto de regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário.

§ 3º Os órgãos de apoio acadêmico e complementar terão seus dirigentes designados pelo reitor.

A partir desta organização administrativa a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão da UnDF será regulamentada por meio de normas estatutárias e regimentos, assim como resoluções e outros instrumentos baixados pelos órgãos competentes.

Na condição de órgão executivo que superintende todas as atividades universitárias, a Reitoria assume a competência de coordenar essas ações, conforme prescreve o Art. 32 do Estatuto da instituição. Por sua vez, o Art. 34 preceitua que “O(a) Reitor(a) e o(a) Vice-reitor(a) serão nomeados pelo Governador do Distrito Federal, escolhidos em lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário, em votação secreta e uninominal de seus membros”, tendo um mandato de quatro (4) anos, permitida uma recondução (§ 1º).

A nomeação dos Pró-Reitores é competência do Reitor, levando em conta, preferencialmente, os servidores docentes da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal. (Art. 35).

Conforme disposto no § 2º do Art, 17 do Estatuto da UnDF, os dirigentes dos Centros terão seus dirigentes designados pelo(a) Reitor(a). Como órgãos de natureza executiva, os Centros terão sua criação, alteração, fusão ou extinção decididas pelo Conselho Universitário,

que também aprovará sua organização e atribuições, as quais serão objeto de regulamento próprio (§ 1º).

Ao tratar da organização administrativa da UnDF, como uma universidade recém-criada e com grandes desafios a serem enfrentados, em sua instalação, com vistas ao cumprimento de sua missão, o Estatuto dessa instituição dedica especial atenção às responsabilidades da Reitora Pro-Tempore.

Art. 88. A Reitora Pro Tempore, nomeada pelo governador do Distrito Federal, nos termos da Lei Complementar nº 987, de 26 de julho de 2021, será responsável, no prazo máximo de quatro anos, por conduzir, coordenar e adotar providências e medidas cabíveis para a implantação da UnDF, assim como por administrá-la, até que seja realizada a primeira consulta para o cargo de reitor

§ 1º À Reitora Pro Tempore incumbe conduzir o processo normativo referente à composição do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e da elaboração do Estatuto e do Regimento da UnDF, no prazo de até um ano após sua nomeação.

§ 2º A Reitora Pro Tempore disporá do prazo de 180 dias, contados do início do quarto ano de seu mandato, para instituir o processo de escolha do(a) primeiro(a) reitor(a), do(a) primeiro(a) vice-reitor(a) da UnDF e da administração superior, assegurada a participação da comunidade universitária, nos termos do presente Estatuto e do Regimento Geral.

8.3 Perfil dos recursos humanos

O Art. 67 do Estatuto da UnDF define a comunidade universitária dessa instituição que é constituída pelos corpos docente, técnico-administrativo e discente, porém considerando a natureza deste capítulo do PDI nele serão abordados os perfis dos dois primeiros segmentos mencionados.

Por sua vez, ao criar a Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, a Lei nº 6.969, de 8 de novembro de 2021 (GDF, 2021), estabelece em seu Art. 1º que essa carreira é composta pelos seguintes cargos e quantitativos: professor de educação superior: 2.500 (dois mil e quinhentos cargos) e tutor de educação superior: 1.000 (mil) cargos.

8.3.1 Corpo docente

O Estatuto da UnDF traça o seguinte perfil para o seu corpo docente.

Art. 68. O corpo docente da UnDF será constituído por integrantes da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, cabendo-lhes o exercício das atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior, a saber:

I - as pertinentes ao ensino, à pesquisa e extensão, que, indissociáveis no plano institucional, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura;

II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente e na lei que cria a universidade.

Parágrafo único. A UnDF poderá contar com quadro de docentes colaboradores e visitantes, em conformidade com as necessidades acadêmicas, na forma da legislação correlata.

Art. 69. Os serviços e encargos inerentes à atividade docente, bem como o estímulo ao aperfeiçoamento e à produtividade, serão definidos pelos colegiados superiores da UnDF.

A Lei nº 6.969/2021 estabelece que o ingresso na Carreira dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos. (Art. 4º), atendidos os requisitos de investidura. Em seu Art. 2º define o profissional que atuará na docência:

IV – professor de educação superior: titular de cargo da carreira Magistério Superior do Distrito Federal com atribuições específicas de magistério, destacadamente aquelas relativas à construção e mediação da aprendizagem nas atividades de ensino, no desenvolvimento de pesquisas e na promoção de atividades de extensão universitária.

Normalmente, função de docente (professor da educação superior) envolve um conjunto amplo e diverso de atividades, incluindo, além das atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão, a gestão universitária, definição bem expressa essa compreensão no referido inciso.

As atividades de magistério superior também são definidas na Lei n.º 6.969/21. Trata-se daquelas atividades “atinentes à pesquisa, ao ensino e à extensão, que visem à produção, ampliação e transmissão do conhecimento, bem como à formação docente continuada, incluindo as atividades inerentes aos cargos de direção e secretariado, além de outras determinadas na legislação vigente (GDF, 2021)

8.3.2 Tutores

De acordo com Botti e Rego (2008), a função de tutor, ainda que não tenha definição consensual e exata, está ligada ao professor que, por um lado, ensina o estudante a *aprender a aprender*, principalmente na Aprendizagem Baseada em Problemas (*Problem-Based Learning – PBL*), que constitui uma das metodologias ativas adotadas na organização didático-pedagógica da UnDF, como discutido no Capítulo 6 deste PDI e que já vem sendo adotada pela ESCS. Por outro lado, o tutor atua como um guia, um facilitador que auxilia no processo de aprendizagem centrado no estudante, fora do ambiente imediato da prática profissional, mas tendo-o como fonte para compreender os problemas e desafios do cotidiano, compreensão que se aproxima da definição apresentada na Lei nº 6.969/2021. Dessa forma, além de desempenhar atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, o tutor possui um papel específico de atuação menos hierarquizada e mais próxima aos estudantes, individualmente ou em grupo, atuando na orientação metodológica em relação aos problemas e desafios decorrentes do mundo do trabalho e da prática profissional. (CEBRASPE, 2021f).

Na referida lei, o perfil de tutor é definido como segue:

III – tutor de educação superior: titular de cargo da carreira Magistério Superior do Distrito Federal com atribuições específicas de magistério, voltadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, destacadamente aquelas relativas à utilização de metodologias inovadoras que promovam a facilitação do processo de aprendizagem por meio do estímulo à autonomia crescente dos estudantes no processo de construção de conhecimentos e na problematização dos saberes advinda do mundo do trabalho.

O texto da lei deixar a compreender que é de competência específica de tutores atividades relativas à utilização de metodologias inovadoras com foco no estímulo à autonomia discente e na problematização dos saberes do mundo do trabalho. Em dispositivo posterior (art. 6º, parágrafo único), a lei encarregou o órgão central de gestão de pessoas e o órgão gestor de carreira da UnDF a definir atribuições específicas tanto do professor como do tutor.

8.3.3 Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo da UnDF tratado no Estatuto a UnDF nos termos a seguir.

Art. 75. Ao corpo técnico-administrativo da UnDF competem as seguintes atividades: I - as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais; II - as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria instituição.

Art. 76. O regime de trabalho para os servidores técnico-administrativos observará a legislação atinente à carreira.

Art. 77. O pessoal do corpo técnico-administrativo poderá ter exercício em qualquer órgão ou serviço da UnDF, cabendo a sua movimentação, nas respectivas áreas, à Reitoria e às Direções dos órgãos setoriais.

Desde a sua criação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (Lei nº 10.861/2004) tem permitido a produção de conhecimentos capazes de promover um olhar qualificado sobre o fazer acadêmico, de modo a alicerçar políticas de qualidade que possibilitem à universidade o desempenho de suas funções como bem público e direito social. Em seu art. 3º, inciso V, prevê que as IES deverão considerar, obrigatoriamente, dentre outras dimensões institucionais, “V – as políticas de pessoal, as carreiras do **corpo docente e do corpo técnico-administrativo**, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.” (BRASIL, 2004 – grifos nossos).

Por sua vez, a Meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) define, entre suas estratégias, elementos de interesse para a política de pessoal da UnDF, no que tange não somente aos docentes, mas também segmento tratado neste item: “13.9. promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior. (BRASIL, 2014).

Com o objetivo de garantir aos seus servidores técnico-administrativos condições de trabalho e vida em patamares de qualidade do serviço educacional que pretende oferecer à sociedade, a UnDF orienta suas políticas de pessoal para esse segmento considerando, dentre outros elementos: (i) necessidade de sua profissionalização em sua gestão da instituição; (ii) sua crescente inserção com tecnologias digitais; (iii) comunicação eficiente com o projeto institucional. Para tanto, o perfil democrático de gestão dessa IES manterá um diálogo aberto e permanente tanto com o os professores como com os técnico-administrativos, além de investir na avaliação de desempenho de caráter formativo, participação e dialogado

8.4 Gestão de pessoal na perspectiva da inovação universitária

A partir do exposto sobre o perfil dos corpos docente e técnico-administrativo da UnDF cabem algumas considerações sobre a gestão de pessoal na ambiência universitária. Nas últimas décadas, nas instituições educacionais, especialmente as universitárias, a gestão de pessoal tem se mostrado uma atividade complexa e assumido, cada vez mais, posição de destaque na agenda da universidade. Partindo disso, na perspectiva da inovação de suas práticas a UnDF fundamenta suas práticas compreendendo que esse tipo de gestão tem deixado de ser uma área de natureza meramente operacional para se configurar em um campo proativo e integrado à missão da instituição, bem como aos seus valores, objetivos, metas e planejamentos estratégicos. Partilha, assim, a ideia que na gestão de pessoas

[...] está implícito o seu alinhamento com o planejamento organizacional, ou seja, as políticas dessa área devem propiciar condições para o alcance dos objetivos da instituição. [...] Assim, o alinhamento das políticas e práticas da gestão de pessoas com o planejamento estratégico é essencial para que as organizações se consolidem e obtenham posição de destaque. (AMARAL, 2016, p. 26)

Nesse nível de entendimento, os programas de formação continuada dos recursos humanos das universidades configuram-se como estratégias que podem ajudar na garantia de sucesso e longevidade delas. Diante disso, a UnDF reconhece que pensar o seu futuro e, portanto, a criação de uma marca distintiva no campo da educação superior do Distrito Federal, da RIDE-DF e do Brasil significa compreender que obter excelência em seu trabalho requer investimentos institucionais em um trabalho de formação continuada realizado com e por meio de pessoas. Trata-se de investir em processos deliberados de aprendizagem dos seus vários segmentos, por meio de políticas institucionais que enfrentem o desafio de contribuir para um desenvolvimento individual e coletivo que seja, ao mesmo tempo, científico e humanizado, na perspectiva da convergência dos seus valores institucionais discutidos no Capítulo 3 deste PDI. Devido à sua responsabilidade social, as universidades públicas, caso da UnDF, “são ainda mais sensíveis a essa forma de atuação da gestão no processo contínuo de formação de pessoas, considerando sua missão e objetivos centrados na produção de conhecimento, democratização do saber e desenvolvimento local.” (PINTO et al, 2019, p. 84)

É nessa direção que a UnDF se compromete em buscar o alcance do alinhamento de suas finalidades institucionais com as de natureza pessoal dos sujeitos que nela atuam – professores e técnicos-administrativos – visando imprimir em suas políticas e ações um sentido inovador à formação continuada deles. É fundamental que essa formação seja compreendida

como processo que se realiza, sobretudo, visando contribuir para desenvolver as competências institucionais da universidade, por meio do desenvolvimento de competências de cada indivíduo.

Nessa linha de raciocínio, a UnDF demarca políticas da carreira consubstanciada na Lei nº 6.969/202, na perspectiva de viabilizar processos de formação que expressem a qualificação de profissionais preparados para enfrentar a nova realidade econômica, política e social e os desafios inerentes a esses mesmos processos. Subjaz à definição de suas políticas o reconhecimento de que, quando se tratar de pessoas, é importante que a inovação universitária se fundamente na ideia de “uma gestão humana dos recursos, mais que uma gestão dos recursos humanos” (GAULEJAC, 2007, p. 145). Em suma, supõe a constante preocupação com a qualificação dos seus quadros profissionais, por meio de programas que revelem o máximo de aderência tanto à sua configuração institucional quanto às necessidades individuais e coletivas desses mesmos quadros.

Na lógica de uma gestão inovadora de pessoal, as políticas institucionais da UnDF assumem compromisso com a valorização dos seus servidores. Considerando o perfil do seu corpo docente, são exemplos de ações para isso: (i) incentivá-lo pelo reconhecimento do mérito acadêmico; (ii) criar oportunidades para sua participação na representação colegiada para a tomada de decisões; (iii) envolvê-los com projetos de inserção nacional e internacional; (iv) promover sua representação institucional pelos docentes em diferentes cenários externos à própria Universidade. Também são necessárias políticas destinada à qualificação dos técnicos-administrativos, tais como criação de alianças estratégicas diversas para o desenvolvimento de projetos intra/interinstitucionais que busquem integrá-los em ações de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO 9 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Como um processo de investigação e análise de determinado fenômeno, a avaliação sempre é realizada com o intuito de atender determinada finalidade. Nos documentos da universidade deve ser encarada como um processo que oportuniza a análise do desempenho não somente no sentido quantitativo, mas principalmente qualitativo, de maneira a servir como bússola para melhorar e mudar rumos e escolhas. Desse ponto de vista, a avaliação precisa produzir diagnósticos, porém sem se confundir com auditoria, mas mostrando caminhos que levem à superação das fragilidades identificadas. “Não basta avaliar as práticas e programas do ponto de vista de sua efetividade. É preciso também avaliar os resultados, não simplesmente medi-los; isto é, importa compreender as causalidades que estão à raiz dos problemas e os efeitos produzidos.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.163).

9.1 Avaliação do desenvolvimento institucional

Frente aos desafios que as instituições de educação superior enfrentam nos contextos emergentes, cabe a pergunta: “Como pensar as utopias no contexto da UnDF?”³⁹ Sem dúvidas, uma dessas utopias é conceber e realizar a avaliação institucional em uma perspectiva formativa e emancipatória, de maneira que a qualidade do trabalho desenvolvido por essa universidade seja referenciada socialmente, e contribua para a construção de sua marca como vetor de transformação social. Isto porque, além de local de produção de conhecimento, ela se constitui como *lócus* onde as pessoas têm possibilidade de buscar formas diferenciadas de equidade, considerando seu papel frente à demanda por ampliação do acesso à educação superior no DF e região.

³⁹ Esta instigante pergunta foi formulada pelo Professor Dr. Walter Omar Kohan, docente-pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), conferencista da abertura do Colóquio: “UnDF Jorge Amaury: entre o projeto e a criação – diálogos sobre a Universidade que queremos”, realizado pelo Cebraspe, nos dias 04 e 05.10.2021. A conferência teve como título “Os sentidos da educação superior pública: uma universidade meninamente errante?”. Como norteadora da exposição do palestrante a pergunta por ele formulada gerou intensos e produtivos debates a respeito dos rumos que a UnDF poderia tomar, ao se instalar no campo da educação superior do Distrito Federal.

A UnDF mostra-se atenta, desde o início de suas atividades, para a relação que se estabelece entre avaliação e regulação da educação superior, visando à melhoria da qualidade. Para tanto, concebe a avaliação como um processo que se justifica pela produção de informações seguras e fidedignas que subsidiem a regulação, e não o inverso. É importante que a relação entre estes dois processos ocorra de modo que os dados gerados pela avaliação permitam corrigir falhas ou aperfeiçoar processos e práticas para o alcance dos objetivos e metas institucionais. Disso podem resultar avanços no interior da universidade para apoiar, por exemplo, o diálogo entre sua estrutura organizacional e administrativa e a inovação curricular.

A avaliação institucional é concebida pela UnDF como um permanente processo de produção de conhecimento sobre as várias dimensões de suas políticas, orientando as ações e os caminhos percorridos, tendo em vista missão científica e social da instituição. Encara este tipo de avaliação como um imperativo ético para além das questões técnicas e administrativas, bem como do mero cumprimento da legislação que a institui, a partir de dimensões e indicadores específicos. Para além disso, entende a avaliação institucional como um processo abrangente e complexo que tem como foco central contribuir para a qualidade da educação superior, de maneira articulada à concepção desse nível educacional como bem público e direito social/universal dotado de alto valor científico e social.

No âmbito da graduação e pós-graduação, presencial e a distância, a UnDF orienta suas práticas avaliativas por uma visão construtivo-colaborativa. Essa premissa orienta todos os seus processos acadêmicos e administrativos e não somente os resultados obtidos, além de articular as dimensões quantitativa e qualidades desses mesmos resultados. A partir disso, estabelece suas políticas avaliativas de maneira que as práticas delas decorrentes contribuam para realizar ações e informar seus resultados à sociedade, atendendo a diferentes objetivos. Dentre estes, destaca-se àquele relativo ao compromisso de todos os envolvidos com o sucesso obtido e com as fragilidades identificadas nas metas não alcançadas ou que revelem alcance parcial. Em seu conjunto, essas metas devem atender, em níveis crescentes de excelência, as demandas da comunidade local, regional e nacional para que a instituição cumpra, assim, a sua função social.

A política de avaliação institucional da UnDF tem como diretrizes:

- realizar um processo coletivo de produção de conhecimento sobre a UnDF, que torne possível a revisão e o aperfeiçoamento de processos, cursos e práticas, tendo como referências o PDI, PPI e os PPCs;
- articular todos os processos avaliativos de modo sistemático e organizado;

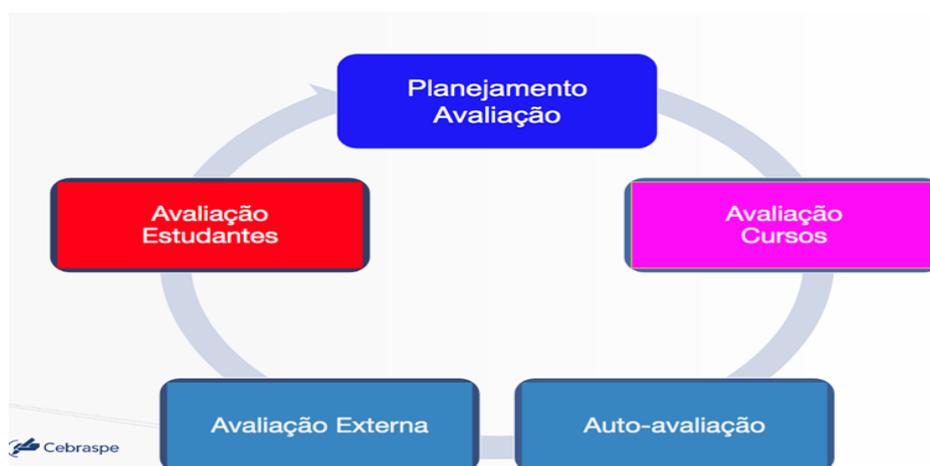
- implantar um sistema de informação e divulgação de dados, ágil e preciso, com a participação dos diferentes segmentos da Universidade, garantindo a democratização e transparência das ações;
- efetivar análise contínua e permanente da ação educativa, buscando enxergá-la com clareza, profundidade e amplitude;
- implantar dinâmicas avaliativas que possibilitem a construção coletiva do processo e a participação coletiva consciente de todos os segmentos que integram a Universidade;
- construir indicadores de qualidade que possam promover análise dos dados de modo coerente e que possam ser cruzados e analisados à luz da missão, dos objetivos, dos valores e princípios institucionais;
- desencadear os processos de avaliação que deem continuidade às ações avaliativas e não percam de vista a globalidade e amplitude da instituição;
- coletar, sistematizar e analisar informações, articulando dados institucionais existentes com os produzidos, de forma a ampliar a compreensão da realidade;
- implementar caráter formativo ao processo avaliativo de modo que se possa refletir criticamente sobre a missão, os valores, os princípios, as finalidades e as práticas institucionais, identificando possibilidades e avanços, dificuldades e erros, com vistas ao aperfeiçoamento institucional, de modo pleno;
- criar e implementar mecanismos que evidenciem a articulação entre as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão com os seus avanços e desafios, mostrando que a universidade norteia suas ações/projetos baseada em suas diretrizes, no PDI, PPI e Plano Estratégico de Gestão;
- pautar o processo de avaliação institucional na diversidade, pluralidade, sustentabilidade e inclusão e inovação;
- divulgar permanentemente os processos e resultados com consistência e transparência;
- utilizar as avaliações em todas as etapas do planejamento institucional, analisando os dados com aderência e coerência;
- articular as regulamentações e os processos internos com as de acreditação internacionais para viabilizar os processos de internacionalização da UnDF;
- garantir estrutura administrativa e pedagógica aos processos de avaliação da universidade, apoiando a Comissão Própria de avaliação, respeitando sua autonomia.

9.2 Etapas da avaliação institucional

A avaliação institucional da UnDF deve ser contínua, articulada e institucionalizada, de forma que os processos avaliativos identifiquem a coerência no que está documentado com os impactos de sua atuação por meio de seus programas, cursos, atividades e projetos. Sua organização pressupõe trabalho coletivo, participativo, democrático e transparente. Isso demanda esforços tanto na busca dos resultados avaliativos, como no uso deles para o avanço institucional, na correção de rumos, no planejamento estratégico da instituição e em sua articulação com a comunidade interna e externa. Suas diretrizes devem estar em consonância com missão e os valores institucionais, além de fazer sentido para sua comunidade.

Na UnDF a avaliação institucional é elemento constituinte do próprio processo de planejamento, considerando todos os processos na realização das etapas ilustradas na imagem a seguir.

Figura 13 – Etapas da avaliação institucional



Fonte: Cebraspe (2022c)

Ao serem articuladas, a avaliação institucional (interna e externa), a avaliação dos cursos e a avaliação dos estudantes podem apresentar resultados coerentes e aderentes à realidade da universidade. Cada etapa está intrinsecamente articulada às demais. Contando com etapas que são interdependentes e se relacionam de modo complexo e vital, é realizada à luz dos marcos referenciais do Sinaes (BRASIL, 2004). No diálogo que estabelece com essas várias etapas a avaliação interna será tanto efetiva quanto conseguir demonstrar por meio dos

processos de autoavaliação, os avanços, desafios e dificuldades reveladas e que deverão ser enfrentadas. Por sua vez, a avaliação externa será tanto mais densa e real quanto mais se aproximar da realidade institucional.

De maneira articulada à avaliação institucional externa, à avaliação de cursos e à avaliação dos estudantes, a autoavaliação constitui a essência do processo avaliativo por meio do qual a instituição se analisa internamente. É fundamental que ocorra contando com a participação transparente e proativa dos vários segmentos, buscando coletar, analisar, sistematizar, interpretar dados e informações, com vistas à identificação do nível de alcance dos objetivos e metas institucionais.

As metas definidas pela UnDF para a avaliação do seu trabalho sinalizam para a importância que o processo de autoavaliação assume para esta instituição. Enfatizam que as políticas são instituídas com o intuito de articular planejamento e avaliações institucionais realizadas para superar fragilidades e potencializar pontos fortes. As metas indicam, ainda, a criação e implementação de ferramentas e procedimentos que produzam informações seguras, convergentes e capazes de gerar indicadores. (CEBRASPE, 2022d).

Na política avaliativa da UnDF a autoavaliação institucional fornece dados relevantes para o planejamento e replanejamento das ações relativas ao ensino, à extensão e à pesquisa desenvolvida no plano da iniciação científica e de outros patamares mais complexos, como, por exemplo, de sua aplicação, extensão e gestão, retroalimentando todo o processo educacional em direção à excelência da educação superior. Sob este ângulo, contribui para o crescimento institucional de forma coerente e sustentável, como processo indutor da qualidade (CEBRASPE, 2022b) . Nessa universidade será conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme estabelecido no Art. 85, do Estatuto da instituição. “A CPA, desvinculada dos conselhos da UnDF, tem por objetivo aprimorar os processos de ensino, pesquisa e extensão, bem como melhoria de sua infraestrutura, melhor qualificação do seu corpo social e qualidade dos serviços prestados.” (UnDF, 2022). O referido artigo determina que a “UnDF regulamentará no seu Regimento Geral a Comissão Própria de Avaliação - CPA, nos termos da Lei dos SINAES.” (parágrafo único). A CPA conduzirá a cada semestre letivo a coleta de informações para a avaliação das atividades acadêmicas e administrativas da IES, de forma que seus relatórios ofereçam informações importantes para os gestores no desenvolvimento institucional. Dentre estas informações, destacam-se aquelas relativas à articulação dos resultados das avaliações externas aos da avaliação interna obtidos sobre as ações acadêmico-administrativas realizadas.

Esta diretriz mantém sintonia com o que já realiza a ESCS que, no seu PDI (2017-2021) registra:

O processo de avaliação interna ou **autoavaliação** da ESCS é coordenado pela **Comissão Própria de Avaliação** (CPA), que tem atuação autônoma em relação aos órgãos colegiados da instituição. A CPA tem a missão de realizar a avaliação institucional interna e de sistematização e prestação das informações institucionais solicitadas pelos órgãos educacionais [...] (p. 28 – grifos nossos)

Instrumentos para a coleta dos dados da autoavaliação institucional:

- Questionário socioeconômico dos estudantes;
- Informações complementares ao processo de autoavaliação a serem preenchidas/obtidas anual ou semestralmente
 - ✓ Avaliação do PDI (anual).
 - ✓ Informações relacionadas a atividades desenvolvidas e produtividades de docentes e tutores (semestral).
 - ✓ Informações acadêmicas (semestral).

Etapas para realização do processo de autoavaliação institucional

1ª) Preparação, Planejamento e Sensibilização

2ª) Desenvolvimento

- a) Levantamento dos Dados
- b) Autoavaliação
- c) Análise dos Dados e Elaboração de Relatório

3ª) Meta-avaliação

Tendo como pressuposto que a avaliação do desempenho institucional sempre precisa acontecer a partir de indicadores claros e precisos, a UnDF define os seguintes para a autoavaliação institucional:

- I. Características dos Estudantes.
- II. Desempenho dos Estudantes
- III. Nível de Atividades Docentes

- IV. Produtividade
- V. Recursos
- VI. Planejamento e Avaliação Institucional
- VII. Desenvolvimento Institucional
- VIII. Políticas Acadêmicas
- IX. Políticas de Gestão
- X. Infraestrutura (CEBRASPE, 2022d)

É importante que a autoavaliação institucional busque evidências desses indicadores em diferentes tipos de fontes: físicas (observação da infraestrutura e/ou do comportamento das pessoas na IES); documentais (conteúdos dos documentos institucionais relevantes à avaliação); testemunhais (entrevistas e grupos focais com membros da comunidade acadêmica, até a abordagem de pessoas de fora em um *setting* de reuniões); analíticas (comparação, correlação e análises sobre o objeto de avaliação).

Constituem fontes básicas das informações: o contexto institucional, o projeto acadêmico, a comunidade universitária e a infraestrutura.

9.3 Avaliação do PPI

A UnDF parte do princípio que a avaliação não pode ser um fim em si mesmo; ao contrário deve fazer parte de todos os processos institucionais, articulada tanto às questões acadêmicas como às administrativas. Assim, deve ser encarada como um processo contínuo, sempre realimentado e presente no cotidiano da instituição.

A partir desse pressuposto, o processo de avaliação do PDI da UnDF deve fazer parte da cultura avaliativa dessa instituição, sendo permanente e contínuo. Essa avaliação terá periodicidade anual, devendo os seus resultados divulgados e discutidos com a comunidade acadêmica. Essa avaliação terá, dentre outras, as seguintes fontes: os relatórios produzidos pela Comissão Própria da Avaliação, cujo trabalho ocorrerá em cooperação com as Unidades Acadêmicas; o planejamento estratégico, no que tange, em especial, às metas e aos indicadores institucionais; revisão do planejamento de oferta de vagas; atualização de informações e dados do próprio PDI; plano anual de melhorias, resultados de consultas à comunidade acadêmica; resultados de avaliações externas; avaliação de disciplinas, de atividades de pesquisa e

extensão; pesquisa de egressos; consultas aos sistemas de informação e dados institucionais; consultas aos anuários de indicadores da gestão universitária.

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento (INEP, 2014, p. 23).

A operacionalização da avaliação do PDI da UnDF requer a clareza da autoavaliação com uma rica oportunidade para compreender a afirmação da identidade da instituição, bem como para o envolvimento e a participação ativa dos vários segmentos. Do ponto de vista de sua metodologia, pode contar com a elaboração de quadros sintetizadores e objetivos, metas e ações institucionais para o período definido para a vigência do PDI, realização de reuniões e outras atividades congêneres semestrais e anuais; divulgações periódicas das informações.

A avaliação do PDI visa à coleta de dados e informações que subsidiem o aperfeiçoamento do trabalho da UnDF, dentre outras, nas seguintes direções: (i) processo contínuo de aperfeiçoamento do seu desempenho, *mudando a gestão*; (ii) ferramenta para o planejamento e para a gestão universitária, *visando monitorar os dados e informações*; (iii) sistemática efetiva de *prestação de contas à sociedade*, em uma perspectiva igualmente *formativa*. (SOUSA, 2017).

A avaliação do PDI considera os resultados institucionais, bem como fatores, diretrizes, objetivos e impactos para determinar a qualidade da educação superior ofertada pela instituição. Em uma visão formativa, consolida-se como a principal engrenagem da gestão educacional, buscando a interpretação do alcance e dos significados dos resultados alcançados, envolvendo os próprios agentes nos processos educativos que estão produzindo no interior da universidade. Deve contribuir para a programação de ações que tenham como objetivo incentivar a cultura de autoconhecimento e análises contextualizadas sobre os resultados da prática educativa e administrativa da instituição.

CAPÍTULO 10 – INFRAESTRUTURA

A gestão da infraestrutura de maneira inovadora na universidade implica não somente a definição e o acompanhamento das políticas institucionais, mas também prever, construir, utilizar e adaptar espaços destinados a colher equipamentos tecnológicos, cuja aquisição obedecerá à dotação orçamentária específica definida pela instituição. Medidas como esta mostram-se indispensáveis para a modernização da infraestrutura tecnológica que venha a ser definida, implementada e ampliada, pelas políticas institucionais de uma universidade como a UnDF. A UnDF partilha desta ideia, estabelecendo políticas institucionais que traduzem seu compromisso em dotar seus vários campi com a infraestrutura necessária e adequada ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos.

Todavia, como toda universidade que está sendo implantada, a UnDF possui espaços que atendem às necessidades das condições iniciais da oferta dos seus cursos, e um planejamento que estrutura na perspectiva de promover a ampliação de sua infraestrutura.

10.2 Infraestrutura Física (cenário atual)

O cenário atual é de grandes desafios em relação à infraestrutura física da UnDF, considerando que, como diversas universidades públicas, ela também está sendo instalada em um contexto que requer esforços para a garantia e ampliação de um conjunto de elementos associados à sua infraestrutura e às instalações acadêmicas. Tais esforços fazem-se necessários, sobretudo, para que a instituição possa apresentar aos seus corpos docente, discente e técnico administrativo as condições adequadas de trabalho para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A UnDF dispõe das seguintes instalações físicas:

- a) Terreno cedido à Secretaria de Educação do Distrito Federal pela Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap

Título: Termo de Cessão de Uso nº 53/2021, datada de 19/07/2021. IMÓVEL:

Lote nº 21, Quadra CA-02, SHIN – Centro de Atividades

Setor de Habitações Individuais Norte – Lago Norte/DFN

Numeração predial nº SHIN CA 02 LOTE 21, BLOCO R - matrícula 59953.

Área: 4.000 m²

Este terreno foi cedido à SEDF para ser utilizado pela UnDF em decorrência de Acordo decorrente de manifestação do Colegiado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. O órgão julgador da causa foi a 7ª Vara da Fazenda Pública do DF, conforme publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, em 29 de julho de 2021, e transcrito a seguir:

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 53/2021 Processo: 04002-00000304/2019-17 - Partes: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap X Distrito Federal, representado pela Casa Civil. Objeto: cessão ao Distrito Federal para uso da Secretaria de Estado de Educação do DF, a área denominada Lote 21, CA 02, Lago Norte, Brasília-DF para a instalação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal. Vigência: 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do ajuste, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação. Assinatura: 20/07/2021. (GDF, 021)

- b) Edifício que sediará a UnDF a ser construído em decorrência de Convênio firmado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB) e a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e a Biotic S/A, celebrado em 2019, nos termos a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto 1.1 Este instrumento tem por objeto: o estabelecimento de competências de mútua cooperação entre os participantes para contratação de empresa para elaboração de projetos de arquitetura e/ou engenharia, orçamentos, licitação e de prestação de serviços de engenharia relativas à construção de um edifício no Parque Tecnológico Biotic, que irá sediar o campus da Universidade Distrital de Brasília (Faculdade de Tecnologia), como proposta inovadora associada a criação de um espaço de laboratórios multiuso para desenvolvimento de pesquisas de alta tecnologia em associação com grandes centros de P & D do país e do mundo.

Local: Projeção do Conjunto 01, da Quadra 201 (Cluster Acadêmico) – Parque Tecnológico de Brasília

- c) Espaços físicos nos quais já funcionam as três Escolas Superiores vinculadas à UnDF: Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), Escola Superior de Gestão (ESG) e ESPC (Escola Superior da Polícia Civil)

10.2 Recursos tecnológicos e de audiovisual

Considerando que a missão da UnDF a caracteriza como uma instituição inovadora, inclusiva e tecnologicamente avançada, sua infraestrutura tecnológica demanda um investimento pedagógico e orçamentário considerável. Diante disso, já há encaminhamento feitos pela Reitoria Pro-Tempore com empresas especializadas na tecnologia necessária à oferta dos cursos.

Além disso, já foi gerado e concluído um expressivo conjunto de produtos no âmbito do Projeto “Desenvolvimento de projeto de pesquisa de uma universidade distrital”, coordenado pelo Cebraspe, voltados para a infraestrutura tecnológica necessária a oferta dos seus cursos, na perspectiva das arquiteturas acadêmicas inovadoras propostas. A relação desses produtos é apresentada no quadro a seguir.

| Comissão | Ordem | Produtos Cebraspe (Plano de Articulação e Atividade vinculada do Plano de Trabalho) | Termo de Referência |
|----------------|-------|---|---------------------|
| Infraestrutura | 1 | Documento contendo o estudo detalhado de no mínimo três plataformas de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a Educação Superior, a partir da identificação das plataformas AVA em pelo menos 10 IES públicas (Federais e Estaduais). (Atividade 4.5) | TR 001/2022 |
| | 2 | Desenvolvimento de protótipo de Ambiente Virtual de aprendizagem (AVA), na plataforma Moodle 4.0. (Atividade 4.5) | TR 001/2022 |
| | 3 | Documento contendo o manual do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle 4.0) do AVA (Atividade 4.6). | TR 001/2022 |
| | 4 | Documento contendo o manual do Docente (AVA) (Atividade 4.6). | TR 001/2022 |
| | 5 | Documento contendo manual do Discente (AVA) (Atividade 4.6). | TR 001/2022 |
| | 6 | Documento contendo manual do Tutor (AVA) (Atividade 4.6). | TR 001/2022 |

| | | | |
|--|----|---|------------|
| | 7 | Documento contendo estudo de plataforma de sistemas informatizados de gestão e registro acadêmico (4.7) | TR002/2022 |
| | 8 | Documento contendo o projeto de sistema informatizado de gestão e registro acadêmico para a UnDF (4.7) | TR002/2022 |
| | 9 | Documento contendo estudo de plataformas de sistemas de Biblioteca Virtual (Atividade 4.8) | TR002/2022 |
| | 10 | Documento contendo o projeto de sistema de Biblioteca virtual para a UnDF (Atividade 4.8) | TR002/2022 |
| | 11 | Documento contendo estudo de plataformas de sistema de autoavaliação institucional (Atividade 4.9) | TR002/2022 |
| | 12 | Documento contendo o projeto de sistema de autoavaliação institucional para a UnDF(Atividade 4.9) | TR002/2022 |

CAPÍTULO 11 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

6.1 Gestão financeira

A sustentabilidade financeira da universidade requer considerar que, do ponto de vista da gestão financeira, as relações interinstitucionais acabam tendo impacto em uma ou mais dimensões estratégicas da instituição. Ademais, cabe lembrar que “o Brasil é um dos únicos países em que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades está prevista constitucionalmente.” (FRANCO, 2021, p. 206). Esta é uma marca distintiva para que as universidades do país planejem suas ações, considerando sua sustentabilidade financeira, de maneira que essas instituições realizem suas três funções com a necessária qualidade.

A sustentabilidade financeira envolve aspectos de duas naturezas – orçamentários e financeiros. Como próprio o sentido do termo deixa transparecer, trata-se da condição que dá a sustentação para que a universidade desenvolva suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade e responsabilidade social. Neste contexto, dentre outros procedimentos destinados a incorporar parâmetros de excelência nas atividades da universidade, destaca-se a disponibilidade de fontes líquidas de financiamento para que a autonomia de sua gestão seja comprometida.

O orçamento abrange a previsão das receitas e a fixação de despesas para determinado exercício [...] destacam-se o princípio da anualidade (o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal) e o princípio do equilíbrio (as receitas e despesas de um período devem ser equivalentes). (UnB, 2018, p. 167).

Na gestão financeira da universidade situam-se demandas diversas da instituição, considerando os seus objetivos estratégicos e o fato de que a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros é importante indutor da inovação na gestão pública. Dentre outras áreas da universidade que estão associadas a este indutor, destaca-se aquela relativa à infraestrutura, considerando sua implantação, manutenção e expansão, de maneira a atender tanto as demandas acadêmicas como outras naturezas variadas apresentadas pela comunidade acadêmica e, também, pela sociedade que busca a universidade.

Ao estabelecer em seu Art. 2º os fundamentos da transparência orçamentária, a Lei Nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964) e a Constituição Federal de 1988 acabam definindo os fundamentos dessa transparência: princípio da unidade, princípio da universalidade, princípio da anualidade, princípio do equilíbrio, princípio básico da administração pública e do regime democrático e princípio do orçamento bruto, registro de receitas e despesas pelo valor bruto. No caso em questão, em se tratando da Carta Magna, é preciso considerar, ainda, o que estabelece seu artigo 37: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 1988).

O inciso X do Art. 31 do Estatuto da UnDF prevê, como órgão diretamente ligado à Reitoria, uma Unidade de Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão. O inciso II do Art. 9º estabelece como um dos princípios que regem a atuação de todas as instâncias da estrutura organizacional da instituição, como a Reitoria, o “planejamento e descentralização da execução financeiro-orçamentária, cabendo aos órgãos executivos da universidade a administração do orçamento aprovado por meio do Conselho Universitário”. Compete a este colegiado superior “aprovar a proposta orçamentária, o orçamento interno da UnDF e as respectivas suplementações (Art. 26, inciso XIII). Por sua vez, o Conselho Fiscal tem, dentre as suas competências “analisar matérias de caráter administrativo, econômico, financeiro, de planejamento, orçamento e de gestão de pessoas” (Art. 30, inciso II).

O Título VII do Estatuto da UnDF – Do Patrimônio e Regime Financeiro – preceitua em Art. 81 que o patrimônio dessa instituição será constituído:

- I - por terrenos, estrutura física, instalações, edificações e demais bens imóveis destinados exclusivamente à sua utilização” (inciso i).
- II - pelos bens e direitos que venha a adquirir, que lhe sejam transferidos ou que sejam por ela devidamente incorporados;
- III - pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas por quaisquer entes federativos, entidades públicas ou privadas, instituições ou organismos nacionais ou internacionais, bem como por particulares. (GDF, 2022)

Por sua vez, os nove incisos do Art. 83 detalham a origem dos recursos financeiros da universidade.

Art. 83. Os recursos financeiros da UnDF serão provenientes de:

I - dotação consignada na Lei Orçamentária Anual;

II - contribuições, doações, dotações, auxílios e subvenções ou financiamentos realizados ou concedidos por quaisquer entes federativos, entidades públicas ou privadas, instituições ou organismos nacionais ou internacionais, bem como por particulares;

III - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos e outros ajustes celebrados com quaisquer entes federativos, entidades públicas ou privadas, instituições ou organismos nacionais ou internacionais, bem como com particulares;

IV - receitas eventuais a título de retribuição pelo fornecimento de produtos e serviços a terceiros;

V - receitas geradas como resultados de aplicações de bens e valores patrimoniais, operações de créditos e juros bancários;

VI - dotações de fundos especiais, na forma da lei;

VII - receitas decorrentes de seus direitos patrimoniais de propriedade científica e tecnológica;

VIII - saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica;

IX - outras receitas eventualmente auferidas.

Importante acrescentar que, além dos recursos financeiros oriundos dessas fontes, como uma das Escolas Superiores vinculadas à UnDF, a ESCS também tem uma dotação orçamentária, com Unidade Gestora própria, cujo orçamento aprovado, para o ano de 2022, foi de R\$ 18.940.014,00.

No que tange ao impacto financeiro relativo ao período 2020-2023 para o cargo de Professor da Educação Superior 40h – Doutorado o volume de recursos orçamentários é sintetizado na tabela a seguir.

Tabela 4 – Impacto financeiro relativo à contratação do corpo docente – UnDF (2020 a 2023)

| CARGO | IMPACTO FINANCEIRO - RESUMO | | | |
|--|-----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | INGRESSO 01/01/2020 | INGRESSO 01/01/2021 | INGRESSO 01/01/2022 | INGRESSO 01/01/2023 |
| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| PROFESSOR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 40H - DOUTORADO | R\$ 41.447.499,20 | 90.695.581,70 | 114.149.577,56 | 115.238.681,22 |

O volume desses recursos totaliza R\$ 361.531.339,68.

Ainda em relação à sustentabilidade financeira da UnDF é relevante acrescentar que, diferentemente de várias outras universidades estaduais, essa instituição tem seu orçamento determinado por uma Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal. Trata-se da Ementa nº 123, de 17 de novembro de 2021, que acrescenta o artigo 240-A à referida Lei, passando a ter a seguinte redação.

Art. 240-A. O Poder Executivo criará e manterá o Fundo da Universidade do Distrito Federal - FunDF, atribuindo-lhe dotação mínima percentual da receita corrente líquida do Distrito Federal.

§ 1º A dotação mínima de que trata o caput, destinada a garantir recursos para obras necessárias a sua estruturação, projetos, pesquisas e inovação, é de:

I - 0,08% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2022;

II - 0,15% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2023;

III - 0,2% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2024;

IV - 0,3% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2025.

§ 2º A dotação mínima de que trata o caput, destinada a garantir recursos para projetos, pesquisas e inovação, é de 0,08% da receita corrente líquida do Distrito Federal a partir de 2026.

§ 3º Os recursos não utilizados anualmente na forma dos §§ 1º e 2º constituem superávit financeiro para utilização em exercícios subsequentes, sem qualquer dedução da parcela devida do exercício vigente.(CLDF, 2022).

O Decreto nº 42.987, de 07 de fevereiro de 2022, dispõe sobre a criação do Fundo da Universidade do Distrito Federal – FunDF, estabelecendo suas finalidades e seu Conselho Administrativo.

Para os próximos quatro anos, a partir da referida Emenda à Lei Orgânica do DF, para a UnDF os recursos estão previstos em R\$ 200.000.000,00.

REFERÊNCIAS

- ABELMANN, C. & ELMORE, R. (Orgs.). *Na hora de prestar contas, alguém se responsabilizará?* Philadelphia/EUA: University of Pennsylvania/CPRE, 2009.
- ALTBACH, P. G. *International Higher Education: reflections on policy and practice*. Massachusetts: Center for International Higher Education Lynch School of Education. Boston College, 2006.
- ALTBACH, P. G. Troca de cérebros ou fuga de cérebros: alguém se importa com os países em desenvolvimento? *International Higher Education*. N. 72, 2013, p. 81-82. [Edição brasileira publicada mediante de acordo de cooperação entre Unicamp e Boston College].
- ALTBACH, P. G.; SALMI, J. (Eds.). *The road to academic excellence: the making of world-class research universities*. Washington: The World Bank, 2011.
- ALTET, M. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PAQUAY, L.; ALTET, M.; CHARLIER, É.; PERRENOUD, P. (org.). *Formando professores profissionais*. Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 23-36.
- AMARAL, L. A. *A gestão de pessoas na Universidade Federal de Pernambuco e o seu alinhamento ao planejamento estratégico institucional: aproximações e distanciamentos*. Dissertação [Mestrado em Administração] 141 f. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- AZEVEDO, M. L. N. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. *Crítica Educativa*. Sorocaba/S, vol.1, n.1, p. 56-79, jan./jun. 2015.
- BATISTA, N. A. Educação interprofissional em saúde: concepções e práticas. *Caderno FNEPAS*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 25-28, jan. 2012.
- BENCK, S.; RODRIGUES, S. *Brasília, a ausência de tuas esquinas revela que ainda há esperança*. [2020]. Disponível em: < <http://www.funab.se.df.gov.br/artigo-brasilia-a-ausencia-de-tuas-esquinas-revela-que-ainda-ha-esperanca-continuacao/>> Acesso em 14 maio 2022
- BOTTI, S. H. de O.; REGO, S. Preceptor, supervisor, tutor e mentor: quais são seus Papéis? *Revista Brasileira de Educação Médica*, vol. 32, n. 3, p. 363 – 373, 2008.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL Difusão Editorial, Ltda 1989.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARDOSO, O. de O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1.123-1.144, nov./dez. 2006
- CERTO, S. C.; PETER, J. P. *Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias*, 3 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- CHARLE, C.; VERGER, J. *História das universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

- COLLINS, J. C.; PORRAS, J. I. Building your company's vision. *Harvard Business Review*, Boston, v. 74, n. 5, p. 65-77, sept./oct. 1996.
- CORTELAZZO, A.L.; FIALA, D.A.S.; PIVA JR., D.; PANISSON, L.S.; RODRIGUES, M.R.J.B. *Metodologias Ativas e Personalizadas de Aprendizagem: para refinar seu cardápio metodológico*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- COSTA, E. A. *Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos*. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.
- DEUS, F. R. de. O conceito "aporofobia" de Adela Cortina: reflexões sobre a sistêmica aversão aos pobres e a pobreza. *Anãnsi: Revista de Filosofia*, Salvador, v. 2, n. 1, 2020, p. 123-136.
- DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, J. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- DIAS SOBRINHO, J. Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013
- DIDRIKSSON, A.; MEDIA, E.; MIX, M. R.; BIZZOZERO, L.; HERMO, J. P. Contexto global y regional de la educación superior en América Latina y el Caribe. In: UNESCO. *La educación superior en el mercado – configuraciones emergentes nuevos proveedores*. Venezuela: IESALC/UNESCO, 2008.
- DOUGLAS, J.; KING, J. (Orgs). *Globalization's muse: universities and higher education in a changing world*. Berkeley: Berkeley Public Policy Press, 2009.
- DRUCKER, P. F. *Introdução à Administração*, 5 ed. São Paulo: Pioneira, 2006.
- ESTEBAN, M. T. (org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*, 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2014.
- FARIA, E. M. B.; CAVALCANTE,, M. C. B. Avaliação na alfabetização na perspectiva de um currículo inclusivo. In: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização. Caderno 01. Brasília: MEC, SEB, 2015 p. 31-44
- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 9. reimpr. Campinas, SP, Papirus: 2021.
- FERREIRA, M. R. L. *Gestão compartilhada e cidadania: um estudo da experiência do "Pacto do Novo Cariri"*. Dissertação [Mestrado em Administração]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- FLAUZINO, D. P.; BORGES-ANDRADE, J. E. Comprometimento de servidores públicos e alcance de missões organizacionais. *Revista de Administração Pública*, 42 (2), 253-275, 2008.
- FRANCO, M. E. D. P. Institucionalização da pesquisa. In: MOROSINI, M. C. (Org.) *Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2*. Brasília: INEP, 2006, p. 216-217.

- FRANCO, M. E. D. P.; LONGHI, S. M. Gestão da educação superior. In: MOROSINI, M. (org.). *Enciclopédia brasileira de educação superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. v. 1, p. 239-390. (Série Ries/Pronex, 10).
- FRANCO, M. E. D. P.; RUBIN-OLIVEIRA, M.; LONGHI, S. M.; KRAHE, E. D. Interdisciplinaridade e formatos institucionais. In: Simpósio Internacional sobre interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão. Região Sul (SIIPE – Sul), 2013, Florianópolis. Anais ... Florianópolis: EGC/UFSC, 2014.
- FRANCO, M. E. D. P.; ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. Apresentação. In: FRANCO, M. E. D. P.; ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. (Org.). *Educação superior e contextos emergentes*. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2016, p. 17-23.
- FRANCO, S. R. K.. Políticas da educação superior. In: MOROSINI, M. (org.). *Enciclopédia brasileira de educação superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. v. 1, p. 171-237. (Série Ries/Pronex, 10).
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, C. L.; ESPÍNDOLA, E. E.; LUNKES, R. J.; PFITSCHER, E. D. Efetividade das declarações de missão institucional: análise das declarações das instituições federais de ensino superior (IFES). *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, vol. 12, n. 1, p. 97-117, 2019.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Por que a doença causada pelo novo coronavírus recebeu o nome de Covid-19?* [17.03.2020] Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19>> Acesso em 08 maio 2022.
- FURLAN, G. M.; FARIA, P. LOZANO, D.; BAZON, F. V. M.. GOME, C. Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 02, p. 416-438, jul. 2020.
- GAFFIKIN, F.; PERRY, D. C. Discourses and strategic visions: The U.S. Research University as an Institutional Manifestation of Neoliberalism in a Global Era. *American Educational Research Journal*, 46 (1), 115-144, 2009.
- GARCÍA GUADILLA, C. *Tensiones y transiciones: educación superior latinoamericana en los albores del tercer milenio*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 2004.
- GIBBONS, M. *The university in the global age*, Roger King (org.). Londres: Palgrave, 2004
- JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, P. *Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*, 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, D. A pedagogia da Reforma de Córdoba. *Integración y Conocimiento – Dossier Especial: A Cien Años de la Reforma Universitaria de 1918*. n. 8, v. 1, p. 37-53, 2018. Disponível em <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/18685/19040>> Acesso em 11 maio. 2022.

- LEITE, D. B. C. et al. Inovação na zona cinzenta da transição. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 6, n. 8, jun. 1997.
- LEITE, D.; GENRO, M. E. H. Avaliação e internacionalização da educação superior: *quo vadis* America Latina? *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 763-785, nov. 2012.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
- MAGALHÃES, J. P. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.
- MARTINS, C. B. Notas sobre a formação de um sistema transnacional de ensino superior. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 28, n. 74, p. 291-308, mai./ago., 2015
- MARTINS, C. B. O ensino superior privado no Distrito Federal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 102, p. 157-186, nov. 1997.
- MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.
- MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B; LAMPEL, J. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*, 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- MORAES, M. C. *O paradigma educacional emergente*, 16. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2012.
- MOREIRA, A. F. B. Seleção e organização dos conhecimentos Curriculares no Ensino Superior. In: MORAES, M. C.; PACHECO, J. A.; EVANGELISTA, M. O. (org.). *Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares*. Lisboa: Porto, 2004. p. 83-101
- MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. *Inovação organizacional e tecnológica*. São Paulo: Thomson Learning, 2007
- MORIGI, V. J. et. al. Memória cultural na construção das identidades e mapas imaginários de práticas culturais étnicas. *Cadernos de estudos culturais*. v. 5 n. 10, 2013, p. 185-208.
- MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.
- NÓVOA, A. Apresentação. In: CAMBI, F. *História da Pedagogia*, 2. ed São Paulo. UNESP: 2016, p. 11-15
- OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F.; MENDONÇA, E. F. UnB: da universidade idealizada à universidade modernizada. In: MOROSINI, M. C. (Org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006. p. 145-170.
- PERRENOUD, P. *A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma Sociologia do fracasso*. São Paulo: Artmed, 2008.
- PINTO, K. M.; SANTOS, C. L. N. Da gestão universitária à capacitação no contexto da universidade pública multicampi. In: RODRIGUES, J. F. (Org.) *Gestão, avaliação e inovação no ensino superior*. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019, p. 73-85.
- POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão Escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de pedagogia. *Revista Eletrônica de Educação*, v.11, n.3, p. 876-889, set./dez., 2017.

- POSNER, B. Z. Another look at the impact of personal and organizational values congruency. *Journal of Business Ethics*, v. 97, n. 4, p. 535-541, 2010.
- PRICINOTE, S. C. M. N.; PEREIRA, E. R. S.; COSTA, N. M. S. C.; FERNANDES, M. R. O significado do feedback: um olhar de estudantes de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*. V. 45, n. 3, p. 1-10.
- RAMA, C. *La Tercera reforma de la educación superior en América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2006.
- REZENDE, H. Universidades de portas abertas. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 fev. 2001.
- RIBEIRO, R. M. C. A natureza da gestão universitária: influência de aspectos político-institucionais, econômicos e culturais. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 357-378, 2017.
- RISTOFF, D. I. *Construindo outra educação*. Florianópolis: Insular, 2011.
- RISTOFF, D. Notícias sobre a meta 12. *Educa 2022*, 20 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.educa2022.com/post/noticias-sobre-a-meta-12-do-plano-nacional-de-educacao>> Acesso em 10 maio 2022
- RUBIÃO, A. *História da universidade: genealogia para um “modelo participativo”*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B.. *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.. (Org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.
- SAVIANI, D. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, J. C.; ORSO, J. P.; CASTANHA, A. P; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). *História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas: Alínea, 2013. p.13-31.
- SONG, J. Creating world-class universities in China: strategies and impacts at a renowned research university. *Higher Education*, 2018, n. 75, 729-742.
- SOUSA SANTOS, B. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SOUSA, J. V. Abordagens metodológicas no estudo de políticas educacionais: o caso do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (2010-2012). In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 309-343.
- SOUSA, J. V. Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado? 33ª Reunião Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *Anais*. Caxambu/MG: ANPed, 2010.
- SOUSA, J. V. *Educação superior no Distrito Federal: consensos, conflitos e transformações na configuração de um campo*. Brasília: Liber; FE/Universidade de Brasília, 2013.
- SOUSA, J. V. História da educação superior. In: MOROSINI, M. (org.). *Enciclopédia brasileira de educação superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. v. 2, p. 25-207. (Série Ries/Pronex, 11).

- SOUSA, J. V. *O ensino superior privado no Distrito Federal: uma análise de sua recente expansão: 1995-2001*. 2003. 293 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2003.
- TAMAYO, A. Valores organizacionais. In: SIQUEIRA, M. M. M. (org.). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 309-340.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 2. edição. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: Modelo para Implantação em Campus Universitário. *Gestão & Produção*, v.13, n.3, p. 503-515, set./dez. 2006
- TAVARES, C. A. R.; FREITAS, K. S. *Extensão universitária: o patinho feito da academia?* Jundiaí/SP: Paco Editoria, 2016.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2002.
- TROW, M. *Twentieth-century higher education: elite to mass to universal*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 2011.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. (UnB). *Revista Darcy*. Edição Especial. Brasília: UnB, n. 10, abr./mai. 2012.
- VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.
- ZABALZA, M. *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*, 3 ed. Portugal: ASA Editores, 2003.

DOCUMENTOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

- CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. *"Plano para Articulação das Ações 3 e 4 – Projeto UnDF."* Autora: ROBL, Fabiane. Coord. GRIBOSKI, Cláudia Maffini, Brasília, DF, 2021. (Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE).
- CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. *"Síntese dos estudos de Benchmarking"* Autora: ROBL, Fabiane; Coord. GRIBOSKI, Cláudia Maffini, Brasília, DF, 2021. Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE).
- CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Documento sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade distrital. Autor:

LOURENÇO, Marcelo Ferreira.; Coord. GRIBOSKI, Cláudia Maffini, Brasília, DF, 2021. Termo de Referência n. 2, Código n. 2020-002, Projeto "Uma Universidade Distrital" – Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE).

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais. Autor: SOUSA, José Vieira de.; Coord. GRIBOSKI, Cláudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" – Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL (CODEPLAN). Atlas do Distrito Federal. Brasília, 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL (FUNAB). Visão estratégica 2019-2022 da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal. Brasília: FUNAB, 2019. Disponível em: <<http://www.funab.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Vis%C3%A3o-Estrat%C3%A9gica-FUNAB-2019-2022.pdf>> > Acesso em fev. 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060. Brasília: GDF, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2020. Brasília, DF, 2022. Disponível em: . Acesso em: 11 fev. 2022.

INSTITUTO FSC, *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1XiW-lox93MuAimDCT2BcZTfrGfG0nC1T/view> Acesso em 20 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1993. Brasília: 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior – 2002. Brasília: INEP, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da educação superior – 2010. Brasília: INEP, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da educação superior – 2018. Brasília: INEP, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da educação superior – 2019. Brasília: INEP, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES). INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Avaliação externa das instituições de educação superior*. Diretrizes e instrumento. Brasília: MEC, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). SECRETARIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior 1993*. Brasília: MEC/SESu, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC/SEB, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Brasília: PNUD, 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES/DF). Curso de Medicina da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – um programa educacional inovador. Brasília: SES/DF, 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO *Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública*. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF. Acesso em: 6 maio 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. DECANATO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Anuário Estatístico 2006: 1995-2005. Brasília: UnB, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017*. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2013..

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023*. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2018.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004a. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano CXLI, n. 72, p. 3-4, 15 abr. 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 6-10, 10 mai. 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União. Brasília, DF*, 20 de fevereiro de 1998, p. 1.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF*, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004a. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 03 de dezembro de 2004b, p. 2.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF*, 26 de jun. Seção 1, p. 1 (Edição Extra), 2014.

BRASIL. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. *Diário Oficial da União. Brasília, DF*, 20 de dezembro de 1961, seção 1, p. 11.221.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833.

BRASIL. Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 19 out. 1994, Seção 1, p. 15.799.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 4.281*, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 18 maio. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parecer CNE/CP nº 14*, de 6 de junho de 2012. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012a. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-ppc014-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso 16 mai. 2022

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (CEDF). Parecer Nº 95, de 12 de janeiro de 2001. Credencia por 5 anos, a Escola Superior de Ciências da Saúde, mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde e autoriza o funcionamento do curso de graduação em Medicina, em Brasília/DF. *Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF*. 7 de junho de 2001, p. 11

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL. COORDENADORIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS. Plano de Trabalho. Projeto de pesquisa de uma universidade distrital. Brasília. Cebraspe, 2020. [Anexo do Termo de Colaboração nº 2/2020. Disponível em <<https://cdn.cebraspe.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Plano-de-trabalho.pdf>> Acesso em 10 abr. 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Lei nº 400, de 29 de dezembro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal – URB e dá

outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, DF, ano XVII, n. 263, 30 dez. 1992, p. 1.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Lei complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019. Define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal – Suplemento C*. Brasília: ano XLVIII, n. 243, 23 de dez. de 2019, p. 5.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Lei complementar nº 987, de 26 de julho de 2021. Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal – Suplemento*. Brasília: n. 140, 27 de julho de 2021a, p. 5.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, DF, 15 janeiro de 2001, p. 2

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Lei Nº 5.141, de 31 de julho de 2013. Autoriza a criação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, ano XLIII, n. 157, p. 1-2, 01 ago. 2013

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Lei Nº 403, de 29 de dezembro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal UnAB/DF e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, Ano XVII, n. 263, p. 2-3, 30 dez. 1992.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Decreto nº 29.414, de 20 de agosto de 2008. Institui comissão para elaboração da proposta de criação da Universidade Regional de Brasília e Entorno – URBE e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, DF, 21 de agosto de 2008, n. 164, p. 30.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto Nº 39.218, de 6 de julho de 2018. Altera a nomenclatura e a estrutura administrativa da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, que passa a se chamar Escola Superior de Polícia Civil e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, n. 48, Edição Extra, p. 1, 06 jul. 2018.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Decreto nº 42.333, de 26 de julho de 2021. Institui a Universidade do Distrito Federal - UnDF e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, ano L, n. 140, 28 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portaria Ministerial nº 1.827, de 28 de dezembro de 1994. Reconhece a Universidade Católica de Brasília - UCB, a ser mantida pela União Brasileira de Educação e Cultura - UBEC, com sede e foro na cidade de Taguatinga, Distrito Federal, aprovando neste ato seu Estatuto e Regimento Geral. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1994, p. 201.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 195, de 8 de setembro de 2008. Autoriza o funcionamento do Curso de Graduação em Enfermagem a ser implantado na Escola Superior de Ciências da Saúde; aprova o Projeto Pedagógico e a matriz curricular do referido Curso. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, DF, 09 de setembro de 2008, ano XLII, n. 179, p. 8.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 405, de 19 de setembro de 2017. Credencia, a contar da data de publicação da portaria oriunda do citado

parecer até 31 de julho de 2022, a Escola Superior de Gestão - ESG, Instituição Pública de Educação Superior da rede pública de ensino do Distrito Federal, mantida pela Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, 20 de setembro de 2017, n. 181, p. 5.

UNESCO. Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 235-246, mar. 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Decanato de Planejamento e Orçamento. Anuário Estatístico 2011:2006-2010. Brasília: UnB, 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. (UnB). Anuário Estatístico 2006: 1995-2005. Brasília: UnB, 2006.

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES (UnDF). Resolução nº 03, de 12 de maio de 2022. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Distrito Federal – UnDF. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, DF. 16 maio 2022, Seção 1, p. 8-13.

| Controle de entrega e do produto e validação | | | |
|--|--|----------------------------|--|
| Consultor | | Data de entrega do produto | |
| Coordenador do Projeto | | Data de validação | |

© Cebraspe, 2022. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser copiada, reproduzida ou distribuída em qualquer meio conhecido ou que venha a ser criado.

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificado por meio do Decreto n.º 8.078/2013 como Organização Social (OS), tendo como finalidade precípua fomentar e promover o ensino, a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento institucional e a difusão de informações, experiências e projetos de interesse social e utilidade pública nas áreas de avaliação, certificação e seleção.

ANEXO

Quadro 1. Relação de Produtos e Consultores, por Comissão Temática

| Comissão | Ordem | Produtos Cebraspe (Plano de Articulação e Atividade vinculada do Plano de Trabalho) | Consultor(a) | Termo de Referência |
|---|-------|--|-----------------------------|---------------------|
| 1. Planejamento e Desenvolvimento Institucional | 1 | Documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais. (Atividade 3.1) | Dr. José Vieira de Sousa | TR 020/2021 |
| | 2 | Documento contendo a política de inovação institucional (Atividade 3.1) | Dr. Maurício Garcia | TR018/2021 |
| | 3 | Documento contendo a proposição de políticas para a internacionalização (Atividade 3.1) | Dra. Marília Costa Morosini | TR023/2021 |
| | 4 | Documento contendo a proposta de diretrizes gerais para a Avaliação Institucional (Atividade 3.4) | Dra. Maria Clara Schneider | TR 024/2021(a) |
| | 5 | Documento contendo a proposta de política de autoavaliação institucional (Atividade 3.4) | Dra. Maria Clara Schneider | TR 024/2021(a) |
| | 6 | Documento contendo o regulamento da comissão própria de avaliação (Atividade 3.4) | Dra. Maria Clara Schneider | TR 024/2021(a) |
| | 7 | Proposta de estatuto contemplando governança entre os órgãos setoriais da Universidade. (Atividade 3.6) | Dra. Stela Maria Meneghel | TR017/2021 |
| | 8 | Documento contendo a proposta de estatuto para a UnDF (3.6) | Dra. Stela Maria Meneghel | TR017/2021 |
| | 9 | Documento contendo proposta de Regimento Interno (Atividade 3.6) | Dra. Stela Maria Meneghel | TR017/2021 |
| | 10 | Documento contendo a proposta de indicadores para a autoavaliação institucional (Atividade 3.7) | Dra. Juliana da Silva Dias | TR 024/2021(b) |
| | 11 | Documento contendo a proposta de instrumento e metodologia para a autoavaliação institucional (3.7) | Dra. Juliana da Silva Dias | TR 024/2021(b) |
| | 12 | Documento contendo a síntese das proposições de políticas decorrentes das discussões com as demais comissões. (3.9) | Dr. José Vieira de Sousa | TR 020/2021 |
| | 13 | Documento contendo a proposta de estrutura do PDI (Atividade 3.9) | Dr. José Vieira de Sousa | TR 020/2021 |
| | 14 | Documento contendo o PDI, contemplando políticas voltadas para a modalidade presencial e a distância (Atividade 3.9) | Dr. José Vieira de Sousa | TR 020/2021 |

| | | | | |
|--------------------------------|----|--|--|-------------|
| 2. Políticas Acadêmicas | 15 | Documento com a proposição de política institucional voltada à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. (Atividade 3.1) | Dra. Karla Lúcia Bento | TR 011/2021 |
| | 16 | Documento com proposição de políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e responsabilidade social (Atividade 3.1) | Dra. Karla Lúcia Bento | TR 011/2021 |
| | 17 | Documento contendo a proposição de políticas e ações para pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico cultural. (Atividade 3.2) | Dr. Mário César Barreto Moraes | TR 014/2021 |
| | 18 | Documento contendo proposição de políticas e ações para extensão (Atividade 3.2) | Dr. Mário César Barreto Moraes | TR 014/2021 |
| | 19 | Documento contendo proposição de políticas e ações de ensino para os cursos de graduação e pós-graduação, presencial e à distância. (Atividade 3.2) | Dr. Angelo Luiz Cortelazzo | TR 012/2021 |
| | 20 | Documento contendo a proposição da organização didático-pedagógica dos cursos com métodos, técnicas e metodologias ativas de ensino. (Atividade 3.2) | Dr. Angelo Luiz Cortelazzo | TR 012/2021 |
| | 21 | Documento contendo a proposição de políticas para o acompanhamento de egressos (Atividade 3.2) | Dr. Angelo Luiz Cortelazzo | TR 012/2021 |
| | 22 | Documento contendo proposição de política de comunicação interna e externa (Atividade 3.2) | Dra. Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro | TR 019/2021 |
| | 23 | Documento com a proposição de política de atendimento aos discentes (Atividade 3.2) | Dra. Karla Lúcia Bento | TR 011/2021 |
| | 24 | Proposição de políticas inerentes à execução das atividades de educação à distância (Atividade 3.5) | Dr. Angelo Luiz Cortelazzo | TR 012/2021 |
| | 25 | Documento contendo proposta de estruturação do processo de integração com outras instituições de educação superior, pós-graduação, de pesquisa, organizações públicas e privadas e mundo do trabalho. (Atividade 3.8) | Dr. Mário César Barreto Moraes | TR 014/2021 |
| | 26 | Documento contendo proposta das arquiteturas curriculares (perspectiva interdisciplinar). (Atividade 4.1) | Dra. Terezinha Mehlecke Dra. Querte Conzi | TR 022/2021 |
| | 27 | Documento contendo a proposição de regulamentos para TCC (Atividade 4.3) | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 022/2021 |

| | | | | |
|-------------------------------|----|---|--------------------------------------|-----------------|
| | 28 | Documento contendo a proposição de regulamentos estágio curricular obrigatório. (Atividade 4.3) | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 022/2021 |
| | 29 | Documento contendo a proposição de regulamentos para as atividades complementares (Atividade 4.3) | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 022/2021 |
| | 30 | Diretrizes para Avaliação da Aprendizagem (Atividade 4.2) | Dr. Ângelo Luiz Cortelazzo | TR 012/2021 |
| | 31 | Documento contendo o PPC dos cursos de graduação em ciência da computação e sistema de informação, de acordo com as premissas e políticas institucionais. (Atividade 4.4) | Dr. Celson Pantoja Lima | TR 021/2021 (a) |
| | 32 | Documento contendo os PPCs dos cursos de graduação em engenharia da computação e engenharia de software, de acordo com as premissas e políticas institucionais. (Atividade 4.4) | Dr. Paulo Rogério Foina | TR 021/2021(b) |
| | 33 | Documento contendo o ementário dos dois cursos de graduação (Ciências da Computação e Sistemas de Informação) (Atividade 4.1) | Dr. Celson Pantoja Lima | TR 021/2021(a) |
| | 34 | Documento contendo o ementário dos dois cursos de graduação (Engenharia da Computação e Engenharia de Software) (Atividade 4.1) | Dr. Paulo Rogério Foina | TR 021/2021(b) |
| 3. Políticas de Gestão | 35 | Documento contendo proposta de organização administrativa. (Atividade 3.3) | Dra. Maria Clara Schneider | TR 015/2021 |
| | 36 | Documento contendo proposta de políticas voltadas para o corpo docente, incluindo proposta de formação continuada. (Atividade 3.3) | Dr. Isaac Costa Reis | TR 016/2021 |
| | 37 | Documento contendo proposta de política e instrumentos de seleção de tutores, docentes, preceptores coordenadores com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. (Atividade 3.3) | Dr. Isaac Costa Reis | TR 016/2021 |
| 4. Infraestrutura | 38 | Documento contendo o estudo detalhado de no mínimo três plataformas de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a Educação Superior, a partir da identificação das plataformas AVA em pelo menos 10 IES públicas (Federais e Estaduais). (Atividade 4.5) | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 001/2022 |
| | 39 | Desenvolvimento de protótipo de Ambiente Virtual de aprendizagem | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 001/2022 |

| | | | |
|----|--|--------------------------------------|-------------|
| | (AVA), na plataforma Moodle 4.0. (Atividade 4.5) | | |
| 40 | Documento contendo o manual do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle 4.0) do AVA (Atividade 4.6). | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 001/2022 |
| 41 | Documento contendo o manual do Docente (AVA) (Atividade 4.6). | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 001/2022 |
| 42 | Documento contendo manual do Discente (AVA) (Atividade 4.6). | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 001/2022 |
| 43 | Documento contendo manual do Tutor (AVA) (Atividade 4.6). | Dra. Querte Terezinha Conzi Mehlecke | TR 001/2022 |
| 44 | Documento contendo estudo de plataforma de sistemas informatizados de gestão e registro acadêmico (4.7) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |
| 45 | Documento contendo o projeto de sistema informatizado de gestão e registro acadêmico para a UnDF (4.7) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |
| 46 | Documento contendo estudo de plataformas de sistemas de Biblioteca Virtual (Atividade 4.8) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |
| 47 | Documento contendo o projeto de sistema de Biblioteca virtual para a UnDF (Atividade 4.8) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |
| 48 | Documento contendo estudo de plataformas de sistema de autoavaliação institucional (Atividade 4.9) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |
| 49 | Documento contendo o projeto de sistema de autoavaliação institucional para a UnDF(Atividade 4.9) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |
| 50 | Documento contendo o estudo detalhado sobre as necessidades e requisitos para estrutura tecnológica computacional de uma Universidade de grande porte (Atividade 4.10) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |
| 51 | Documento contendo o projeto de infraestrutura tecnológica para a UnDF (Atividade 4.10) | Dr. Sílvio Viegas | TR002/2022 |

Fonte: Elaboração própria (2022).